

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Curso de Pós-Graduação em História Social

Rita de Cássia Barbosa de Araújo

As praias e os dias: história social das praias do
Recife e Olinda, 1840-1940.

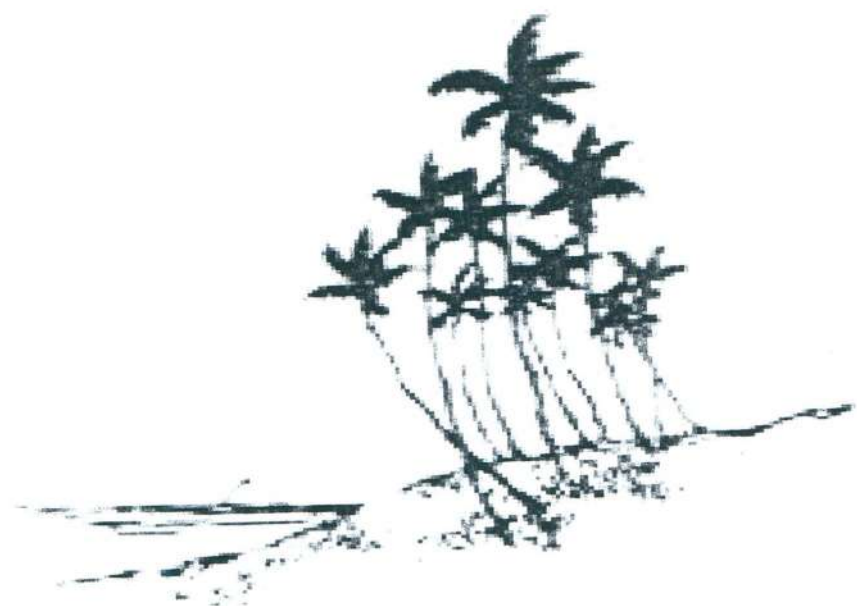
Tese de doutoramento apresentada ao Curso
de História Social, do Departamento de
História, da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Doutor em
História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer.

..

São Paulo, 2001.

As praias e os dias: história social das praias do
Recife e Olinda, 1840-1940.



*Para Júlia,
minha estrela
do mar.*



“Daquele mar do Recife, ficou uma lembrança: o cheiro dos sargaços. A quem os teve, sargaços na infância, por mais que ande, por mais feliz que esteja, faltará alguma coisa.”

Antônio Maria.



SUMÁRIO

Resumo	
Résumé	
Agradecimentos	
Introdução	1
Capítulo 1 - Frutos da terra e do mar	11
1.1 As terras e as águas	13
1.2 A pesca	20
1.3 O coqueiral	29
1.4 Os currais de peixe	35
Capítulo 2 - Águas doces e salgadas	
2.1 Todo entulho às praias	47
2.2 A praia dos viajantes	54
2.3 Banhos de rio	61
Capítulo 3 - Banhos salgados	
3.1 A barca de banhos	95
3.2 Banhos de talassa	124
3.3 As casas de banho	150
Capítulo 4 - Olinda: Vênus renascida	
4.1 A decomposição das pedras	179
4.2 O recomeço no mar	195
Capítulo 5 - Os veranistas	
5.1 As emoções dos primeiros banhos ou aprendizes de banhistas	235
5.2 Banhos de mar...banhos de sol...banhos de volúpia...	287
Capítulo 6 - Boa Viagem: um novo horizonte	
6.1 Antes da avenida: pitoresca e primitiva	327
6.2 Depois da avenida: moderna e elegante	354
Conclusão – As três praias	387
Bibliografia	403
Fontes	411
Créditos das ilustrações	420

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

- 1 Olinda 1630. Expansão urbana.
- 2 Entrada do porto do Recife. Emeric Essex Vidal, a. c. 1827.
- 3 O colhedor de cocos. Desenho Percy Lau, a. c. 1956.
- 4 Mocambo. Desenho Percy Lau, 1956.
- 5 Uma parte da Passagem da Madalena. Litografia de F. H. Carls.
- 6 Poço da Panela. Litografia de W. Bässler, 1847.
- 7 Vista de Apipucos. Partida das diligências ou ônibus do Cláudio Dubeux.
- 8 Banhos de mar. Estabelecimento flutuante. Port-Vendres, Pirineus, 1857.
- 9 Casa de Banhos do Carmo, Recife. Litografia F. H. Carls.
- 10 Casa de Banhos dos Arrecifes, 191_.
- 11 Vista da cidade do Recife e da parte de Olinda tomada da ladeira da Misericórdia. Litografia de W. Bässler, 1847.
- 12 Olinda 1914. Expansão Urbana.
- 13 Praia dos Milagres, Olinda, 1944.
- 14 Praia do Farol, Olinda.
- 15 Vista da igreja e praia do Carmo tomada do alto da Sé de Olinda.
- 16 Largo do Carmo, Olinda, 190_.
- 17 Largo do Carmo, Olinda, 193_? Foto Juarez.
- 18 Largo do Carmo, Olinda. 193_? Foto Danilo.
- 19 Família Oliveira no banho. Praia dos Milagres, Olinda, 190_.
- 20 A gente da América do Norte, à beira-mar, 1934.
- 21 Frontispícios dos jornais: *Verão*, 1933; *O Sol*, 1934; *O Balneário*, 1938.
- 22 Pirâmide humana, Olinda, 1933.
- 23 Moças jogando bola, Olinda, 1933.
- 24 A alegria do sol ardente nas praias ruidosas de Pernambuco! 1934.
- 25 Para estação do calor, Recife, 1923.
- 26 Girl da Paramount, Recife, 1934.
- 27 Sonho, 1934.
- 28 Praia em Boa Viagem, Recife, 1908.
- 29 Praia de Boa Viagem. Benício Dias, 1938.
- 30 As três praias: Olinda, Pina e Boa Viagem.
- 49 No Pina, 1921.
- 50 Praia de Gaibu, Pernambuco. Benício Dias, a. c. 1938.

* As referências bibliográficas das ilustrações se encontram no item Crédito das ilustrações.

RESUMO

Este trabalho reconstitui a história das formas da ocupação, dos usos, atitudes e significados sociais das praias do litoral de Pernambuco, particularmente das situadas nas cidades do Recife e de Olinda, entre 1840 e 1940.

Analisa as mudanças no modo de a sociedade estar e apreciar o mar e as praias em sua íntima relação com as transformações urbanas ocorridas nas referidas cidades, no período citado.

Trata de maneira especial da conversão das praias, de lugar predominantemente de trabalho, de circulação de mercadorias e pessoas, de defesa militar e uso sanitário, em espaço destinado à cura medicinal, ao recreio e descanso coletivos e à manifestação da sociabilidade em suas múltiplas formas e expressões.

As aludidas mudanças tornaram as praias de tal modo integradas à vida social, econômica e cultural da sociedade na qual se inscrevem a ponto de serem reconhecidas, presentemente, como um dos elementos da identidade regional e mesmo nacional.

RÉSUMÉ

Ce travail reconstitue l'histoire des formes de l'occupation, des usages, des moeurs et des significations sociales des plages du littoral de Pernambuco, surtout de celles situées dans les Villes de Recife et d'Olinda, pendant la période 1840-1940.

Étudie les changements dans les manières de la société d'être et d'apprécier la mer et les plages, dans sa relation avec les transformations urbaines survenues dans les Villes mentionnées.

Il examine d'une manière spéciale la conversion des plages des lieux à prédominance de travail, de la circulation des marchandises et des personnes, de la défense militaire et l'usage sanitaire, en espace destiné à la cure médicale, aux loisirs, à la détente et à la manifestation de la sociabilité sous des formes multiples.

L'intégration des plages à la vie sociale, économique et culturelle des Villes côtières, les fait reconnaître comme des symboles de l'identité régionale et même nationale.

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste trabalho, muitas foram as pessoas e instituições com as quais cruzamos, e que nos marcaram com seus préstimos e apoios afetivos e profissionais. Finda a tarefa, cabe-nos, agora, registrar nosso apreço e reconhecimento.

Somos extremamente gratos a todos os que compõem a Fundação Joaquim Nabuco. Em especial, gostaríamos de agradecer ao Diretor do CEHIBRA, Prof. Manuel Correia de Andrade, pelo carinho e estímulo sempre prontos e pela generosa compreensão demonstrada desde o início aos instantes finais da tese. Ao doutor Frederico Pernambucano de Melo, Superintendente do INDOC, agradecemos a confiança em nós depositada e o respeito manifesto por este trabalho. Somos gratos, igualmente, aos colegas dos vários departamentos e setores por onde passamos, sempre solícitos e solidários, e que, com esforço e dedicação, tornaram a tarefa da pesquisa não apenas mais fácil, porém, leve e agradável. Não os nomeamos um a um, por ser longa a lista, mas todos, do CEHIBRA, da Biblioteca Blache Knopff, da Microfilmagem e da Editora Massangana, e os amigos do INPSO sintam-se reconhecidos e tocados pelo nosso carinho e apreço.

As praias e o mar, objetos deste trabalho, reconduziram-nos às salas do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, cujas janelas dão vistas exatamente para o ponto onde, em 1844, fundeou a barca de banhos salgados no Capibaribe. Mais uma vez, o profissionalismo e atenção do seu diretor à época, Prof. Marc Hoffnagel, e funcionários se fizeram presentes, mesmo nos momentos em que as condições de trabalho se revelaram as mais adversas possíveis. Noêmia Zaidan, Hildo Rosas, Lindinalva, Genai, Telma e Zelda, todos têm nossos mais sinceros agradecimentos. Não fossem eles e sua dedicação, a pesquisa não se teria concluído em tempo hábil.

Próximo ao Arquivo Público, do outro lado da rua do Imperador, o edifício do Gabinete Português de Leitura, com suas paredes inteiramente forradas por estantes e livros, e suas bibliotecárias nos acolheram de igual modo. Por alguns meses, encontramos franca e amigável receptividade na Biblioteca Estadual de Pernambuco, especialmente, nos setores de Obras Raras e da Coleção Pernambucana, onde Josefina Gomes, Alberto Cunha Melo, Gilka Ramires e Eraldo Gomes de Oliveira foram de uma presteza ímpar. Na Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, não nos

faltaram o apoio e atenção de suas bibliotecárias. No Arquivo Municipal Antonino Guimarães, o prazer da pesquisa, tarefa facilitada pela atenção e calorosa acolhida de seus funcionários, era redobrado pelo privilégio de poder desfrutar a paisagem de Olinda do alto da janela do sobrado. Agradecemos à, então, diretora Isabel Paiva e aos responsáveis pelo setor de pesquisa e iconografia: Flávio D. de Santana, Maria Vera Lúcia, Irismar de Melo Rocha, Lindinalva R. do Nascimento, bem como ao senhor Marcelino Lobo.

Contamos com a solidariedade de muitos amigos, expressa especialmente na forma de empréstimos e indicações de livros e documentos, aos quais desejamos agradecer: Valéria Agra, Xisto Serafim, Paulo Figueiredo, Telma Cidade, Tito André, Denise Bernardes, Edneida Cavalcanti, José Tavares Correia de Lira, Carlos Miranda e Christine Dabat. A Ângela Nascimento e Hildo Rosas, somos gratos por haverem disponibilizado à pesquisa o acervo histórico da Assembléia Legislativa de Pernambuco, quando o projeto de recuperação do mesmo ainda se encontrava inconcluso.

Gostaríamos de agradecer aos professores que estiveram conosco no Exame de Qualificação, professores Antônio Carlos Robert de Moraes e Vera do Amaral Ferlini, pelas sugestões dadas ao projeto, as quais resultaram na ampliação do horizonte da pesquisa. Um agradecimento muito especial à professora Raquel Glezer, antes de tudo, por haver aceito o desafio de orientar este trabalho — o que o fez, sempre, com muita competência e elegância —, mas também por haver tornado, com sua atenção, disponibilidade e gentileza, mais calorosos os corredores da USP em tempos frios de inverno.

Ainda em São Paulo, quando a pós-graduação constituía um sonho para nós, contamos, mais uma vez, com o apoio e a solidariedade de Fernando Zuffo. Data também desta fase inicial, prolongando-se por todo o tempo do curso, a acolhida generosa e o incentivo dados pelo professor István Jancsó. Difícil imaginarmos como teriam sido os dias em São Paulo, sem a receptividade sincera e calorosa dos amigos Gildo Marçal Brandão, Simone Coelho, Joana, Carol e Lucas, e sem o agradável convívio e generosidade de Marco Antônio e Terezinha Coelho. Oswaldo e Ivete Sancheș, e seus filhos Beatriz e Leonardo, nossos vizinhos no Butantã, fizeram de São Paulo uma cidade mais terna para nós e, certamente, mais alegre para nossa filha, Júlia.

Aos meus pais, José e Risonita Barbosa de Araújo, temos a agradecer o apoio, a compreensão e o afeto insubstituíveis, porto seguro nesta e em tantas outras viagens nas

presentes, nas horas em que nos foram impossíveis estar. Aos cunhados e concunhados das Alagoas, somos gratos pelo carinho e incentivo sempre renovados. A Hermé Bernardes, *in memoriam*, agradecemos o apoio incondicional dado a este e a tantos outros projetos de vida, e temos presente sua alegria e vivacidade neste momento em que encerramos esta tarefa. A Marjorie Araújo e Natanael Sarmento, Antônio Carlos Mota e Mônica, Sílvia Couceiro e Cláudio Amorim, Carlos Eduardo Monteiro e Maria Betânia, amigos de todos os dias e parceiros na troça carnavalesca Pisando na Jaca, pela certeza de sabê-los próximos e prontos para nos apoiar no que fosse preciso. Angelita e Roberto Mafra, Enilda Regina e Emília Moraes acompanharam, sempre com muito carinho e interesse, cada passo que demos nessa trajetória. Agradecemos a Romércia Ramos e a Margarida de Moraes, pela sensibilidade e competência com que desempenharam tarefas que deveriam ser nossas, mas que, dado o modo pelo qual o trabalho nos absorvera, tornaram-se impraticáveis no cotidiano.

Quando tudo parecia calmo e a terra já se dava por avistar, fomos surpreendidos por inesperados e traiçoeiros golpes aplicados pela tecnologia da informática, que quase puseram tudo a naufrágio. Nessa situação limite, quando nos decidimos por redigitar a maior parte da tese, contamos com a inestimável solidariedade de Fátima Barroca e, especialmente, de Fabiana Lira de Oliveira. Petrócio Soares, além de confirmar sua competência na área da informática, revelou, acima de tudo, a grandeza de sua pessoa. Sem a sua colaboração, talvez não fosse possível finalizarmos o trabalho em tempo.

Agradeço por fim e de forma muito especial, a Júlia Bernardes, praia fresca e de águas translúcidas, onde tantas vezes busquei refúgio e novo ânimo; e a Denis Bernardes, por sua presença constante e infinita como o mar.

INTRODUÇÃO

“Com teus sapatos de borracha
seguramente
é que os seres pisam
no fundo das águas.

Encontraste algum dia
sobre a terra
o fundo do mar,
o tempo marinho e calmo?

Tuas refeições de peixe;
teus nomes
femininos: Mariana; teu verso
medido pelas ondas;

a cidade que não consegues
esquecer
aflorada no mar: Recife,
arrecifes, marés, maresias;

e marinha ainda a arquitetura
que calculaste:
tantos sinais da marítima nostalgia
que te fez lento e longo.”¹

No transcurso do século XX, assistimos à consagração das praias, e por extensão de quase toda a zona do litoral, como espaços extremamente dinâmicos e valorizados, de usos os mais diversificados e para os quais são atribuídos significados vários. Lugar de indiscutível importância para a sociedade brasileira, que possui a maioria de suas grandes cidades e metrópoles situadas à beira-mar ou próximas à costa. Áreas de intensa produção e circulação de mercadorias, nas quais, além da exploração dos recursos marinhos e das tradicionais funções portuárias, destacam-se os setores das indústrias imobiliária, turística e da moda e o sempre revigorado mercado informal. As praias se sobressaem, ainda, por ser um espaço privilegiado para vivência do lazer e da sociabilidade em suas múltiplas formas e expressões. Nas suas areias, águas rasas e arredores, manifestam-se costumes, comportamentos e concepções morais consensuais

¹ A Joaquim Cardozo. O engenheiro 1942-1945. In MELLO NETO, João Cabral de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 80.

ou conflitantes, assim como certas atitudes para com o corpo se revelam de forma bastante visível e particularizada.

A análise histórico-social das praias nos permite apreender os modos pelos quais a sociedade se relaciona com um muito particular e característico espaço, histórica e juridicamente definido como um bem de domínio público da União e como lugar de uso comum. Relações e percepções que se mostram, no mais das vezes, ambíguas ou mesmo ambivalentes, pois a um tempo que se deseja manter as praias como ambiente preservado e acolhedor, a degradação de algumas delas é bastante perceptível. Tal degradação torna insustentável a vivência de certas práticas coletivas em seus domínios, a sustentação de algumas imagens construídas sobre elas e a exploração econômica dos recursos e paisagens marinhos tão singulares quanto finitos.

Contudo, forçoso é constatarmos que todo esse quadro, acima esboçado acima, possui existência relativamente curta na história da sociedade brasileira. Ele é fruto de um processo de transformação que se deu de forma e em ritmos variados, num intervalo de tempo de pouco mais de um século, cujos primeiros sinais de efetiva mudança, no caso específico de Pernambuco, tornaram-se evidentes a partir do início da década de 1840, quando os médicos começaram a recomendar o uso terapêutico das águas do mar à população e surgiu a barca de banhos salgados na foz do Capibaribe. No final do século XIX e primeiros decênios do XX, as transformações referidas mostraram-se mais intensas e generalizadas, resultando na consolidação de uma determinada forma coletiva de usufruir as praias e mares.

Este trabalho se propõe a reconstituir e interpretar as formas de ocupação, os usos e significados sociais atribuídos às praias do litoral pernambucano, em particular das que estiveram sobre influência direta da cidade do Recife, durante aproximadamente um século, de 1840 a 1940. Observamos precisamente, no Recife, a praia do Brum, os banhos nas pedras dos arrecifes defronte ao porto e as praias do Pina e Boa Viagem. E em Olinda, as praias que ficavam próximas ou estavam incluídas no perímetro seu urbano: praias do Istmo, Milagres, Carmo, São Francisco e Farol.

Este intervalo de tempo corresponde ao do processo de introdução da prática dos banhos salgados, de difusão e consolidação das praias como lugar de cura, recreio, repouso e convívio social. Contudo, quando se mostrou necessário e oportuno para uma maior compreensão do tema em questão, este marco temporal foi alongado para mais ou para menos, havendo momentos em que nos reportamos, por exemplo, às formas iniciais de ocupação do solo costeiro e aos usos dos mares ainda nos primórdios da

colonização. Outras vezes nos afastamos um pouco das praias de mar para conhecermos outras margens e águas: as dos rios Capibaribe e Beberibe.

Quanto à extensão, as praias que tomamos por objeto de estudo, assim como o mar revoltado a reclamar mais e mais espaço, não se encerram nos limites definidos no verbete do dicionário *Aurélio*, segundo o qual corresponde à “orla de terra, ordinariamente coberta de areia, confinando com o mar.” Não se restringe também ao conceito geralmente utilizado nos estudos geológicos, como o que vem exposto no *Dicionário geológico-geomorfológico*. De acordo com o autor, as praias são “depósito de areias acumuladas pelos agentes de transportes fluviais ou marinhos.” Elas representam “cintas anfíbias de grãos de quartzos, apresentando uma largura maior ou menor, em função da maré. Algumas vezes podem ser totalmente encobertas por ocasião das marés de sizígio.” Quanto ao material que as compõem, Guerra afirma que “há um domínio quase absoluto de grãos de quartzo, isto é, as areias.”²

Ainda segundo a geomorfologia, as praias, bem como os baixios e manguezais, fazem parte da faixa litorânea. Esta, por sua vez, somada aos maciços e morros costeiros e às planícies costeiras, com seus terraços, várzeas, feixes de arcos praias, dunas, lagoas, depressões úmidas, compõem o relevo da paisagem costeira. Quanto à delimitação e extensão da costa, os próprios geógrafos são os primeiros a reconhecer que não existe um consenso quanto aos critérios utilizados para tal fim. Como disse Olga Cruz, cabe a cada estudioso definir os critérios e as delimitações da costa com a qual pretende trabalhar.³

Embora saibamos as praias como espaço de relevo específico, com características próprias, não nos atemos aos conceitos geográficos das mesmas. Abordamos as praias como espaço histórico, social e culturalmente construído, com um ritmo próprio, lento em muitos momentos, marcado por pequenas ações amiudadamente repetidas, gestos e palavras quase imperceptíveis no viver diário, mas fundamentais quando vistos à distância e postos sob a perspectiva de um intervalo de tempo mais

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1975, p. 1125; GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1972, p. 339.

³ Sobre as definições de paisagem costeira, ver CRUZ, Olga. *A ilha de Santa Catarina e o continente próximo: um estudo de geomorfologia costeira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, p. 1-11. VASCONCELOS SOBRINHO. *As regiões naturais de Pernambuco, o meio e a civilização*. Recife: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, 1949. OLIVEIRA, Valdemar de. *Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo*. Recife: oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1942.

duradouro. Em determinados períodos, porém, o ritmo dos acontecimentos se acelera e ganha mais visibilidade.

A constituição das praias, sua dinâmica, seus ritmos vêm de fora, estão além da franja d'água ou da linha branca de quartzo: vêm do saber médico, das transformações urbanas, sociais, econômicas e mentais. Das atitudes para com o corpo e do tempo deixado livre para o lazer e manifestações da sociabilidade, no início para as elites urbanas, e, em seguida, para camadas cada vez mais amplas da população. Até que, consolidadas como lazer, função e lugar de consumo e atitudes comportamentais de massa, este espaço do efêmero cria uma dinâmica própria e reincide sobre o 'mundo externo' que o gerou.

As mudanças em torno das áreas de praia, nas formas de perceber e desfrutar o mar, só se tornam inteligíveis quando associadas às transformações sociais, econômicas e culturais verificadas no Recife e em Olinda, bem como em relação ao crescimento e ao movimento de expansão territorial das cidades, em período correspondente. Por isso nos interessa saber como se processou a incorporação dos espaços litorâneos às áreas e ao modo de vida urbanos. Compreender, enfim, como, quando e por que a cidade passou a se interessar pelas praias e águas salgadas, de um modo inteiramente novo até então?

As famílias aparecem como principais agentes sociais de transformações por que passaram as praias, sobretudo nos momentos iniciais de implantação e difusão das práticas dos banhos de mar e de sol. Para a sociedade colonial escravista, a expressão 'ser de família', funcionava como uma insígnia da classe superior, como uma qualidade que distinguia e elevava os poucos indivíduos que pertenciam a esta categoria. De meados do século XIX em diante, ao lado dos atributos tradicionais de ser branca, católica e proprietária, a família de elite deveria exibir outros predicados, tais como o de ser civilizada, higienizada e elegante.⁴

Em contrapartida, a documentação pertinente ao tema pouco se refere às camadas populares, aos pobres e aos negros, durante a maior parte do período estudado. Eles não protagonizaram as cenas de mudança ocorridas à beira-mar. Aparecem subliminar e esporadicamente, quando acompanham os senhores aos banhos salgados, carregando as bacias com água para lavar-lhes os pés sujos de areia, ou quando

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 351; ARAÚJO, Hermetes Reis. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 80.

emprestam os músculos e a força física para amparar as brancas sinhás no enfrentamento das ondas. Surgem como operários empregados na construção da avenida Beira-Mar, em Boa Viagem. Seus nomes saem publicados nos jornais quando são vítimas de algum sinistro: um afogamento ou ataque de tubarão, um desastre de automóvel ou acidente de trabalho nas pedras do porto. A partir da década de 1930, a presença das camadas populares nas orlas marítimas torna-se mais regular e expressiva. Altera-se, daí em diante, as feições social e cultural das praias.

O surgimento do desejo da beira-mar, que se elevou e se propagou na Europa entre 1750 e 1840, constitui tema do livro *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*, do historiador francês Alain Corbin. O estudo procura “assinalar, os mecanismos de uma emoção nova, a gênese dos desejos, a maneira como, em tempo dado, se experimentam os sofrimentos e os prazeres, descrever os comportamentos, reencontrar a coerência do sistema de representação e apreciação (...)”⁵ A intenção principal do autor é reconstituir a história da emoção em torno de um objeto específico, história de uma sensibilidade emergente pela praia, a invenção de um novo olhar e gosto pela beira-mar, que se iniciou numa Europa pré-industrial e se consolidou em plena era industrial moderna. Suas fontes de informação são principalmente romances, poesias, pinturas, gravuras, bem como os diários de viagens, as cartas e os registros médicos.

Voltado também para o processo histórico e cultural de construção de olhares e sensibilidades, Vigarello escreveu *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*.⁶ Sua preocupação é com a história da limpeza corporal, engendrada e legitimada com base em uma determinada representação do corpo e, conseqüentemente, da saúde e da doença, associando-a ao processo civilizacional. Segundo o autor, cada representação corporal cria padrões de comportamentos e é por eles recriada, cabendo ao historiador identificar os elos de ligações que estabelecem entre si.

No Brasil, a história sociocultural das praias não tem costumado atrair as atenções dos estudiosos. O antropólogo Thales de Azevedo foi, certamente, o primeiro a desbravar o tema, com a publicação de *A praia: espaço de sociabilidade*. Neste trabalho, procurou traçar o que chamou de uma breve sóciohistória do movimento que resultou nas praias como lugar de lazer e turismo de massa, reportando-se a fatos ocorridos no Rio de Janeiro e na Bahia. Sérgio Luiz Ferreira dedicou-se ao estudo das

⁵ CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 7.

⁶ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

praias, da implantação dos banhos salgados e posteriores transformações na dissertação *O banho de mar na ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. O autor estudou as mudanças do catarinense em relação ao mar, que deixou de ser um lugar exclusivamente de trabalho, para ser, também, local de turismo, lazer e sociabilidade.⁷

Autores como Rosa Maria Barboza de Araújo e Nicolau Sevcenko, interessados nos estudos que inter-relacionam cidade, lazer e modo de vida urbano na cidade do Rio de Janeiro, no período da Primeira República, fazem referências às mudanças havidas na maneira de a sociedade perceber e lidar com as praias e mares.⁸ Mas estas não constituem objetos centrais de suas análises.

Para o caso das praias de Pernambuco, não encontramos trabalhos que se dedicassem especificamente ao tema das transformações ocorridas nos modos de a sociedade apreciar e utilizar as praias e os mares. Mário Sette mostrou-se sensível ao tema das praias e banhos de mar, havendo ele próprio experimentado muitas das mudanças que se processaram no espaço litorâneo do Recife e, principalmente, no de Olinda. Registrou suas idéias em forma de crônicas, memórias pessoais e passagens de romances. Os veraneios, os banhos de mar e a vida social de Olinda, durante a passagem do século XIX para o XX, estiveram presentes, também, no trabalho de Olímpio Bonald Neto sobre os bonecos gigantes do Carnaval de Olinda.⁹

As praias, convertidas em objeto de investigação histórica e cultural, reclamam suas especificidades. Para buscarmos compreender como se foi aos poucos consolidando uma tendência que, surgida na década de 1840, estaria em pleno desabrochar quase um século depois, precisamos lançar múltiplos olhares sobre o espaço onde as águas primordiais encontram limite. Olhares sobre um tempo passado preservado em fragmentos, que procuramos urdir em um todo coerente e vivo. Em sua existência histórica e social, as praias criam articulações entre aspectos os mais diversos: questões de urbanismo, de implantação de tecnologias, equipamentos e serviços urbanos, de estilos arquitetônicos; padrões de comportamento, valores, moral,

⁷ AZEVEDO, Thales. *A praia: espaço da sociabilidade*. Salvados: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988. FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

⁸ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no rio de janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio de Janeiro. In NOVAES, Fernando Antônio (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 513-619.

⁹ BONALD NETO, Olímpio. *Os gigantes foliões em Pernambuco*. Olinda: Ed. Centro de Preservação dos Sítios Históricos, 1992, p. 53-8.

concepções estéticas, representações do corpo. Espaço de manifestações lúdicas e de práticas de esportes, de um modo de viver e divertir-se ao ar livre. Território incorporado pelo saber e experiências médicas, que recomendavam os banhos salgados para aqueles que buscavam cura para os males do corpo e da alma. Praias que mobilizam recursos e setores da economia, que provocam reações políticas e ações governamentais. A tudo, uma extensa e complexa rede de sociabilidade dá o sopro de vida.

Os jornais publicados em Pernambuco, os diários e os periódicos, informam-nos sobre boa parte desses aspectos e elementos ligados às praias. Neles encontramos dados brutos, registros os mais diversos sobre as praias e banhos de mar, dispersos, muitos quase imperceptíveis, como pequeninas conchas semi-enterradas na areia, que requerem, dos que as buscam, minuciosa e paciente atenção. Devido à escassez de estudos sistemáticos sobre a história social das praias, os acontecimentos noticiados nos jornais constituem, muitas vezes, as primeiras referências sobre determinados fatos e contextos que envolvem as praias, os banhistas e as cidades. As informações extraídas dos jornais são complementadas e confrontadas com as retiradas de outras fontes: petições de moradores e comerciantes enviadas às câmaras municipais e à assembléia legislativa estadual, orçamentos de receita e despesa municipais, documentos do Conselho de Olinda, livros de impostos, leis estaduais, mensagens de governadores. No geral, procuramos atualizar a ortografia dos textos originais, mantendo, no entanto, aquelas palavras que manifestavam a procedência cultural de um novo costume e traziam embutida uma grande significação social, a exemplo de *flirt*, *footing*, *bars* etc.

Dentre as grandes folhas locais, consultamos exemplares do *Diário de Pernambuco*, *d'A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal do Pequeno*, *Folha da Manhã* e *Diário da Tarde*, os quais mantiveram, em algum momento, secções dedicadas à cobertura do verão nas praias. O *Diário Oficial do Estado*, que começou a circular em 1924, constitui importante fonte de acesso aos planos e ações governamentais. Recorremos às suas folhas em busca de dados e elementos sobre os melhoramentos urbanos implantados nas praias do Recife, no Pina e em Boa Viagem, durante a administração estadual de Sérgio Loreto.

Ao lado desses, havia toda uma efervescente produção jornalística no Recife e em Olinda, divulgada através de periódicos, de publicação regular ou esporádica, quase sempre sem fins lucrativos e sob a responsabilidade de grupos amadores. Dentre esses, interessou-nos, de modo mais direto e particular, os jornais praianos, dedicados a fazer a

cobertura da vida social e mundana das temporadas balneárias nas praias do Recife e de Olinda. Seus nomes dão bem uma idéia do conteúdo veiculado: *O Veranista*, de 1915; *Pina-Jornal*, de 1925, e *Pina Sportivo* de 1926; *Jornal de Verão*, *O Jornal das Praias* e *O Verão*, todos de 1927; *Rumo ao mar ...*, 1929; *Verão*, 1933-1934; *O Sol*, 1934-1937; *Você ...*, de 1933; *O Balneário* de 1938; e o *Praieiro*. Este último, uma bem cuidada publicação da Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal do Recife, entre os anos de 1945 e 1952.

Consultamos, também, os jornais especializados na área médica, como os *Anais da Medicina Pernambucana*, 1842-1844; *Jornal da Medicina de Pernambuco*, de 1908 a 1940; e *Anais do Primeiro Congresso Médico de Pernambuco*. As teses defendidas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia prestaram igualmente grandes préstimos ao trabalho de reconstituição e compreensão da história social das praias. Revistas, álbuns, almanaques, publicados geralmente no Recife, forneceram dados e imagens que facilitaram a percepção e ajudaram na compreensão do que eram as praias nas décadas finais do século XIX e primeira metade do XX.

Este trabalho está dividido em seis capítulos, construídos de forma a acompanhar a dinâmica histórica das transformações processadas nas áreas das praias do Recife e de Olinda.

O capítulo inicial versa sobre as formas de ocupação, povoamento e uso do litoral ao longo do período colonial, principalmente das zonas afastadas dos perímetros urbanos. Nesta época, foram lançadas as bases da formação de uma paisagem litorânea que, em muitos trechos, perduraria até o século XX, além de haver se fixado na memória da coletividade como um dos marcos de identidade da atual região Nordeste. Sobre estas paisagens atuaram as mudanças no modo de a sociedade perceber e desfrutar o mar e a orla marítima no intervalo de tempo aqui demarcado, alterando-as substantivamente.

O segundo capítulo dedica-se ao estudo dos usos que os moradores do Recife e de Olinda costumavam dar às praias que contornavam os seus respectivos sítios urbanos, ao tempo da colônia e durante as décadas iniciais do período imperial. Refere também às formas como os viajantes estrangeiros, que estiveram em Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, relacionavam-se com as praias e águas salgadas. Por fim, analisa como a gente do Recife e de Olinda, especialmente as camadas de elite, descobriu uma nova função para as zonas suburbanas que ficavam às margens dos rios Capibaribe e do Beberibe. Estes rios, de enorme importância na

fixação do colono na região, na formação da paisagem econômica e social de Pernambuco, assumiram também grande destaque na vida cultural da mesma sociedade, a partir da segunda metade do século XVIII. Nas águas doces dos rios e circunvizinhanças, as famílias de elite do Recife e de Olinda iniciaram suas incursões nos banhos ao ar livre, banhos de imersão total do corpo na água, e aprenderam a gozar os prazeres da vida em vilegiatura e da sociabilidade manifesta nas paragens campestres. Os banhos de rio e os retiros de fim de ano nos arrabaldes ribeirinhos serviram de referência às novas formas de uso e ocupação das praias.

O capítulo seguinte trata das primeiras tentativas de introduzir o costume dos banhos salgados entre a população do Recife, com destaque para a barca de banhos que se instalou na foz do Capibaribe, no ano de 1844. A divulgação das propriedades químicas e das virtudes terapêuticas e higiênicas das águas e ares marinhos encontra seu primado a partir de então, mantendo-o até o final do século XIX.

O quarto capítulo analisa a crescente adesão da população à prática dos banhos salgados, que resultou na criação de um movimento sazonal dos habitantes do Recife em direção às praias de Olinda e da conversão desta última em cidade balneária. As transformações urbanas por que passou o antigo burgo duartino, em função da valorização das áreas de praias, são particularmente exploradas nesta parte do estudo.

No quinto capítulo, os veranistas ocupam a cena. As impressões daqueles que se aventuravam pela primeira vez ao banho de mar, o modo como o faziam, ritos e rotinas da temporada balneária nas praias são assuntos vistos na primeira parte deste capítulo. Em seguida, analisamos as mudanças nos interesses e motivações dos que procuravam as praias para passar as festas de fim de ano, em momento em que as curas de banhos de mar cediam terreno para a recreação, o descanso e os encontros sociais à beira-mar. O estabelecimento de novas formas de comportamento coletivo, de atitudes para com o corpo, modas, a emergência de uma rede de sociabilidade montada sobre novos valores, a expansão da comercialização do lazer são temas da segunda parte deste módulo.

No sexto e último capítulo, as praias do Recife concentram toda a atenção. Nele, são vistas as transformações vividas pelo Pina e Boa Viagem, que deixam de ser praias de difícil acesso, de paisagens que guardavam muito do passado colonial e reservadas a uma seleta minoria de afortunados, sobretudo a última, para se converterem em áreas urbanizadas. Praias valorizadas por maciços investimentos governamentais em infraestrutura urbana, durante a gestão governamental de Sérgio Loreto, 1922-1926,

pensadas como expressão de um 'Recife Novo' e alçadas à condição de símbolo de modernidade.

Finalmente, consolidadas como lugar de lazer, sociabilidade e consumo, as três praias, Pina, Boa Viagem e Olinda, encontram cada qual a sua identidade social própria. Encontram-na para sofrer novas alterações em seguida, com o avanço do processo de massificação das praias.

FRUTOS DA TERRA E DO MAR

“A tua vela branquinha
Acabo de borrifar;
Já peixe tenho de sobra
Vamos à terra aproar:
Minha jangada de vela
Que vento queres levar?

Aqui no meio das ondas,
Das verdes ondas do mar,
És como que pensativa,
Duvidosa a bordejar!
Minha jangada de vela,
Que vento queres levar?

Saudades tens lá das praias
Queres na areia encalhar?
Ou no meio do oceano
Apraz-te as ondas sulcar?
Minha jangada de vela,
Que vento queres levar? ¹

Nas páginas que seguem, tentamos reconstituir a trajetória histórica das mudanças socioculturais que se passaram nas zonas litorâneas, na beira do mar em especial, e torná-las inteligíveis para nós, herdeiros de uma nova forma de perceber, sentir e usufruir o mar e suas praias. Antes, porém, é preciso recuar a um tempo mais distante, quando os homens, do Pernambuco da metade do século XIX para trás, não sonhavam em por os pés na areia, em entrar no mar e senti-lo por dentro, prová-lo em suas águas e movimentos, muito menos em tê-lo como lenitivo para os males do corpo, da alma e da civilização.

Que era, então, do mar e de suas praias, dos terrenos praianos, antes que sobre eles se formassem as paisagens, os usos e significados de que, hoje, partilhamos de um modo ou de outro? Que olhares eram lançados àqueles ‘horizontes molhados’², de tons estonteantemente verdes e azuis, antes de serem vistos como benfazejos e dignos de apreciação e cobiça?

¹ Trechos do poema *A jangada*, de Juvenal Galeno, 1836-1931.

² Expressão de Carlos Penna Filho, em *A praia*, parte do seu ‘Guia prático da cidade do Recife’: “Mas não é só junto ao rio/ que o Recife está plantado,/ hoje a cidade se estende/ por sítios nunca pensados,/ dos subúrbios coloridos/ aos horizontes molhados.” PENNA FILHO, Carlos. *Livro geral - poemas*. Organização e seleção de textos, Tânia Carneiro Leão. Recife: Gráfica e Editora Liceu, 1999, p. 133.

Ao longo dos anos, em data e lugar imprecisos, como imprecisos seus autores, forjou uma imagem do que teriam sido as praias da costa brasileira em seu passado remoto, ao tempo da colônia e do Império. Extensas, infinitas léguas de praias desertas, monotonia para a vista feita de areias e águas salgadas, a desolação das praias seria quebrada apenas quando, vez por outra, surgia um porto e um povoado, vila ou cidade que a ele se ligava. Ou quando aparecia uma fortaleza, uma povoação de míseros pescadores ou o rancho de algum barqueiro cujo mister era fazer a travessia dos viajantes de um a outro ponto seguro de areia seca. No mais, seriam terras reais ou aparentemente desocupadas e despovoadas, elementos estes que parecem haver contribuído, em muito, para a construção de uma representação das praias como terra de ninguém, território sem dono e sem lei, lugar de liberdade e, no limite, da não-história.³ Mas, segundo a tradição jurídica romana, a que se filiou a portuguesa, praias e mares estavam destinados ao uso comum e se caracterizavam como bem de domínio público.⁴

Que era, então, daquelas praias, hoje distantes, que o mar levou?

Na impossibilidade de chegarmos a elas, ao que foi sua materialidade concreta e palpável, procuramos recriá-las por meio da palavra, baseados nos escritos que nos foi dado a conhecer. Não falamos, aqui, do processo histórico mais genérico de ocupação da costa brasileira, embora ele, como um todo, apresente suas particularidades.⁵ Nosso referencial empírico são as praias do litoral pernambucano, com atenção especial para as praias que banham as atuais cidades do Recife e de Olinda. Saber quais foram suas formas iniciais de ocupação, os usos que lhes foram dados, os meios de acesso às terras próximas ao mar, os significados a elas atribuídos. Procurar, enfim, evocar a paisagem marinha que se desenhou no espaço, natural antes de tudo, mas já valorizado e tornado expressão materializada de todo um processo histórico de ocupação e de relação de uma sociedade particular com o seu espaço litorâneo.

³ Parte dessa visão sobre as praias pode ser encontrada no trabalho de MADRUGA, Antônio Moacyr. *Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992, p. 57-9.

⁴ A afirmação textual é a definição dada pelas *Institutas*, do direito romano, citado por BEVILÁCQUA, Clóvis. *Teoria geral do direito civil*. 2. ed. Editora Francisco Alves, 1929, p. 258 apud SANTOS, Rosita de Sousa. *Terras de Marinha*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985, p. 3-4.

⁵ Uma análise sintética do processo histórico de ocupação da zona costeira, no Brasil, encontra-se em MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec - Edusp, 1999, ver especialmente o capítulo 2, 'A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução'. Para o caso do Recife, ver MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e sudesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1978, p. 41-8. Para São Paulo, AFONSO, Cíntia Maria. *Uso e ocupação do solo na zona costeira do estado de São Paulo: uma análise ambiental*. São Paulo: Annalume : FAPESP, 1999, p. 55-66.

1.1 AS ÁGUAS E AS TERRAS

“Para dentro da cinta interrupta dos recifes, batidos em flor pelas vagas do Atlântico, estendia-se a praia — delgado cairel litorâneo, alcançando apenas o sopé da primeira série de colinas terciárias que constituíam a primitiva costa e em alguns pontos ainda chegam ao mar.

Apaulada junto à foz dos rios, dissimulava os tremedais sob a verdura forte dos mangues; mas, em geral arenosa, alvejava em extensas restingas planas, bordadas de convolvuláceas rasteiras ou ostentando o colorido da folhagem dos cajueiros.”⁶

As águas de Olinda e da povoação dos Arrecifes — fontes, ribeiras, os estuários, popularmente conhecidos como mangues, varadouros, rios e praias, à exceção das que formavam o maciço salgado do mar oceano — mereceram os cuidados de Duarte Coelho quando da elaboração do *Foral de Olinda de 1537*.⁷ Por meio deste documento, uma ‘carta de doação’, o governador fazia distribuição de largas porções de terras para compor o patrimônio da Câmara de Olinda, sede da capitania, e outras tantas para uso e serventia de seus ‘povoadores e moradores’.⁸ Longe, porém, de constituir uma vasta terra de ninguém, na qual cada um poderia apropriar-se de um bom quinhão de terra conforme vontade própria, o acesso à propriedade e o uso do solo estiveram, desde os

⁶ CARVALHO, Alfredo de. A paisagem pernambucana. In *Estudos pernambucanos*. Alfredo de Carvalho. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 338-9.

⁷ O *Foral de Olinda* é o documento “mais antigo relativo a Olinda e nos revela os primórdios da colonização na capitania”, conforme MELLO, José Antônio Gonsalves de. O chamado Foral de Olinda de 1537. *Revista do Arquivo Público*. Recife, v. 11, n. 13, dez. 1974, p. 39-58. Dois outros forais são citados para as terras coloniais da América portuguesa: o de Santos, de 1545, e o de Piratinga, de 1558, que não foram apresentados, afirma AGRA, Valéria. *Projeto Foral de Olinda - Relatório final*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1996, s. p. mimeo. Uma interpretação particularizada do *Foral*, voltada para a formação original do Recife, encontra-se em BERNARDES, Denis. Para reler o Recife e suas origens. In: REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987, p. 17-36. Sobre a importância do *Foral* para o delineamento do traçado urbano e posterior crescimento da vila de Olinda, ver MENEZES, José Luís da Mota. *Olinda Evolução Urbana*, s/d. mimeo. Ver também, TOLEDO, Edgar de. *Terrenos de marinha no Foral de Olinda*. Olinda, administração do Dr. João Cabral de Vasconcelos Filho, 1932.

⁸ Sobre o estatuto jurídico do *Foral*, escreveu Jair Sêrvio: “As doações, como a de Duarte Coelho, não eram comuns como as sesmarias dadas a particulares, feitas com encargos e sob determinadas condições suspensivas. Era doação pura e simples, com um fim todo especial para a formação dos bens, no sentido de constituir o patrimônio da Vila, como fonte de renda para a sua existência político-administrativa, isenta de encargos. Visava a doação, a constituição do patrimônio para a sobrevivência da pessoa estatal, que ficando como senhorio direto dos terrenos doados, tinha o suficiente para, na qualidade de enfiteuta, custear a administração pública.” SÊRVIO, Jair. Terras mencionadas no foral de Duarte Coelho por lei são do município. *Jornal do Commercio*. Recife, 2 dez. 1962, apud AGRA, Valéria. Op. Cit.

momentos iniciais da colonização, submetidos a claras regras sociais, jurídicas e econômicas. Regras que, como bem chamou atenção Denis Bernardes, reproduziam, no território colonial, as distinções sociais pré-existentes no mundo metropolitano.⁹

O ato de doação de terras — fossem as sesmarias dadas a particulares ou as destinadas a compor o patrimônio público das vilas ou ao uso coletivo —, trazia em si a regulamentação do uso do solo, valorizando os recursos naturais, definindo funções, hierarquizando os lugares e apontando os sujeitos ou instâncias sociais que poderiam desfrutar cada pedaço de chão, bem como o modo de o fazer. Pelo instrumento jurídico do chamado *Foral de Olinda*, foram doadas e demarcadas zonas de domínio público para a edificação de casarias e vivendas, as várzeas para criação de gado, o chão para a agricultura de subsistência e o rossio para pastagens de animais e extração de lenha. Para serviço da vila e uso do seu povo, foram doadas as fontes e ribeiras, os mangues ao longo dos rios Beberibe e Cedros, braço do Capibaribe, assim como os varadouros existentes nos mesmos rios e os localizados no ‘recife dos navios’.¹⁰

Com relação à definição dos usos e demarcações de terras ao longo da linha da costa, o *Foral* estabeleceu uma primeira distinção entre as praias situadas ao norte do núcleo urbano de Olinda e as localizadas mais ao sul. No que dizia respeito a estas últimas, ficava determinado que:

“§ 4º - A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo rio Beberibe arriba, até onde faz um esteiro que está por trás da roça de Brás Pires, conjunta com outra de Rodrigo Alvares, tudo isto será para serviço da vila e do povo dela, té cinqüenta braças de largo, do rio para dentro, para desembarcar e embarcar todo o serviço da vila e povo dela, e daí para riba tudo o que puder ser, demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é serventia do Concelho.”¹¹

Praias e rios, pontos de embarque e desembarque que asseguravam, antes de tudo, a abastança de pão e da farinha de mandioca, vinho, água de beber e outros frutos da terra e do mar de que necessitavam os da vila e povoados, tecidos para o vestir, lenha

⁹ BERNARDES, Denis. Op. Cit., p. 17-36.

¹⁰ Parágrafos 8º, 9º e 10º do *Foral de Olinda*. O rio dos Cedros, conforme declarou o Dr. Arouche, Juiz do Tombo em 1710, era um braço do Capibaribe que cercava a ilha de Santo Antônio pela banda sul e chegava até a povoação dos Afogados. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., p. 53.

¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., p. 41. O varadouro da galeota, situado ao pé do montinho da vila, à margem do Beberibe, era, segundo o historiador, “um desembarcadouro, onde os viajantes desceriam em terra a pé enxuto e descarregariam com algum cômodo as cargas transportadas do Recife”. Quanto ao ‘arrecife do navio’, uma das primitivas designações dadas à cidade do Recife, esclarece o mesmo estudioso: “A designação Arrecife dos Navios indica que ali fundeavam os que se dirigiam à Capitania de Pernambuco, abandonando o velho porto do canal sul da ilha de Itamaracá”. p. 48.

para uso doméstico ou para alimentar as fornalhas dos engenhos. Caminhos de águas ora doces, ora salobras ou salgadas, que garantiam as ligações entre a vila de Olinda e a povoação dos Arrecifes, onde se localizava o porto principal da capitania; entre estas e as terras de engenhos de açúcar e de lavouras instalados ao longo das férteis várzeas do Capibaribe e do Beberibe. Caminhos por onde se comunicavam, enfim, a colônia e a metrópole.

Por sua vez, as praias que bordejavam a vila e seguiam em direção ao norte tiveram seu destino igualmente traçado pelas mãos do donatário. Foram consideradas menos em suas águas salgadas, que em relação aos matos que cresciam no seu solo arenoso:

“§ 5º. Outrossim, dali mesmo do varadouro rodeando pela praia ao longo do mar até onde sai o ribeiro de Val de Fontes, todo o mato dessa dita praia até cinquenta braças a dentro da terra, tudo será serventia da dita vila e povo, reservando que se não pode dar a pessoa alguma. E da dita ribeira sainte de Val de Fontes até o Rio Doce, que se chama Paratibe, tudo será serventia do povo e vila até as várzeas, que serão pouco mais ou menos duzentas braças de largo, da praia para dentro das várzeas, porque do rio Doce para a banda do norte fica com o termo de Santa Cruz outro tanto ao longo do mar, duzentas braças pela terra a dentro, de arvoredo para madeira e lenha do povo da vila de Santa Cruz, assim como atrás conteúdo é para a vila de Olinda.”¹²

A diferenciação inicial, que se firmou entre os usos verificados para as praias ao norte da vila e aqueles recomendados para as praias ao sul, teve por substrato as próprias condições naturais de cada sítio em particular, mas já então postas a serviço dos objetivos e interesses políticos e econômicos dos administradores e empreendedores coloniais. Saindo da sede do governo em direção ao sul, a aproximadamente uma légua de distância, uma estreita faixa arenosa abrigava a povoação dos Arrecifes e o seu porto. Verdadeira dádiva da natureza, da qual procuraram tirar bom proveito os colonizadores, o porto resultava da barreira natural formada pela ‘cinta de pedra’¹³ contra as vagas furiosas do mar. Principal porta de entrada e saída da capitania, o porto interligava

¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., p. 41-2.

¹³ “Uma cinta de pedra, inculta e viva,/ Ao longo da soberba e larga costa,/ Onde quebra Netuno a fúria esquiva do mar”. Assim Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, referiu-se aos arrecifes de arenito, que acompanham a linha da costa em boa parte do Nordeste do Brasil. “Arrecifes, ou Recifes, chama-se a extensa linha de pedra que emerge do Oceano, e contornam uma grande parte do litoral do Brasil, em maior ou menor distância e que se estende desde as proximidades da Bahia, ao Sul, até o Cabo de S. Roque, no Rio Grande Norte. Ora submergidos, ora ao nível do mar ou pouco mais elevado, oferece algumas interrupções cujas aberturas formam as barras e entradas para os portos de toda aquela extensão. Correndo quase sempre em linha reta, notam-se em alguns pontos, ramificações que se prolongam até certas distâncias e profundidades, e às quais se dá o nome de Tacis.” PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais pernambucanos 1701-1739*. Prefácio, aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 1984, v. 5, p. 438.

comercial e politicamente o Novo Mundo à metrópole, função essencial para uma economia agro-exportadora como a que se implantava na América portuguesa.¹⁴

Quanto à 'língua de terra' estreita e arenosa, aos poucos se foi animando e se enchendo de gente e de movimento em função da atividade comercial com o além mar. Por todo o século XVI, os donatários procuraram estimular e regular sua ocupação e povoamento, fazendo concessões de terras a título de aforamento perpétuo, a exemplo da que foi feita em favor de Gaspar Dias, "sem foro nem tributo algum por sua areia sáfia, que não produz fruto nenhum".¹⁵ Na povoação, construíram armazéns para guardar os carregamentos que chegavam de navio à colônia e para abrigar os produtos da terra com destino ao reino, o açúcar e o pau-brasil principalmente; ergueram trapiches e casas para o pessoal encarregado nos serviços de comércio e transporte. Assim, em 17 de dezembro de 1597, a Câmara de Olinda passava carta de aforamento perpétuo a Antônio de Albuquerque e família, dos "salgados do Recife (...) para os aterrar, e construir um passo com suficiência para depósito geral de todos os gêneros, com o fim de não prejudicar os interesses del rei (...)".¹⁶

Já nos séculos XVI e XVII, o movimento entre os dois sítios — o núcleo urbano de Olinda e a povoação portuária de que se originou o Recife — era intenso e expressava a relação de interdependência que se formara entre eles e que perduraria, modificada, pelos próximos séculos. Trafegava-se de um a outro ponto por três caminhos principais: pela chamada Carreira ou Estrada dos Mazombos; pela via fluvial, seguindo o curso do rio Beberibe, em trecho que corria paralelo e bem próximo à linha

¹⁴ A este padrão de conformação territorial, bastante comum àquele que foi o processo de ocupação de espaço colonial brasileiro, os geógrafos denominam de 'bacia de drenagem'. Sobre o mesmo, escreveu Moraes: "Esses centros portuários pioneiros articulavam os espaços produtivos drenados com os circuitos da economia-mundo em formação, expressando em suas próprias dimensões o valor da produção por cada um escoada. Foram eles os nós entre os fluxos terrestres e marítimos estabelecidos pela expansão mercantilista européia e que manifestavam, em sua função na estrutura espacial enfocada, a divisão do trabalho e as hierarquias entre os lugares subjacentes a esse processo. A dependência ante os circuitos externos qualificava positivamente os sítios portuários litorâneos no que toca às vantagens locais dos espaços coloniais na época." MORAES, Antônio Carlos Robert de. Op. Cit., p. 31-32. O porto do Recife, além da interface com o mar, situava-se na confluência de dois rios, o Beberibe e o Capibaribe, em cujas várzeas férteis instalaram-se as primeiras grandes unidades produtoras de açúcar, voltadas para o comércio de exportação. Sobre a organização econômica no sistema colonial e sua inter-relação com a estruturação dos espaços urbano e rural, ver REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. ed. ilustrada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1968; e SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

¹⁵ Carta de aforamento perpétuo a favor de Gaspar Dias, lavrada por Filipe Cavalcanti, capitão e governador loco-tenente do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, em 17 de dezembro de 1590, citada por PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 1, p. 619 - 20; v. 2, p. 114 - 5. Ver também, BERNARDES, Denis. Op. Cit. p. 28 - 9.

¹⁶ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 2, p. 112.

da costa; e havia uma terceira opção: o caminho da praia, contornando os montes da vila, um pouco mais além das cercas dos religiosos, descendo pelo istmo em cuja extremidade ficava o Recife. Este, entretanto, pelo menos nos idos do século XIX, era “raro tomado por causa da areia solta do solo e a completa exposição do viajante ao sol.”¹⁷

Quanto às praias arenosas do norte — menos entrecortadas de rios e entrelaçadas de mangues que as primeiras, e estando um pouco deslocadas do principal eixo de circulação por onde fluíam mercadorias e pessoas —, foram também franqueadas ao uso público, mas para que de seus matos se pudesse extrair lenha e madeira.¹⁸ Muitas espécies nativas, a exemplo do cajueiro, tiveram por destino o fogo das casas dos primeiros moradores de Olinda. Entretanto, se não estavam incluídas na rota principal do comércio, por onde escoava a produção agrícola local e eram distribuídas as manufaturas vindas da metrópole, inseriam-se na dinâmica do sistema colonial por outras vias. Os produtos extraídos de seus chãos — lenhas, madeiras, frutas nativas — e os de suas praias, rios e mangues — ainda a madeira e mais água potável, peixes, moluscos e crustáceos — supriam boa parte das necessidades básicas dos habitantes, sobretudo aquelas mais cotidianas. Concorriam, deste modo, para a formação de um incipiente e limitado mercado interno, voltado para o abastecimento de víveres e outros produtos de primeira necessidade para a população urbana. Além do que, seus frutos forneciam a única garantia de sobrevivência para certa parcela de homens livres e pobres e alívio de muitos os que viviam em cativeiro.

Assim, desde os primórdios da colonização, praias, rios, mangues, varadouros, ribeiras e fontes, situados no termo de Olinda, foram incorporados à vida econômica, social e ao cotidiano dos moradores do lugar. Como porto e caminho, constituíram elementos fundamentais na conformação da rede de circulação interna e externa. Estiveram na base da formação de um incipiente mercado interno de produtos de

¹⁷ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 51. Sobre os caminhos de Olinda e suas modificações ao longo do tempo, MENEZES, José Luiz da Mota. *Olinda: evolução urbana*. mimeo

¹⁸ Na cópia do *Foral de 1537*, confirmado por Duarte Coelho em 1550, a pedido dos vereadores da Câmara de Olinda, o donatário acrescentou ao documento original item no qual demonstrava sua preocupação com a preservação das matas e nascentes d'águas, bem como a distinção no uso e acesso às diferentes madeiras nativas: “E assim hei por bem de lhe dar e confirmar para sempre e mando que todo o povo se sirva e logre os ditos matos, lenhas e madeiras para casas, tirando fazer roças, que não farão, e assim árvores de palmo e meio de testa e daí para riba não cortarão sem minha licença ou dos meus oficiais, que por mim o cargo tiverem, porque as tais árvores são para outras cousas de maior sustância em especial, sob pena posta em meu regimento, e assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes.” MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., p. 42.

primeira necessidade, além de haverem possibilitado a existência de camadas sociais ligadas à intermediação entre o setor agrícola e o urbano, tais como jangadeiros, canoeiros, aguadeiros e outros.

No correr dos séculos, porém, sobretudo após os revezes sofridos por Olinda em decorrência da ocupação holandesa, muitas das terras doadas à Câmara e das terras destinadas ao uso público e ao bem comum haviam sido indevidamente ocupadas por terceiros, em parte por não haver clareza nas demarcações explicitadas no *Foral*, procuravam justificar os vereadores.¹⁹ Ao confirmar o referido documento por provisão régia, em 1678, o rei o fez com restrições, mantendo apenas os bens que estavam de posse da Câmara. Aqueles que estavam em mão de terceiros deveriam ser “requeridos por via judicial”. Documento constante no *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda* confirma que terras doadas pelo primeiro donatário, para uso e serventia da vila e povo, encontravam-se em mãos de particulares, pelo menos desde 1656: é uma petição de Manoel da Silva Pinto, do ano de 1663, requerendo confirmação de uma sesmaria de terra que lhe fora dada pela Câmara de Olinda:

“Manoel da Silva Pinto, morador da Vila de Olinda, que a ele lhe foi dado pela Câmara da dita Vila um pedaço de praia que corre da guarita de João de Albuquerque para a parte do Norte até entestar com Manoel da Rocha Vilasa, defronte da porta da Igreja do Carmo, para na dita praia fazer uma pescaria e assim mais lhe deram uma faixa de terra que corre no mesmo rumo, e cumprimento da dita praia das trincheiras para dentro e confrontada pela parte da Vila com as demarcações dos Religiosos de São Bento, e do Carmo; em a qual pescaria e terra havia feito ele suplicante, muitas benfeitorias de oito anos a esta parte que tantos há que está na posse delas. (...)”²⁰

O suplicante alegava estar de posse da dita praia, pescaria e terra, há muitos anos. Afirmava, também, haver realizado dispêndio considerável com as benfeitorias, “por serem de sua natureza umas areias salgadas, agrestes e infrutíferas, que com

¹⁹ Modificações sofridas na toponímia olindense fez com que as denominações referidas, no foral de 1537, não mais fossem reconhecidas em 1677, quando os vereadores da Câmara solicitaram ao rei confirmação régia do documento. MELO, J. A. Gonsalves de. Op. Cit., p. 40. Ainda nos anos que se seguiram imediatamente à expulsão dos holandeses, os funcionários da Coroa, ao executarem ordem do rei D. João IV, no sentido de tomarem posse das capitânicas e de suas rendas, apossaram-se também “dos sítios de pescarias e passagens dos rios”, que eram “logradouros dos povos e de seus próprios donos”. Em vista disso, o rei ordenava que lhos restituísse aos legítimos donos. SILVA, Luiz Geraldo. SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito: gentes do mar e escravidão no Brasil (séculos XVII ao XIX)*. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 120-1. A cópia da tese depositada na biblioteca do CAPH-USP, não traz impressas as notas bibliográficas de números 15 ao 34, que deveriam estar entre as páginas 115 e 131, do capítulo II, não foi possível identificar a fonte original.

²⁰ Ver “Sesmeira da terra que vai do nosso muro até o mar. (folhas 33)”, no *Livro do tomo do mosteiro de São Bento da cidade de Olinda*. Recife: Imprensa Oficial, 1948, p. 55-68. A grafia do texto original foi atualizada.

trabalho incomportável as tem reduzido a cultura.” No cerimonial de confirmação da sesmaria, Manoel da Silva Pinto “tomou uma enxada na mão, e cavou terra, e plantou árvores de fruto, e romeiras, pacoveiras e árvores de espinho ...”²¹

Eis, portanto, indícios claros de mudanças ocorridas na forma de ocupação de parte das praias da Olinda seiscentista, na percepção e trato daqueles chãos arenosos e sáfios, impróprios à cultura da cana de açúcar, dos quais se julgava aproveitar apenas lenhas e madeiras de uns matos de menor valor, mariscos, caranguejos e peixes. Pouco mais de um século após a redação do *Foral*, além da prática primitiva do extrativismo, as áreas de praias comportavam beneficiamentos em suas terras, dos quais deveriam provir rendas para seu benfeitor e foros para Câmara. Ficamos, por fim, a imaginar as alterações havidas na paisagem original daqueles sítios, um emaranhado de matos resistentes ao sol, ao sal e ao vento. Matos em muitos trechos já devastados, usados que foram como lenha por mais de um século. Uma nova paisagem brotava naquele solo costeiro, no qual florescia pacovas, romãzeiras, laranjeiras, limoeiros, cidreiras dentre outros possíveis frutos.

O documento, porém, leva-nos a outras paragens. Convida-nos a atravessarmos as terras agrestes — onde crescia a vegetação baixa e rasteira e, com muito custo, maturavam frutas estranhas ao solo — e alcançarmos as praias em seus verdes azuis. A observarmos ao menos parte do processo de posse, uso e propriedade das águas marinhas que, a despeito da aparente indivisibilidade territorial do elemento líquido, deu margem à manifestação de inúmeros conflitos.

Ali estava o mar, dito assim em palavras por um dicionarista do setecentos: mar, “porção de águas, que banha as costas do sertão, e da terra, é salgada, e amarga, e tem marés.” Mar que se abrandava em praias ao tocar o continente, ao menos ao correr da costa pernambucana, protegida pelos arrecifes em quase toda sua extensão. Praias que o mesmo Bluteau definiu como “a porção da ribeira que o mar cobre, nas maiores marés, e deixa descoberta nas menores”. Para acrescentar logo em seguida, em letras destacadas: “Ninguém poderá edificar na praia sem autoridade pública.”²²

Este mar, ora bravio ora manso e generoso, depositava alguns de seus muitos frutos nas praias. Uma dádiva divina, diria um Alviano, coisas dadas por Deus aos moradores do Brasil, sem que eles os plantassem ou os granjeassem. Acham “cousas de

²¹ Ibid, p. 58-9.

²² DICCIONARIO da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo 2º. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. 227 e 56, verbetes mar e praia, respectivamente.

mais importância” — Brandônio complementava o comentário do amigo — “sem lhes custar nenhum trabalho, nem indústria.”²³ Este mimo do mar, referidos nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, era o âmbar. O âmbar preto e o pardo, de que havia grande quantidade na colônia e com o que muitos haviam enriquecido entre o final do século XVI e início do XVII, a crer nas palavras de Gândavo: “de um e doutro, há saído muito nesta província, e sai hoje em dia, de que alguns moradores enriquecera e enriquece cada hora como é notório.”²⁴ Poucos anos depois, Brandônio confirmava o fenômeno: “muitos homens se fazem ricos neste Brasil com soma de âmbar que acham pelas praias, uns em muita e outros em menos quantidade.” Segundo ele, havia o âmbar branco e gris, que se achava nas costas de Jaguaribe, em Itamaracá, vendido a onça a quatro cruzados ou pouco mais; e o negro, encontrado nas praias de Pernambuco até a Bahia, que valia um pouco menos, de três a quatro cruzados a onça.²⁵

Mas havia frutos de natureza bem diversa, vivos, ligeiros e escorregadios, que para serem alcançados exigiam um diuturno e ritmado lidar: os peixes, mariscos e outros acepipes do mar.

1.2 A PESCA

Nos mares e praias de águas amargas e salgadas, nos rios e manguezais, a pescaria se fez atividade presente desde os primórdios da colonização, havendo item dedicado exclusivamente ao pescado e ao dízimo a ser cobrado sobre o mesmo, no *Foral de Pernambuco de 1534*.²⁶ Dízimos que, somados aos foros pagos pelos engenhos de açúcar, fizeram a fortuna do filho do primeiro donatário e herdeiro da capitania,

²³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966, p. 98.

²⁴ GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984, (edição fac-similada), p. 30.

²⁵ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., p. 100.

²⁶ “4º Item – De todo o pescado que se na dita Capitania pescar, não sendo ha cana se pagará a Dízima a Ordem, que é de dez peixes um, e além da dita dízima ei por bem que se pague mais meia dízima, que é de vinte peixes um, a qual meia dízima o capitão da dita Capitania haverá e arrecadará para si, por quanto lhe tenho feito mercê, como se contem em sua doação.” ‘Foral de Pernambuco’. In: GAMA, Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 1, 1º e 2º tomos, 1977, p. 53-9. O direito à meia dízima sobre o pescado foi um privilégio exclusivo do donatário de Pernambuco, um diferenciador entre as demais cartas forais passadas pelo rei, entre 1534 e 1535. GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil 1500-1800*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 20.

Jorge de Albuquerque Coelho; mas que, para o pescador livre e pobre, representaram mais uma forma de sujeição.²⁷

A fartura e diversidade do pescado chamavam atenção dos cronistas coloniais. Partes integrantes da dieta alimentar dos índios nativos há incontáveis eras, os assados e cozidos de peixes e crustáceos não tardaram a aparecer no cardápio dos colonizadores e escravos negros.²⁸ A população das áreas costeiras servia-se de peixes e camarões do salgado e rios, polvos, lagostas, lagostins, ostras e caramujos dos arrecifes. Por entre lama e raízes dos mangues, nas praias e arredores, pululavam ostras, variedades de mariscos e de caranguejos — uçás, guajás, aratus, siris, guaimuns — “o verdadeiro sustento dos pobres que vivem nela, e dos índios naturais e escravos da Guiné”, como bem observou Brandônio.²⁹

No primeiro século de colonização, os portugueses muito utilizaram o saber e a experiência dos silvícolas no que diz respeito à pesca e ao seu conhecimento sobre os mares e rios da banda de cá do Atlântico. Dentre as técnicas de pesca utilizadas pelos índios, estavam o uso do arpão e da flecha para peixes de grande porte, como o peixe-boi; as redes, os covos, os anzóis de espinhas e as linhas feitas de cânhamo; a ‘tapagem de vara’ em que os peixes se embebedavam com uma substância extraída da erva timbó; as camboas, espécie de tapagem nos rios em que o pescado ficava retido. Havia um outro meio de pesca, muito utilizado pelos da terra e de grande atração para os estrangeiros europeus: a jangada. Esta, segundo descrição de Gândavo, “são uns três ou quatro paus pegados nos outros e juntos. (...), sobre os quais podem ir duas ou três pessoas, ou mais se mais forem os paus, porque são mui leves e sofrem muito peso em cima d’água.”³⁰

A aparelhagem de pesca indígena, entretanto, estava mais claramente adaptada ao rio, à lagoa e à costa do que para o alto mar. Até o século XVII, eles não conheciam a vela, o leme e a quilha móvel da bolina, que lhes possibilitariam distanciar-se da linha da costa. Pescavam sempre com a terra à vista e é bem provável que não tenham conhecido “a solidão de uma noite oceânica”, como disse Câmara Cascudo.

²⁷ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971, p. 58.

²⁸ “É tão grande a cópia do saboroso e sadio pescado que se mata assim no mar alto, como nos rios e baías desta província de que geralmente os moradores são partícipes em todas as capitânias, que esta só fertilidade bastara a sustentá-los abundantíssimamente, ainda que não houvesse carnes de outro gênero de caça na terra (...)”. GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Op. Cit. p. 28.

²⁹ Brandão, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., p.168. Este autor dedicou várias páginas aos “pescados que habitam no terceiro elemento das águas ...”. Ver p.159-169.

³⁰ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Op. Cit. p. 36.

Significativamente, não existia a palavra mar no idioma tupi. Havia o termo *pará*, empregado para designar os grandes rios e para a imagem d'água imóvel e azul.³¹

Os portugueses utilizaram-se não apenas das tradições culturais marítima e fluvial dos nativos, mas do próprio índio, escravizando-o e tornando-o a principal mão de obra colonial nesse período, fosse na produção açucareira, no eito ou na atividade pesqueira. Nos séculos XVII e XVIII, a mão de obra indígena tornou-se menos importante para o mundo do trabalho colonial e, pouco a pouco, foi substituída pela do escravo negro de origem africana. Os africanos e seus descendentes, escravos e livres, assumiram o lugar antes ocupado pelos índios e portugueses nas lides do mar, assim como também se tornaram exímios navegadores nos rios que cortavam a região produtora de açúcar de Pernambuco. No século XIX, porém, seriam os negros e mulatos livres os principais representantes dessa categoria de trabalho, que incluía pescadores, canoeiros e marinheiros de cabotagem.³²

Economicamente voltada para atender à demanda do mercado de consumo interno, local e regional, ou utilizada como meio de subsistência sobretudo pelos grupos indígenas, homens livres pobres e escravos da terra e de origem africana, a pesca artesanal desenvolveu-se, em grande parte, condicionada pelas necessidades da economia açucareira. A pesca alimentava senhores, empregados e escravos dos engenhos de açúcar, sendo adquirida muitas vezes fora dos limites da propriedade; assim também, as populações das cidades, vilas e povoados, que compravam o pescado nas ruas ou mercados onde era vendido por pescadores livres, negros escravos e atravessadores, os chamados pombeiros.³³

Visando à exploração comercial do pescado, instalaram-se pesqueiras ao longo da orla marítima de Pernambuco e capitanias vizinhas, depois províncias, desde o século

³¹ CÂMARA CASCUDO, Luiz da. *Ensaio de etnografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 140 e 119.

³² A idéia de que os negros escravos e livres foram intensamente empregados nos trabalhos ligados ao mar, bem como que foram eles a dar “a cor, o tom e as principais características”, do que chamou de uma cultura marítima tropical, foi defendida por SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...*, p. 67-8. Ver também do autor, *Os pescadores na história do Brasil*. v. 1 (Colônia e império). Petrópolis: Vozes, 1988.

³³ Paul Singer definiu a estrutura da economia colonial como estando baseada em dois setores fundamentais: Um “Setor de Mercado Externo especializado, produzindo artigos ‘coloniais’ para o mercado mundial e um Setor de Subsistência, com baixo grau de divisão de trabalho, em que se produzem os elementos de subsistência para os que atuam em ambos os setores.” Havia ainda um terceiro setor, o de ‘Mercado Interno’, que existia apenas na medida em que não era possível importar tais serviços ou bens do exterior. SINGER, Paul. Op. Cit. p. 13. Para Nestor Goulart Reis Filho, as atividades econômicas rurais no período colonial dividiam-se na agricultura de exportação e a produção de subsistência. Sendo que a lavoura de subsistência era por ele entendida como “a produção destinada ao consumo e manutenção da unidade produtora e ou para venda no mercado regional”; REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit. p. 39-41.

XVI até pelo menos o XIX. Assim, em 1º de março de 1587, Amador de Freitas recebia carta de sesmarias, lavrada na vila de Olinda por D. Filipe de Moura, de uma parte de terras situada no litoral ao norte do Rio Doce, mais tarde conhecida como praia do Janga, livre de ônus e foro, “para construir uma casa — e poder por uma rede no Rio Doce da banda norte para benefício de pesqueira de redes.”³⁴

No século seguinte, pouco antes da invasão holandesa em 1630, Francisco Dias Delgado comprou a Bento Maciel Parente a propriedade Porto de Galinhas. Junto com a família, passou a ocupar as terras, “nas quais levantou casas, sítios, e pesqueiras, e cuidou da sua agricultura, particularmente plantando um extenso coqueiral.”³⁵

Durante o período da ocupação holandesa, 1630-1654, a pesca marítima artesanal ganhou maior importância no contexto da economia colonial, multiplicando-se o número de povoados ao longo da costa da atual região Nordeste e da pernambucana em particular. Por volta de 1630, Adriaen Verdonck escreveu que havia algo em torno de trezentos escravos em Olinda — para um total de quatro mil e oitocentos habitantes — ocupados na pesca de rede, pesca de alto mar e na coleta de caranguejos. Data desse período, a criação do mercado de peixes do Recife e do Mercado Grande de Maurícia, atual bairro da Boa Vista, onde o peixe era vendido “sob os coqueiros”, sinais do quanto o pescado estava presente na vida da população local.³⁶

Pernambuco, porém, sobretudo o núcleo urbano do Recife e de Maurícia, mas também o meio rural, sofria para manter sua gente abastecida dos gêneros de primeira necessidade, pois, como sentenciou Gonsalves de Mello, “tudo estava dominado pela cana de açúcar.” Os víveres eram caros. A maioria vinha de outras localidades, até mesmo da Holanda. Muita farinha de mandioca e grande porção de peixe seco provinham das Alagoas. O governo holandês incentivava os da ilha de Itamaracá, pensada para ser uma espécie de celeiro, a investirem nas plantações de mandioca, hortaliças e frutas — uvas, pacovas, bananas, batatas, abacaxis, jerimuns, melões, mamão, feijão etc. —, tabaco e algodão. Da Holanda, chegavam o vinho, queijo,

³⁴ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 1, p. 579.

³⁵ Id. Ibid. v. 2, p. 589.

³⁶ Ver ‘Memórias oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de Maio de 1630.’ In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para história do Brasil holandês*. v.1. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981, p. 42-3 apud SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...*, p. 103. Sobre a localização dos mercados, MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3 ed. aumentada. Recife: Editora Massangana, 1987, p. 112.

toucinho, manteiga e também o peixe seco e o bacalhau. Peixes de água doce e salgada eram trazidos ao mercado do Recife, vindos da região do São Francisco, São Lourenço e dos litorais do Una, Serinhaém, Jaboatão, Rio Grande e Paraíba e de onde mais que tivesse um excedente de pesca.

Os viveiros de peixes muito provavelmente surgiram neste contexto de dificuldade de abastecimento de víveres por que passava Pernambuco. Uns atribuem sua origem aos caetés, outros, aos holandeses. Fato é que foram aperfeiçoados e difundidos no período do governo holandês no Brasil, como tentativa de banir a crescente falta de alimentos e ameaça de fome que perseguia principalmente as populações urbanas³⁷ Os viveiros eram tanques artificiais, construídos nos estuários dos rios próximos aos manguezais, principalmente os do Recife, nos quais se lançavam os peixes a serem criados: merote, carapebas, curimãs, camorins, tainhas, saúnas, bicudas. Intercomunicavam-se com as marés pela chamada porta d'água, através da qual a água podia ser renovada diariamente e seu nível, controlado. Ao avizinhar-se a Semana Santa, ocorria a despesca. O proprietário do viveiro, após haver tirado o necessário ao seu próprio consumo, vendia o excedente do apanhado para os atravessadores de peixes ou diretamente para a população.³⁸

No geral, porém, os peixes eram trazidos de praias distantes dos mercados a que se destinavam, passando pelo processo de salga antes de serem transportados e vendidos. Deste modo, poderiam conservar-se desfrutáveis e, quiçá, saborosos por mais tempo. Daí a exploração e o comércio deste minério haver mantido tão estreito vínculo com a indústria pesqueira, durante o período colonial e para além deste. Pereira da Costa considera que a “indústria do sal foi talvez a primeira iniciativa entre nós ...”, uma vez que as cartas de doação de terras das capitânicas de Pernambuco e de Itamaracá, respectivamente datadas de 1534 e 1535, faziam menção às marinhas de sal. Duarte

³⁷ No chamado “Testamento Político”, Maurício de Nassau recomendava aos seus sucessores a conservação do jardim de Vrijburg, e dos viveiros de peixe por serem de grande serventia em tempos de penúria. Pelo mapa de Goliath, tratava-se de “um viveiro principesco”. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos ...* p. 218.

³⁸ SCHUBART, Otto. *A pesca nos estados de Pernambuco e Alagoas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1944, p. 18-23. Ver também, PEDROSA, Carlos. Viveiros de peixe e o uso da tarrafa. *Anuário de Olinda*. Olinda, ano V, n. 5, dez. 1951, p. 51-3. Em 1946, o jornal anunciava a despesca de um viveiro em Olinda: “terá início hoje às 22 horas a despesca dos viveiros nesta cidade e zonas distritais, sendo o produto vendido no próprio local aos preços adotados pela tabela da Prefeitura do Recife. Rigoroso policiamento a cargo de praças do destacamento local, e fiscais da prefeitura de Olinda, assegurará o cumprimento daquela tabela.” DE OLINDA – Pescado de viveiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 abr. 1946 apud *Diário de Pernambuco*. 17 abr. 1996. Há 50 anos, p. A-3.

Coelho doou a Tristão de Mendonça duas léguas de terra no litoral, do Cabo de Santo Agostinho para o sul, para cultivo da cana, algodão e para ter “marinhas de salinas”.³⁹

Segundo a mesma fonte, a indústria do sal permaneceu próspera até a chegada dos holandeses, em 1630. Sofreu tal grau de desorganização nos anos subseqüentes que, em 1648, era necessário vir sal de Lisboa para suprir a demanda interna do produto. A partir de então e até inícios do século XIX, o governo metropolitano impôs rígido controle sobre a produção e o comércio do sal, estabelecendo o monopólio da Coroa sobre o produto — repassado aos contratadores, de origem portuguesa em geral — e proibindo sua extração no território colonial, ou só o permitindo em escala muito pequena. Além disso, diversos impostos e taxas incidiram sobre a venda do sal, encarecendo-o. Como consequência, instalou-se a prática da especulação abusiva sobre o produto, tornando-o ainda mais caro. Houve ainda os que recorreram à extração do sal em pequenas salinas clandestinas, localizadas principalmente em pontos do litoral do Rio Grande do Norte e Ceará.⁴⁰

A situação só veio a se modificar com a carta régia dirigida ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em 7 de setembro de 1808, ordenando-lhe “que promovesse a extração do sal de marinhas em Pernambuco, Itamaracá e Assu”, sendo o produto exportado para o Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁴¹ Em viagem que fez a Itamaracá, poucos anos após a publicação deste documento régio, Koster conheceu as salinas da ilha e observou: “As salinas da ilha são uma das maiores fontes de sua riqueza. Estão formadas sobre as praias de areia que a maré recobre no preamar.”⁴² Um outro viajante, George Gardner, visitou uma grande salina marinha de propriedade de Alexandre Alcântara, em 1837, também na ilha de Itamaracá. Era uma, dentre as vinte e quatro salinas existentes no lugar chamado Jaguaribe. O processo de extração do sal era simples:

³⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit. v. 3, p. 315 e segs.; SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil ...* p. 61-3.

⁴⁰ O que aconteceu em relação ao sal não foi um fato isolado. Na segunda metade do século XVII, a Coroa adotou rígidas medidas centralizadoras, visando a obter um maior controle político e econômico sobre o território colonial, enfraquecendo a autonomia e o excesso de poder que se haviam concentrado nas mãos dos proprietários rurais. As atividades do comércio externo ficaram restritas às companhias privilegiadas e aos comerciantes portugueses, limitando o controle dos latifundiários sobre a produção dos produtos agrícolas. REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit., p. 42-9. Ver também, SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 179-81.

⁴¹ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v.3, p. 317.

⁴² KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura – Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 266.

“... sua salina [estava] estabelecida num vale dentro do qual a água corre na maré alta. A água de que se faz o sal é conservada em grandes reservatórios, donde a fazem correr de tempos a tempos para dentro de poços e aí a deixam evaporar-se.(...).

O lugar onde a água se evapora divide-se em pequenos compartimentos, com dezesseis pés por doze.

A do Sr. Alcântara tem cento e vinte desses compartimentos, em cada um dos quais se faz correr duas polegadas de água do grande reservatório e esta se evapora completamente em oito dias.”⁴³

Três qualidades de sal eram produzidas: a melhor, destinava-se ao consumo doméstico; uma intermediária servia para salgar o peixe, e a terceira e inferior era utilizada principalmente na salga do couro.

Em torno da atividade pesqueira ou diretamente associada a mesma, movimentava-se um intenso e vivo comércio. Para trazê-lo abastecido, era preciso não só manter ativas as unidades produtoras do pescado nos rios, mares, estuários e lagoas; como também estabelecer redes de circulação eficazes, em que se destacavam as vias marítimas e fluviais e as canoas e jangadas como meio de transporte.

As jangadas, herança cultural indígena, despertaram um vivo interesse entre os portugueses — assim como os anzóis de ferro haviam atraído a atenção dos indígenas — não só pela estampa exótica da embarcação, mas pelo que de paradoxal ela continha: a aparente fragilidade contrastando com a eficácia e capacidade de adaptação ao meio natural, acentuadas pela destreza e agilidade dos que a conduziam.⁴⁴ Os colonizadores apropriaram-se do uso da jangada e aperfeiçoaram-na, tornando-a mais ágil e segura para enfrentar as intempéries do mar aberto. Dotaram-na de vela, possivelmente entre finais do século XVI e 1635; acrescentaram-lhe o remo de governo e a bolina.⁴⁵ Com essas e outras modificações, o tempo de estada no mar se prolongou para muito além da jornada primitiva, que se iniciava ao amanhecer e findava ao por do sol, possibilitando um aumento no volume do pescado.

No início do século XIX, essa embarcação de origem milenar havia adquirido sua forma mais acabada, e pouca ou nenhuma mudança significativa viria a sofrer. Ao

⁴³ GARDNER, George. Op. Cit., p. 55.

⁴⁴ A jangada foi mencionada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* dirigida ao rei, dando conta do descobrimento da, então, Terra de Vera Cruz, tendo sido por ele denominada de almadia. Na Índia, existia uma embarcação similar, composta por três ou quatro paus amarrados, chamada janga. A balsa maior, com cinco a sete paus, era conhecida pelo nome de jangada. Entre os tupis, recebiam o nome de *piperis* ou *igapebas* ou *igarapebas*. Ver CÂMARA CASCUDO, Luiz da. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964, p. 56-9. Quanto aos anzóis de ferro e sua importância na relação entre colonos e índios, ver SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...* p. 49.

⁴⁵ CÂMARA CASCUDO, Luiz da. Op. Cit., especialmente o capítulo ‘Modificações: a vela, a bolina e o remo de governo.’, p. 77-97.

aproximar-se do porto do Recife em 2 de novembro de 1809, as jangadas provocaram viva impressão no viajante de ascendência inglesa, Henri Koster:

“Nada do que vimos nesse dia excitou maior espanto que as jangadas vagando em todas as direções. São simples balsas, formadas por seis peças, duma espécie particular de madeira leve, ligadas ou encavilhadas juntamente, com uma grande vela latina, um pagaio que serve de leme, uma quilha que se faz passar entre duas peças de pau, no centro uma cadeia para o timoneiro e um longo bastão bifurcado no qual suspendem o vaso que contém água e as provisões. O efeito que produzem essas balsas grosseiras é tanto maior quanto não se percebem mesmo a pequena distância, senão a vela e os dois homens que as dirigem. Singram mais próximos do vento que outra qualquer espécie de embarcação.”⁴⁶

O processo de ocupação e povoamento do litoral intensificou-se no século XVIII, quando então, uma determinada estrutura fundiária nas áreas de praias se foi consolidando e as povoações de pescadores adquiriram uma configuração mais definida e duradoura, como a história se encarregaria de mostrar. Este teria sido, na opinião de Câmara Cascudo, “o século do povoamento nordestino”. As jangadas no mar eram de encher a vista, pescando, transportando sal, peixes, correspondências, pessoas e, também, o contrabando: de negros, do sal e outros produtos. “É a fase em que nascem os povoados de pescadores em sua maioria, olhando a pancada do mar”. Época igualmente “do plantio dos coqueirais que dariam à paisagem litorânea a moldura característica de sua ornamental presença.”⁴⁷

Luiz Geral Silva partilha da opinião do etnógrafo e folclorista, porém, analisa a questão sob um ponto de vista político e social:

“É a partir de então [século XVIII] que os coqueirais passam a ser plantados ao longo da linha costa, que as jangadas começam a fazer parte integrante da paisagem marítima do Nordeste e que os currais de peixe e as proibições de acesso às praias por parte dos senhores terratenentes locais se encarregam de demarcar os distintos lugares

⁴⁶ KOSTER, Henri. Op. Cit., Vários outros viajantes estrangeiros, que visitaram Pernambuco no século XIX, não apenas descreveram como experimentaram fazer uma viagem de jangada margeando a costa. George Gardner foi um dos que se aventurou em jangada, indo do Recife à ilha de Itamaracá, não se furtando de tecer o seguinte comentário: “A um estrangeiro afigura-se singular esta espécie de barca; e, se não me houvessem garantido que, primitiva como é, oferece perfeita segurança, decerto eu relutaria em tomá-la.” GARDNER, George. Op. Cit., p. 55. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 127-30; DENIS, Ferdinand. *Brazil*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, s.d. tomo II, p. 86-7; “A jangada não se parece com coisa alguma do que já vi antes”, frase de GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1990, p. 127.

⁴⁷ CÂMARA CASCUDO, Luiz da. Op. Cit., p. 73.

sociais — e, logo, as relações de poder e dependência — vigentes nas comunidades em questão.”⁴⁸

A maioria desses povoados se formou em terras pertencentes a terceiros: às Câmaras municipais, caso da Câmara de Olinda; aos engenhos de cana de açúcar, cujas terras por vezes se alongavam até a beira-mar; às diversas ordens, confrarias e irmandades religiosas católicas aqui instaladas; ou a proprietários de terras na orla marítima. Eram largas e extensas porções de terras, algumas de centenas de hectares, a exemplo da propriedade de Maranguape, do mestre de campo general João Fernandes Vieira, no século XVII, “onde tinha uma boa casa de vivenda, capela, sítios de coqueiros e pesqueiras.” A propriedade limitava-se “ao Norte com terras do engenho Jaguaribe, compreendendo daí para o sul as praias de Pau Amarelo e Janga até o Rio Doce, Salinas, Forno da Cal, Pesqueiras e Coqueirais.”⁴⁹ Já as terras da praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, pertenciam ao engenho Jurissaca, do ‘fidalgo e opulento agricultor’ João Paes Barreto, que as deu como dote de casamento à filha, em 1614. Mais de um século depois, em 1749, “um pesqueiro de rede na praia do Paiva com quinhentas braças de terra para o sertão, da barra de Jangada até o Tapuama”, era legado ao Hospital de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus, pelo coronel D. João de Souza.⁵⁰

A Igreja Católica, por suas ordens, confrarias e irmandades religiosas, era proprietária de extensas braças de terras ao longo do litoral, adquiridas por compra ou doação. Terras e um sítio de coqueiros em Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, foram doados por D. Beatriz Pinheiro de Lima à capela de N. S. do Pilar, em 1699.⁵¹ A capela de N. S. da Boa Viagem tornou-se proprietária das terras em que estava situada, por doação de Baltasar da Costa Passos e de sua esposa d. Ana de Araújo Costa, em 6 de junho de 1707. Tinha cem braças de frente e uma légua de fundo, indo da praia ao rio

⁴⁸ SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...* p. 118. Por volta de 1836, Gardner registrou suas impressões de viajante acerca de uma povoação de pescadores na ilha de Itamaracá: “como a principal ocupação dos habitantes é a pesca, suas casas ficam geralmente perto da praia. Os peixes são principalmente apanhados em cercados ou currais feitos de estacas um pouco além do ponto da baixamar.” Outra fonte de renda dos habitantes eram os coqueiros, “que cingem de densa e profunda mata a parte superior da ilha.” GARDNER, George. Op. Cit., p. 56.

⁴⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 1, p. 579-580. Sobre os sítios na zona litorânea aforados à Câmara de Olinda, nos séculos XVIII, XIX e XX, ver AGRA, Valéria. *Projeto Foral de Olinda ...*, especialmente o item ‘Identificação de áreas’.

⁵⁰ Para o engenho Maranguape, ver PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 1, p. 579-80; sobre a praia do Paiva ver, id. Ibid. v. 2, p. 353 e v. 4, p. 241.

⁵¹ Id. Ibid. v. 4, p. 504.

Jordão.⁵² Na lista dos bens patrimoniais dos jesuítas de Olinda, até o ano de 1761, quando foram expulsos da colônia, constavam terras na povoação do Rio Doce e seu extenso coqueiral, as quais eram divididas em sítios. Os jesuítas do Recife eram possuidores da fazenda Barreta, com capela, casa de vivenda e outros prédios, senzala, pomar e grande coqueiral: “a propriedade era dirigida por um feitor, dava boa renda, servia como que de quinta de recreio para os padres, e de onde lhes vinha ainda a lenha, a farinha de mandioca, legumes e frutas para o refeitório.”⁵³

1.3 O COQUEIRAL

Os coqueiros, extremamente favorecidos pelo clima tropical úmido do litoral de Pernambuco, atingiam sua maior exuberância e produtividade nos terrenos situados à beira do mar. Passaram a compor a paisagem das praias locais pelo menos desde as primeiras décadas do século XVII, como atesta a citada informação referente à plantação de extenso coqueiral que fez Dias Delgado em sua propriedade Porto de Galinhas, em data anterior a 1630.⁵⁴ Muito provavelmente, porém, expandiram-se e se multiplicaram nos séculos seguintes, acompanhando o processo de intensificação do povoamento do litoral e a ampliação das necessidades de abastecimento impostas pelo mercado.

As comunidades pesqueiras fixaram-se nessas terras arenosas da costa, por entre a vegetação rasteira e as sombras dos coqueirais. Terras imprestáveis ao cultivo da lucrativa cana de açúcar, mas valorizadas e tornadas rentáveis a partir da exploração

⁵² Id. Ibid. v. 5, p. 107-8.

⁵³ Id. Ibid. v. 3, p. 283. A fazenda Barreta ficava no atual bairro do Pina. Em 29 de julho de 1871, o *Diário de Pernambuco* anunciava a venda da propriedade, que possuía “légua e meia de comprimento de leste a oeste e meia légua de largura, de norte a sul, à margem da estrada de ferro do Recife ao São Francisco, com casa de vivenda, grande número de pés de coqueiros, sendo toda a terra de muita produção ...”; nota de José Antônio Gonsalves de Mello ao ‘O Diário do governador Correia de Sá, 1746-1756’. *Rev. Inst. Arq. Hist. Geog. Pern.* Recife, v. LVI, 9-378, 1983. A citação encontra-se às páginas 343-4.

⁵⁴ A poucas centenas de metros da orla, os jesuítas do colégio de Olinda cultivavam em seu quintal grande variedade de frutas: parreiras, figueiras, laranjeiras, melões, pepinos, romãs e muito coqueiro, como assinalaram os padres Fernão Cardim e Anchieta, que os visitaram respectivamente em 1584 e 1585. Já Brandônio, em obra publicada em 1618, referiu à grande “quantidade de coqueiros” que havia na terra, e mais haveria, segundo ele, se os plantassem. *DIÁLOGOS das grandezas do Brasil ...* p. 134. Conforme Pereira da Costa, baseado em informações de Simão Estácio da Silveira, de 1624, a propagação dos coqueiros para o norte, até o Maranhão, teria partido de Pernambuco. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Op. Cit.*, v. 4, p. 142-3. O próprio conde Maurício de Nassau, ao construir o palácio de Vrijburg e seu grande parque, concluídos em 1642, mandou arrancar e transplantar, de três a quatro milhas de distância, coqueiros enormes, já adultos, o que causou viva impressão nos contemporâneos. Também em Maurícia, existia o “terreiro dos coqueiros”, onde ficava o grande mercado do lugar. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos ...* p. 102-3.

econômica da pesca e das plantações de coqueiros. Assim o percebeu Koster, quando de suas viagens pelo litoral das províncias do Norte do Brasil, como então se chamava parte da atual região Nordeste, nas primeiras décadas do século XIX:

“As terras arenosas do litoral onde se planta o coqueiro seriam, sem ele, desvalorizadas e inúteis. As rendas dos coqueirais as tornam valiosas. Os terrenos ocupados por essas plantações dão uma renda segura aos seus proprietários que as cultivam sem dificuldades quando para as demais culturas muitos esforços são exigidos.”⁵⁵

Os proprietários arrendavam os sítios de coqueiros — e os currais de peixe, quando os houvesse — aos pescadores, que ali construíam as caiçaras e suas moradas utilizando a própria folha dos coqueiros para compor as paredes e cobertas das mesmas. O depoimento de Caetano Pinto de Miranda, governador de Pernambuco entre 1802 e 1817, é bastante elucidativo sobre as relações sociais que imperavam nesse mundo da pesca e da plantação de coqueiros: “Os proprietários das terras limítrofes à praia costumam arrendar os sítios, que nelas tinham, em que os pescadores faziam casas para vivenda, e para guarda de seus pobres utensílios.”⁵⁶

A renda dos sítios baseava-se no número de pés de coqueiros neles contidos, o que, em outras palavras, significava que o valor da terra não estava no solo em si, mas era relativo, neste caso, ao número de coqueiros produtivos existentes em cada chão e do lucro que adviesse daí. Após dois dias passados em meio ao “povo de Itamaracá” e haver observado o modo de vida de uma comunidade de pescadores, nos finais da década de 1830, o norte-americano Kidder anotou: “Diversos moradores possuem pequenos lotes de terra ocupados com suas cabanas e alguns coqueiros; outros arrendam a terra, à razão de dois mil réis por mês. Assim é que grande parte do distrito do Pilar paga aluguéis a Nossa Senhora já que as propriedades foram legadas à igreja.”⁵⁷

O governador do Rio Grande do Norte informa-nos um pouco mais sobre o sistema de arrendamento dos sítios à beira-mar, naquela capitania. Os senhores, aos quais foram concedidas datas de terra pelos governadores, tinham pleno domínio sobre elas, podendo arrendá-las “por cômodo e justo preço, aquela porção somente necessária,

⁵⁵ KOSTER, Henri. Op. Cit. p. 234.

⁵⁶ Documento datado de 1816, transcrito por SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...* p. 124. A caiçara era “Um pequeno abrigo de palha de coqueiro, sem parede, onde recolhem a jangada e o material de pesca.” “VOCÊ sabe quê ...”. *Praieiro*. Recife, n. 14, 14 dez. 1946, p. 4 (2ª série).

⁵⁷ KIDDER, Daniel P. Op. Cit. p. 125.

para os pescadores terem os seus ranchos, e serventia, durante o tempo da pescaria, que não excede de três ou quatro meses.”⁵⁸

Tão marcante e perceptível se tornou a relação entre povoado, pescadores e plantação de coqueiro na paisagem litorânea, que um arguto viajante da primeira metade do XIX pode assim concluir: “quando se avista ao longe um grupo de coqueiros, já se sabe de antemão que por perto existem moradores.” O depoimento de Koster reforça a observação anterior: “As praias da ilha são cobertas de coqueiros no meio dos quais se espalham as choupanas de palha, dos pescadores, e, algumas vezes, vemos bonitas casas, pintadas de branco, cujos donos levam uma existência frugal mas asseada.”⁵⁹ Como as jangadas, os coqueiros retinham, fascinado, o olhar dos viajantes europeus. Tollenare considerava-a a árvore equatorial por excelência. “Acreditava — dizia — não poder tomar posse da América sem saborear o fruto sobre a própria árvore”. Koster expressava a sua sensibilidade burguesa e européia para com a natureza tropical, exaltando a beleza dos coqueirais:

“Esses coqueirais, através dos quais o olhar alcança lonjuras, e as choupanas, feitas inteiramente de palhas das mesmas árvores, situadas entre elas, formam recanto e visão muito pitoresca. E, como freqüentemente sucede, quando a casinha fica na orla do bosque, onde finda o coqueiral, de onde se vê por detrás, a folhagem verde-escura da mata, a paisagem se torna romântica. Quando o vento é forte, o sussurro das palmas dos coqueiros e o rumar das ondas aumentam o encanto à cena selvagem.”⁶⁰

Ao fim do campo enxadrezado, onde os viçosos coqueirais reinavam sobre uma vegetação arbustiva e rasteira abrigando as comunidades praieiras, seguiam as planícies arenosas ou a região das dunas e suas matas. Nelas, vicejavam as espécies nativas: o caju, a mangaba, o araçá e a goiaba, que se misturavam a fruteiras vindas de outros

⁵⁸ Informação do governador do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, sobre requerimento de Bento José da Costa. Natal, 2 de setembro de 1808. In: SECRETARIA do Governo de Pernambuco. Documentos do Arquivo. Presidentes de províncias 1802-1817, v. 1. Recife, 1941. Os meses de pesca correspondiam à estação seca do verão nos trópicos, quando os ventos se tornavam mais brandos e confiáveis, as águas, mais claras; os peixes, porém, mais difíceis de serem encontrados. George Gardner, quando de sua estada em Pernambuco, por volta de 1836, assistiu à despesca de um curral de peixe pertencente a Alexandre Alcântara, dono também de uma grande salina, no mês de dezembro. O apanhado era cerca de uma dúzia de “muito belos” peixes. Foi informado, porém, que àquela época, apanhava-se tão pouco peixe que mal dava para o consumo das famílias possuidoras do cercado. “Na estação das chuvas, porém, colhem-se em tanta abundância, que se enviam botes carregados deles para o mercado de Pernambuco [do Recife]. GARDNER, George. Op. Cit., p. 57.

⁵⁹ Comentários, respectivamente, de KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 128; e KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 226.

⁶⁰ KOSTER, Henri. Op. Cit. p. 234; a citação anterior é de TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura – Governo do Estado, 1978, p. 34. Este viajante francês morou no Recife, entre os anos de 1816 e 1817.

quadrantes equatoriais: mangueiras, jaqueiras, pés de fruta-pão, bananeiras, mamoeiros, laranjeiras e diversos tipos de palmeiras e pequenos roçados de cultura temporária, como a mandioca e o café. Frutas, raízes e grãos, todos ajudavam a saciar a fome do homem do litoral e a fixar uma paisagem no espaço litorâneo que perduraria por séculos, para além mesmo de sua existência real, resistindo na memória dos habitantes da região.

Atentos à diversidade que os cercava, tanto em seus aspectos naturais como no social, os viajantes fizeram importantes observações sobre o estado do povoamento da costa pernambucana, na primeira metade do XIX. Koster, registrando em suas memórias à jornada que fez a Goiana, com o objetivo de obter vinte indígenas trabalhadores na aldeia de Alhandra, registrou: “Por toda a parte onde a rebentação não é violenta, a praia é densamente povoada na extensão da costa, entre Olinda e a barra de Goiana.” Kidder confirma a observação anterior, retendo-se no caso específico de Itamaracá:

“No dia seguinte avançamos, a cavalo cerca de duas milhas ao longo da praia meridional da ilha, ora passando por veredas coleantes entre cabanas, ora pela areia branca da praia. Por todo o trajeto as casinhas se sucediam com certa regularidade. Já no dia anterior tínhamos observado a mesma cousa a cerca de milha e meia ao poente. Assim, pode-se dizer que toda a praia oriental da Itamaracá está coberta de habitações protegidas pela sombra de um só coqueiral imenso, contínuo.”⁶¹

A paisagem e ocupação do litoral norte de Pernambuco fizeram correr a pena de Vauthier, que anotou em seu diário, em novembro de 1840: “Do Rio Doce a Maria Farinha, a costa é extremamente baixa. É coberta de coqueiros e marginada quase continuamente de casas de pescadores.” Acrescentou ao comentário informação obtida com Méliquet, segundo o qual, naquele trecho de praia citado, “em uma extensão de 4 a 5 léguas, há cerca de oito mil pescadores. Em toda distância, vêem-se 3 ou 4 casas cobertas de telhas e feitas de pedra e cal.”⁶²

Em direção oposta, no litoral ao sul do Recife, os núcleos de habitações pareciam mais ralos, menores e mais dispersos que os do norte, pelo menos a julgarmos pelo depoimento de Tollenare. Em excursão que fez ao engenho Salgado, distante vinte léguas a sudoeste do Recife, teve o cuidado de anotar os povoados à beira-mar pelos quais passou. Após haver percorrido quinze léguas na madrugada, encontrara um povoado, três engenhos, uma destilação de aguardente e mais alguns miseráveis

⁶¹ KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 121.

⁶² VAUTHIER, Louis Léger. *Diário íntimo do engenheiro Vauthier 1840 – 1846*. Prefácio e notas de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Cultura, 1940, p. 108.

mocambos de taipa ou de folhagem. O povoado era o de Boa Viagem e as palhoças pertenciam a negros e mulatos livres, que cultivavam um pouco de mandioca e alguma banana. Nas redondezas da propriedade Sibiró, tomou conhecimento de alguns povoados que contavam com padre, o notário e um cirurgião. Eram eles Nazaré, sobre o Cabo de Santo Agostinho, com cerca de vinte fogos; Serinhaém, com vinte fogos; sete ou oito casas no Cabo; a povoação de Nossa Senhora do Ó, não sabendo informar se havia povoação em Ipojuca.⁶³

Os coqueirais — que tanto traziam riqueza para os donos da terra quanto expunham a expropriação e situação de pobreza em que viviam o pescador e rendeiro do sítio — fincaram profundas e duradouras raízes nos solos arenosos das praias. Por mais de quatro séculos, seus troncos delgados e as folhas verde-escuras sublinharam o recorte da faixa litorânea. Incorporaram-se integralmente ao meio físico-ambiental, assim como ao modo de vida e ao cotidiano das comunidades litorâneas e áreas próximas. Ao abrigo dos coqueirais e de frente ao mar, os pescadores urdiam as redes de pesca, trançavam o junco para confeccionar os covos, fabricavam os anzóis, remendavam o gasto tecido de algodão das velas das jangadas — único sinal de indústria moderna naqueles quadrantes marinhos. Suas mulheres limpavam o peixe para dar o de comer à família, faziam rendas de linha branca para os seus ou para vender às senhoras de famílias ricas dos engenhos ou das cidades.

A gente do litoral aprendeu a tirar proveito de todas as partes que compunham aquela árvore, tudo artesanalmente: na habitação, culinária e na confecção de utensílios domésticos. Souberam desfrutar sua sombra e sonoridade das folhas ao vento, e tê-lo como inspiração para o canto, a dança, lendas e poesias:

“é uma árvore preciosa e cada parte está apropriada para uma finalidade útil. Os brasileiros dizem que ela proporciona a sombra e o alimento; do seu tronco e de suas palmas constroem as cabanas; de suas raízes fibrosas tecem os cestos, e as cordas são fornecidas pela entrecasca. O fruto dá alimento e bebida, e se obtém um excelente óleo, depurando o sumo que se extrai prensando sua polpa. O fruto é de uso geral na cozinha da gente pobre, e constitui um dos principais artigos no comércio interno.”⁶⁴

⁶³ TOLLENARE, L. F. Op. Cit., p. 42-4;66 e 77. As grandes propriedades ocupadas pela cana de açúcar imperavam absolutos na rica região da mata sul de Pernambuco, dificultando o surgimento de outras formas de ocupação da terra e a formação de núcleos urbanos. A vinte e sete ou vinte e oito léguas a sudoeste do Recife, topava-se com as últimas habitações. Em relação ao norte, a cultura do algodão disseminava-se mais e mais, interiorizando a ocupação da região e estendendo as habitações e culturas a até cem ou cento e cinquenta léguas a dentro.

⁶⁴ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 358-9. Havia uma cordoaria de cocos, de propriedade do português chamado Veigas, que ficava entre Olinda e o Recife. TOLLENARE, L. F. Op. Cit., p. 134.

Cultura de alto valor no mercado interno, os coqueirais traziam a marca da monocultura e o caráter de cultura permanente. Pouco exigentes em mão-de-obra, nasciam espontaneamente ou eram plantados em fileiras, necessitando de cuidados apenas de três em três meses, para podas e colheitas, cuja primeira produção ocorria de cinco a sete anos após o plantio das mudas, quando em áreas de praia. Daí — e contra todas evidências empíricas — haverem sido apontados, pelos que se dedicaram ao estudo do tema na segunda metade do século XX, como uma cultura desenraizadora, ou melhor, que não proporcionava o surgimento de aglomerados ao seu redor: “...não é ao coqueiro que devemos à ocupação humana das praias e à sua densidade populacional”, no dizer de Mário Lacerda de Melo. E continuando: “O habitante do litoral vive menos em função do coqueiral que da pesca, em pequenas e pitorescas aglomerações de pobres casas.” E dentre as atividades praticadas, as técnicas e os meios de pesca, seriam as jangadas “o elemento fundamental e central do conjunto”. Concluía seu raciocínio destacando a relação contraditória que se criara entre a estética e harmonia da paisagem e a estrutura social desigual que brotava dos coqueirais: “O pescador, o mar, a jangada, os baixos terraços marinhos, a restinga, os coqueirais formam um conjunto único que constitui toda harmonia da paisagem. Mas a estrutura social do coqueiral contrasta com esta unidade e esta harmonia que traz a árvore.”⁶⁵

Filiando-se a esta linha de pensamento, Hilton Sette afirmou: “As plantações de coqueiro são, de um modo geral, uma forma de uso da terra divorciada do povoamento local.” Opinião partilhada por Manuel Correia de Andrade:

“Embora o coqueiro seja uma planta de grande valor econômico, a ponto de se calcular o valor das propriedades na praia não pela extensão, mas pelo número de palmeiras frutificando que possui, não moldou uma civilização típica como a cana-de-açúcar e não emprega, permanentemente, uma grande quantidade de trabalhadores. O praieiro dedica-se quase sempre à pesca, embora por processos ainda rotineiros, com jangadas, em viveiro e em currais.”⁶⁶

As aldeias de pescas plantadas por entre os coqueirais, que pontilhavam de miméticos mocambos o litoral de Pernambuco até poucas décadas atrás, não teriam suas principais raízes fincadas na monocultura do coco; mas sim, na atividade pesqueira.

⁶⁵ MELO, Mário Lacerda de. *Livret-Guide n° 7 – Nord-est*. Rio de Janeiro: Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, 1956, p. 63-4 e 59. Id. *Metropolização e sudesenvolvimento* ... p. 44-5.

⁶⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963, p. 127; SETTE, Hilton. Aspectos da atividade pesqueira em Pernambuco. *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros*, tomo I, v. XI. São Paulo, p. 237.

A paisagem singular que se edificou ao longo da linha da costa, desde o século XVI permanecendo quase inalterada até a segunda metade do XX, paisagem furta-cor, matizada de verdes, brancos e azuis, materializava todo um processo histórico de povoamento e ocupação do litoral. Sob a aparência de territórios do vazio, de terras sem dono e sem lei, escondiam-se formas particulares de exploração econômica, de propriedade e posse do espaço litorâneo, há muito solidificadas. Formas estas que criaram condições para a existência de camadas sociais ligadas à pequena lavoura e à pesca: jangadeiros e pecadores livres e escravos, sitiantes e rendeiros, proprietários de terra, de currais de peixe e embarcações.

1.4 OS CURRAIS DE PEIXE

No geral, o pescador livre era destituído da terra que o abrigava e da sombra que o cobria, como também o era do seu principal instrumento de trabalho: a jangada. A maior parte deles trabalhava no regime de meia ou outra qualquer, em sempre injusta medida para consigo, o produtor direto do pescado. Trabalhava para o proprietário da embarcação, que muitas vezes acumulava a propriedade da terra, das embarcações e dos currais de peixe. Tal sistema de exploração, econômica, social e política, dos pescadores tornou-se ainda mais abusivo com a instalação e propagação dos currais de peixes por toda a extensão do litoral de Pernambuco e parte da atual região Nordeste do país. Os currais eram “feitos inteiramente de estacas, enterradas no fundo raso e arenoso, ligadas pelo tecido da cana brava”. Seu tamanho variava conforme as condições topográfica do lugar. Por vezes, a linha das estacas começava na areia da praia, atingindo de cem a cento e cinquenta metros de comprimento. “Na extremidade oposta à praia começa a cerca, às vezes duas ou mais, ligadas entre si. Na última cerca, o peixe, seguindo a barra de estacas, entra e não sai mais dessa armadilha.”⁶⁷ Descrição mais detalhada nos dá o ex-governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro:

“Estes currais são formados entre a praia e o arrecife com mourões cravados no fundo, tecidos com varas atadas com ripas; e são compostos de três divisões, ou repartimentos: o primeiro a que os pescadores chamam sala, é o mais espaçoso, e a sua porta dá franca entrada e saída ao peixe, o segundo a que chamam chiqueiro do meio, é mais apertado, mas ainda o peixe entra e sai, o terceiro a que chamam chiqueiro de matar, tem menor extensão, e é construído de maneira que o peixe não pode sair. Além destes três repartimentos tem mais a chamada espia, que é como uma caniçada ou espaldão, em muitos deles de quarenta, cinquenta e cem braços de comprido feito com

⁶⁷ SCHUBART, Otto. Op. Cit., p. 11.

os mesmos mourões, e varas, a qual espia serve de encaminhar o peixe para o curral. Esta espécie de armação embarça o uso comum da praia, e mar em que está estabelecida, pois o que fez o curral com seu trabalho, e despesa, quer desfrutá-lo exclusivamente.”⁶⁸

No geral, os currais pertenciam aos proprietários de terras próximas à praia. Os primeiros currais de peixe do litoral pernambucano surgiram na praia de Pau Amarelo, ao norte da capitania, no ano de 1694, por iniciativa de três militares portugueses: os alferes Bartolomeu Correia Bravo, Baltasar Aranha de Araújo e o capitão Pedro Lelou. Este último, um grande proprietário de terras no litoral norte, responsável pela construção de uma capela dedicada a São José, na praia de Maria Farinha, em 1705.

A história desses cercados de madeira — que varavam a água do mar e facilitavam o apanhado da cobiçada presa —, está pontuada de conflitos. Sua instalação provocou, de imediato, a reação dos demais proprietários, que empregavam escravos nas lides da pesca, e que se sentiram ameaçados em seus interesses econômicos perante aquela inovação nas formas tradicionais de realizar as atividades pesqueiras e nas relações sociais sobre as quais estas se estruturavam. Bento Figueira Pinto, “o mais abastado proprietário do lugar, e onde empregava os seus escravos no serviço da pesca, representou à Câmara de Olinda por meio de um abaixo-assinado, contra os danos que os mencionados currais iam causar a todos os proprietários do lugar.”⁶⁹ A Câmara, após consultas às instâncias cabíveis, mandou dissolver os ditos currais em prazo de três dias. Aqueles que se viram prejudicados por tal medida recorreram à Relação da Bahia, ignorando-se o desfecho do caso.

A despeito desse percalço inicial, os currais se impuseram e se espalharam por todo litoral pernambucano, a ponto de se tornar o principal meio de pesca no século XIX. Mantêm-se ativos até dias atuais, embora bem mais raros e destituídos da importância política, técnica e econômica. As águas marinhas viram-se cortadas em seu livre curso; a navegação, obstaculizada em seu fluir por aquelas toras de madeira com uma extremidade fincada na areia e a outra apontada para além da superfície líquida. Os pescadores de rede ou a linha, geralmente homens livres pobres e rendeiros, perceberam-se ameaçados no seu direito de exercer a pescaria nos mares e praias, tendo,

⁶⁸ Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao rei. Recife, 18 de junho de 1816. Arquivo Público Estadual de Pernambuco - Correspondência da Corte 02, 1808-1820, fls. 300-301. Documento utilizado por Gilberto Freyre e Luiz Geraldo Silva. Ver, FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Tomo 1, 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985, p. 172-173; SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito...* p. 121-127.

⁶⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. Op. Cit., v. 4, p. 411. Citado também por SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito...* p. 122.

además, que concorrer com um sistema de pesca tão mais produtivo. Concorrência que afligia, também, os proprietários que empreendiam a pesca por meio da mão-de-obra escrava e utilizavam técnicas mais obsoletas: as linhas e redes.

Multiplicavam-se os currais, multiplicavam-se os peixes para a venda, assim também, os conflitos em torno do uso e da propriedade das praias e águas salgadas. Escrevendo ao rei em 18 de junho de 1816, tratando da situação da pesca na capitania de Pernambuco, da qual era governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro comunicava: “Senhor — A pesca nesta Capitania está muito atrasada, e entre pescadores, e proprietários de terras ao longo da costa há presentemente contestações, e embaraços, que devem ser removidos.”⁷⁰

Os embaraços entre proprietários e pescadores — ao que se deduz da leitura da carta do governador — aumentaram após os pescadores tomarem conhecimento da provisão régia, de 17 de julho de 1815, que “declarou injusto e abusivo tudo o que se exigia pelo uso do mar, e praias.” Os rendeiros levantaram-se contra os proprietários, negando-se a pagar a renda dos currais e, até mesmo, a dos sítios, “querendo que estes sejam uma parte da praia.”

Muitos senhores proprietários de terra e de currais de peixe tinham por prática abusiva, segundo o entendimento de muitos, o querer estender seus domínios territoriais para além dos limites de suas terras na orla marítima, abocanhando boa parte das praias e mares. Alegavam que praias e mares, que ficavam na testada de suas propriedades, estavam incluídos nas sesmarias que haviam recebido, e, por isto, teriam direito exclusivo sobre a pesca realizada nos respectivos locais.⁷¹ Assim pensava o rico e poderoso comerciante português Bento José da Costa, que protagonizou uma série de conflitos fundiários, no início do século XIX, tanto em Pernambuco quanto no Rio Grande do Norte. Na primeira capitania, ele se indispôs com os proprietários de terras vizinhas às suas, por lhes impor armadilhas ou currais de peixe nas praias ou por exigir-

⁷⁰ Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao rei. Recife, 18 de junho de 1816...

⁷¹ A questão da usurpação de praias e mares por parte de alguns proprietários de terra, que alegavam que ambos constavam em suas datas de sesmarias, motivou a expedição da ordem régia, de 21 de outubro de 1710, respondendo à representação que lhe fizera o Provedor da Fazenda, sobre edificações feitas na *marinha* da cidade do Rio de Janeiro. Tendo recebido notificações para derrubarem as ditas casas, os que as construíam recorreram à Câmara pedindo que não os impedissem de construí-las, posto que, “era data sua, apresentando-lhe as sesmarias que antigamente lhe deram os Governadores sem estarem confirmadas por Mim, que compreendiam também a praia, e sem embargo que reconhecia que as sesmarias nunca deviam compreender a marinha, que sempre deve estar desimpedida para qualquer incidente do Meu serviço e defesa de terra ...”. Ordem régia de 21 de outubro de 1710 – ‘Mandando o Governador do Rio de Janeiro informar sobre edificações feitas na marinha ou praias da cidade, contra as quais representara o Provedor da Fazenda’ apud SANTOS, Rosita de Souza. Op. Cit., p. 198.

lhes o pagamento de foro para, com a medida, obrigá-los a serem despejados. Sua atitude provocou reação ainda mais enérgica entre os pescadores pobres, que se negaram a pagar qualquer tipo de renda.

Ao comentar os argumentos com que os suplicantes, Bento José da Costa e sua mulher, D. Ana Maria de Oliveira, pretendiam justificar as referidas ações e garantir o que julgavam um direito, Caetano Pinto de Miranda Montenegro expressou, em carta já citada, sua percepção sobre a questão. Posição que refletia o entendimento régio da mesma:

“... o mar, e praias desta Capitania são cousas públicas, porque o seu domínio particular não foi dado ao primeiro donatário, nem lhe foi concedido direito algum exclusivo de pesca não podendo ele também dar ou transferir por qualquer título, um domínio e direito que não tinha. E que sendo por consequência o seu uso comum e livre a todos não podem os proprietários adjacentes embaraça-los de forma alguma, nem exigir renda, foro ou pensão que seja relativa ao mesmo mar, e praias.”

Partilhando do princípio em voga nas monarquias do Antigo Regime, segundo o qual o rei deveria ser justo, Caetano Pinto de Miranda Montenegro julgava necessário não só mediar a contenda, mas considerava um ato de justiça “proteger os mais fracos contra os vexames, e opressões dos mais fortes.” Assim, sugeria ao rei estabelecer, por lei, um artigo em que ficassem reservados e separados lugares destinados às habitações dos pescadores, “nos terrenos devolutos ao longo da costa” que fossem favoráveis à pescaria. Locais estes que não poderiam constar em nenhuma sesmaria de terra que viesse a ser concedida na orla marítima. Ainda em favor dos pobres pescadores, julgava que a Coroa deveria isentá-los de pagar o dízimo de meia sobre o pescado devido ao donatário, que fora estabelecido por D. João III, ainda no século XVI, como também do dízimo de um para dez.

Por fim, percebendo a impossibilidade de Pernambuco vir a se desvencilhar dos currais a curto e médio prazo, devido ao grau de atraso em que se encontrava a pesca na capitania, julgava lícito construí-los desde que algumas garantias fossem observadas. Eles só poderiam ser edificados mediante licença do governo, após consultas ao ouvidor e à Câmara. Em hipótese alguma, poderiam ser construídos em barras, ancoradouros ou quaisquer outros lugares em que viessem a prejudicar a navegação costeira ou de rio. Assim também, não deveriam ser erguidos onde pudessem embaraçar ou prejudicar a um outro curral já construído. Quanto ao direito de pescar, aos proprietários dos currais caberia apenas o domínio e exclusividade sobre os peixes que estivessem no interior de

seus respectivos currais; não tendo eles o direito de estorvar ou impedir que outros pescadores, de linha ou rede, pescassem nas mesmas praias:

“Os currais assim construídos, serão desfrutados exclusivamente por aqueles que os levantarem, os quais todavia não poderão embarçar que outros pescadores com redes ou a linha, pesquem no mesmo lugar e só não poderão pescar peixe que estiver dentro dos mesmos currais; e sendo estes demolidos pelo mar, como todos os anos costuma acontecer, se no ano seguinte não forem reedificados poderão ser pedidos por outros só com a obrigação de pagarem aos primeiros possuidores alguns mourões, e varas de que se tenham aproveitado.”⁷²

O mesmo Bento José da Costa possuía terras nas praias do Assu, no Rio Grande do Norte, onde também praticava a indústria da pesca com armações e pesqueiras de currais, redes e outros meios, tendo à frente seus administradores ou rendeiros. O então governador da capitania, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ao informar sobre o requerimento feito por aquele abastado homem de negócios, expôs sua interpretação a respeito da provisão régia, de 2 de setembro de 1806, expedida a todos os governadores e capitães gerais da colônia. Em edital que fez publicar, introduziu a transcrição da dita provisão com o seguinte comentário: “Querendo S. A. R. o príncipe Regente N. Sor. por em suma liberdade a pescaria das Costas marítimas, tanto em grande como, em pequena ...”.⁷³ Finalizou-a determinando que, daquela data em diante, estava proibido erguer currais ou outras armações de pescarias, nas costas marítimas da capitania, sem que antes fosse concedida licença do governo. Segundo seu entendimento, o espírito da provisão era

“... não só o conservar pacífica de legítimos possuidores; mas também a vedar e coibir a ambição e despotismo de alguns donos de terras de pescarias, que com o pretexto de Senhor delas, vão prejudicar a um terceiro, que a troco de custosos suores tenha erigido a sua armação, ou pescaria, por que assim vexado a desampare; e fuja, temendo qualquer outro o exemplo fatal e opressivo dos vassallos cujo benefício tendem as Pias, e Reais intenções de S.A.R..”

A medida, no entanto, que visava garantir os direitos da coletividade coibindo a ‘ambição e o despotismo de alguns donos de terras de pescarias’, teve dificuldade de se instituir. Na prática, os proprietários de terras e currais demonstraram possuir força

⁷² Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao rei. Recife, 18 de junho de 1816...

⁷³ Informação do governador do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, sobre requerimento de Bento José da Costa. Natal, 2 de setembro de 1808. SECRETARIA do Governo de Pernambuco. Documentos do Arquivo. Presidente de Províncias. 1802-1817, v. 1. Recife, 1941.

política suficiente para impor seus interesses, por vias legais, cooptando as câmaras municipais, ou pelo uso direto da força e da violência. Viram-se contrariados apenas quando colidiram com outros interesses, considerados superiores e inegociáveis do ponto de vista dos poderes públicos. Assim, quando o governador Luiz do Rego Barreto, em 1819, estabeleceu lei no sentido de mandar arrancar todos os currais de peixes que não estivessem devidamente licenciados nas praias de Pernambuco, os vereadores da Câmara do Recife saíram em defesa dos proprietários. Pensavam ser razoável demolir apenas os currais que se encontravam na bacia do porto, “uma vez que eles causem com efeito prejuízo, e ruína evidente ao mesmo Porto”.⁷⁴ Ao que tudo indica, as ponderações dos vereadores foram ouvidas pelo governador, que, em junho de 1819, mandou ofício à Câmara do Recife, ordenando-lhe arrancar apenas os currais de peixe que ficassem na rota dos navios, entre Afogados e a ilha do Nogueira.⁷⁵

Por seu número expressivo e por movimentarem em torno de si uma complexa rede de interesses econômicos e de forças políticas antagônicas, os currais de peixe motivaram a criação de extensa legislação por parte das Câmaras e, posteriormente, dos governos imperial e republicano. Nas posturas das câmaras de mais de uma vila ou município costeiras de Pernambuco, as primeiras decretadas após a lei de 1º de outubro de 1828, constavam artigos dedicados ao regulamento da pesca e aos tratos das águas: mares, lagos, rios, ribeiros, canais e mesmo tanques públicos. Com relação especificamente aos currais de peixe, diziam, por exemplo, as Posturas da Câmara Municipal de Serinhaém, no seu artigo 20:

“Ninguém poderá levantar currais nas Costas do mar da compreensão do Termo desta Vila para neles apanhar peixe, sem que obtenha licença da Câmara; pena de ser multado na quantia de 10\$000 réis para o cofre do conselho, e de o curral demolido a sua custa, sendo levado em lugar que prejudique a navegação, ou canais e barras.”⁷⁶

A preocupação maior das Câmaras era a de desobstruir a navegação costeira e garantir a vigência do princípio jurídico de serem as águas do mar um bem de uso

⁷⁴ Documento citado por SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...* p. 127-8.

⁷⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Op. Cit.*, v. 8, p.49.

⁷⁶ PERNAMBUCO - Posturas da Câmara Municipal da Vila de Serinhaém. Paço da Assembléia Provincial de Pernambuco, 4 junho de 1836. A Câmara da vila do Cabo condicionava igualmente a construção de currais de peixe “na Costa, e em lugares próximos às barras dos rios”, à obtenção prévia de licença da Câmara e vistoria do fiscal. A multa era de 4\$000 para quem desobedecesse à regra, estando ainda sujeito a ter o curral desfeito, caso causasse embarço à navegação e prejuízo à barra. PERNAMBUCO - Posturas da Câmara Municipal da Vila do Cabo. Paço da Assembléia Provincial de Pernambuco, 4 junho de 1836.

público. A Câmara da vila de Itamaracá, onde a pesca era uma de suas principais atividades econômicas, determinava que:

“Art. 12 - Os donos dos sítios dos currais de peixe serão obrigados, dentro de um mês depois da publicação destas Posturas, a mandarem cortar os tocos velhos que houverem no circuito dos ditos sítios, ou fossem fincados por eles ou por seus antecessores, ficando os lugares de modo que as canoas possam livremente passar em todas as marés, e a mesma obrigação se impõe aos pescadores de covos; ficando proibido fincar paus nos canais, e só poderão usar da pescaria com covos, com suas competentes bóias. Outrossim, ninguém fincará curral de novo no litoral deste Município sem que participe os fiscais, para obstar aqueles que prejudicarem a navegação; os contraventores pagarão a multa de 2\$rs., e mais as despesas que o fiscal houver de fazer para execução deste artigo no caso da omissão.”⁷⁷

Em 25 de outubro de 1845, aviso do Ministério da Marinha proibiu a construção de novos currais de peixe e ordenou a demolição dos já existentes, que estivessem a impedir a navegação. O decreto imperial n. 2.756, de 27 de fevereiro de 1861, no entanto, estabeleceu as regras para construção e conservação de currais de peixes nas costas, portos e outras águas navegáveis do império. O decreto determinou ainda que as câmaras municipais continuariam responsáveis pela concessão de licenças para edificações de currais, nunca superiores ao período de dois anos.⁷⁸ No caso de Pernambuco, as câmaras só autorizavam a construção do curral após declaração da Capitania do Porto de Pernambuco, afirmando que o mesmo não impedia a navegação. A Capitania estipulava, ainda, o prazo de dois anos para validade da licença, sendo que esta perderia o valor caso o curral não fosse levantado dentro de quatro meses, contados a partir da data da expedição da licença.⁷⁹

Entre os anos de 1866 e 1868, foram solicitadas à Câmara de Olinda, e por ela concedidas, pelo menos trinta e quatro licenças para edificação de currais de peixe nas praias que pertenciam, então, ao termo daquela cidade: praias do Carmo, São Francisco, Rio Doce, Enseada, Janga, Pau Amarelo, Conceição dos Milagres, Nossa Senhora do Ó e Maria Farinha. Alguns dos peticionários eram proprietários de mais de um curral, a exemplo de Alexandre José dos Santos, com pelo menos dois currais na praia de

⁷⁷ PERNAMBUCO - Posturas da Câmara Municipal da Vila de Itamaracá. Paço da Assembléia Provincial de Pernambuco, 3 junho de 1836.

⁷⁸ SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil ...* p. 110.

⁷⁹ ARAÚJO, Enemerson Muniz e CAVALCANTI JÚNIOR, Jackson. *Inventário das petições à Câmara de Olinda 1857-1886*. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1993, p. 10.

Conceição dos Milagres e um outro curral em Nossa Senhora do Ó; e de José Gonçalves de Oliveira, proprietário de currais na praia de São Francisco e nas Pedras do Carmo.⁸⁰

Deste modo, se as jangadas representaram um elemento “fundamental e central” no conjunto de atividades ligadas à pesca marítima artesanal na região, e constituíram um “elemento fixador da população ribeirinha do Atlântico”⁸¹, os currais de peixe revestiram-se de uma importância e significado tão ou ainda mais centrais no processo histórico de ocupação da zona litorânea de Pernambuco e áreas vizinhas, principalmente na primeira metade do século XIX.

Os currais constituíram elos de ligação entre uma série de acontecimentos, muitos deles, conflituosos. Episódios nos quais se viram envolvidos diversos sujeitos sociais e instâncias políticas: os proprietários de terras e currais, os empreendedores da pesca de linha e rede, os pescadores escravos e livres, as câmaras municipais, os governos locais, a Coroa portuguesa e, mais tarde, o Estado nacional brasileiro. Eles explicitavam uma complexa rede de interesses econômicos, sociais e políticos distintos e muitas vezes antagônicos, que girava em torno da propriedade da terra associada aos negócios da pesca. E mais, os sucessivos acontecimentos em que os currais apareceram como aquele objeto por meio do qual emergiam os conflitos, de vários matizes, proporções e conseqüências, deixavam entrever parte de uma intrincada relação que se estabeleceu entre proprietários de terra locais e o Estado, ao longo do período colonial e em datas posteriores. Na base desses conflitos — manifestos especificamente em relação às terras situadas à beira do mar e à pesca marítima —, estava, também, a questão do uso e domínio das praias e mares e propriedade dos mesmos. E, intimamente ligada a esta ou dependente desta, a discussão sobre a concepção de praia e de seu estatuto jurídico.

Na citada carta que Caetano Pinto de Miranda Montenegro endereçou ao rei, no ano de 1816, o ex-governador definiu o que seriam as praias: “Que correspondendo estrita denominação de praias só aquele terreno que o fluxo e refluxo das marés mais altas cobre e descobre alternadamente ...”⁸² Este conceito derivava do antigo direito romano, segundo o qual praia “é o terreno que o mar cobre nas suas maiores enchentes”, e que, absorvido pela legislação portuguesa, fora transplantado e utilizado na administração colonial.

⁸⁰Id. *Ibid.*, p. 34-47.

⁸¹Afirmações respectivamente de MELO, Mário Lacerda de. *Livret-Guide n° 7 – Nord-est*. p. 59; e SETTE, Hilton. *Op. Cit.*, p. 239.

⁸²Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao rei. Recife, 18 de junho de 1816...

Entretanto, se estas demonstravam ser noções pacíficas para o rei e parte dos administradores coloniais, não costumavam ser para os demais habitantes. Não eram, por exemplo, para muitos proprietários de terra à beira-mar, que viam seus interesses econômicos e suas ambições de poder frontalmente contrariados pelo princípio de uso comum e de bem de domínio público dado ao território marinho e às praias. Assim também, não costumavam aceitar pacificamente o costume de a Coroa reservar para si, largas porções de terra, geralmente de grande valor econômico pelos produtos nelas encontrados. Esses colonos, senhores de terra, tencionavam usurpar praias e mares ao bem comum, incorporando-os à lista de seus bens patrimoniais privados, por meio de interpretações da lei consideradas pessoais e casuísticas pelas autoridades coloniais, como a que fora dada por Bento José da Costa.

Pelo que se depreende da carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a reação dos pescadores ao arbítrio do comerciante e empreendedor de pesca português, o citado Bento José da Costa, esboçava, também, certa confusão no conceito vigente de praia. Em luta por seus direitos no episódio referido, os pescadores se negaram a pagar não apenas a renda dos currais, “mais nem mesma a dos sítios, querendo que estes sejam uma parte das praias.”

As intrigas entre proprietários de terra e pescadores, que exigiam a mediação do rei ou de seus legítimos representantes, não foram exclusividade do norte da colônia, nem do século XIX. Respondendo à representação que lhe fora feita pela Câmara da cidade do Rio de Janeiro — “de que algumas pessoas costumavam querer introduzir que na distância do mar e praia que respeita à testada das suas terras se não lancem redes para pescar, resultando disso muitas vezes contendidas e pendências em desserviço meu” —, D. João expediu ordem régia, em 10 de dezembro de 1726, na qual declarava: “não consintais se aproprie pessoa alguma das praias e mares por ser comum para todos os moradores”.⁸³

A atitude despótica dos proprietários de terra, de prolongarem seus domínios territoriais em direção ao mar, resultava em outro tipo de prejuízo à coletividade e aos interesses econômicos e políticos da Coroa: “alguns moradores que possuem casa da banda do mar, tratando do seu acrescentamento, as avançaram tanto a ele, que totalmente deixaram as praias, sem marinha”. Ação que, conforme explicações do

⁸³ Ordem régia de 10 de janeiro de 1732, ‘Declarando que as praias são de uso público, e não poderem os proprietários nas suas testadas impedir que se lancem redes para pescar.’ SANTOS, Rosita de Souza. Op. Cit., p. 132-3.

próprio rei D. João, resultava em prejuízo “do bem público, porque não fica aos moradores praia em que chegue uma pequena embarcação com mantimentos e mais viveres das suas roças, nem em que possam lançar os materiais mais preciosos para o aumento da povoação”. Prejuízo também, “da Minha Fazenda, por ficar a Alfândega, Armazéns, Quartéis dos Soldados e Trens de Artilharias da banda do mar ...”.⁸⁴

Não apenas a forma de ocupação e uso das águas salgadas e das praias estava em questão e gerava intermitentes conflitos. Havia como que um seu prolongamento físico em direção ao continente, que não havia sido demarcado e definido, juridicamente, nos três primeiros séculos de administração colonial, embora fosse de fácil entendimento entre os da Corte e governadores da colônia. Tratava-se da marinha, que para alguns queria dizer, simplesmente, “a praia do mar”⁸⁵. Mas o termo ganhou outras conotações e significados ao banhar-se nas águas salgadas da América portuguesa e vir-se enredado em um emaranhado de interesses conflitantes.

O conceito de terras ou terrenos de marinha, também chamados de salgados ou terras salgadas, não encontra correspondente nas várias tradições do direito europeu, seja o romano, o germânico, o visigótico ou mesmo nas Ordenações do Reino. Enquanto figura jurídica, originou-se no próprio fluir da história, das necessidades das autoridades reinóis e coloniais administrarem interesses econômicos e políticos vários e antagônicos, inclusive os da própria Coroa. Entretanto, se era expressão corrente nas correspondências administrativas que diziam respeito à colônia, a medida do terreno de marinha só veio a ser mencionada, explicitamente, no Aviso do Paço, de 18 de novembro de 1818:

“... tudo o que toca a água do mar e acresce sobre ela é da Coroa, na forma da Ordenação do Reino; e que da linha d’água para dentro sempre são reservadas 15 braças pela borda do mar para serviço público, nem entram propriedade alguma dos confinantes com a marinha, e tudo quanto alegarem para se apropriar do terreno é abuso e inatendível ...”.⁸⁶

⁸⁴ Ordem régia de 7 de maio de 1725, ‘Mandando o Governador do Rio de Janeiro informar sobre a conveniência de medear marinha entre o mar e as edificações, e qual a quantidade dela’, apud SANTOS, Rosita de Souza. Op. Cit., p. 129-30.

⁸⁵ DICCIONARIO da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo 2º. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. 59.

⁸⁶ Aviso de 18 de novembro de 1818, ‘Declarando que de 15 braças da linha d’água do mar, e pela sua borda são reservadas para servidão pública; e tudo o que toca a água do mar e acresce sobre ela é da nação.’, apud SANTOS, Rosita de Souza. Op. Cit., p. 5; 132-3.

A administração colonial entendia que, por sua localização estratégica como ponto de defesa dos territórios conquistados e papel fundamental desempenhado na rede de circulação, garantindo os fluxos comerciais internos e externos, os mares, praias e terrenos de marinha deveriam permanecer livres e desimpedidos, ficando destinados ao uso comum ou reservados à Coroa. Reencontramos aqui, a tradição cultural, política e administrativa portuguesa de Duarte Coelho, que o guiara na elaboração do chamado *Foral de Olinda de 1537*.

A Coroa também tratou de reservar para si, a propriedade de áreas consideradas fundamentais na defesa de seus interesses econômicos e militares; como pode ser visto, por exemplo, em carta escrita pela Rainha D. Maria I, endereçada ao governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, em 13 de março de 1797. Falava, então, das madeiras e paus de construção que se exportavam do Brasil, e do quanto eles eram importantes para a marinha real e rendiam para a real fazenda. Como precaução para que as matas não fossem destruídas, declarava "... serem de propriedade exclusiva da minha real coroa todas as matas e arvoredos a bordo da costa, ou dos rios, que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias...". E mais, não só ordenava que tais terras não poderiam ser dadas em sesmarias, como pedia ser informada dos meios pelos quais esses sítios poderiam ser restituídos à Coroa, "indenizando os proprietários com terras equivalentes no interior do país".⁸⁷

Foi a partir do Aviso de 1818 que teve início a consolidação da prática administrativa sobre os terrenos de marinha. Segundo Rosita de Sousa Santos, a primeira lei a se referir explicitamente aos terrenos de marinha foi a Lei Orçamentária de 15 de Novembro de 1831. A definição mais precisa do termo, no entanto, veio com a Instrução n. 348, de 14 de novembro de 1832, que em seu art. 4º, dizia: "Hão de considerar-se terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até a distância de 15 braças craveiras [33 metros] para a parte da terra, contadas estas desde os pontos a que chega o preamar médio."⁸⁸

Contudo, a existência de tais leis e definições, concebidas nos âmbitos administrativo e jurídico, não impediu o surgimento de novos conflitos, resultantes dos

⁸⁷ 'Carta régia de 13 de março de 1797, em que S. Majestade declara serem da propriedade da sua real coroa todas as matas, e arvoredos, que estão à borda da costa, ou rio navegáveis, e das providências para a sua conservação.' *Rev. Inst. Hist. Geo. Bras.* tomo VI, 2. ed. Rio de Janeiro, p. 497-8, 1865.

⁸⁸ Instrução n. 348. — Fazenda. — em 14 de novembro de 1832: 'Instrução para reconhecimento, medição e demarcação dos terrenos de marinha.' apud SANTOS, Rosita de Souza. *Op. Cit.*, p. 13; 158-60.

diferentes interesses que giravam em torno da propriedade territorial, da pesca e outras atividades características de zona litorânea. Mas ambos, conceitos e leis, confirmavam a posição historicamente assumida pela Coroa portuguesa e, mais tarde, pelo Estado nacional, de procurar mediar os conflitos, regular e administrar política e economicamente a ocupação e usos dos mares, praias e marinhas, mais tarde definidas como terras de marinha.

O processo histórico de criação e consolidação de tais medidas jurídico-administrativas expunha um outro lado da questão: a tendência, de longa existência histórica, generalizada e permanentemente renovada, de certos indivíduos ou grupos, especialmente os proprietários de imóveis, quererem apropriar-se de bens que eram, e são, de direito e tradição, de domínio público e destinados ao uso comum; com ou sem a conivência de algumas instâncias do poder público. Postura, atualmente, mais comum de se verificar entre proprietários de imóveis e de hotéis, mas visível também entre sujeitos das camadas sociais populares, como os barraqueiros de praia.⁸⁹

Mas ... já se faz tarde. É hora de deixarmos essas praias mais ou menos distantes e voltarmos ao Recife. Façamos como os viajantes estrangeiros da primeira metade do XIX: em nome de novas e singulares experiências e do prazer de relatá-las, afastemos todo e qualquer receio que por ventura nos acometa, e tomemos uma jangada. Deslizemos sobre o mar acompanhando o traçado pouco recortado da costa pernambucana, até avistarmos o porto, os mocambos dos pescadores de Fora de Portas, os altos e brancos sobrados do Recife, as casinhas alvacentas da praia que “parecem surgir do meio das ondas.”⁹⁰ Ocupemo-nos, agora, das águas que banhavam o Recife, das águas doces dos rios e das salgadas do mar.

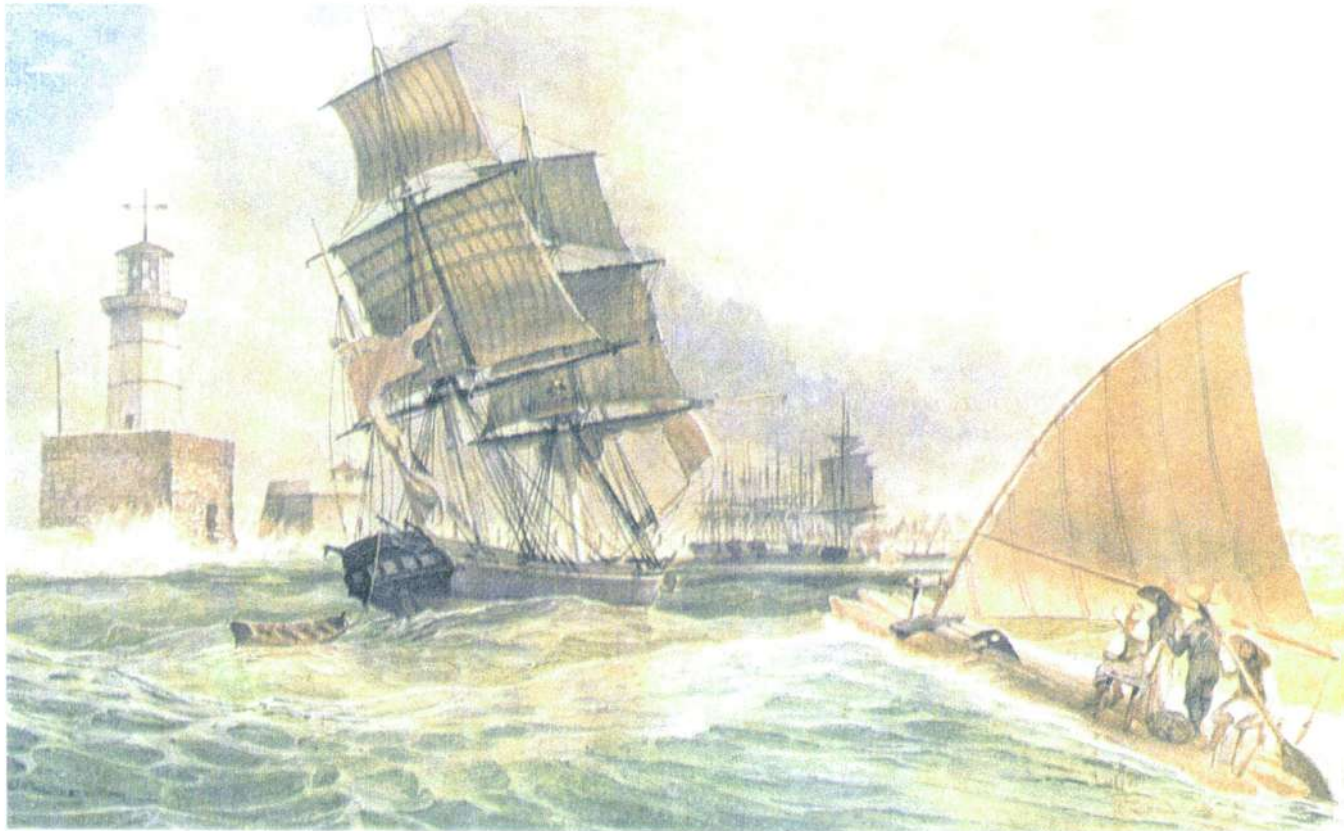
⁸⁹ A ocupação e posse de praias, mares e terrenos de marinha, por particulares, passando por cima dos interesses coletivos, desconsiderando leis e regulamentos, continuam a acontecer com freqüência, por toda o litoral brasileiro. Apenas para citar alguns exemplos de desrespeito aos bens de domínio público e uso comum, para praias de Pernambuco, ver, CAPITANIA dos Portos determina retirada da cerca do Caesar Park. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 dez. 1995. *Ciência/Meio Ambiente*, p. 9; RETIRADA de barraqueiros gera tumulto. *Ibid.* 20 mar. 1998. *Cidades*, p. 1; COMUNIDADE luta contra privatização de parque. *Ibid.* 22 abr. 1998. *Cidades*, p. 15; MURO irregular é construído em Catuama. *Ibid.* 18 mar. 1999. *Ciência/Meio Ambiente*, p. 7; HOTEL pára obra de dique de Serrambi. *Ibid.* 29 mar. 2001, p. 4. *Ciência/Meio Ambiente*, p. 4. Para as praias do litoral paulista, ver matéria de capa, RODRIGUES, Janjão. Os sem-praia. As prefeituras da baixada santista e o preconceito expulsam os turistas de baixa renda do Litoral. Já. *Diário Popular*. São Pulo, ano 2, n. 56, 30 nov. 1997, capa e p. 8; GASPARI, Elio. Com vocês, amigos de Iporanga. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2 fev. 2000. Brasil - 1, p. 9.

⁹⁰ “Vista do mar, a cidade de Pernambuco [Recife] oferece aspecto singular. O terreno onde se assenta é plano e muito pouco acima do nível do mar As casa alvacentas, construídas na praia, parecem surgir do meio das ondas.” KIDDER, Daniel P. Op. Cit. p. 88.



OLINDA

1630
EXPANSÃO URBANA



Entrada do Porto do Recife . Emeric Essex Vidal, c. 1827



O colhedor de cocos. Desenho de Percy Lau.





Mocambos. Desenho de Percy Lau.

ÁGUAS DOCES E SALGADAS

“O rio Capibaribe (...) foi o escolhido para falar em seu nome ao monarca brasileiro.

La ele majestosamente sentado dentro de uma concha magnífica puxada por dois cavalos marinhos governados por um tritão e trajado de verde e amarelo tendo a fronte adornada de um diadema formado de plantas aquáticas e empunhava um remo, símbolo da realeza das águas.

Dentro da concha dispostas em alas e ocupando um plano inclinado, viam-se duas ordens de Naiades formosíssimas como que formando o seu estado maior.”¹

2.1 TODO ENTULHO ÀS PRAIAS

No mar de Pernambuco, além da água, do sal, da areia, dos peixes e do âmbar, havia pedras. Pedras que cresciam naturalmente, sem cessar. Eram os arrecifes — pedras de areia endurecidas pelo tempo e pelo movimento das marés — que inspiraram o nome do lugar, Recife, deram-lhe um porto e assinalaram sua primeira grande vocação histórica: a de funcionar como um importante entreposto comercial nas trocas internas e externas. Mas o Recife queria mais daquelas pedras. Mais que a proteção contra as vagas do Atlântico; mais que o gosto do mar que se tinha à boca com os polvos, lagostas, lagostins e peixes miúdos saídos delas. O Recife queria as pedras em si. Precisava delas para construir suas igrejas e fortalezas, para fazer os marcos das portas e janelas, os cunhais e as pilastras de seus edifícios.²

¹ Alegoria do rio Capibaribe, representando a província de Pernambuco, durante os festejos reais realizados em homenagem ao monarca Pedro II, a 25 de novembro de 1859, quando de sua visita às províncias do norte. Dom Pedro II desembarcou no Recife em 23 de novembro e partiu no dia 22 de dezembro de 1859. Citação extraída de FESTEJOS populares em honra de S. MM. II. *O Monitor das Famílias*. Recife: FUNDARPE. 1985. p. 14. (Edição fac-similar de O MONITOR DAS FAMÍLIAS: PERIÓDICO DE INSTRUÇÃO E RECREIO. Recife, n. 1. 2 dez. 1859.)

² “Quem quer que observe, com um pouco de atenção, o material utilizado na construção de nossas igrejas ou fortalezas — quase únicos monumentos que se conservaram através dos séculos — não terá dificuldade de verificar, quer pela textura da pedra nelas utilizadas (com aparência de uma pedra areenta), quer pelo fato de nelas estarem engastados seixos rolados e conchas marinhas, que se trata de arenito dos arrecifes.” MELLO, José Antônio Gonsalves de. O Recife e os arrecifes. In Id. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado*. Recife: Editora Universitária da UFPE. 1996. p. 15-48. A citação está na página 19.

A retirada das pedras dos arrecifes teve começo no primeiro século de colonização, quando os portugueses — que não consideravam o barro material suficientemente seguro — incorporaram seu uso nas técnicas de construções dos edifícios. Com os holandeses, notou-se certo arrefecimento nessa prática predatória, havendo eles procurado estimular o uso de tijolos de barros nas construções. Várias olarias foram montadas nos arredores do Recife e milhares de tijolos vieram da Holanda.³ Apesar dos cuidados, não deixaram de utilizar as pedras do mar, destinando-as especialmente para as construções de maior porte e nobreza, como, por exemplo, os alicerces do Palácio de Friburgo.

Este descaso para com os arrecifes, para as pedras que, mais que um porto, guarneciam a costa contra o avanço do mar, permaneceu inalterado até o início do século XVIII. Em 1709, o ex-ouvidor da capitania João Guedes de Sá, respondendo à consulta, escreveu ao rei:

“A queixa que eu tenho dos moradores do Recife é pelo desfazimento contínuo com que destroem o mesmo recife de pedra, que Deus lhe pôs diante como antemural para que as águas de um elemento inteiro, unidas com as dos rios, que discorrem o Recife, não fossem a sua ruína, cobrindo e sepultando tudo o que nele se acha edificado. Tiram os moradores estas pedras e as arrancam continuamente para os seus edificios. Muito receio que o mar venha cobrar algum dia o que lhe extraiu, contra toda razão da conservação pública.”⁴

Além do risco futuro de ser o Recife invadido pelas águas, a retirada das pedras estava prejudicando o porto, provocando seu entupimento e o aumento do banco de areia da barra. Em vista disso, sugeria ao rei proibir que fossem concedidas licenças para extração das ditas pedras. A partir do depoimento do ex-ouvidor, algumas medidas legais foram tomadas, no sentido de proibir a retirada de pedras dos molhes que ficavam defronte ao porto. Entretanto, ao longo da primeira metade do século XIX, a atitude oficial foi sempre vacilante, ora proibia ora autorizava a retirada das pedras de outros locais que não fosse no molhe do porto: praias do Pina, Boa Viagem, Piedade, Candeias, Rio Doce, Ponta de Pedras. Contraditoriamente, instâncias dos poderes públicos, municipais e governamentais, voltaram a autorizar a extração de pedras dos arrecifes do porto, entre os anos de 1844 e 1852. Primeiro, para as obras de melhoramentos do mesmo; posteriormente, a liberação foi estendida a outros fins: pedras para obras no

³ Sobre os materiais para construções de casas, importação de tijolos, olarias e produção local no período, ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos ...* p. 78-82.

⁴ Id. *Ibid.* O Recife e os arrecifes ... p. 20.

cemitério público e matadouro, para soleiras das tribunas do convento de Santo Antônio do Recife e outras mais.⁵

Além da exploração de seus recursos naturais, mares e praias tiveram outros usos que, não se tratando propriamente de atividade produtiva, eram, no entanto, fundamentais para o bom funcionamento dos núcleos urbanos, onde se aglomerava tanta e diversa gente.

Nas ribeiras do mar, dos rios e mangues, a cidade depositava todo tipo de entulho, lixo e imundícies que produzia. O costume, se já praticado em datas anteriores, foi regulamentado no período da ocupação holandesa em Pernambuco. Com o crescimento do Recife em ritmo extremamente acelerado — visível no afluxo de gente, nas construções dos edifícios, sempre insuficientes para satisfazer à demanda, e na carência de víveres para abastecer a população que se comprimia num espaço de dimensões exíguas —, o governo holandês viu-se compelido a tomar medidas administrativas que promovessem melhorias nas condições de vida da população urbana. Além das obras de interesse coletivo, foram criados serviços públicos e tomadas deliberações para regularizar o uso e ocupação do espaço público. Dentre estas últimas, pelo menos uma dizia respeito ao lixo: “dagora em diante não se lancem mais lixo às ruas, mas deve ser levado para fora do Recife, sob a mesma pena [multa de seis florins].”⁶ Os moradores ficavam obrigados a varrer a rua na frente de suas casas “e a não despejar as imundícies senão nas praias”. Mais especificamente, “o lixo deveria ser lançado no lado oeste do bairro do Recife, fora das paliçadas, com o fim, também, de “aterrar os mangues ali existentes e com isto ganhar terreno, podendo mais tarde serem construídas casa ali.”⁷ Prova de que as praias eram utilizadas como lugar apropriado para lançar o lixo e entulhos da cidade — como também as ruas, apesar das regulamentações dizerem o contrário — era o fato de os soldados holandeses, no limite da sobrevivência imposto pela carência de víveres, percorrerem ruas e praias em busca de alimento e agasalho.⁸

Assim, ao tentar promover o asseio das ruas da capital do Brasil holandês, o poder público oficializava um outro uso comum para as praias urbanas: o de serem o escoadouro do lixo e imundícies da cidade. E se a medida assinalava um recém-

⁵ Ver seleção de artigos publicados no *Diário de Pernambuco*, de 1844 a 1875. Id. *Ibid.*, p. 27-48; PEREIRA DA COSTA, F. A. *Op. Cit.* v. 5, p. 437-45.

⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos ...*, p. 56.

⁷ Id. *Ibid.* p. 107.

⁸ Id. *Ibid.* p. 159.

adquirido prestígio das ruas no Recife holandês — como o disse José Antônio de Mello, fazendo eco ao que afirmou Gilberto Freyre para as cidades brasileiras de meados do século XIX —, atestava um total desprestígio das praias, ao menos das que banhavam o núcleo urbano e não serviam como porto.⁹

Atirar dejetos nas praias, fossem as de rios, mangues ou mar, era algo corriqueiro no dia a dia das populações das vilas e cidades coloniais. Mais que isto, tornou-se um hábito legal, legítimo e constantemente renovado pelas posturas das câmaras municipais durante boa parte do século XIX — o que não significa que tenha eliminado um outro costume tão ou mais enraizado que o anterior: o de jogar o lixo sólido e dejetos líquidos diretamente nas ruas ou nos quintais das residências particulares. A Lei de 1º de outubro de 1828, criando as câmaras municipais em cada vila e cidade do Império brasileiro, determinava que a elas caberia elaborar e fazer cumprir as posturas policiais, as quais deveriam ordenar o cotidiano das populações locais: legislar sobre os serviços públicos de limpeza, transporte, iluminação, arborização e jardins, calçamentos, questões de estética urbana e salubridade pública, diversões, comportamentos e moralidade públicos.

Dentre os objetos sobre os quais as câmaras teriam de deliberar e prover por suas posturas, havia um parágrafo que dizia respeito especificamente aos cuidados com “a salubridade da atmosfera”. Estabelecer o lugar dos cemitérios fora dos templos, legislar sobre o esgotamento de pântanos, a economia e asseio dos currais e matadouros públicos, definir a colocação dos curtumes e deliberar sobre “os depósitos de imundícies”.¹⁰

Ao editar as primeiras posturas após a lei de 1º de outubro de 1828, a Câmara Municipal do Recife, no título e parágrafo em que tratava do lixo da cidade, reafirmava a percepção das praias e mar como lugar para depósito de imundícies, reforçando um costume de arraigada tradição entre os seus habitantes:

“Tit. 6º, § 3º - “Depois que a Câmara designar os diferentes lugares para neles se fazerem os depósitos das imundícies; os que as lançarem fora desses lugares, e presentemente não as lançarem no mar, incorrerão nas mesmas penas do § 6º título 3º,

⁹ Id. Ibid. p. 107; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. 2 t.

¹⁰ BRASIL - Regimento dos Municípios. Lei de 1º de Outubro de 1828 – Criando em cada cidade e vila do Império as Câmaras Municipais. Ver especificamente. Tit. II. Art. 66.

ficando proibido desde já fazer-se despejos imundos, das 7 horas da manhã, té 7 da noite, (...).”¹¹

Não só o lixo e águas servidas, restos imprestáveis do que as cidades e vilas produziam, tinham as praias de rio ou mar por destino final. Enquadrados na definição oficial de ‘lugares remotos’ e por serem geralmente despovoados, determinadas zonas dos arrabaldes e os areais das praias, situados próximos ao perímetro urbano, foram destinados pelos poderes públicos para acolher as atividades produtivas que poderiam, de alguma forma, prejudicar a saúde ou comprometer a segurança dos habitantes da cidade. As posturas municipais do Recife, sancionadas em 1831, determinavam que os curtumes e salgadeiras de couro só poderiam ser estabelecidos fora dos limites da praça, na beira-mar, rio ou campo. Os couros para secar não poderiam ser estendidos nas ruas, mas nos lugares para isto demarcados: no curtume dos Coelhos, em se tratando da freguesia da Boa Vista; no lugar do Palácio Velho e no areal das Cinco Pontas, em Santo Antônio; e no areal do Brum, em se tratando da freguesia do Recife. Os contraventores pagariam multa de 8\$000 réis.

Nos extensos areais das praias, também eram enterrados ou simplesmente jogados os corpos sem vida daqueles que a sociedade enjeitava. Ao tempo dos holandeses, os mortos eram normalmente sepultados nas igrejas e nos cemitérios que nelas havia. Quanto aos enterros, cabia ao Alto Conselho, uma instância do poder temporal, regulamentar sobre o preço dos mesmos. Entretanto, folheto publicado em 1649 dizia que os coveiros estavam cobrando sessenta florins para abrir um túmulo nas igrejas, e trinta florins por um túmulo nos cemitérios. E mais: “quem não tiver esse dinheiro terá que levar os seus a enterrar na praia, nas proximidades do hospital.”¹² O hospital do Recife ficava no forte de São Jorge ou Castelo de Terra, na praia do Istmo que ligava o Recife a Olinda. Naquele lugar de passagem para os vivos e para os mortos, os corpos dos desvalidos da sorte eram enterrados, e mal, sob os infinitos e escaldantes grãos de quartzos.

¹¹ POSTURAS da Câmara Municipal do Recife de 1831. Título 6 – Sobre colocação de curtumes, salgadeiras de couros, estabelecimentos de fábricas, e depósito de imundícias, que posam corromper o ar atmosférico. *Diário de Pernambuco*, 22 nov. 1831, p. 1005. A concepção das praias como espaço destinado ao lançamento das imundícies foi comum a todas as câmaras das vilas e cidades brasileiras, banhadas pelo Oceano. As Câmaras deliberavam não só sobre o lugar de despejo do lixo, mas também sobre o horário e, por vezes, sobre o modo pelo qual deveria ser feito. Em Salvador, as posturas municipais de 1829 determinavam que o “despejo imundo das casas” deveria ser feito no mar e no horário da noite. Ao comentar a lei, João José Reis concluiu: “O mar não fazia parte da cidade higienizada”. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 280.

¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos ...*, p. 114.

Ainda em 1685, quando grassou a primeira epidemia conhecida de febre amarela no território colonial, e os enterros no interior das igrejas foram terminantemente proibidos, os bandos de saúde instituídos pelo governador Dom Antônio Félix Machado da Silva, o marquês de Montebelo, recomendavam que os corpos das vítimas, padecidas de tão grande mal, fossem enterrados no cemitério improvisado de Santo Amaro das Salinas.¹³

Na memória da coletividade, o desolado areal do istmo de Olinda ficou marcado como um lugar ligado aos mortos. Naquele canto ermo, território do não sagrado, limiar entre a ordem e o caos, os hereges, infiéis e escravos pagãos encontravam a última e indigna morada; e os cães, farto banquete. Ao voltar embevecida de um passeio que fizera a Olinda, cavalgando por sobre as areias soltas do istmo, a inglesa Maria Graham assistiu a uma das cenas que mais lhe causou estranheza, desânimo e tristeza em sua estada nos trópicos, no final do ano de 1817. Ouçamos seu desabafo:

“O sol já ia muito baixo antes de termos alcançado sequer o primeiro dos dois fortes em nosso caminho de volta para a cidade. Os cães já haviam começado uma tarefa abominável. Eu vi um que arrastava o braço de um negro sob algumas polegadas de areia, que o senhor havia feito atirar sobre seus restos. É nesta praia que a medida dos insultos dispensados aos pobres negros atinge o máximo. Quando um negro morre, seus companheiros colocam-no numa tábua, carregam-no para a praia onde abaixo do nível da preamar eles espalham um pouco de areia sobre ele. Mas a um negro novo até este sinal de humanidade se nega. É amarrado a um pau, carregado à noite e atirado à praia, de onde talvez a maré o possa levar.”¹⁴

Mais ou menos na mesma data, entre 1819 e 1821, o viajante e diplomata inglês, James Henderson, realizando o mesmo percurso que o de sua conterrânea, foi igualmente surpreendido pela visão daquele inferno dantesco em plena beira-mar: ossos e mais ossos humanos espalhados pela superfície do banco de areia. No Recife, confirmaram-lhe localizar-se, ali, o cemitério dos negros, precisamente “perto de um

¹³ O próprio marquês foi acometido pelo mal e curado pelo doutor João Ferreira da Rosa. Este foi autor “do segundo livro em português, da medicina brasileira, e o primeiro, ao que tudo indica, da literatura especializada mundial, a versar sobre a febre amarela, é o Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco. Lisboa, 1694. (...) um dos poucos profissionais ilustrados da época, clinicou no Recife e Olinda nos finais do século XVII, transferindo-se depois para Lisboa onde foi médico da Real Câmara. SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1991, v. 1, p. 41; v. 2, p. 171. sobre o tema, ver ANDRADE, Gilberto Osório de. O tratado único da constituição pestilencial em Pernambuco. Estudo crítico. In: MOURÃO, ROSA & PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956.

¹⁴ GRAHAM, Maria. Op. Cit., p. 140-1. Em Salvador, até as primeiras décadas do século XIX, os suicidas, criminosos, indigentes, escravos pagãos, negros novos e rebeldes eram enterrados no cemitério do Campo da Pólvora, quando não eram atirados ao mato para regalo dos urubus. REIS, João José. Op. Cit., p. 193-9.

marco de sinalização colocado entre os dois fortes”. A forma como eram sepultados — indigna aos olhos de um inglês proveniente de uma sociedade liberal, mas tolerada pelos católicos que conviviam com a escravidão — explicava o cenário: “os corpos dos negros mortos eram envolvidos em uma peça de roupa de algodão grosseiro, cobertos com pouca areia, sendo esta a razão dos seus restos logo ficarem expostos de forma indigna”. Ao fim do que deduzia: “Suponho que os brancos eram, em alguma época, também enterrados aqui. Os ingleses têm um cemitério em Santo Amaro, não muito longe da Boa Vista.”¹⁵

Não eram infundadas as suas cogitações. Em 18 de novembro de 1813, o Ministro inglês expunha ao Príncipe Regente “o inconveniente e a indecência que resulta da prática atualmente estabelecida na Capitania de Pernambuco, de serem enterrados nas praias, onde se lançam os cadáveres dos negros não batizados, os Vassalos Britânicos de Religião Protestante que ali morrem...”.¹⁶ Pedia-lhe, então, que fosse concedido um terreno para construção de um cemitério para os ingleses, a exemplo dos que existiam no Rio de Janeiro e na Bahia.

Porto, caminho, celeiro, lugar de trabalho, fonte de riqueza para uns e de sobrevivência para outros, escoadouro de imundícies, cemitério pagão. Estes eram os múltiplos usos correntemente dados às praias em Pernambuco, antes que elas viessem a ser varridas por uma onda de mudanças que atingiu, também, as cidades ao tempo do Império, e que, depois, refluíu ao mar. Mudanças que alteraram a paisagem marinha secular, imprimindo-lhes novas formas, cores e sonoridades. Provocaram modificações no modo de ocupação da faixa costeira e em certos usos dados aos mares e praias desde longas datas. Novas práticas coletivas e costumes passariam a se manifestar naquele espaço arenoso, ao passo que outros seriam desterrados. Outros os sujeitos a usufruir as praias. Sujeitos portadores de uma nova percepção e sensibilidade para com o espaço litorâneo; embora algumas concepções e atitudes, ali reinantes, resistissem, como ainda hoje persistem.

Tentemos acompanhar as mudanças que levaram os que viveram, de meados do século XIX em diante, a conhecer o mar por dentro, a prová-lo ingerindo bons goles de

¹⁵ HENDERSON, James. Sob a sombra dos coqueiros. In SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana: Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação e Cultura. 1992. p. 111. (Edição original inglesa. 1821).

¹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Ingleses em Pernambuco. Recife: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909*. Recife: Edição do Instituto Arqueológico. Histórico e Geográfico Pernambucano. 1972. p. 12.

água salgada, a sentir o sal na pele e felicitar-se com a sensação experimentada. Os viajantes estrangeiros que estiveram em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, ao exporem comportamentos e práticas de suas culturas de origem, anteciparam, em algumas décadas ou anos, usos, motivos e interesses que poderiam ser extraídos ou dedicados ao mar.

2.2 A PRAIA DOS VIAJANTES

No passado colonial e primeiras décadas do Império, as praias tiveram fundamentalmente usos econômico, militar e sanitário, no sentido, este último, de funcionarem como escoadouro de águas servidas e depósitos de sujeiras e imundícies de toda espécie, principalmente quando situadas nas redondezas das vilas e cidades. O areal da praia serviu, ainda, de cemitério para aqueles que a Igreja não reconhecia como pertencentes ao seu rebanho: negros pagãos, hereges, judeus, ciganos e outros indivíduos pertencentes às chamadas raças infames; todos considerados indignos de receberem enterro cristão e de serem sepultados em solo sagrado. Recomendava-se, também, fazer o sepultamento das vítimas das epidemias em locais distantes dos aglomerados urbanos, sendo reservados alguns trechos das praias para receber esses mortos indesejados.

É certo que as populações litorâneas vez por outra fizeram usos das praias com finalidades diversas das referidas até o momento. Usos que não chegaram, todavia, a constituir forças determinantes na estruturação do espaço litorâneo e na configuração da paisagem, como o foram os portos, trapiches e armazéns ribeirinhos e as indústrias extrativistas da pesca e do coco, que atuaram soberanos por mais de quatro séculos ao longo do litoral da atual região Nordeste brasileira. Usos e práticas, esses outros, esporádicos, não entranhados no mais profundo do cotidiano das populações citadinas. Diferentes, também, dos usos dos quais dependia o bom funcionamento dos núcleos urbanos, como, por exemplo, o livrar-se dos dejetos e águas servidas lançando-os às praias. Costume, aliás, que, se não fora criador, fortaleceu a noção então corrente, partilhada por todos os segmentos da sociedade colonial e referendada pelas várias instâncias do poder público, de serem as praias lugar desprezível e imundo, particularmente as que contornavam os perímetros urbanas das vilas e cidades.

Mas sendo as praias lugar de labuta diária para os que habitavam próximos à ribeira do mar e viviam da pesca e de outros frutos do salgado, também o era de pouso, descanso e recreio coletivos.

Extraordinariamente, o espaço público e ao ar livre das praias serviu de local para que a sociedade se reunisse para realizar suas grandes festas coletivas. Por volta de 1814, numa tarde de maré alta, em plena praia de Itamaracá, Koster assistiu à cerimônia do batismo do Rei Mouro, um dos eventos com o qual a comunidade costumava comemorar os jogos do Entrudo.¹⁷ O combate simulado entre mouros e cristãos tomava a forma de uma pequena batalha naval, posto que a luta entre as duas facções rivais se iniciava nas águas salgadas, onde fora montada a fortaleza moura. Manobrando canoas e jangadas, os mareantes tinham oportunidade de exhibir para uma grande, conhecida e seleta assistência, suas destrezas na arte da navegação — o que, certamente, era um distintivo dessa comunidade pescadora insular. A brincadeira prosseguia na areia da praia até o imemorrável ato final: a vitória dos cristãos e o batismo do rei mouro.

Todavia, e neste caso, a praia não era mais que o cenário de um apreciado jogo coletivo; arena improvisada, na falta de uma outra regularmente destinada a esse fim, para onde acorria toda a população da ilha, como se comparecesse a uma das festas religiosas católicas ou a uma das pomposas comemorações cívicas que tanto animaram as vilas e cidades coloniais. E eis, talvez, o mais interessante do registro de Koster ou, ao menos, aquilo que nos soa, presentemente, como o que mais nos distancia culturalmente da primeira metade do século XIX e dos modos e significados de estar à beira-mar:

“Essa festa é verdadeiramente brilhante, e a praia estava repleta de povo, com suas melhores roupas, os mais finos e caros [sic], como sedas, musselinas, algodões estampados, enfeites de ouro e pedras preciosas, chapéu de seda e tafetás, fitas de todas as cores e em grande quantidade, sapatos brancos, pretos e de várias tonalidades, e vestidos que nem sempre vêm a luz do dia, jalecos de algodão, feitos para essa festividade, coletes bordados e outros menos comuns e de material rico, calças de nanquim e outras fazendas ligeiras, chapéus altos, uns de castor, outros de palha, uns redondos, outros menores, botas altas, sapatos, sandálias.”¹⁸

¹⁷ Expressão utilizada no período colonial para os jogos e diversões ocorridos nos dias dos folgares carnavalescos, como são atualmente conhecidos. O termo Entrudo deriva da expressão latina *intróito*, que quer dizer introdução, referindo-se, no caso, aos três dias que antecediam imediatamente a Quaresma. A bibliografia sobre o tema é extensa, dele tendo se ocupado folcloristas, memorialistas e estudiosos de várias disciplinas. Realizamos um trabalho sobre a história do Carnaval do Recife, no qual pode ser encontrada uma bibliografia sobre o tema: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo (Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife)*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

¹⁸ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 324-5.

Usos distintos aos que costumavam ser destinados às praias pelas populações coloniais foram sinalizados pelos estrangeiros, europeus sobretudo, que residiram ou estiveram de passagem pelos trópicos na primeira metade do século XIX. Os modos de comportar-se e de relacionar-se com a natureza, com o mar e a paisagem marítima, ficaram documentados nas memórias escritas, embora e como convinha às narrativas de viagem, de forma um tanto quanto superficial. Suficiente, porém, para que as diferenças entre as culturas fossem percebidas.

A dama inglesa, por exemplo — que ficara desolada com a cena do cão banqueteadando-se com os restos mortais de um negro, no areal do istmo de Olinda, cena que radicalizara sua indignação moral para com a escravidão —, soube apreciar outros quadros que as praias proporcionavam àqueles cujo olhar fora educado para contemplar a natureza e sensibilizar-se com suas dádivas, mesmo em regiões tão distantes das de onde vinham. Portadores de uma cultura que havia inventado o gosto pela beira-mar não havia um século, Maria Graham e os companheiros da fragata inglesa Doris desfrutaram momentos de prazer e sociabilidade na pequena ilha dos Coqueiros, situada bem próxima ao núcleo urbano do Recife.¹⁹ Todo instante de recreio deveria combinar prazer e instrução, e a distinta dama inglesa não descuidava desse ensinamento burguês. Ainda no transbordo, aproveitou para observar e anotar, em seu diário de viagem, impressões sobre os arrecifes e sua composição geomorfológica, o que exigia da observadora alguma noção científica sobre o assunto, ainda que a mais superficial.

Uma vez na ilha, enquanto alguns do grupo se ocupavam da caça a pequenas aves de rica e colorida plumagem, Maria Graham explorava os arredores, recolhia amostras de espécimes da flora exótica e admirava a diversidade da fauna, chamando-lhe atenção a beleza dos lagartos. Finda esta etapa, reuniram-se todos para um almoço campestre ao abrigo dos coqueiros de que a ilha era prodigiosa. Não bastasse a vivência desses inocentes e instrutivos prazeres em grupo, a jornada foi coroada com uma aventura marítima, realizando a proeza de atravessarem com os barcos por entre uma

¹⁹ Sobre o processo histórico que resultou numa nova forma de sensibilizar-se com o mar e usufruir as praias, ocorrido na Europa entre os anos de 1750 e 1850, ver CORBIN, Alain. *Op. Cit.* Para a mudança na relação da sociedade moderna com a natureza (1500-1800). THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. A ilha dos Coqueiros, segundo Kidder, era denominação com que os inglesas se referiam à ilha do Nogueira. KIDDER, Daniel P. *Op. Cit.*, p. 98. “A ilha do Nogueira, ao sul do Recife, no esteiro formado pelo braço sul do Capibaribe, tinha então o nome do seu proprietário, Antônio Nogueira de Figueiredo, que foi Vereador do Recife em 1721.” MELLO, José Antônio Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara do Recife. *Rev. Inst. Arq. Pern.* Recife, v. 53, p. 159, 1981.

estreitíssima abertura entre os arrecifes, por ela chamada de Passagem das Gaiotas, localmente conhecida como a Barreta. A façanha provocou-lhe a sublime sensação de estar a desafiar os perigos do mar bravio e de experimentar o triunfo burguês sobre a natureza indomável.²⁰

O gosto pela natureza, que se havia popularizado na Europa desde o século XVIII, manifestava-se no olhar contemplativo dirigido ao mundo natural ou mesmo a cada pequeno gesto de interação entre o homem e a natureza, assim como no prazer por recolher e colecionar variedades de conchas que o mar depositava ao longo do estirâncio.²¹ Tollenare percebeu a ausência delas na praia do Istmo, entre Olinda e o Recife, como também o notou numa praia no arrabalde de Vitória, próximo a Salvador, Bahia. Já o norte-americano Kidder teve melhor sorte nos passeios à ilha de Itamaracá. Recolheu “lindas conchas” e madrepérolas “das mais belas” que já havia visto. Madrepérolas que, se renovavam o brilho do olhar do colecionador, não significavam mais que matérias-primas para os ilhéus, das quais se podia extrair apreciada cal para embranquecer as casas. As diferenças entre culturas não foram ignoradas pelo reverendo Kidder, cuja sensibilidade o fez perceber e anotar: “O pouco de atenção que devotamos à obra e às maravilhas da natureza parecem provocar geral admiração entre o povo de Itamaracá”.²² Povo que, apesar do espanto, não se furtou a repetir-lhe o gesto e a encher um baú de conchas, enviando-o ao colecionador no Recife.²³

Os viajantes estrangeiros, de origem européia ou norte-americana, exibiam, assim, costumes e comportamentos estranhos aos da terra, inclusive nos modos de estar e apreciar a beira-mar. Koster passeava à orla da praia nas noites de lua cheia; Kidder colecionava conchas. Vauthier experimentou momentos de prazerosas galopadas na extensão de areia “fina, muito dura”, que ia da praia do Rio Doce a Olinda e daí ao forte do Buraco.²⁴ Provou, também, dos banhos salgados, nas proximidades do porto do Recife. Todos observavam fauna, flora, a organização econômica e social do campo e cidade, as gentes do lugar e seus costumes, com maior ou menor precisão e acuidade,

²⁰ GRAHAM, Maria. Op. Cit., p. 154-6.

²¹ Estirâncio: “Faixa do litoral coberta e descoberta pela maré, e que é delimitada pelos batentes da preamar e de baixa-mar.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. Cit., p. 583.

²² KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 124.

²³ Sobre as diferentes percepções culturais e tratos para com a natureza, entre europeus e habitantes da colônia, escreveu Tollenare: “Em meio a lugares mais encantadores, os brasileiros daqui apenas vêm tristes matas a derrubar; para eles uma planície é o terreno mais aprazível porque não tem subidas nem descidas”. TOLLENARE. Op. Cit., p. 100.

²⁴ VAUTHIER, Louis Léger. Op. Cit., p. 108.

conforme as respectivas formações culturais, as sensibilidades de cada um e os objetivos que os haviam trazidos a essas paragens tropicais.

A Tollenare, entretanto, devemos um dos mais singulares depoimentos sobre vivências experimentadas nas praias do Pernambuco colonial, posto que não encontramos, na documentação consultada, notícias sobre banhos de mar realizados com intenção de recreio e desfrute do prazer, tomados abertamente nas praias, pelo menos até o momento em que se situava o viajante o francês, fosse na referida capitania ou mesmo nas regiões demais regiões da colônia.²⁵

Ocupado em observar as diferenças entre os costumes de seu país de origem e os da sociedade que visitava — ocupação que, para ele, constituía “mera distração” —, Tollenare dedicou algumas de suas *Notas* ao item diversão, pública e privada. Os quase três meses de convívio com os da terra, fê-lo concluir, um tanto precipitadamente, que os membros das camadas sociais mais elevadas do Recife não cultivavam os recreios que faziam a alegria da moderna burguesia cidadina européia. Os prazeres da sociabilidade, tais como os concebia e prezava, eram inexistentes nesta latitude quente e úmida do planeta, embora acreditasse que os contatos freqüentes e mais intensos com os estrangeiros viessem a provocar mudanças nesse quadro. Bailes, reuniões, banquetes, conversações, espetáculos, passeios, viagens, estações d’águas minerais, equitação, o gosto pela leitura, pelas ciências e belas artes, prazeres tão caros aos seus, inexistiam nesta parte da colônia.²⁶ O divertimento preferido da gente abastada do Recife, segundo observou, eram os banhos:

“O prazer que se parece gozar com mais sensualidade é o do banho. Vou algumas vezes tomá-lo, com meu hóspede, à beira-mar nas noites claras, e nos proporcionamos o prazer de entrar e sair da água várias vezes em um quarto de hora; seja que estendidos nus sobre as esteiras, exponhamos os nossos corpos à fresca viração marinha, seja que, mergulhando nas ondas nos agitemos em meio das fulgurações fosforescentes que faz brilhar cada um dos nossos movimentos, a alegria é sempre intensa e o prazer sempre novo.”²⁷

²⁵ Encontramos informações sobre banhos de mar acontecidos na colônia, em datas anteriores a que se refere Tollenare. porém, com sentido hidroterápico ou tomados em instalações fechadas e flutuantes. Voltaremos ao assunto em momento oportuno.

²⁶ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 99-101: 252. Sobre o estranhamento e reação dos habitantes de Pernambuco ao hábito da leitura cultivado pelos estrangeiros, ver o interessante depoimento de KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 312.

²⁷ Id. Ibid., p. 101. Alfredo de Carvalho, ou quem copiou o manuscrito das *Notes dominicales*, que serviu para a tradução, suprimiu, nesta parte, importante passagem que alude às relações sociais de classe e comportamentais entre os brancos da classe dominante e os negros escravos. Damos abaixo a frase na sua integralidade, colocando em itálico o trecho suprimido: “*Des esclaves nous étendent des nattes sur la plage, et nous nous procurons le plaisir d’enter et sortir de l’eau plusieurs fois dans un quart d’heure.*” TOLLENARE, L. F. de. *Notes dominicales: prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816.*

O prazer dos banhos de mar, contudo, era um deleite a que o povo do Recife não se entregava, ao menos como prática coletiva usual. Simplesmente porque, diferente da Europa, não se havia implantado o gosto pela beira-mar, o prazer de contemplar a paisagem marinha ou o costume de banhar-se nas águas moventes do salgado, entre os habitantes do Recife. Nesta então vila, apreciavam-se os banhos, porém, os frescos e correntes banhos de rio, no Capibaribe e no Beberibe; delícias comparadas, talvez, ao gosto de balançar-se à rede de dormir e entregar-se ao doce *far niente* no mais arejado recinto doméstico — hábito no geral reservado aos homens, ficando as mulheres com as esteiras²⁸ — ou às festas de igreja, ocasião de animadas diversões coletivas vivenciadas em público.

A plena vigência dos banhos de rio, nos costumes e calendário anual da elite local, mereceu registro nos relatos dos viajantes e nos trabalhos dos cronistas da primeira metade do XIX. Além de Tollenare, outros chegaram a estabelecer uma comparação entre os dois banhos, o doce e o salgado, assinalando serem os de rio, os banhos preferidos da população. De passagem por Pernambuco em 1837, George Gardner não só confirmou a referida primazia, como arriscou explicá-la tomando por base as sensações corporais que as diferentes águas provocavam nos banhistas: “Nos climas quentes dá-se preferências à água dos rios, para evitar a grande irritação produzida pela cristalização do sal sobre a pele, quando não lavada em água doce.”²⁹ Provavelmente, reproduzia opiniões colhidas localmente e com a qual parecia dar-se por satisfeito.

Mesmo Vauthier, ao tomar um banho na praia, de água deliciosamente tépida naquele mês de setembro de 1840, nas proximidades do porto do Recife, viu seu gesto repercutir como uma grande imprudência entre a população local, posto que, segundo acreditavam os da terra, aquelas águas ficavam na rota dos tubarões.³⁰ Verdade ou não, o alerta servia como um interdito aos banhos de mar.

1817 et 1818. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, tome II, *Brésil* (Recife), p. 468. No Recife, Tollenare hospedou-se na casa de um afortunado comerciante português, José de Oliveira Ramos, que ficava de frente para o mar — provavelmente à rua do Trapiche, via de intenso e rendoso comércio internacional —, proprietário também do engenho Salgado, onde o francês demorou-se algum tempo.

²⁸ Sobre o uso das redes entre as populações urbanas e rurais do Brasil, ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984, p. 666; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Departamento de Cultura da Guanabara, 1975, p. 295-313.

²⁸ GARDNER, George. Op. cit., p. 52.

²⁹ Id. Ibid., p. 52.

³⁰ VAUTHIER, Loius Lérger. Op. Cit., p. 44.

Os rios, os banhos doces nos rios e toda sorte de divertimentos que neles se davam, recreios que se espriavam por suas margens, caminhos e sítios ribeirinhos, antecederam em algumas décadas as primeiras tentativas de implantação do costume dos banhos de mar na então capitania, e depois, província de Pernambuco. Tentativas estas que conseguimos situar, documentadamente, no ano de 1843 e 1844. Não estamos sugerindo que tenha havido uma filiação linear e direta entre um e outro costume; uma espécie de *continuum* que os uniria numa imaginária cadeia de transformações evolutivas de práticas culturais coletivas. Nem querendo ver continuidades onde ocorreram efetivos processos de mudança e inovações de práticas e significados socioculturais. Há, porém, uma experiência social acumulada, décadas de história de uma determinada forma de convívio social com as águas abundantes e fluentes dos rios, em campos abertos e ao ar livre, que não pode ser negligenciada, sob pena de perdemos em compreensão, a respeito da sociedade e do objeto particular sobre os quais indagamos, o que poderíamos vir a ganhar em termos de economia intelectual e precisão no recorte do tema em estudo.

Ademais, trazê-los em perspectiva temporal, comparar usos e significados sociais e culturais atribuídos aos rios e ao mar não constitui meramente, neste caso, um artifício ou exercício intelectuais — legítimos, aliás —, em busca da compreensão do fenômeno histórico selecionado. Eram os próprios sujeitos, que percebiam ou experimentavam a convivência pacífica ou conflituosa entre o uso dos banhos de rio e os de mar, que estabeleciam algum tipo de relação entre eles; na busca inclusive de compreender e de explicar, para si próprio ou para sua audiência, as mudanças que se estavam processando e que os atingiam direta ou indiretamente. Havia uma memória coletiva, consolidada em torno dos banhos e recreios à beira rio, e uma percepção do que eles, no conjunto, representavam para a sociedade que, sempre que preciso, foram chamadas pelos contemporâneos para dar sentido e abrangência histórica ao processo de inovação cultural a que se assistia, ainda que fosse para o rejeitar.

Para nós, observadores de certo modo privilegiados pela distância e alheamento relativo que o tempo nos concede e impõe, confrontá-los permite-nos identificar possíveis permanências e rupturas entre fenômenos socioculturais que, se guardavam certas semelhanças entre si, carregavam também incontestáveis diferenças.

2.3 BANHOS DE RIO

“Capibaribe

Capibaribe

Lá longe o sertãozinho de Caxangá

Banheiros de palha

Um dia eu vi uma moça nuinha tomando banho

Fiquei parado o coração batendo

Ela se riu

Foi o meu primeiro alumbramento.”³¹

No final do século XVIII prolongando-se pelo XIX, sobretudo na primeira metade, o Capibaribe fazia irrecusável convite à população do Recife, àquela fração contemplada com alguma fortuna, para ir ter com ele nos meses ardentes do verão. Não ali, perto do desagradouro, onde se entregava ao mar depois de haver arrastado entulhos e imundícies que os da cidade depositavam em suas margens ou atiravam no seu leito. Chamava sim, para aqueles trechos pouco ou nada habitados, onde as águas eram limpas e o verde da cana de açúcar se misturava aos tons mais escuros do mangue, da mangueira, da jaqueira, do cajueiro e da mata; e onde as aves e capivaras estimulavam o gosto pelas pequenas caçadas. Rio de delícias, assim parecia ser o Capibaribe entre finais do século XVIII e inícios do XIX, a julgar pelas descrições que dele fizeram cronistas e viajantes estrangeiros:

“Sobe pois o Capibaribe por muitas léguas para o continente, sendo talvez um dos rios mais deleitáveis, e amenos que se conhecem tanto pelo cristalino de suas águas, como pelo plácido da sua corrente, o que de tal maneira atrai os moradores do Recife que quase a despovoam na estação de verão, para irem habitar por alguns meses em infinitas fazendas, e deliciosíssimas casas de recreio, de que elas estão bordadas, sendo inumeráveis as pessoas que de um, e outro sexo se encontram, já banhando-se no rio, já sentadas, ou passeando, ou navegando em canoas à sombra de altas, e copadas árvores, que por um e outro lado acompanham o Capibaribe, e defendendo por longos espaços as águas da ardência do sol.”³²

Ao desembarcar em Pernambuco, em dezembro de 1809, Henri Koster deparou-se com um Recife pleno de luz e calor e um tanto quanto esvaziado de gente. Muitos moradores estavam ausentes, “habitando em pequenas casas em Olinda e nas margens

³¹ Trecho do poema ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira.

³² VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Editora Itapuã, 1969. v. III, livros III e IV p. 826-7.

dos rios, para gozar o ar puro e o divertimento e conforto dos banhos, durante os meses mais sujeitos ao calor da estação ardente.”³³ Passados poucos dias de sua chegada, surgiu-lhe oportunidade de conhecer os caminhos e paisagens que levavam a este lugar de maravilha situado às margens do rio Capibaribe, onde se refugiavam os cidadãos mais bem posto na vida. Os arredores da cidade, com seu ar campestre, pareceram-lhe sedutores: “A vista é excessivamente encantadora, casas, árvores, jardins de cada banda(...). Era a primeira vez que eu deixava a cidade e fiquei verdadeiramente agrado desse aspecto do país.” As canoas subindo e descendo o rio, guiadas por hábeis e musculosos negros e mulatos, constituíram um espetáculo à parte aos olhos do viajante europeu.³⁴ Koster logo foi se juntar a eles, àquela gente endinheirada que buscava, noutras paragens, o conforto e distração que a cidade lhes negava. Alugou uma casa no povoado ribeirinho do Poço da Panela e para lá se mudou, temporariamente.

No início, na segunda metade do século XVIII, quando foram descobertos, os banhos de rio não possuíam o sentido de recreio, de temporada de descanso e de intenso convívio social, tal como foi observado pelos cronistas e viajantes estrangeiros no começo do novecentos. Em sua origem, a procura pelos ares campestres e pelos banhos nas águas correntes dos rios Capibaribe e Beberibe, que se abriam em mar ao chegar ao Recife, teve uma motivação higiênico-sanitária.

Rememorando os fatos que deram origem ao arraial do Poço da Panela, do qual fora um dos fundadores, o reverendo Ângelo Custódio Machado Gaio conta-nos que, amedrontadas com as desgraças espalhadas pela terrível epidemia que grassou em Pernambuco, entre finais de outubro de 1746 e março de 1747, matando mais de mil e trinta e oito pessoas, muitas famílias abandonaram os locais infectados e “se retiraram para Igarassu, Beberibe, Apipucos, matriz da Várzea e Jaboatão”.³⁵ Dois anos depois, também na estação do verão, as povoações do litoral foram acometidas por nova e mortal epidemia. Temendo a infecção, as perdas irreparáveis e a morte, as famílias de posse recorreram ao único recurso profilático que tinham ao alcance: o deixar para trás

³³ KOSTER, Henri. Op. Cit., p.37-8.

³⁴ Sobre as canoas, sentenciou um historiador: “O período que vai do último quartel do século XVIII ao fim da primeira metade do XIX constitui assim a cidade de ouro da canoa recifense.” MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana. *Rev. do Inst. Arq. Hist. e Geog. Pern.* Recife, v. L, p. 72. Sobre canoas e canoeiros no Recife e em Olinda. SILVA, Luís Geraldo. *A faina, a festa, o rito ...* Id. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 93-126.

³⁵ Em 1709, a população do Recife era estimada em 12.000 habitantes, aproximadamente. A epidemia de 1746 alastrou-se desde Fora de Portas a Santo Antônio, bairro da Boa Vista, Afogados, Giquiá, Boa Viagem, Ibura, atingindo a cidade de Olinda, praia de Pau Amarelo, findando em Curcurana.

suas casas e rotinas na cidade e buscar refúgio nos campos e povoações que não-haviam sido assolados pelo mal. Contudo, além da tradicional fuga da cidade — medida higiênica de que fizeram uso diversas sociedades nos mais diferentes tempos históricos³⁶ —, este último ataque epidêmico fez introduzir, no receituário médico, um novo método terapêutico, que o tempo se ocuparia em transformar em prazer e pretexto para divertidos encontros de grupos de mesma posição social e riqueza :

“O socorro para muitas famílias inteiras de toda beira-mar como dito fica, foi o campo, e banhos nos rios comunicados com as águas salgadas de certa altura, para cima, que sendo logo no princípio das entradas das águas salgadas, nenhum benefício recebiam: assim como também maiores males experimentavam com as águas doces tão somente. Vendo o corpo médico, e cirúrgico da praça do Recife, que seria mui útil aos habitantes da mesma que, se deveriam retirar delas, para fora, logo que entrasse o mês de outubro em cada um ano, e que usando de banhos durante o verão, não experimentariam com tanta veemência as epidemias que aparecessem ...”³⁷

Convencido das virtudes curativas das águas do rio comunicadas com as salgadas do mar, em janeiro de 1750, o corpo médico e cirúrgico do Recife empenhou-se em séria, sistemática e longa pesquisa a respeito das qualidades e composição da água, ao longo de vários trechos do rio Capibaribe. Após anos de estudos e observação, em janeiro de 1758, concluiu que os banhos mais apropriados aos tratamentos de saúde situavam-se entre o lugar denominado Catanga e a ponte do Monteiro, sobretudo da ponte do Cordeiro ao lugar Caldeireiro. Associando as qualidades curativas da água a um sentido extremamente pragmático, os médicos declararam ser o trecho do rio, na altura do povoado do Poço da Panela, o mais indicado aos banhos, “por ser muito

³⁶ Em 1685, quando assolou a primeira e violenta epidemia de febre amarela na província de Pernambuco, da qual resultou a primeira campanha profilática do Novo Mundo, dentre as recomendações médicas propostas pelo doutor João Ferreira Rosa estava a de evadir-se da cidade, para os que nela estavam, e o não se chegar a ela, para aqueles que estavam fora. ROSA, João Ferreira. *Tratado único pestilencial ... Sobre o abandono das cidades infectadas e a busca da salubridade nos campos*, ver MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1965. 2º volume, capítulo XVI. O subúrbio — e depois.

³⁷ GAIO, Ângelo Machado Custódio. Dos motivos que deram princípio à situação do Arraial do Poço da Panela, sendo da possessão do engenho Casa-forte, em outubro de ano de 1759, da ereção da capela para colocação da Santíssima Virgem Maria Mãe de Deus, com o título de nossa Senhora da Saúde. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 dez. 1859. p. 2-3. As memórias do padre Machado Gaio, sobre a fundação do Poço da Panela, foram primeiramente citadas por PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais pernambucanos...*, v. 7, p. 519-22. Id. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 111-6. A informação sobre a reprodução desta ‘Notícia’, no *Diário de Pernambuco*, foi dada por MELLO, José Antônio Gonsalves de. Alguns aditamentos e correções. In: PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos...*, v. 7, p. DLXXXIV. A informação sobre a data da publicação do artigo, no jornal, contém provável erro de digitação: ao invés de 15 de dezembro de 1859, o artigo saiu no dia 5 do mesmo mês e ano.

espraiado, e próprio para ser situado de casa de banhos,” ou banheiros, além de ser “ótimo para embarque e desembarque das famílias e trastes”.³⁸

A descoberta do novo método profilático contra as epidemias foi prontamente comunicada às autoridades provinciais, civis, religiosas e militares; àquelas pessoas que, por suas projeções político-sociais e influência, tinham possibilidade de fazer chegar a notícia mais rapidamente a um maior número de pessoas. A medida da repercussão positiva, acerca dos resultados da experiência medicinal e dos benefícios públicos que adviriam em consequência, chega-nos com a carta de agradecimento do governador aos médicos da província:

“respondeu o governador ter aquele corpo médico e cirúrgico tomado a seu cargo o descobrimento das águas para banhos em grau sempre certo a benefício dos habitantes desta província na necessidade de banhos por causa de moléstias ou de calores no Recife, assim como da descoberta do lugar para nele poderem situar casas para esse fim, como também pelos cômodos de poderem ir as famílias em canoas, e seus trastes ali desembarcarem, e do mesmo modo embarcarem para o Recife, além de por terra mais perto era para os escravos poderem ir e vir em poucas horas de que mui satisfeito se mostrou o ajuntamento médico e cirúrgico.”³⁹

No verão de 1759, o Poço da Panela contava com quinze casas de taipa e uma de pedra e cal, todas com as frentes voltadas para o rio, uma delas pertencente aos religiosos do Carmo de Olinda. O deslocamento desses religiosos, do seu convento quase à beira-mar de Olinda para os retiros de saúde no Capibaribe, atesta que as águas então conhecidas por virtuosas e medicinais eram as de rio, embora com certo grau de salinidade, e não, as salgadas do mar. A construção da capela sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, iniciada em 1772, consolidou de vez o assentamento do povoado naquela margem ribeirinha, outrora terra fértil de engenho moente e corrente — o Casa Forte.⁴⁰

Não admira houvesse cinco religiosos entre o grupo dos primeiros curistas da água a edificar casas no Poço da Panela, inclusive o cônego da Sé de Olinda, o

³⁸ A denominação Poço da Panela decorreu da descoberta de uma vertente d'água potável naquela localidade, onde foi escavado um poço regular, no fundo do qual foi colocada grande panela de barro a fim de segurar suas paredes. O povoado instalou-se em terras do engenho Casa Forte, à margem esquerda do Capibaribe. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Arredores do Recife...* 1981, p. 111-2.

³⁹ GAIO, Ângelo Custódio Machado. *Op. Cit.*, p. 2.

⁴⁰ Em 31 de julho de 1817, baixou-se a resolução erigindo em paróquia o distrito do Poço da Panela, sob invocação de Nossa Senhora da Saúde. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Arredores do Recife...*, p. 113-4. O Poço pertencia ao município de Olinda, porém, pela provincial de 8 de maio de 1843, passou a fazer parte do município do Recife. GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual. 1977, v. I, p. 37.

reverendo Luiz Garcia Velho do Amaral.⁴¹ Os religiosos tinham por tradição manter uma segunda residência para recreio e repouso; muito particularmente os jesuítas, que, desde o século inaugural da colônia, sabiam das “vantagens de um repouso periódico, de uma variação de ambiente, somente eles anteviram a necessidade de um sítio apropriado para uma convalescença ou apenas para descanso.”⁴² O Conde Maurício de Nassau também o sabia, tanto que mantinha a chamada casa La Fontaine “para o seu prazer”, e implantou imenso parque por trás do Palácio de Vrijburg, centro de estudo de história natural, ao mesmo tempo, centro mundano e artístico que servia ao palácio e ao público.⁴³

Até 1761, os padres jesuítas do Recife eram proprietários do grande sítio da Barreta, situado no litoral sul da capitania, que lhes abastecia de víveres e lhes servia de quinta de recreio. Por esta época, os padres da Congregação de São Felipe Neri do Recife eram proprietários do sítio de Santo Amaro, à margem do rio Beberibe, onde tinham igreja e hospício. Eram donos, também, do sítio primitivamente chamado Cajuais, depois, Cruz das Almas e da Matinha, utilizado pelos religiosos como casa de repouso.⁴⁴

O governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, fazia freqüentes visitas aos sítios da Congregação, ocasiões sempre oportunas para confirmar alianças, atualizar compromissos políticos, manter animada conversação e se divertir. Às margens do Beberibe, costumava entregar-se ao aristocrático exercício da caça: “Fui de tarde caçar ao rio ...”, era anotação recorrente em seu diário autobiográfico. Os membros da mais fina elite da província, como o governador e o bispo, distraíam-se percorrendo os cursos dos rios em canoa, como aquele passeio, realizado no dia 27 de setembro de 1755: “Fui de manhã com o Bispo, pelo rio, até os fornos de cal, e daí, de passeio, até Santo

⁴¹ Os dois primeiros ocupantes do arraial do Poço da Panela foram os reverendos Ângelo C. Machado Gaió e Francisco de Araújo Carvalho, que estavam bastante adoentados. Em seguida vieram o capitão Henrique Martins, Bernardo Rabello Pereira da Silva, ajudante do corpo de artilharia da praça do Recife, o capitão Bernardo Luiz Ferreira Portugal, o rvd. e cônego da Sé de Olinda, Luiz Garcia Velho do Amaral, o capitão Manoel de Almeida Ferreira, rvd. Manoel Rabello, o capitão Domingos de Aragão, o capitão Manoel Alves Monteiro, o capitão aposentado do corpo de artilharia, “fulano de tal Correa”, conhecido como Onça. GAIÓ, Ângelo Custódio Machado. Op. Cit., p. 2.

⁴² SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit., v. 2, p. 408.

⁴³ Sobre os palácios de Maurício de Nassau, ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos...*, p. 99-107; 217-8. Vrijburg contava com “algumas casas de jogos e entretenimento, adonde iam as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão e a ter seus regalos e fazer suas merendas e beberetes, como se usa na Holanda, com seus acordes instrumentos”. CALADO, Frei Manuel. *Valeroso Lucideno ou Triunfo da Liberdade*. Recife. 1942, 2 v., p. 114 apud MELLO, José A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos...*, p. 104.

⁴⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. ‘Notas ao texto’. DIÁRIO do governador Correia de Sá. 1746-1756. *Rev. do Inst. Hist. Geog. Pern.* Recife. v. LVI. 1983, p. 346. Este último sítio, adquirido em 1710, abrangia a área do atual bairro da Tamarineira. Recife.

Amaro, sítio da Congregação. Lá jantamos. De tarde tornamos de passeio até embarcar no rio. Fomos para o Desterro, de lá embarcamos no meu escaler e viemos para o Recife.” Passeios e dias de repouso também nos engenhos e sítios da várzea do Capibaribe, onde Correia de Sá renovava o prazer das caçadas: “Fui no escaler jantar no Engenho do Jequiá, donde me divertir com a caça das rolas.”⁴⁵

Correia de Sá, que tanto apreciava os passeios e caçadas nas proximidades dos rios — mas que também nutria gosto pelos jogos de salão, a exemplo do jogo de taco de truque disputado em animadas partidas por um grupo seletivo e restrito, do qual faziam parte o governador e os padres do Colégio Jesuíta ⁴⁶ —, não fez menção, em parte alguma do diário, ao uso de banhos de qualquer qualidade. Ausência de registro que não significava a inexistência da prática, mas certamente indicava que os banhos, particularmente os banhos de rios ou mar, não constituíam aspectos importantes no seu dia a dia e não constavam na lista de suas recreações. Da mesma forma, não deveriam estar presentes na vida dos moradores de Pernambuco, pois, nos compromissos políticos, administrativos, sociais ou religiosos a que compareceu, não aludiu ao uso das águas para banhos.

Eis que aquele rio, por séculos atravessados por canoas e barcaças carregadas de caixas de açúcar que iam ter ao porto do Recife, rio cujas águas fizeram moer os engenhos instalados ao longo de suas várzeas, eis que se prestava, agora, aos banhos e aos benefícios do corpo e do espírito das famílias ricas da cidade.⁴⁷ O conhecimento médico — reconhecido e legitimado pelas autoridades públicas e religiosas e aceito pela elite — foi o responsável direto e imediato por essa aproximação entre a população e o rio. Apregoador das virtudes terapêuticas e higiênicas dos banhos de rio e ares campestres, o saber pré-científico da medicina abriu as portas para que as famílias patriarcais deixassem o Recife e ingressassem num mundo relativamente novo, diferente do cotidianamente vivido no espaço urbano. Com os banhos de rio, veio o prolongamento da estação no campo, e com ele o nascimento dos subúrbios do Recife na segunda metade do século XVIII.

⁴⁵ DIÁRIO do governador Correia de Sá...p. 292 e 161. Este engenho, de propriedade de Roque Antunes Correia, ficava no atual bairro da Várzea.

⁴⁶ Truque — “Jogo entre quatro parceiros, cada um dos quais dispõe de três cartas. (...) O jogo nos veio de Portugal, onde tem os mesmos nomes. Truco, Truque, já citado em Bluteau (1712-1721)”. CASCUDO, Luís da Câmara. Op. Cit., p. 763.

⁴⁷ Sobre a importância dos pequenos rios litorâneos na formação da atual região Nordeste, especialmente o Capibaribe. FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

Contudo, a motivação higiênico-sanitária e o caráter sazonal — que estariam na base do movimento de expansão do núcleo germinal do Recife em direção ao continente, como bem o percebeu Evaldo Cabral de Mello — não explicam o fenômeno em sua plenitude.⁴⁸ Em estudo no qual propôs uma releitura sobre as origens do Recife, expansão e dinâmica do seu crescimento, escreveu Denis Bernardes:

“povoação portuária, estreitamente ligada à economia rural voltada para o mercado externo, Recife recebeu as marcas dessa vinculação na maneira mesma pela qual orientou sua expansão física e definiu seus eixos de comunicação com a área agrícola. Desta vinculação receberia uma parte importante do dinamismo econômico que alimentou o seu próprio crescimento e muito dos limites de ordem social e política decorrentes da projeção, no espaço urbano, da estrutura agrária com sua correspondente organização social, concentração de renda e poder.”⁴⁹

O dinamismo e desempenho da economia agro-exportadora exerciam, assim, influência direta sobre o espaço urbano do Recife, constituindo fatores condicionantes de seu desenvolvimento econômico e social e de sua expansão territorial. A compreensão do início da história suburbana do Recife se completa ao considerarmos um outro movimento, em sentido contrário ao identificado por Evaldo Cabral de Mello, ou seja, do interior ao porto. Movimento, este último, de grande importância econômica, cuja origem remonta aos primitivos engenhos de açúcar estabelecidos nas terras marginais do Capibaribe, desde o século XVI.⁵⁰

A crise na economia açucareira, verificada entre finais do XVIII e princípios do XIX, desativou muitos dos engenhos localizados nas ribeiras do Capibaribe, próximos

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife* ..., p. 68.

⁴⁹ BERNARDES, Denis Para reler o Recife e suas origens. In: BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 11. Ver também, MENEZES, José Luiz da Mota. A ocupação do Recife numa perspectiva histórica. *Clio*. Recife, v. 1, n. 14, 1993, p. 147-162; SINGER, Paul. Op. Cit., p. 271-357.

⁵⁰ José A. Gonsalves de Mello chamou particularmente atenção sobre este ponto. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Capunga: crônica de um bairro recifense. In SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Editora Massangana: Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Educação e Cultura, 1992, p. 265-6. Artigo originalmente publicado no *Boletim da Cidade do Recife*, Recife, v. 3, jun. 1979. Para Josué de Castro, os engenhos de açúcar constituíram o fator básico de propulsão de crescimento e evolução da cidade do Recife, ao qual vieram juntar-se outros fatores históricos de menor importância: o sentido urbano da colonização holandesa e a pressão demográfica sobre o Recife, quando a cidade esteve sob domínio dos batavos; a leva de retirantes que chegavam periodicamente do sertão e da zona da mata, instalando-se, e muito mal, na cidade-porto. CASTRO, Josué. *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 63-81. Ver também, LACERDA, Mário. *Metropolização e subdesenvolvimento* ...; MENEZES, José Luiz da Mota. Apresentação ao livro de VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *De 'apé-puc' a apipucos: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano*. Recife: Edições Bagaço, 1999.

ao centro do Recife.⁵¹ Alguns senhores, endividados, perderam partes de suas propriedades, entregando-as como pagamentos de dívidas. Outros consideraram economicamente mais vantajoso retalhá-las em sítios. Assim sucedeu com as terras do arraial do Poço da Panela, pertencentes ao engenho Casa Forte, que, indo à penhora, foram arrematadas em praça pública no dia em 8 de abril de 1767, adquirindo-as o capitão Henrique Martins, por um conto e cinqüenta mil réis.⁵² Assim também, o engenho Apipucos, que foi decaindo em sua atividade industrial desde finais do XVIII, crescendo, porém, enquanto povoado⁵³; o mesmo sucedendo com seu vizinho, o engenho Monteiro:

“De meados do século XVIII por diante foram os proprietários do engenho abandonando o fabrico do açúcar, de sorte que, em começos do século imediato não safrejava mais; e dividida as suas terras em sítios diversos, formava já então a situação encravada em torno do terreiro do extinto engenho, e suas imediações, um povoado bastante desenvolvido e animado, em terreno plano, e correndo à margem esquerda do Capibaribe.”⁵⁴

Na outra margem do Capibaribe, à direita, a situação não era diferente. No final do XVIII, o cônego da Sé de Olinda, Francisco Pereira Lopes, adquiriu o sítio de terras denominado Caxangá, pertencente ao engenho Brum, onde “construiu boa casa para sua residência na estação calma”. Edificou a capela dedicada a São Francisco de Paula, ao redor da qual foram surgindo outros prédios e, por fim, a povoação de Caxangá.⁵⁵ Nas redondezas do rio Beberibe, em Olinda, assistia-se ao mesmo fenômeno. Os grandes proprietários de terras e escravos, igualmente arruinados com a crise do açúcar e do algodão, retalhavam e alugavam as terras que possuíam nos arredores do Recife. Maria Graham admirou-se ao ver que seus proprietários preferiam alugar os pequenos sítios, por preços incrivelmente baixos, a tornar as terras economicamente produtivas.⁵⁶

⁵¹ Sobre a situação econômica de Pernambuco e do Recife, entre os séculos XVII e início do XIX, ver SINGER, Paul. Op. Cit., p. 274-85.

⁵² Na década de 1760, era proprietário do engenho Casa Forte o coronel Jacinto de Freitas da Silva, sendo seu credor, o ajudante do corpo de artilharia paga da praça do Recife, Bernardo Rabello Pereira da Silva, um dos primeiros moradores do Poço da Panela. O capitão Henrique Martins foi um dos primeiros a passar o verão no do Poço da Panela. Proprietário do sítio da Jaqueira adquiriu as terras do arraial do Poço e, cumprindo promessa da esposa, fez doação do terreno onde foi edificada a capela de Nossa Senhora da Saúde. GAIO, Padre Ângelo Custódio Machado. Op. Cit., p. 3.

⁵³ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Arredores do Recife* p. 23-7; VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. Op. Cit.

⁵⁴ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Arredores do Recife* ...p. 105-9; Id. *Anais pernambucanos*, v. 1, p. 459.

⁵⁵ Id. *Ibid.*, v. 9, p. 507-11; citado também por MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife* ... p. 196.

⁵⁶ GRAHAM, Maria. Op. Cit. p. 161.

Estamos, então, em condições de melhor compreender o movimento de mão dupla que ia ter às margens dos rios e aos arrabaldes, entre a segunda metade do século XVIII e primeira do XIX: Capunga, Madalena, Ponte d'Uchoa, Casa Forte, Monteiro, Apipucos, Torre, Cordeiro, Engenho do Meio, Caxangá, Várzea, todos antigos engenhos de açúcar transmudados em subúrbios, que deles conservaram apenas o nome e uma ou outra devota capela. De um lado, o discurso médico, ao instituir a necessidade, entre a gente abastada e instruída do Recife, de se retirar sistematicamente da cidade a cada estação de verão, estimulava e tornava legítima a demanda social pela aquisição de uma segunda residência no campo. De outro lado e em resposta à procura de casas nos arrabaldes, as terras dos primitivos engenhos da várzea do Capibaribe, agora de 'fogo morto', eram repartidas em sítios e, posteriormente, em lotes, servindo perfeitamente àquele fim. A um novo uso social dos rios, correspondeu uma igualmente nova forma de ocupação das terras às suas margens, a que se seguiriam mudanças, também, no modo de apropriação do espaço e na composição social dos usuários e significação dos espaços suburbanos.

Resta-nos aproximar o olhar sobre a cidade e buscarmos perceber qual a rede de motivação que levava a elite a procurar refúgio regular e temporário no campo. Propomos refazer o itinerário histórico tantas vezes percorrido por aqueles que, uma vez desembarcados no porto do Recife, tiveram a feliz ou infeliz ventura de conhecer esta terra. Era o mesmo percurso dos que deixavam a cidade em direção aos povoados: iniciava no centro urbano, na ribeira do mar, e seguia em direção ao oeste, rumo às cercanias da cidade; caminho depois refeito, agora em sentido contrário, da várzea ao mar. Não iremos muito longe, só até o ponto em que o Capibaribe era navegável o ano inteiro, por barcaças, alvarengas e canoas: até Santo Antônio de Apipucos. Ou, talvez, um pouco mais adiante, seguindo o movimento das águas de que vimos tratando: até onde a salgada ainda alcançava a doce, na altura do povoado da Várzea.

No início do século XIX, a vila de Santo Antônio do Recife — comumente designada por cidade de Pernambuco no circuito marítimo-comercial — pertencia ao termo de Olinda, tendo sido elevada à categoria de cidade em 5 de dezembro de 1823. A população se distribuía desigualmente por três bairros centrais, que se estendiam na linha este a oeste: o do Recife, o de Santo Antônio e o da Boa Vista. Em 1828, a

população residente no núcleo urbano central da cidade perfazia um total de 25.678 pessoas.⁵⁷

O bairro do Recife — o que dava aos navegantes a ilusão de que a cidade saía das ondas, distinguindo-se, também, pela singular arquitetura dos sobrados fronteiriços ao mar — era o de passado mais longínquo, o núcleo matricial que deu origem à cidade homônima. Durante séculos, conservou a vocação primeira que a história lhe reservou: a de função portuária e de centro das atividades mercantis. As casas de comércio de grosso trato nacionais e estrangeiras tinham nele o seu chão, bem como parte dos representantes consulares aqui residente. Os comerciantes também o adotaram como lugar de morada, por julgarem conveniente residir próximo ao local de trabalho.

Koster descreveu-o como o bairro mais antigo e movimentado, “e também o mais mal edificado e o menos aseado”. As ruas, geralmente estreitas e tortuosas, eram ladeadas por sobrados de dois a quatro andares, cujas janelas, guarnecidas de grades em toda altura, davam-lhes “triste aspecto”. Sobrados que, na década de 1830, ascenderam a seis andares, com direito a mirante. A residência do cônsul norte-americano Joseph Ray, onde Daniel Kidder ficou hospedado por dois meses, era um desses sobrados de frente para o mar, com um mirante todo envidraçado no alto do sétimo andar, de onde se podia avistar todo movimento do porto e apreciar a paisagem panorâmica que se estendia do Cabo de Santo Agostinho a Olinda.⁵⁸ Negros carregando fardos, fazendo-se acompanhar por cantos, negras oferecendo mercadorias miúdas, homens de negócio “trajados a européia” reunidos numa pequena praça defronte de um café, e mais o embarque e desembarque dos navios davam vida ao dia a dia do lugar. Mulheres brancas, Koster não as viu nessas situações corriqueiras de rua, quando de sua primeira estada em Pernambuco.⁵⁹

Atravessando uma ponte de madeira, chegava-se ao bairro insular de Santo Antônio. Antiga cidade Maurícia, tendo servido de subúrbio e refúgio sanitário em

⁵⁷ Ver, Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província ... FIGUEIRA, Antônio de Moraes. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco...* Recife: Typografia de M. F. de Faria, 1852.

⁵⁸ Pertence a Kidder o seguinte comentário acerca das casas do Recife: “Muitas das casas do lugar apresentam estilo desconhecido do resto do Brasil.” KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 90. Desenho de Lula Cardoso Ayres, muito provavelmente inspirado na descrição arquitetônica deste sobrado, encontra-se reproduzido em FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, p. LVI-VII. Sobre a arquitetura colonial no Recife, ver, além desta obra clássica de Freyre, JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Editora Nordeste, 1952. O comerciante português José Ramos de Oliveira, que hospedou Tollenare em sua residência, era proprietário de um sobrado à beira mar, agraciado pela constante brisa marinha.

⁵⁹ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 20. Koster chegou ao Recife em 7 de dezembro de 1809 e retornou à Inglaterra em 1815. No ano seguinte, regressou a Pernambuco.

relação ao conturbado núcleo urbano do Recife, então capital do Brasil holandês, o crescimento do bairro intensificou-se na segunda metade do século XVIII. Sede dos serviços administrativo, militar e religioso, Santo Antônio abrigava boa parte das repartições públicas: o palácio e a secretaria do governo, o erário público, a repartição de polícia e a cadeia. As torres das igrejas eram de embaralhar a vista dos transeuntes, tantas e tão rapidamente foram sendo erguidas uma após outra. O comércio a retalho encontrava guarida nessa pequena ilha fluvial: armazéns de comestíveis e ferrarias, lojas de ourives, de fazendas e quinquilharias somavam-se às sessenta e duas lojinhas da praça do Polé e às outras tantas, na praça ou mercado da Ribeira, lá pras bandas de São José, que contava ainda com cento e vinte e oito barracas para venda do pescado.⁶⁰ Até o final das duas primeiras décadas do século XIX, a grande maioria das casas era térrea, encontrando-se sobrados de três e de quatro andares apenas em volta à praça do Polé. Segundo apurou Tollenare, era habitado por “brasileiros natos, e mulatos e negros livres”.⁶¹

Uma outra ponte, também de madeira, conduzia ao bairro continental da Boa Vista — primitivamente, uma área de alagados e terrenos arenosos divididos em sítios de coqueiros. Era o de ocupação urbana mais recente, datando sua povoação do século XVIII. Suas ruas eram mais largas e arejadas que a dos dois primeiros bairros citados, porém esburacadas e enlameadas por ocasião das chuvas. Aí estavam o palácio do bispo, conventos e igrejas. As casas brancas e térreas, sem maiores ostentações, esbanjavam áreas livres agradavelmente transformadas em pomares e jardins. O bairro trazia algo do ar convidativo do campo sem chegar exatamente a sê-lo. Talvez por isto, por exibir uma fisionomia urbana menos marcada pelo passado histórico e por não expor de forma tão ostensiva as mazelas da vida urbana colonial e escravista — as assim consideradas mazelas pelos padrões da moderna sociedade burguesa européia —, ao mesmo tempo em que preservava uma certa memória viva do mundo natural, era tido como o bairro moderno do Recife. Tollenare pareceu simpatizar-se com a Boa Vista: “é o mais alegre e mais moderno. As ruas e calçadas são ali mais largas, tem algumas casas bonitas habitadas por gente rica, mas que não pertence ao comércio porquanto quase todos os negociantes moram no Recife.”⁶² Seus caminhos levavam ao campo e às

⁶⁰ As praças de mercados foram mandadas construir pelo governador D. Thomaz José de Mello. 1787-1798.

⁶¹ TOLLENARE, L. F. Op. Cit. p. 22.

⁶² TOLLENARE, L. F. Op. Cit., p. 23. Em 1821, Maria Graham confirmaria o perfil deste bairro: “Boa Vista, onde moram, os comerciantes mais ricos, ou os habitantes mais desocupados, entre os seus jardins

descontraídas casas de recreio, ao longo dos quais se podiam ver casinhas térreas, habitadas por gente simples, crioulos e negros livres, segundo o mesmo observador.

Ruas estreitas, sujas, mal cheirosas, quase sempre sem calçamento — à exceção das do bairro do Recife — e passeios, desalinhadas, enlameadas na estação chuvosa, poeirentas nos meses do verão.⁶³ Ruas e pátios ruidosos aos ouvidos europeus não habituados à diversidade de sons que vibraram a cada esquina das cidades do Novo Mundo, principalmente das portuárias, que viviam sob o regime escravocrata e sob o sol ardente dos trópicos. Vias, travessas, becos e pontes que expunham publicamente as chagas da escravidão e da miséria: nos corpos macilentos dos pretos e mendigos, nos seus olhares sem vida e sem orgulho, nos trajos andrajosos com que parcamente se cobriam, nos aleijões e pústulas que exibiam, último recurso de alguns para ganhar a vida; nos gestos lascivos com que as raparigas ofereciam seus corpos de ébano a serviço do sexo oposto.

As críticas respondiam quase sempre a um mesmo padrão de referência social, ético, estético e urbanístico, e tinham por base o modelo de sociedade burguês citadino europeu. Um ou outro comentário se destacava entre os demais, acrescentando algo novo ou revelando, com mais argúcia, as tendências, crenças e ideologias em que se inspiravam seus autores. As críticas tecidas por Charles Waterton ao Recife, em 1816, dirigia-se diretamente à cidade, ao seu aspecto físico e imediatamente visível, à sua estética e à organização da vida urbana que nela tinha curso, até mesmo à relação ambivalente entre o domínio público e o privado que marcava a sociedade colonial. Porém, havia algo mais em sua fala. Algo como um julgamento histórico a respeito da civilização que o absolutismo português edificou nos trópicos, e de que as cidades, na medida inversa do mundo natural, constituíam a maior expressão. Para ele, enquanto

e os conventos, as igrejas e o palácio do bispo dão um ar de importância às habitações muito elegantes em torno deles. GRAHAM, Maria. Op. Cit., p. 129. Kidder, em 1837: "O bairro da Boa Vista é bastante grande e ocupado de preferência por prédios residenciais e casa de campo. Entretanto, alguns edifícios de vulto elevam-se junto ao rio, e, como quase todos os outros da cidade, em situação semelhante, destinam-se a fins comerciais. A não ser estes prédios, as casas são geralmente baixas, extensas e cercadas de jardins que aqui se denominam 'sítios'. As ruas não são calçadas e estão comumente no pior estado de conservação." KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 95. Boa Vista em 1857 "não é a habitação das artes, das fantasias, das novidades, das elegâncias supremas, não está longe de ser tudo isto; porque já é uma residência deliciosa, cujos belos e diferentes sítios a musa fadada dos poetas pode glorificar e semear de diamantes e de flores." FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. O bairro da Boa Vista ... *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 out. 1857. A Carteira. In MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello (Org.). *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)*. Recife: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1975, v. II, p. 849.

⁶³ Ainda um exemplo, de 1836: "A cidade de Pernambuco é pouco recomendável a quem não tem negócios a tratar. Os prédios são mais altos que os do Rio e as ruas, na maior parte, ainda mais estreitas e, por certo, igualmente sujas." GARDNER, George. Op. Cit., p. 50.

resolução urbana, o Recife era o espelho de um irreparável erro humano. Um desperdício histórico lamentável da dádiva com que a natureza havia mimoseado este pedaço do planeta:

“Se as vantagens naturais se houvesse aliado a arte e o discernimento, Pernambuco hoje seria um majestoso ornamento na costa do Brasil.

Observa-se, porém, que cada casa foi construída segundo o capricho do dono, sem que atendesse à conveniência pública. Desejar-se-ia que esta cidade, tão formosa pelo seu porto, tão afortunada pelo seu clima e tão bem situada para o comércio, se tivesse erguido sobre a bandeira de Dido de preferência à Bragança.”⁶⁴

A mudança no modo de perceber a cidade em que se vivia e a alteração de algumas manifestações culturais e hábitos coletivos — ainda que em fase inicial e limitadas a umas poucas famílias das camadas dominantes e letradas — faziam-na parecer insuportavelmente quente, abafada e mal cheirosa durante o verão. Nas ruas sem calçamento, o trânsito dos animais levantava nuvens de poeira, que o vento fazia subir pelos sobrados, entrar pela garganta e alojar-se nos pulmões. Ares maléficos e miasmas pestilenciais, que os médicos tributavam ser a causa de diversas doenças e epidemias, exalavam dos pântanos e alagados que se acumulavam na cidade. Tosses, vômitos, diarréias, febres intermitentes, epidemias. Daí um dos motivos da repulsa pelo centro urbano, demonstrada por aqueles que desejavam — e podiam — deixar o doentio e nauseabundo ar da cidade, para gozar das delícias e salubridade que os campos prometiam. Porém, é preciso não esquecer que a cidade indesejada na estação calmosa era a mesma que gerava a riqueza, as condições materiais e culturais para tornar realidade, o salutar retiro nos arrabaldes.

Na virada do século XVIII para o XIX, o movimento em direção aos povoados ribeirinhos era intenso, sinal de que o costume de passar a temporada de festa, fora da cidade e à beira do rio, estava plenamente consolidado. Mais que isto, encontrava-se em ascensão, muito embora permanecesse restrito às camadas urbanas socialmente mais elevadas e às pessoas de instrução: comerciantes portugueses enriquecidos na colônia, os capitães gerais e funcionários públicos de alto escalão; ricos proprietários de terra,

⁶⁴ CARVALHO. Alfredo de. Charles Waterton em Pernambuco 1816. *Rev. Inst. Arq. Geo. Pern.* p. 727-3. Nunca é demais lembrar as sombrias palavras do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, acerca das jovens cidades das Américas, ditas quando de sua primeira viagem ao Brasil, em 1934: “... essas cidades extraem dessa juventude a sua essência e significação. tenho dificuldade em perdoar-lhe o fato de não continuarem a sê-lo. A passagem dos séculos representa uma promoção para as cidades européias; para as americanas, a simples passagem dos anos é um degradação. Porque elas não estão construídas apenas de fresca data: são construídas para poderem renovar-se com a mesma velocidade com que foram erguidas. isto é. mal.” LEVI-STRAUSS. Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 89.

muitos de tradicionais famílias pernambucanas; médicos, militares, religiosos. A esta seleta minoria, vieram juntar-se os estrangeiros, sobretudo ingleses, que, a partir da abertura dos portos, ingressaram em grande número no território brasileiro: eram negociantes, técnicos, representantes consulares, naturalistas.⁶⁵ Tollenare chegou a comentar que, entre os anos de sua estada em Pernambuco, a classe média urbana iniciava também a ingressar nesse movimento de retiro de verão nos arredores da cidade.⁶⁶ Em que pese sua observação, o processo de democratização dos subúrbios se deu, efetivamente, alguns anos depois.

No verão, os pequenos povoados — que eram só tristeza na estação chuvosa, morada permanente de uma gente pobre e de cor, no geral, e que tirava do rio o sustento: lavadeiras de roupa, canoeiros, barcaceiros, trabalhadores das fábricas de tijolos de barro e famílias remanescentes dos antigos engenhos — viam-se repletos de visitantes: “O lugar ficou inteiramente cheio, sem ter mais casas para alugar, e como ocorre na Inglaterra com as estações d’água, as famílias cujas residências na cidade são amplas e agradáveis, não olham inconvenientes e vêm residir, durante o verão, nessas pequenas casas.”⁶⁷ O mesmo movimento seria observado nas décadas seguintes, segundo anotou José Bernardo Fernandes Gama, entre 1842 e 1844, para a então freguesia do Poço da Panela, que compreendia as povoações do Poço, Casa Forte, Monteiro e Apipucos:

“Estes lugares, que pelo Inverno tem poucos habitantes, pelo Verão tomam-se tão procurados, que uma casa muito ordinária, não se alcança para os quatro meses do calor, senão por avultada soma; mas certamente em nenhuma outra cousa se pode empregar melhor o dinheiro, (quem pode) do que em adquirir uma casa, a fim de gozar, durante a Estação calma, do saudável e vivificante ar do Capibaribe, n’esse paraíso!”⁶⁸

O curso do rio era, então, o caminho preferido pelas famílias para efetuarem a mudança. Pessoas e seus pertencentes eram vistos com frequência subindo o rio em canoas no início da temporada, assim como fazendo o caminho de volta, ao fim da estação seca. Algumas embarcações eram grandes, equipadas e confortáveis, como esta,

⁶⁵ Sobre a influente comunidade inglesa no Brasil, FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília. MEC - INL, 1977. Para Pernambuco, ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Ingleses em Pernambuco: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

⁶⁶ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 101.

⁶⁷ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 39.

⁶⁸ GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. v. I, p. 37.

que estava á venda em 1848: “Vende-se uma excelente canoa, própria para família, por acomodar 16 a 20 pessoas, pintada, com cadeira de encosto, bandada em roda, estrado no fundo, e digna de quem tiver bom gosto.”⁶⁹ Canoa de luxo, para família de recursos.

A demanda social pelas casas de recreio no campo crescia vertiginosamente. No curto intervalo de aproximadamente dois anos, entre o verão de 1809 e o de 1811, as feições da margem esquerda do Capibaribe, principalmente na altura do cobiçado trecho que começava no Poço da Panela, passava pelo Caldeireiro e chegava ao Monteiro, haviam sido visivelmente alteradas. Novas residências foram construídas, ao passo que outras se encontravam em obras. Eram moradas que se estendiam por simpáticos jardins que iam ter à beira do rio, para onde estavam voltadas suas frentes. Em consequência, os preços das terras próximas ao rio alcançavam preços nunca visto dantes. O comércio de tijolos tornara-se extremamente lucrativo, alimentando o fogo das olarias estabelecidas nas franjas do rio, entre Apipucos, Dois Irmãos, Várzea. Canoas e barcas desciam o rio, transportando tijolos, telhas e areia. Os trabalhadores da construção civil — provavelmente escravos, posto que a mão-de-obra livre ocupada neste setor era ainda extremamente rara —, eram disputados pelos que desejavam construir casas de sítios às margens do Capibaribe.⁷⁰

Todo este movimento, exemplificado particularmente pela construção civil, era sinal evidente da presença de um maior dinamismo no mercado interno e da ocorrência de um incremento na economia urbana, que se fazia acompanhar, com intensidade variável, por uma correspondente diversificação na tradicional divisão social do trabalho urbano. Ademais, o fenômeno que se verificava nos arrabaldes era como que um desdobramento das transformações econômicas, sociais e culturais por que passava o Recife, centro comercial, político e administrativo da província e da região, como também, sede da riqueza, local onde pessoas e idéias circulavam com maior frequência e intensidade. A cidade do Recife crescia, apesar da crise verificada no comércio açucareiro. Em 1809, Pernambuco ocupava o terceiro lugar dentre as capitâneas do Brasil, mas, de acordo com o testemunho de Koster, era a primeira praça comercial em relação à Grã-Bretanha. A participação de um novo e lucrativo produto agrícola no comércio de exportação, o algodão, que era embarcado em seu porto, impulsionava a economia local e assegurava o crescimento do Recife, relativizando a importância do

⁶⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 22 de setembro de 1848. Avisos Diversos.

⁷⁰ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 203.

açúcar para a cidade.⁷¹ O aumento da renda monetária dos pequenos e médios lavradores de algodão possibilitou o ingresso dessa classe no mercado de consumo interno, sobretudo de produtos importados, intensificando o comércio do Recife.

Como um arauto anunciador do progresso, que se cria redentor, Koster não escondeu o entusiasmo pela onda de mudanças verificada no Recife. Pelo “espírito de renovação” que havia tomado conta da cidade e de que ele era testemunha:

“A época dos melhoramentos chegara, e os homens que tinham passado muitos anos sem pensar na menor alteração tanto no interior quanto no exterior de sua casa, estavam agora pintando e envidraçando as fachadas, mobiliando o interior, modernizando eles mesmos, suas famílias e suas moradas.”⁷²

Malgrado a intensificação das construções de casas particulares nos arrabaldes, os equipamentos e serviços urbanos continuavam a ser absolutamente inexistentes nesses rincões. Cada família precisava se instalar por conta própria, conforme a posse e a disposição de gastar do patriarca, construindo suas casas, arrendando ou alugando sítios, e, obviamente, arcando com as despesas requeridas pela manutenção de uma segunda residência fora da cidade, destinada ao recreio da família.

Nos primeiros tempos dos banhos de rio, os abastados citadinos partiam dispostos a trocar suas amplas casas e sobrados por toscas casas de taipa ou simplórias construções de pedra e cal. Algumas, porém, pareceram bastante agradáveis aos olhos dos estrangeiros. Em passeio pelas cercanias do Recife, Maria Graham desenhou em traços ligeiros a linha arquitetônica predominante nessas casas de sítio, nas primeiras décadas do século XIX. A que lhe servira de modelo pertencia ao sr. Stewart, e foi por ela comparada a um bangalô oriental: “um só pavimento, traçado muito comodamente, com uma varanda em torno e localizada no meio de um pequeno campo, parte do qual é plantação e parte pasto, geralmente cercado de limoeiros e rosas e ensombrado de árvores frutíferas.”⁷³

Se dispensavam confortos materiais em trocas das benesses do campo, não abriam mão da numerosa escravaria que os atendia no dia a dia, posto que dependiam dos negros para todo e qualquer serviço doméstico: mucamas, amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, para abastecer a casa de água e víveres, os encarregados de despejar os “tigres” da casa nas praias ou cabeças de pontes, os negros utilizados no

⁷¹ Id. *Ibid.* 33; SINGER, Paul. *Op. Cit.*, p. 281-3.

⁷² KOSTER, Henri. *Op. Cit.*, p. 203.

⁷³ GRAHAM, Maria. *Op. Cit.*, p. 160.

trato das montarias e canoieiros, no caso dos senhores que possuíam esses bens.⁷⁴ Tollenare observou serem necessários pelo menos dez a doze escravos para manter o que chamou de uma casa decente no Recife. Anos mais tarde, um inglês, comerciante de grosso trato radicado no Recife, possuía pelo menos dezoito escravos para servi-lo em sua casa. Tamanha era essa exigência imposta pelo sistema escravista que, dentre as reconhecidas vantagens oferecidas pelo Poço da Panela para o uso medicinal dos banhos de rio, estava a “de que por terra mais perto era para os escravos ir e vir em poucas horas”.⁷⁵

Se a temporada nos arrabaldes significava descanso e diversão para os senhores; para os escravos, a alteração da rotina representava uma sobrecarga de trabalho, pois eram vistos “todo o dia na estrada carregando panacus, tipóias, tratando de cavalos etc. etc.” Nos banhos de rio, particularmente, as mucamas acompanhavam as aiais nos mergulhos e brincos n’água, mas também tinham por obrigação levar as esteiras, os lençóis e a bacia de pés para conforto e asseio dos senhores após o banho.⁷⁶

A aludida simplicidade das acomodações devia provir, em parte, por se tratarem de casas dos moradores permanentes dos povoados, alugadas para a temporada de verão. De outra parte, das dificuldades na arte da construção civil, às voltas com carência de material e de pessoal técnico especializado, como arquitetos e engenheiros, fazendo uso de técnicas rudimentares, manejadas quase sempre por uma mão de obra escrava não qualificada. Expressão, também, do caráter sazonal do movimento de ocupação dos arrabaldes por parte da gente de elite, associado ao fato de se tratar de um

⁷⁴ Chamava-se tigre o “barril ou cubo de despejo na maré, no tempo em que ainda não havia na cidade um serviço regular de esgoto ou *drainage*. (...) O serviço de condução dos tigres, em pleno dia, era feito por pretos, geralmente escravos, que anunciavam a sua passagem pelas ruas gritando, *Vira! vira!*, e por cujo trabalho recebiam uma *pataca*.” PEREIRA DA COSTA, F. A. *Vocabulário pernambucano*. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1976, p. 745-6.

⁷⁵ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 201. Sobre o escravo doméstico, no Recife, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 41-71; GAIO, Ângelo Custódio Machado. Op. Cit., p. 2.

⁷⁶ O padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, também conhecido como padre Carapuceiro, foi fundador e único redator do periódico homônimo. *O Carapuceiro* iniciou sua publicação em 7 de abril de 1832 e encerrou-a em 1842, com algumas interrupções. Alguns artigos inéditos, repetidos ou reformados foram publicados no *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1843 e 1844. Ver GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro 1832 – 1842*. Edição fac-similar do jornal do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, 3 v. As citações do referido periódico, feitas no presente trabalho, foram extraídas dessa edição facsimilar, afora os casos das crônicas publicadas no *Diário de Pernambuco*, organizadas por MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade ...* p. 301-95. Ver também, GAMA, Lopes. *O Carapuceiro*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. A referida citação se encontram nos artigos Os passatempos do Natal. *Diário de Pernambuco*, 13 jan. 1844. Em outro número do periódico, o padre Carapuceiro fez esta comparação: “É esta quadra do ano [verão] a grande safra dos jovens. E tais são as coisas humanas, que é quando pior tempo levam os escravos e cavalo, porque trabalham de dia e noite.” Id. Os passa-tempos do Natal. *O Carapuceiro*. Recife, n. 77, 24 dez. 1842.

período de transição, em que as formas de apropriação das terras em questão ainda não se definiram, oscilando entre a secular ocupação pelo plantio da cana e os novos usos culturais, voltados para casas de recreio.

Em meados do século XVIII, por exemplo, quando do nascedouro do costume dos banhos de rio, convinha ao proprietário do engenho Casa Forte, o coronel Jacinto de Freitas da Silva, aforar terrenos para que fossem edificadas apenas casas de taipa, não consentindo as erguessem de pedra e cal, à exceção da casa do mestre de campo Luiz da Cunha. Assim também, não permitiu que fosse fundada uma capela no Poço da Panela, como era do desejo dos primeiros moradores, o que só veio a acontecer em 1772, após a penhora seguida de arremate daquelas terras.⁷⁷

Em 1816, Charles Waterton observou a mesma disposição das famílias em se instalarem em casas com acomodações bem inferiores às de suas moradas permanentes. Igual despreendimento não demonstraram ter, porém, em relação à aparência pessoal. As mulheres, principalmente, mostravam ser bastante vaidosas e se esmeravam por ocasião de suas aparições públicas: “Povoados e lugarejos, onde antes só se viam trapos, ostentam então toda elegância dos custosos vestidos, cada casa, quarto ou alpendre torna-se habitável para pessoas que, poucas semanas antes, só forçados por extrema necessidade teriam vivido neles ...”⁷⁸

Mas, além de um lugar de destino, diferente do que se vivia no cotidiano, as temporadas de verão implicavam, necessariamente, numa certa organização social do tempo. Elas falavam da existência de um calendário, a um tempo social, religioso e climático, que se impunha a todos. Um calendário que organizava a vida social e cultural dos habitantes do Recife, dando à cidade um ritmo próprio e estabelecendo um chamado ‘tempo das festas’, cíclico, renovado a cada ano. Um calendário que, uma vez consolidado, era como que uma tradução da sociedade que o instituíra.

Os passamentos de festa se iniciavam em novembro, quando o sol de verão se firmava, e terminavam com as primeiras chuvas anunciadoras do inverno, entre final de fevereiro e início de março. Contudo, mais que baseado nas condições climáticas, o período da temporada de verão regia-se por um antigo calendário religioso, de fundo cristão. Guiava-se pelo ciclo das festividades natalinas do catolicismo que, já bastante dilatado em dias e comemorações na América colonial portuguesa, começava em novembro e encerrava na Quaresma: “Com a quaresma, (...), terminaram as festas de

⁷⁷ GAIO. Ângelo C. Machado. Op. Cit., p. 2-3.

⁷⁸ CARVALHO. Alfredo de. Charles Waterton no Recife...p. 730.

verão. A temperatura continua brilhante e a permanência no campo seria ainda para desejar; mas a devoção prescreve a sua privação.”⁷⁹ Tratava-se, enfim, de um calendário religioso para uma sociedade de base religiosa católica.

Era a velha e magra dona Quaresma estendendo seu manto negro sobre as águas claras dos rios, anunciando aos cristãos que era chegado o tempo da tristeza, privação, recolhimento e arrependimento dos pecados cometidos ao longo do ano, inclusive os pecados de verão. A tradição religiosa católica pesava e impunha seu ritmo sobre a sociedade que a nutria, sendo sentida mesmo por aqueles que não eram seus seguidores. Tal sucedeu a Koster, procedente de um país protestante, que tentou, inutilmente, resistir à força da tradição:

“No começo do Jejum os lugarejos ficam inteiramente desertos porque os brancos voltam para a cidade, para assistir às procissões, como é costume nos países católicos. As chuvas caem comumente pelo fim de março. Não deixei o Poço da Panela senão no último extremo. Finalmente estava demasiado triste e segui os demais.”⁸⁰

Porém, a motivação higiênico-sanitária — que estimulou a retirada das famílias ricas de suas residências fixas na cidade, conduzindo-as às temporadas de banhos de rio nos arrabaldes —, sendo fundamental, não era tudo. Tendo criado o costume, perdera a primazia sobre ele, ali mesmo, nas frescas e límpidas águas do rio. É certo que, na primeira metade do século XIX, os banhos e a salubridade dos campos continuaram a ser procurados para tratamento de saúde. O próprio Koster, havendo piorado muito em seu estado de saúde — saúde precária, que o havia trazido aos trópicos em busca de melhores ares para o mal que o afligia, a tuberculose —, deslocou-se ao Monteiro na esperança de restabelecer-se: “Logo que me pude locomover aluguei uma casinha na povoação do Monteiro, onde teria a vantagem de melhor ar que no Recife e de não ficar afastado do amparo médico”.⁸¹ Em seu retiro, além da ajuda do ambiente natural, contou com o apoio de uma família irlandesa, da qual guardou as mais gratas recordações.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitão general de Pernambuco de 1804 a 1817, costumava espairecer da rotina administrativa recolhendo-se em aprazível sítio no Monteiro, ao mesmo tempo em que se regalava em jogos, festas, bailes e outros

⁷⁹ TOLLENARE, L. F. Op. Cit., p. 128. Numa passagem anterior à citada, escreveu: “Há em volta do Recife lindas casa de campo, onde a gente abastada reside de novembro até o começo da quaresma ...”. p. 101.

⁸⁰ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 41.

⁸¹ Id. Ibid., p. 228-9.

entretenimentos de grupo. Mas, assim como Henry Koster, o governador recorria, também, aos ares salubres do campo e aos banhos correntes de rio para restabelecimento da saúde. Em carta enviada ao Marquês de Aguiar, em 29 de dezembro de 1815, comunicou-lhe estar provisoriamente no sítio do Monteiro, “por experimentar sua saúde grandes melhoras ‘com os ares do campo e banhos no Capibaribe’.”⁸²

No verão de 1818, foi a vez do Desembargador Presidente da Alçada, que veio a Pernambuco fazer a devassa da Revolução de 1817, experimentar a terapia nas águas fluviais: “Os médicos me obrigaram a sair daqui para um sítio distante três quartos de légua para tomar banhos, os quais não pude tomar por causa de um defluxo, que ali me veio, (...), depois tive lá um bicho em um pé, do que tudo e da moléstia passada estou livre.”⁸³ Quase dez anos mais tarde, em dezembro de 1827, o governador de Pernambuco, José Carlos M. Silva Ferrão, avisava ao ministro do Império que estava despachando de seu engenho, distante oito léguas do Recife, onde se recolhera “por motivo de saúde”.⁸⁴ Em 1851, apelava-se ainda para o discurso médico, sobre os benéficos ares do campo, para atrair pretendentes aos imóveis de aluguel nas áreas marginais ao rio: “Alugam-se duas casas pelo preço mais cômodo possível, no lugar S. Ana de dentro, bem próprias para se gozar saúde, conforme dizem os médicos, podendo ficar o tempo do passa festa por já estar próximo; na rua da Cruz, n. 26, 1º andar.”⁸⁵

Todavia, os banhos de rio findaram por se revelar, mais que fonte de saúde, leito de prazer, diversão, alegria e deleite estético. A Tollenare devemos, sem dúvida, a mais bela e comovente descrição da paisagem que se moldava em torno do Capibaribe, nos arredores do Recife da primeira metade do XIX. Com algum esforço de imaginação, talvez nos seja possível alcançar aquele rio de águas limpas e transparentes que encantara o francês, hoje, imundo “cão sem plumas”⁸⁶. Não interferimos no seu relato,

⁸² Carta do governador Caetano Pinto de Mirante Montenegro ao Marquês Aguiar. Correspondência da Corte – 1808/1817, Livro 17. In: DOCUMENTO para história do açúcar, v. II (1675-1843). Instituto do Açúcar e do Alcool, p. 174.

⁸³ Carta do Desembargador Presidente da Alçada, Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Tomás Antônio de Vila Nova Portugal. Recife, 30 de janeiro de 1818. In: DOCUMENTOS históricos da Biblioteca Nacional. CIII. Rio de Janeiro, 1954, p. 98.

⁸⁴ Carta do Presidente da Província de Pernambuco, José Carlos M. Silva Ferrão, ao Ministro do Império, em 18 dezembro de 1827. Correspondência da Corte – 1808/1817. In: DOCUMENTO para história do açúcar, v. II (1675-1843). Instituto do Açúcar e do Alcool, p. 179.

⁸⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 22 set. 1851. Avisos diversos, p. 3.

⁸⁶ “§ Aquele rio/ era como um cão sem plumas./ Nada sabia da chuva azul./ da fonte cor-de rosa./ da água do copo de água./ da água de cântaro./ dos peixes de água./ da brisa na água./ § Sabia dos caranguejos/ de lodo e ferrugem./ Sabia da lama/ como de uma mucosa./ Devia saber dos polvos./ Sabia seguramente/ da mulher febril que habita as ostras.” Trechos de ‘Paisagem do Capibaribe’. do poema ‘O cão sem plumas’. 1949-50. MELLO NETO. João Cabral de. *Obra completa* ...p. 105.

apesar de o saber um tanto quanto longo. Pensamos, assim, melhor reproduzir as impressões causadas pelo encontro de um estrangeiro com uma paisagem alheia:

“Mas, é nas margens do Capibaribe que cumpre ver famílias inteiras mergulhando no rio e nele passando parte do dia, abrigadas do sol sob pequenos telheiros de folhas de palmeira; cada casa tem o seu, perto do qual há um pequeno biombo de folhagem para se vestir e despir.

As senhoras das classes mais elevadas banham-se nuas, assim como as mulheres de cor e os homens.

À aproximação de alguma canoa mergulham até o queixo, por decência; mas o véu é demasiado transparente!

Vi nestes banhos a mãe amamentando o filho, a avó mergulhando ao lado dos netos, e as moças da casa, traquinando no meio dos seus negros, lançarem-se com presteza e atravessarem o rio a nado.

A posição do corpo requerida por este exercício não deixa ver a quem passa, nem o seio nem parte alguma da frente do corpo, de sorte que elas consideram o pudor resguardado; mas, há outras formas não menos sedutoras que o olhar pode contemplar à vontade.

Confesso que fiquei tão surpreendido quanto encantado ao encontrar um dia, neste estado de naiades sem véus, as senhoritas N...., filhas de um dos primeiros negociantes da praça.

Aliás, se os passeantes, deslumbrados por tantos atrativos, testemunham curiosidade impertinente, num fechar d'olhos as lindas anfitriões dão um mergulho e vão reaparecer na superfície d'água vinte passos mais adiante.

É raro encontrar margens mais risonhas do que as do Capibaribe, quando se sobe em canoa até o povoado do Poço da Panela.

Ora são lindas casas de campo, cujos jardins e terraços avançam até o rio, ora belas planícies bordadas de mangues, ou de plantações de mangueiras magníficas, de laranjeiras e de cajueiros.

Há um lugar, pouco acima da Ponte D'Uchoa, onde o leito do rio, até então bastante largo, parece perder-se sob um imenso carramanchão de verdura formado pelas altas palheteiras vermelhas, cujos ramos superiores se encontram ou estão ligados por cipós floridos, pendentes em guirlandas.

Quando se entra sob esta abóbada, crê-se penetrar no palácio encantado da deusa do rio.

A limpeza das águas permite ver um fundo de areia pura, que toma um colorido, verde esmeralda escuro, do reflexo da folhagem, em meio da qual vê-se esvoaçar o cacique, de ninho suspenso, o cardeal, vestido de escarlate, e mil pássaros, adornados de brilhante plumagens.

Cardumes de pequenos peixes saltam em redor da canoa, miríades de caranguejos se arrastam sobre a margem, em busca de presa; o tatu escamoso, a cutia de focinho pontudo, mostram-se à entrada das suas tocas nos lugares mais elevados; tudo é animado em meio do silêncio, e experimenta-se um a frescura deliciosa; mais, todas essas belezas desaparecem ante o espetáculo das lindas banhistas.”⁸⁷

No começo do século XIX, os banhos de rio constituíam uma atividade lúdica, sensual, prazenteira e repousante e higiênica, vivenciada em conjunto pelos membros da família da elite colonial. Refrescando o corpo, traquinando na água ou conversando sob os telheiros de palha, a família estreitava os laços de solidariedade que a mantinham

⁸⁷ TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 101-2.

unida e reforçava sua identidade particular frente a outras unidades congêneres e à sociedade.⁸⁸ A um tempo prática familiar e privada ou restrita a grupos de amigos, os banhos eram, geralmente, tomados a céu aberto, livremente, os limites espaciais dados apenas pela saúde e disposição do banhista, do seu conhecimento das águas, correntes e fundos dos rios, e, também, pela maior ou menor circulação de estranhos na área.⁸⁹ O Carapuiceiro fala em animados grupos de senhoras programando um banho de rio:

“Muitas vezes estão várias senhoras em companhia ou em passeios; e uma delas, por mais ziguezigue, levanta a lebre de um banho naquele momento e diz: “Vamos ao banho, meus agrados? Vamos, minha firmeza? Vamos, meu coração? Vamos, meus desvelos? E lá vão os desvelos, o coração, a firmeza, os agrados lavadas em suor e fadigas meterem-se na água fria.”⁹⁰

A importância social e moral dos banheiros de palha contrastava com a precariedade material com que eram construídos. Referidos pelos médicos desde meados do século XVIII, quando das primeiras recomendações do uso de banhos correntes no Capibaribe — sem que dessem a impressão de se tratar de novidade alguma —, os banheiros e telheiros de palha eram feitos para durar apenas um verão. As chuvas da estação vindoura se encarregariam de derrubá-los e as águas aumentadas do leito do rio arrastariam suas palhas, até enredarem-se n’alguma raiz de mangue ou alcançarem o mar.⁹¹

Os banheiros de palha assentados à beira do rio, instalações que as famílias tinham como de uso privativo, ajudavam a demarcar o território de cada grupo, ao mesmo tempo em que confirmava a posição da família como unidade social e economicamente dotada de grande autonomia, no interior da sociedade colonial

⁸⁸ Sobre a organização e o papel da família patriarcal e o processo de mudança por que passou ao longo do século XIX, ver os clássicos estudos de FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos ...*; e COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Para uma produção acadêmica mais recente sobre o tema, ver NOVAES, Fernando Antônio (Org.). *Vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

⁸⁹ Gilberto Freyre, quando criança, costumava banhar-se nas águas do Capibaribe, em companhia de membros da família: “sinto diante dele [do Capibaribe] meu velho temor às águas. Temor do tempo em que, muito menino, tomava banho em Caxangá, em vasto banheiro de palha, com minha mãe e minhas tias todas nuas ...”. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 125.

⁹⁰ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. As constipações e as belas indigestões. *O Carapuiceiro*, n. 73, 23 dez. 1837.

⁹¹ James Henderson, em passeio de canoa ao longo do Capibaribe, registrou: “Uma outra excursão muito agradável por Poço da Panela e Monteiro é feita através do rio Capibaribe, cujas margens sinuosas são orladas de casas e cabanas brancas, algumas de ótima aparência, também habitadas durante esse período, cada uma com sua casa de banhos bastante rústica, feita com palha de coqueiro”. HENDERSON, James... Op. Cit., p. 116-7.

escravista. Mais uma vez, ela se mostrava capaz de dar respostas satisfatórias a uma urbanidade ainda pouco desenvolvida — que de resto e, em parte devido a esta mesma auto-suficiência, ajudava de alguma forma a conservar. Na ausência completa de empreendimentos, de iniciativa privada ou pública, que oferecessem algum tipo de serviço de banho, transporte ou hospedagem, cada família ou particular deveria buscar suas próprias soluções, individualmente.

Lugar de transitoriedade, nestes cubículos de palha se dava a passagem entre o vestir e o despir. Os banhos de rio em família, a crer no depoimento de Tollenare, dispensavam o uso de roupas. Mulheres e crianças exibiam seus corpos nus, na frente umas das outras, sem que isto causasse qualquer sentimento de pudor corporal ou sexual; não ficando claro se os homens participavam, de igual modo, desse momento de descontração familiar.⁹² As senhoras também não demonstravam sentir embaraço ou incômodo algum em se postarem nuas na presença dos escravos domésticos da família. É que eles inexistiam enquanto ser de alteridade, capaz de provocar qualquer sentimento de pudor em seus senhores. Por sua natureza jurídica e ideológica, sendo considerados seres inferiores e, mais que isto, concebidos como um bem material ou um animal, os olhares, julgamentos e opiniões de fundo moral, emitidos pelos negros escravos, eram absolutamente ignorados pelos senhores.⁹³ A ausência de um vestuário próprio para a ocasião dos banhos já era, em si, um forte indicio de que a sociedade patriarcal não considerava indecência a exposição da nudez, durante os banhos de rio, entre pessoas da mesma família ou diante dos escravos de sua propriedade.

O mesmo não se dava entre pessoas que não privavam da intimidade familiar. As regras sociais que estabeleciam as noções de pudor eram, aqui, diferentes. A decência mandava que as mulheres resguardassem suas nudezas dos olhares de estranhos, se não no todo, ao menos daquelas partes do corpo consideradas moralmente indecentes. Em passeio pelo curso do rio, ao entardecer, James Henderson e o cônsul norte-americano Joseph Ray encontraram algumas mulheres e um senhor idoso com sua jovem esposa no exercício prazeroso do banho. Ao cumprimentarem o grupo, as mulheres responderam “com um rápido mergulho”. É possível que estivessem nuas, como as naiades surpreendidas por Tollenare. Neste caso, o mergulho deveria constituir uma das estratégias femininas de resguardo do pudor.

⁹² Sobre o pudor, ver BOLOGNE, Jean-Claude. *História do pudor*. Rio de Janeiro: Elfos Ed: Lisboa: Teorema, 1990, p. 8-9.

⁹³ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p. 93.

Banhos nus de rio, tomou-os Vauthier, mas em trecho mais afastado da movimentação da cidade. Em 30 de setembro de 1830, anotou em seu diário: “Esta tarde banhei-me em um braço do Capibaribe. Aluguei uma canoa onde nos despimos e que nos esperou.” Os banhos revigoravam-no: “Recupero pouco a pouco minha força para a natação. Não me tinha banhado em águas profundas desde o verão de 1832.”⁹⁴

Além dos limites do leito do rio e fora do convívio familiar — e, talvez, mesmo na família estivesse restrito a pessoas de um mesmo sexo e às crianças —, a exibição da nudez perdia toda inocência: tornava-se um ato indecente. Fora do território dos banhos propriamente ditos, a moral social impunha o uso obrigatório de vestimentas. Conforme a localização dos sítios e das casas, o trajeto em direção ao rio podia tornar-se mais ou menos embaraçoso. Daí uma das muitas conveniências de ser proprietário, arrendar ou alugar um sítio cujos limites de terras tocassem as franjas do rio; assim, chegava-se direto aos banheiros, sem risco de ser molestado por estranhos. Este era um dos fatores, ao lado das facilidades de transporte que o rio oferecia e de proporcionar mais bela visão da paisagem, que contribuíram para a valorização das propriedades situadas à beira do Capibaribe. Sabedor desta reconhecida qualidade, Thomaz d’Aquino Fonseca anunciava, nas páginas do *Diario de Pernambuco*, o aluguel de sua propriedade sita no Caldeireiro,

“Aluga-se pelo tempo da festa e por preço cômodo, o sítio do sr. Thomaz d’Aquino Fonseca no lugar Caldeireiro, com boa casa de vivenda, coqueira, estribaria e casa para escravos, bastantes laranjeiras e muitas outras fruteiras com boa cacimba d’água para beber, baixa de capim bastante plantada, e banho muito perto da casa, para o qual se pode ir com toda a liberdade, por ter caminho muito particular por dentro do sítio; quem o pretender dirija-se à rua da Cadeia Velha casa de Câmbio n. 34, ou ao Caldeireiro no sítio do sr. Joaquim Coelho Cintra, que achará com quem tratar.”⁹⁵

Mas os banhos e mesmos os banheiros de palha deveriam inspirar cuidados nos pais e moralistas. Tudo ali instigava a curiosidade entre indivíduos de sexos opostos, principalmente entre os mais jovens. Tudo estimulava o jogo irrefreável das paixões. O atento e faceto Carapuceiro alertava, bem ao seu modo, para os riscos morais — ou o que assim lhe parecia ser — que um simples banho de rio poderia conter. Mas na crítica ao costume, devemos ver a possibilidade real da prática acontecer:

⁹⁴ VAUTHIER. Louis Léger. Op. Cit., p. 46.

⁹⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife. 5 dez. 1844. Avisos diversos., p. 3.

“Ah! banhos, banhos. Muito poderia dizer sobre este capítulo: mas a decência, devida ao Público, me embarga os vãos da pena. Basta dizer, que esta é a quadra dos grandes mergulhadores; e que nada há mais perigoso, do que um banheiro de Meninas parede meia de outro, onde vão banhar-se certos Calafates, e manembros, mais temíveis que raios: pelo menos mais de uma Dianadesafia a curiosidade sequiosa dos Endemiões, sem todavia correrem o risco de que famintos galgos os devorem.”⁹⁶

As mulheres, as jovens especialmente, chamavam a atenção dos viajantes estrangeiros não só pela possível graça e juventude dos seus corpos e beleza desnudos em meio à água transparente — verdadeira visão do paraíso com que o Novo Mundo, finalmente, os brindava. Também os impressionavam a agilidade física e a familiaridade com que se moviam dentro da água, a inventividade dos mergulhos e a proeza na difícil e ainda pouco divulgada arte de nadar. Henderson, assim como Tollenare, fixou em palavras as cenas de banhos no Capibaribe a que assistiu, protagonizadas pelas famílias coloniais de elite, em que tinha destaque a figura feminina:

“Uma família inteira com mobília, e todos os etecéteras, são carregados pelo rio para sua residência de verão dessa maneira, e as senhoras nos seus elegantes chapéus franceses de plumas brancas esvoaçantes pela brisa do rio, não parecem se importar com a transitoriedade da liberdade que vão gozar, alimentando livremente seu exibicionismo, como em seus banhos diários de rio, provavelmente dois ou três, que duram por vez, hora ou hora e meia. Elas são consideradas melhores mergulhadoras e nadadoras que os homens e não é raro ver-se algumas delas nadando com muita desenvoltura, seus cabelos geralmente arrumados e presos.”⁹⁷

As maravilhas e delícias do passadio de festas nos arrabaldes não se encerravam no leito e margens do rio, já o dissemos. Elas se estendiam por outros domínios: floresciam nos jardins e frentes das casas, passeavam por entre as sebes e os arvoredos dos estreitos caminhos de terra que interligavam os sítios e povoados entre si; rodopiavam nos salões, consumiam-se em novenas e festas dos santos padroeiros.

Eram as conversas trocadas entre famílias amigas que, no estar mais descontraído do campo, admitiam em seu seio pessoas procedentes de outros círculos sociais, desde que recomendadas por alguém do grupo: os estrangeiros, por exemplo. Era a ansiada hora do passeio, quando as mulheres aproveitavam para desfilar suas jóias

⁹⁶ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Despedida até para o ano. *O Carapuceiro: periódico sempre moral e só por acidente político*. Recife, 14 dez. 1833. p. 2.

⁹⁷ HENDERSON, James. Op. Cit., p. 116. Tollenare, grande apreciador dos banhos, fossem os doces de rio ou os salgados do mar, durante os dias em que ficou hospedado no engenho Salgado, tomava metódica e ordinariamente três banhos de rio, geralmente em companhia do seu amigo e proprietário do engenho. José de Oliveira Ramos: um primeiro, por volta das sete horas, após o passeio matinal pelas cercanias do engenho. Perto do meio dia, lá ia ele, tomar 'novo banho para me dispor para o jantar'. Antes da ceia, tomava o terceiro e último banho do dia. TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 49, 51 e 54, respectivamente.

e sedas, ao passo que os homens se exibiam em ricas e ajazadas montarias. Após a sesta, a tarde convidava para um convívio mais estreito e acalorado: dançava-se, ouvia-se música, jogavam-se prendas, jogos da palhinha e do anel, trocavam-se olhares furtivos e promissores. Em meio à música, os convivas sentavam-se à mesa, degustavam iguarias ofertadas em finas baixelas de prata, enquanto o espírito do vinho se encarregava de manter a conversação e o baile animados e alegres. Até mesmo as famílias portuguesas, que vieram fazer fortuna na América, e o conseguiram, mesmo estas — sempre tão reclusas e avessas às mudanças culturais e às novidades no mercado de bens de consumo —, permitiam a si próprias viver com mais liberalidade quando estavam no campo, a recreio. Sentavam-se à frente de suas casas e, só então, davam-se a ser vistas pelos demais, ao mesmo tempo em que podiam observar o que havia além de suas portas e balcões.⁹⁸

Tempo e espaço também dos excessos, como aqueles a que se entregavam o governador Luiz do Rego Barreto e seus seguidores, na casa de verão do poderoso e rico Bento José da Costa, em Ponte d'Uchoa, ou mais além, no Poço da Panela, na residência de Manoel Francisco Maciel Monteiro. Sob frondosas mangueiras, andava solta a intemperança: jogos, comezainas, bebedeiras sem fim⁹⁹. Os jogos de mesa, herança de uma velha aristocracia europeia, permaneciam em alta nas rodas da elite. Pelo tempo das festas, os senhores, finalmente, dispensavam a ociosidade das redes e lançavam-se aos desmandos da sorte nos jogos de carta e do gamão.¹⁰⁰

A temporada de verão estreitava os laços de compadrio e amizade por ventura já existentes; mas, ao mesmo tempo, ao criar oportunidades para que as famílias se expusessem em público com mais freqüência e em variadas situações, estimulava a formação de novos vínculos. Vínculos que poderiam, ou não, estender-se para além da temporada de verão. O viver no campo possibilitava o estabelecimento de um mais

⁹⁸ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 49.

⁹⁹ AMARAL, Francisco Pacífico do. *Escavações: fatos da história de Pernambuco*. Recife: edição do Arquivo Público Estadual, 1974, p. 103.

¹⁰⁰ A paixão pelos jogos de mesa, entre membros da elite pernambucana, vinha de longas datas. O governador Luís José Correia de Sá dedicava parte de seu tempo livre aos jogos de truque, diversão partilhada com os padres do Colégio de Olinda, nos idos 1750. A tradição foi seguida por um seu sucessor, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que tinha muito em conta esse nobre divertimento, cultivado por cavalheiros e fidalgos, reunindo todas às tarde, em Palácio, uma dúzia de jogadores para as excitantes partidas, prática rotineira que levou Tollenare a deduzir que "o jogo, e jogo forte, é o único divertimento da classe alta". Os jogos continuaram seu reinado nos salões da elite imperial, gente instruída no código do bom tom. O Carapuzeiro, em suas espirituosas críticas aos costumes, considerava-o um vício, sendo a "paixão dominante de Pernambuco", que arrastava consigo a paciência, a saúde e o dinheiro dos que a eles se entregavam. MELLO, José Antônio Gonsalves de. 'Notas ao texto' do *Diário do governador Correia de Sá, 1746-1756*. TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 99; KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 39; GAMA, Padre Lopes. As festas de fim de ano. *O Carapuzeiro*, Recife, n. 1, 17 jan. 1838.

intenso e diversificado convívio social — ainda restrito a pessoas de igual posição social e riqueza ou de reconhecida instrução, mais de todo modo, além dos limites da unidade familiar.

Desde a abertura dos portos às nações amigas e a vinda da família real para a América, as grandes cidades coloniais brasileiras viviam sob um intenso e crescente processo de mudança. Transformações não na estrutura social ou nas relações interétnicas, mas, sobretudo, nos padrões de referências culturais, nos modos de vida, na organização da família, especialmente da família de elite, e no significado do seu papel na sociedade. Mudanças nos hábitos e maneiras mais corriqueiros, ordenadores de um cotidiano que permanecera quase igual por anos e anos, tão lentas haviam sido as modificações até então. As mulheres, assim como os homens e crianças, que faziam parte de determinadas frações das classes dominantes cidadinas, tiveram seus modos de vida, valores culturais e morais revirados, suas intimidades questionadas, seus códigos de conduta social postos à prova. Tradições culturais, religiosas, valores e comportamentos que vigoraram por séculos, numa sociedade colonial, implantada sob modelo do Antigo Regime, estavam sendo revistos e muitos deles francamente desbancados em função de um novo padrão de referência cultural: o da moderna sociedade burguesa européia.¹⁰¹

¹⁰¹ Koster, que, em tantas passagens do seu livro, deixou transparecer a sua aguda percepção para o social, fez interessante distinção cultural entre as frações que compunham a classe dominante, no Recife de 1809 a 1814 aproximadamente. Nisto, mostrou-se bem mais prudente e arguto que um outro viajante, igualmente de grande capacidade de observação e dotado de sensibilidade para perceber o outro, sujeito antropológico. Referimo-nos a Tollenare. Não sabemos a que se deve a aludida diferença de percepção entre os dois: se à capacidade de observação mais ou menos atrelada a preconceitos e valores da cultura original, ou se decorrente das oportunidades de vivências e de integração com a nova sociedade que os acolheu por certo tempo. Comparando os depoimentos de um e outro, há inúmeros trechos em que Koster demonstra haver se integrado mais e participado de uma sociabilidade mais viva e intensa que o francês, que afirmou não só não existir os prazeres refinados e a boas maneiras da sociabilidade européia nos trópicos, mas também de que não haver tido acesso às famílias e salões da alta sociedade recifense. É bom lembrar que Tollenare residiu no Recife quando Pernambuco vivia momentos de intensa reviravolta na vida política, que resultou na deflagração da Revolução de 1817. Koster, sabedor do processo de mudança cultural que se iniciara nos grandes centros urbanos da colônia, do qual o Recife era um dos pontos principais, afirmou “ser impossível julgar a sociedade por uma mesma regra, famílias de igual posição e, importância e riqueza têm maneiras inteiramente diversas. O fato é que a sociedade sofreu uma transformação rápida. Não que o povo imitasse o hábitos europeus embora esses tivessem influência, mas à proporção que a prosperidade aumenta, maior luxo é exigido: quando a educação se aperfeiçoa, os divertimentos são mais polidos e altos, e, alargando-se o espírito, pelas leituras, muitos costumes tomam forma diversa. As mesmas pessoas vão insensivelmente mudando e já olham com ridículo e desgosto, em poucos anos, os hábitos que as haviam subjugado longamente.” Koster distinguia entre as famílias dos portugueses funcionários públicos e de ricos agricultores brasileiros, porém que habitavam na cidade, dos portugueses que vieram fazer fortuna no Brasil e casaram-se com mulheres da terra. As primeiras lhes pareceram mais abertas às mudanças, ao processo de reuropeização, como o denominou Gilberto Freyre: ao passo que as segundas, herdeiras de um modo de vida impregnado de valores mouriscos, muito dificilmente se abriam às transformações e à vida em sociedade, no sentido de diversão e sociabilidade. KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 47 e 49.

Assim, aquelas moças que se entregavam nuas aos rios em que mergulhavam, poderiam ser as mesmas que deslizavam suas plumas em passeios de canoas. Aquelas senhoras e senhoritas que desfilavam jóias e sedas, cortadas segundo o último figurino vindo de Paris, por entre os terraços e salões das casas de famílias da elite, talvez fossem as mesmas que, há alguns anos atrás, “trajavam muito singelamente. Com seus xales, sua saia branca, sem meias e com uns chinelinhos nos pés assim passeavam, assim faziam visitas, assim iam ao banho.” Essas mulheres de branco e que portavam xales, ao invés dos saraus e bailes domésticos, passados em recintos fechados e a luz de vela, divertiam-se ao luar, às margens do rio, nos areais do Poço da Panela, do Monteiro, Caldeireiro, Apipucos, onde se formavam os ranchos. Na ocasião, uns cantavam, outros tocavam e os mais jovens se entretinham com o delicioso jogo do limãozinho.¹⁰²

Dessas alterações nos usos, costumes e maneiras da gente rica do Recife, sabia-se bem o padre Lopes Gama — ele próprio vivendo as tensões entre o velho e o novo, entre as seculares tradições da sociedade colonial e as novidades importadas da Europa, das prósperas França e Inglaterra. Velho e novo retratados com espírito e verve pelo Carapuiceiro que, como bom reformador dos costumes sociais, buscava corrigir os vícios, os excessos e abusos, capazes de corromper moralmente a alma de um cristão e de desvirtuar a índole do cidadão brasileiro, ainda em tão verde estado. Como os ansiosos leitores de sua folhinha semanal, vejamos o que ele tinha a dizer sobre as modificações no modo de vivenciar o passado de festas, no Capibaribe:

“É verdade que então não havia carrinhos, carros e cabriolés. Não se usavam as companhias de grande tom. Não lourejava o chá nas douradas xícaras de porcelanas, nem giravam os bolinhos nas ricas bandejas, distribuídas simetricamente. Não se sabiam o que eram valsas, montenelos, sorongos, nem nossas mães aprenderam jamais a galopar. Nesses felizes tempos as danças não passavam do monótono minueto rasteiro e da corte, e não se dispensava o buliçoso baiano. Nas plácidas margens do Capibaribe, ajuntavam-se as famílias e ali tinham suas ceias de camarões, de peixe frito com farofa. Ali se cantavam modinhas com que se derretiam os amantéticos do tempo do rei velho (...). Enfim nesses tempos havia menos luxo, muito menos polidez em nossas maneiras, muito menos arremedos dos costumes estrangeiros.”¹⁰³

Mudanças também no modo como as mulheres se dirigiam ao banho. Não mais a singeleza dos trajés exibidos por sua avó, porém, vestidos elegantes, as mãos, dorsos e

¹⁰² GAMA. Miguel do Sacramento Lopes. Os passatempos do Natal...

¹⁰³ GAMA. Padre Lopes. As festas de fim de ano. *O Carapuiceiro*. Recife. 17 jan. 1837.

cabelos ornados de jóias, a crer nas críticas do padre Carapuceiro. Comportavam-se arrabaldes, como se estivessem realizando uma aparição pública na cidade:

“Tão bem não haverá quem acabe comigo e que aprove os banhos do modo, porque algumas Senhoritas os tomam. Saem estas de suas casas para o rio, como se foram para um grande baile: com vestidos de seda, arroxadas de espartilhos, com os dedos matizados de anéis, com sapatinhos de seda, e já vi uma que não dispensava nem o trepa-moleque.”¹⁰⁴

Assim, o Capibaribe que, no final do século XVIII e início do XIX, acolhia em suas águas os corpos nus das donzelas e das pesadas matronas, e os corpos ágeis dos negros, era o mesmo que via nascer um padrão de civilidade e uma sociabilidade de modelo burguês citadino que, tendo sido iniciado entre as classes dominantes, tendia a se espalhar para outras camadas da sociedade pernambucana.

Dos anos de 1830 em diante, aceleraram-se as transformações por que vinham passando os povoados situados às margens do Capibaribe. A paisagem, vista do rio, ostentava inúmeras residências de “construção dispendiosa e de apurado gosto”.¹⁰⁵ Na altura da Madalena, onde tinha casa o governador Luiz do Rego Barros, futuro conde da Boa Vista, começavam a ser edificadas finas e custosas palacetes, com as frentes voltadas para a via nobre, que era o rio, com seus cais de uso privativo, e os indispensáveis banheiros, não necessariamente de palha, mas também de pedra e cal. Casarões feitos para perdurar, para passar por várias gerações, e que incorporavam à arquitetura elementos entrados a pouco no mercado: o ferro, a vidraça, o mármore:

“Aluga-se, por ano ou pelo tempo de festa, uma casa de campo para grande família, cujos cômodos são os seguintes: uma grande sala toda ladrilhada de mármore, com quatro quartos na frente, grande sala de jantar com despensa junto, e mais três quartos, um recreio no centro, uma boa cozinha, com fogão e forno, estribaria para dois cavalos, cacimba com muito boa água para beber, saída franca por dentro do rio Capibaribe, muito fresca e livre do sol; cuja casa é no lugar Monteiro, a segunda indo do Recife, lado esquerdo; quem a pretender dirija-se a rua do Rosário, 2º andar da casa n. 21, que achará com quem tratar.”¹⁰⁶

Para quem preferisse ficar um pouco mais próximo à praça do Recife, havia esta casa para alugar:

¹⁰⁴ Id. *Ibid.* As convivências do Natal. 3 dez. 1834.

¹⁰⁵ KIDDER, Daniel P. *Op. Cit.* p. 96.

¹⁰⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 7 nov. 1844. Avisos Diversos. p. 3.

“Para se passar a festa na Capunga em bom lugar, fresco, perto de banho e da praça, aluga-se uma casa excelente para muita gente, nova, com 34 palmos de frente, envidraçada, com duas salas, quatro quartos, armários embutidos na parede, próprios para guardar os petiscos, cozinha fora com seu competente forno para quitutes, copiar na parte de trás muito fresco e próprio o brodio, estribaria para dois cavalos, quintal cercado, com 150 palmos de fundo, cacimba independente e grande, cajueiro para o ponche das onze: tudo por 150,00 rs.: a tratar na rua do Queimado, n. 2D, segundo andar.”¹⁰⁷

As margens risonhas e opulentas do Capibaribe, expressão da riqueza circulante no Recife, pareciam só conhecer elogios. Para a maioria dos viajantes estrangeiros que passaram por Pernambuco, na primeira metade do século XIX, elas funcionavam como pontos de contrastes para as críticas que teciam ao centro urbano: lugar que cheirava a passado, testemunha da colonização portuguesa, onde reinavam o caos e a sujeira. Vauthier, na década de 1840, destoou do conjunto. Não que discordasse da beleza e harmonia de que eram possuídas as ribeiras do Capibaribe e suas cercanias. Sua sensibilidade para o social, no entanto, fê-lo perceber toda a desigualdade econômica e social que servia de base para a construção da bela paisagem suburbana, onde multiplicavam-se as moradas nobres e requintadas. Em passeio pelas cercanias do Recife, passou pelos areais incultos de Afogados, lugar de vegetação curta e sem vida, de alguns coqueiros e muitos e miseráveis casebres. As mulheres, vestidas de musselina branca e portando sombrinha, voltavam da missa. Ao adentrar na Madalena, região dos sítios e casarões luxuosos, o cenário mudou completamente. Eis como o engenheiro francês deixou gravado o que quadro de marcante contraste social de que foi testemunha:

“As casas se embelezam e se adornam, os caminhos se tornam mais estreitos entre dois muros cortados de grades freqüentes, através das quais divisam-se jardins assaz mal cultivados, mas onde se percebe a intenção de reunir algumas plantas raras. (...). Então, para o observador superficial, que não visse quanta miséria verdadeira se mistura a essas aparências de luxo — a cena pareceria risonha e graciosa. O Capibaribe acima da ponte da Madalena, oferece de fato uma paisagem encantadora — mas que é tudo isso, meu Deus, no meio de uma população escrava e faminta, no meio de seres que deixam miseravelmente ociosa a mais fecunda e rica natureza que existe sob o céu. Isso me suscitou reflexões bem amargas que seria demasiado longo consignar aqui. Se esse povo seguir a marcha usual dos progressos sociais, está ainda bem longe de atingir um estado mais ou menos suportável.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ Ibid. 8 out. 1849. Avisos Diversos. p. 3.

¹⁰⁸ VAUTHIER, Luois Lérger. Op. Cit., p. 51-2.

Data deste período, entre os anos de 1830 e 1840, o início do processo de democratização dos subúrbios recifenses, decorrente, em grande medida, da abertura regular de estradas.¹⁰⁹ Democratização que significou, na realidade, o acesso das famílias da classe média recifense — profissionais liberais, funcionários públicos, militares, comerciantes de médio porte — àquele deslocamento sazonal de retirar-se da cidade, na estação calmosa, para se entreter no campo. Movimento antes exclusivo da gente endinheirada.

As estradas vieram facilitar as comunicações entre os bairros centrais da cidade e os povoados, comunicações que, por séculos, estiveram limitadas a um quase monopólio dos transportes fluviais. Com as estradas de terra melhoradas e o uso mais difundido do transporte por tração animal, veio o serviço de transporte coletivo regular para os arrabaldes. Desde 1840, partiam as diligências da Matriz de Santo Antônio, no centro do Recife, para os bairros dos Manguinhos, Casa Forte, Monteiro, Apipucos.¹¹⁰ Já então se podia deslocar com relativa facilidade, permitindo ao forasteiro ir e voltar comodamente no mesmo dia, o que, indiretamente, contribuía para a realização de maior número de visitas entre conhecidos ou para a ampliar o público assistente das cerimônias e festividades religiosas ou de algum outro evento qualquer promovido nos arrabaldes. Assim, a empresa responsável pelo serviço de transporte coletivo avisava ‘Aos amigos do campo’:

Hoje, Sábado, sai para o pátio da matriz do Poço o ônibus, que partirá às 5 horas da tarde, e de lá, voltará às 7 e meia, e de tarde seguirá às 4 horas, e voltará logo que finde os fogos: os que quiserem compareçam no cocheiro do largo da matriz de Santo Antônio, às horas indicadas.”¹¹¹

A abertura de estradas regulares, por sua vez, estimulou uma nova forma de repartição das terras, quer as situadas quer nas margens do Capibaribe, quer as que ficavam pouco mais afastadas do curso da água: os sítios foram progressivamente fracionados em pequenos lotes de terreno. Jaqueira, Tamarineira, Mangabeira,

¹⁰⁹ O termo “democratização” foi empregado por MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife...* p. 70; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Capunga: crônica de um bairro recifense ...*, p. 270-1.

¹¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Problemática de uma metrópole de uma região subdesenvolvida*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária. 1979, p.89. O serviço de transportes urbanos coletivos, puxados a cavalo, foi introduzido, em Pernambuco, pelo comerciante inglês Thomas Sayle, em data anterior a 1839. Neste ano, Thomas Sayle anunciava que seu ônibus partiria do largo da Matriz de Santo Antônio rumo ao Monteiro. Possuía capacidade para transportar até dez pessoas, cobrando 1\$000 por pessoa, a viagem por todo o percurso. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Inglêses em Pernambuco...* p. 47.

¹¹¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 fev. 1848. Avisos Diversos apud *Diário de Pernambuco*, 5 fev. 1998. Diário na História, p. 16.

Espinheiro, Aflitos, Fundão, Santana, Capunga, todos antigos e frutíferos sítios que, parcelados, deram origem a muitos dos atuais bairros do Recife. Tudo indica haver sido o francês, Nicolau Gaudault, o introdutor do sistema de loteamentos de sítios no Recife. De sua iniciativa, foram os fracionamentos do sítio dos Coelhos na Boa Vista, o sítio do falecido Herculano Alves da Silva, na Soledade, e o sítio da Capunga, adquirido em 1835 e loteado em seguida.¹¹²

Contraditoriamente, aquilo que mais atraía a população citadina aos arrabaldes — a salubridade e o frescor do campo, a distância dos ruídos e a ausência de adensamento populacional, um modo de vida mais livre das convenções sociais, o deleite estético de poder usufruir uma paisagem ampla e verdejante — havia de ser perdido com o início do processo de democratização do subúrbio. O arguto Carapuceiro percebeu a mudança e, por certo, pressentiu o que estava por vir:

“Nesses meses [de festa] parece que toda a cidade se muda para o campo. Mas a dizer francamente o que sinto, antigamente os nossos subúrbios tinham mais ares de campo, neles se gozava de mais liberdade do que hoje em que o incremento da população tem aumentado os prédios e dado a esses sítios certo caráter de cidade. Em outros tempos, nos lugares de passar a festa, havia muito poucas casas, disseminadas aqui e ali, encontrava-se muito maior número de árvores e de arbustos, e conseqüentemente o ar era mais fresco, mais puro, mais agradável. Era muito maior o número de passarinhos, que descantavam [sic] à porfia por essas campinas e bosquezinhos, porque não havia tanta cópia de caçadores, como agora, que não deixam respirar esses inocentinhos, que com suas variadas cantilenas tanto amenizam a vida no campo.”¹¹³

De tudo, de um sistema de comunicação mais eficiente e regular e da maior facilidade em adquirir um pequeno lote de terras, resultou a procura pelos subúrbios não só para passar o tempo das festas, mas também como lugar de morada permanente ou passeios ligeiros.¹¹⁴ Local onde foram surgindo novos empreendimentos, novos equipamentos receptivos voltados para os serviços de hotelaria, restaurantes, casas de recreio. Na maioria das vezes, enraizavam-se nos subúrbios nos quais se instalavam, tornando-se pontos de referência do lugar, incrustando-se na memória dos que lhes eram

¹¹² MELLO. José Antônio Gonsalves de. Capunga: crônica de um bairro recifense ...

¹¹³ GAMA. Miguel do Sacramento Lopes. Os passatempos do Natal. *O Carapuceiro*. Recife, 24 dez. 1842.

¹¹⁴ Em 22 de abril de 1850, anunciava-se ir a leilão “a mobília quase nova e em bom estado” que o sr. Heywood usava na sua casa da cidade. por retirar-se este “para a nova morada de campo”. LEILÕES. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de abril de 1850 In Há 150 anos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 abr. 2000. *Diário na História*, p. A – 4. De acordo com Gilberto Freyre, os ingleses foram os primeiros a fazer dos subúrbios, recifenses, cariocas e baianos, lugar de morada permanente. Algo que, para o Recife, estaria situado no ano de 1820, pouco mais ou menos, segundo depreende-se de ligeiro comentário de Maria Graham. FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil* ..., p. 136-172; GRAHAM, Maria. Op. Cit., p. 127.

contemporâneos e compondo a história dos respectivos arrabaldes. Outros, ao contrário, pareciam orgulhar-se da condição de serem móveis, transitórios, passageiros como um circo. Era o que dava a pensar o aviso que José dos Santos Torres publicou no jornal:

“Atenção!!! Oh! Que Belo Retiro! — José dos Santos Torres, proprietário do bem conhecido hotel ambulante, Oh! Que belo retiro! — tem a honra de participar ao respeitável público, que acaba de erigir um elegante e espaçoso Kioski, em o lugar Estância, onde os fregueses encontrarão toda a qualidade de bebidas espirituosas e refrescos, bem como champanha Cometa, Montebelo, Chateau margô, atle, porter, verdadeiro marrasquino dezara, limonadas gazozas e sorvetes de toda as frutas da estação. Haverá também com igual profusão, salame, fiambre, rosbife, perus, galinhas, peixe frito, e de escabeche, mão-de-vaca, empadas, pastelões, tortas de pudins, e todas as diversas iguarias que constituem a boa mesa, e o deleite do *gourmand*. As pessoas que o honrarem além do asseio e prontidão do serviço, encontrarão muito acolhimento e cômodos preços. O anunciante espera, como sempre, encontrar toda proteção e amparo da numerosa classe de seus amigos e fregueses.”¹¹⁵

Desde então, e até final do XIX, certas camadas sociais privilegiadas da população recifense tentariam unir o agradável viver dos subúrbios — ainda não congestionados, contando com a amenidade do clima e com o Capibaribe vivendo seus últimos dias de rio de água limpa, sabedor da ‘chuva azul’ e dos ‘peixes de água’, por quanto as caldas das usinas e o aumento do volume dos esgotos domésticos, atirados em seu leito, ainda não haviam chegado para o sufocar —, aos múltiplos afazeres e atividades que um grande centro urbano concentra e dos quais se alimenta.

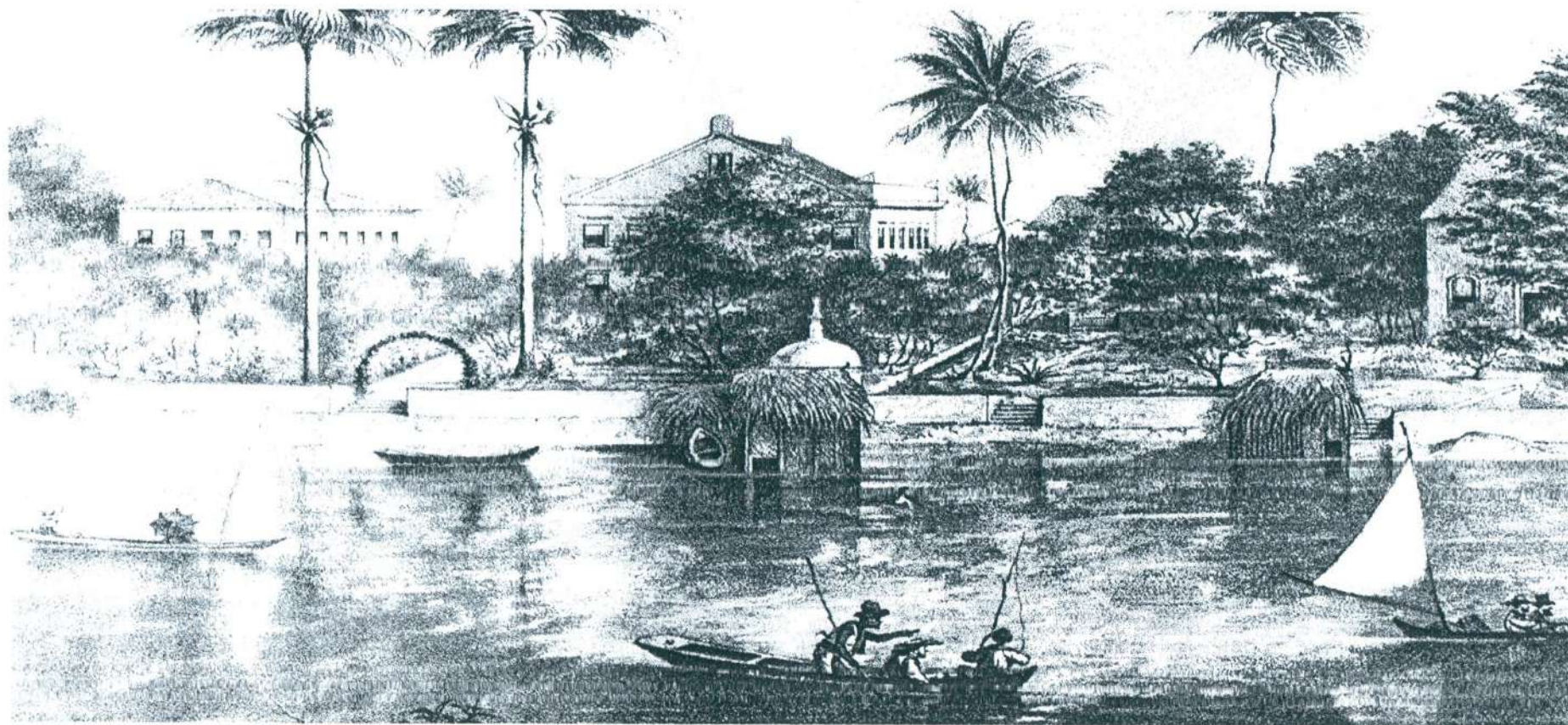
Por meio século, os arrabaldes do Recife, situados às margens do Capibaribe, procurariam aliar, de forma mais ou menos consistente e feliz, os atrativos dos banhos de rio e recreios às suas margens com os problemas decorrentes de um lugar que vai sendo mais densamente ocupado e povoado. Na segunda metade do século XIX, seus subúrbios históricos ainda comporiam uma das cenas do enredado romance de Carneiro Vilela, *A emparedada da rua Nova*.¹¹⁶ Durante esse tempo relativamente longo de transição, procurariam conciliar a dupla função de servir, a uma só vez, como espaço destinado ao descanso e recreio das frações sociais mais bem aquinhoadas pela fortuna e instrução, e como lugar de morada permanente.

Mas, antes mesmo que isto viesse a acontecer, quando o Capibaribe e suas margens detinham a plena soberania sobre as águas e recreios de verão do Recife, ainda

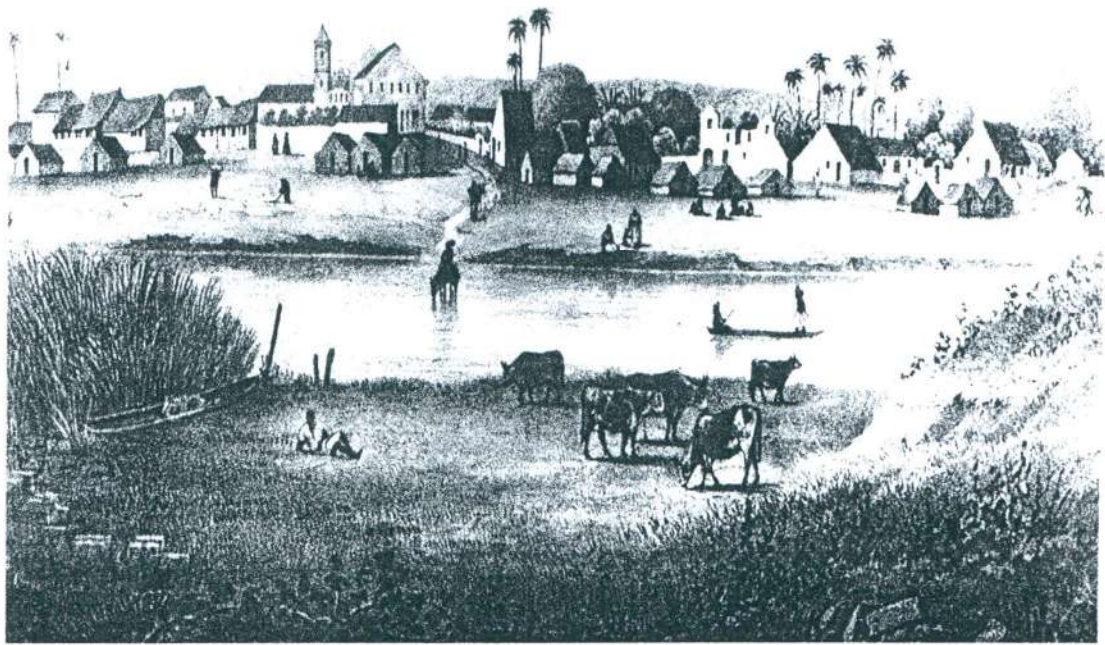
¹¹⁵ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife. 25 fev. 1848. Avisos Diversos apud *Diario de Pernambuco*. 25 fev. 1998. Diário na História. p. 6.

¹¹⁶ CARNEIRO VILELA. *A emparedada da rua Nova*. 3. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1984.

no final da primeira metade do século XIX, eis então que surgiu do mar, uma novidade para eles ameaçadora: os banhos salgados.



Uma parte da Passagem da Madalena. Litografia de F. H. Carls



Poço da Panela Litografia de W. Bässler, 1847



Vista de Apipucos. Partida das diligências ou ônibus do Cláudio Dubeux. Hotel ao fundo

BANHOS SALGADOS

“Eu não sei o que os rios
têm de homens do mar;
sei que se sente o mesmo
e exigente chamar.”¹

3.1 A BARCA DE BANHOS

No início da década de 1840, os banhos de rio, os passeios e passamentos de festa no campo estavam em franca expansão. Todos os que dispunham de recursos materiais tratavam de deixar o Recife, insuportavelmente quente no verão, e refugiar-se nos frescos arrabaldes ribeirinhos: Poço da Panela, Monteiro, Caldeireiro, Caxangá, Benfica, Ponte d’Uchoa, Beberibe.² Outros preferiam respirar a tradição aristocrática do velho burgo de Olinda. Havia mesmo quem buscasse se isolar no distante povoado na praia de Boa Viagem.

Os artigos escritos pelo padre Lopes Gama, por ocasião do encerramento ou no início de cada ano, não deixavam dúvidas quanto ao processo de generalização do uso dos banhos de rio entre a sociedade recifense, que se havia iniciado na década anterior:

¹ Trecho do poema ‘O rio ou relação de viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife’, 1953. MELLO NETO, João Cabral de. *Obra completa...*, p. 119.

² Interessante constatar que, na primeira metade do século, a percepção dos que residiam na cidade, sobre a temperatura local, geralmente diferia da emitida pelos viajantes europeus. Para esses, apesar de estar situada no trópico, o calor da cidade ficava aquém de suas expectativas, sendo amenizado pelas refrescantes e generosas brisas marinhas. Apenas nas poucas horas da manhã, em que soprava o terral e cessava o vento nordeste vindo do mar, a cidade ficava realmente abafada. “De certo modo, raramente o calor é opressivo. (...) Quando nos expomos, ainda mesmo a pé, ao sol, o calor é atenuado pela influência das brisas, tanto que a pessoa esquece, por alguns momentos, que a sombra é refrescante.” KOSTER, Henri. *Op. Cit.*, p. 38. Tollenare fez mais de um comentário sobre a temperatura e o clima do Recife, nos meses mais quentes do verão, por vezes associando-os aos hábitos dos moradores da terra. Numa passagem de seu livro de viagem, escreveu: “Esperava ser um tanto molestado pelo calor: acho-o porém muito suportável.” Soprava uma agradável brisa vinda do Nordeste. Ou ainda, dizia que o ar fresco vindo do mar restabelecia o equilíbrio abalado pelo aquecimento do sol ardente. Vento a que os recifenses chamavam de viração: “aragem benfazeja sem a qual é provável que o litoral de Pernambuco não fosse habitável para os estrangeiros.” De outra feita, comentou: “Percorri os campos a todas as horas do dia e, apesar de educado para a vida sedentária, jamais experimentei incômodo algum, mesmo depois de sentir fadiga: talvez a curiosidade me desse forças.” Ao que acrescentava ao pé da página: “Parece que estas se extinguem com aquela.” TOLLENARE, L. F. de. *Op. Cit.*, p. 24: 86-7; 48-9 respectivamente. Mais uma observação, desta vez, feita por uma mulher: “Fiquei surpreendida por verificar quanto era possível sair de casa sem sofrer malefícios do calor estando tão próximo ao equador, mas a constante brisa marítima que aqui se faz sentir diariamente às dez horas, mantém uma temperatura sob a qual sempre é possível fazer exercício.” GRAHAM, Maria. *Op. Cit.*, p. 132-3.

“É chegado o tempo dos banhos, dos passeios, dos passatempos e passa-festas, e não há quem, podendo, deixe de ir ao campo, porque em verdade o Recife nestes meses é um forno.” Ou ainda este outro, escrito cinco verões depois: “Estamos no tempo da festa de Natal, quadra dos divertimentos, dos folgares e dos banhos. O calor é agora ardentíssimo, e quem pode vai-se retirando para o campo.”³ Em janeiro de 1844, o *Carapuceiro* voltava ao tema. A necessidade, real ou imaginária, que a elite recifense sentia de se evadir da cidade, por ocasião do sufocante calor do verão, era mais uma vez referida: “Para muitas senhoras que não podem ou não querem freqüentar bailes, teatros e partidos, os banhos da festa são os seus maiores recreios e o meio mais usado para contrair relações e amizades.”⁴

Antes privilégio de umas poucas e afortunadas famílias, oriundas da aristocracia açucareira ou da burguesia comercial — exceção a uma ou outra família da pequena burguesia, como a do médico português João Lopes Cardoso Machado, pai do padre Lopes Gama, que passava as festas no Poço da Panela, desde 1796⁵ — os prazeres e diversões no campo iam, pouco a pouco, tornando-se acessíveis a famílias mais modestas, de classe média, gente estabilizada e de posição definida na divisão social do trabalho.

Já então seria impossível a um Tollenare concluir, mesmo apressadamente como o fez às cinzas ainda quentes da Revolução de 1817, que o “verdadeiro divertimento da terra é a residência no campo, perto dos rios.”⁶ Os prazeres gozados no campo, sobretudo às margens do Capibaribe, inscreviam-se, agora, num quadro de práticas recreativas da elite mais diversificado em formas, expressões, atividades e lugares. Práticas, por sua vez, propulsoras de uma mais vívida sociabilidade entre iguais sociais e entre os sexos, uma vez que o código burguês e civilizado do bom tom, em que procurava instruir-se parte da elite urbana, recomendava que, por ocasião das reuniões

³ Ver os artigos de GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Despedida por este ano aos meus respeitáveis assinantes e leitores. *O Carapuceiro*. Recife, 24 nov. 1832; As constipações e as indigestões. 23 dez. 1837; As festas de fim de ano, 17 jan. 1838; As nossas festas do campo, 17 fev. 1838; “A calma, que ora faz nesta cidade, convida a maior parte de seus habitantes a procurarem o ar do campo e a saírem uns para as aprazíveis margens do Capibaribe, outros para o saudável sítio de Beberibe, estes para Olinda, aquele outro para Boa Viagem etc. etc. Nestes meses parece que toda a cidade migra para o campo.” Os passatempos do Natal, 24 dez. 1842; e os publicados no *Diário de Pernambuco*: Os passatempos do Natal, 13 jan. 1844; e Os banhos no tempo de festa, 23 jan. 1844. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado...*, p. 357-60; 363-5.

⁴ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Os banhos no tempo de festa... p. 363.

⁵ MELLO, José A. Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade* p. 307.

⁶ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 202.

sociais entre famílias, homens e mulheres partilhassem do mesmo ambiente e dividissem a conversação entre si.

Novos espaços, equipamentos urbanos e formas de organizações sociais surgiam para fomentar os recreios e sociabilidade de inspiração burguesa cidadina: os teatros e salões, as associações recreativas, de que eram prósperos os subúrbios no despontar da década de 1840⁷; as partidas e reuniões noturnas em casas de famílias, rebatizadas de *soirrée* pela gente de elite que se pretendia civilizada e moderna, afinada com os sofisticados gostos e maneiras da sociedade européia, da francesa em especial.⁸ Divertimentos e formas de convívios compatíveis entre si, segundo o pensar e o praticar de muitos, e que, se haviam tido começo no espaço urbano, prolongavam-se, agora, pelas alegres cercanias da cidade.⁹

Em pleno triunfo dos banhos de rio, no momento em que o costume alcançava sua mais ampla difusão social, incluindo camadas da elite e da classe média urbanas entre seus fervorosos adeptos, eis que se divisava ao longe, algo que poderia vir a representar uma ameaça ao modelo soberano de banhos livres nos rios. Veio vindo do mar, qual navio corsário preste a atacar:

“Em uma cidade como a nossa, torneada de rios tão amenos e aprazíveis os banhos entraram no gosto da população, além do suficiente motivo da calma que se sofre na força da canícula. todavia, ouço dizer que presentemente estão mais em voga os banhos de mar ...”.¹⁰

⁷ No ano de 1841, existiam várias dessas associações no Recife, muitas delas nos arredores da cidade, como a Eufrosina, a Lobentina de Beberibe, a Euterpina, a Sociedade Teatral Recreio e Instrução, a Terspsicore Teatral-Recreio da Juventude, a Pastoral, a Natalense, a Panense, a Campestre Teatral do Manguinho, que possuía “casa de Teatro”, e a Amélia Pernambucana. SILVA, Leonardo Dantas. *O piano em Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1987, p. 49. DINIZ, Padre Jaime. Breve notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. *Rev. do Inst. Arq. Hist. e Geog. Pern.* Recife, v. LII, p. 9-46, 1979.

⁸ *Soirée* – palavra que quer dizer “aquela divisão do tempo em que a maior parte da gente, tendo preenchido as suas ocupações e deveres diários, busca algum desafogo e desenfado na conversação e trato de pessoas estimáveis por sua instrução, qualidades ou prendas; dá-se também com razão o nome *soirée* a essa reunião de pessoas que para um tal fim se juntam nalguma casa.” Em português, talvez correspondesse às chamadas partidas. Estas, porém, incluíam o jogo de cartas e tinham dias fixos para acontecer, ao passo que, na França, não aparecia o jogo e nem as datas marcadas. Os antigos chamavam saraus, mas os modernos passaram a desprezar o termo, por achar-se ele na “boca do vulgo”. ROQUETTE, J. I. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: companhia das letras, 1997, p. 161.

⁹ Mais uma crítica do Carapuceiro: “Apesar de já me ter dito um sujeito, que não havia cousa mais fresca do que um baile, todavia em apertando o verão todos procuram as aprazíveis margens do Capibaribe, para onde transmigram também os bailes; e dá-se ponto nos do Recife. (...) Os bailes, que eram cidadãos, passam a ser camponeses por estes tempos: mas o seu programa é sempre o mesmo. isto é: quadrilhas, e jogo, jogo e quadrilhas todo santo dia.” GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Transmigração dos bailes. *O Carapuceiro*. Recife, n. 64, 9 nov. 1842, p. 4.

¹⁰ GAMA, Miguel do S. Lopes. Os banhos no tempo de festa ... A expressão banhos de igreja, de acordo com Pereira da Costa, queria dizer: “casamento, de grandes virtudes para a cura do histerismo das

O padre Carapuceiro emprestava sua fina sensibilidade para dar expressão a mais uma contenda entre o velho e o novo, nos hábitos e costumes da elite urbana do Recife, de finais da primeira metade do XIX. Desta feita, apreendida nas formas e sentidos historicamente atribuídos, pela sociedade, à prática dos banhos tomados ao ar livre e nas águas fundas dos rios ou mar. Não sabemos se o seu comentário se baseava em algum fato concreto, acontecido localmente; ou se refletia seu conhecimento acerca da tendência mais genérica, em curso nas modernas sociedades européias, de fazer uso mais freqüente dos banhos salgados. De todo modo, sua constatação pode ser lida — e é o que mais nos interessa no momento — como o registro histórico, germinal, da tentativa de implantar os banhos salgados na cidade do Recife. Tentativa que se materializou com a instalação do primeiro estabelecimento comercial, constituído como empresa de capital privado, especializado em fornecer serviços de banhos públicos à população. Não de banhos de água doce e potável, o que também seria novidade na cidade, mas de banhos de água salgada.

Inaugurada às vésperas da festa de São João, em 23 de junho de 1844, a “nova casa de banhos”, na realidade, uma barca de banho, flutuava no Capibaribe.¹¹ Não ficava nos afastados e aprazíveis arrabaldes, mas ali, bem no coração da cidade, entre os bairros do Recife e o de Santo Antônio, onde as águas do Capibaribe já se haviam misturado às do Beberibe, e ambas corriam ligeiras ao encontro do salgado do mar. Por sua tão grande proximidade do oceano, quase não era rio, não sendo ainda mar: na verdade, era o que vulgarmente se chamava de maré.¹² Guardava do mar o gosto do sal

moças. (...) A locução vem de *banhos*, proclamas de casamento”. E segue a explicação do verbete com citações de alguns periódicos: “... antigamente receitavam para as histéricas banhos de igreja; agora a salvação está nos banhos de mar.” *Lanterna Mágica*. Recife, n. 208, de 1887. “Para evitar-lhe o desvario diz-lhe o bom vigário: Dê-lhe *banhos de igreja*.” *A Pimenta*. Recife, n. 3, 1902. “Não sejas como eu tão resguardada .. Olha, o banho das igrejas é cousa bem cobiçada.” *Lanterna Mágica*. Recife, n. 703 de 1902 apud PEREIRA DA COSTA, F. A. *Vocabulário pernambucano...*, p. 79. (Grifos do autor)

¹¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 19 jun. 1844. Avisos Diversos, p. 3. Vanildo Bezerra Cavalcanti equivocou-se ao informar a data de 24 de junho de 1845 como a da inauguração da Barca de Banhos. CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Conselho Municipal de Cultura, 1977; p. 285. A inauguração desse estabelecimento balneário ocorreu, de fato, um ano antes da referida data, ou seja, em 23 de junho de 1844, conforme dados levantados pela presente investigação. Além da informação publicada no *Diário de Pernambuco*, de 19 de junho de 1844, confirma esta data o artigo de GAMA, Padre Lopes. Carapuceiro - O gênio passeante. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 ago. 1844 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado* ... Ver também, informações acrescidas ao artigo por este historiador, a página 390. É deste estudioso a informação sobre a nacionalidade do proprietário da barca de banhos.

¹² Não estamos utilizando o vocábulo maré segundo o conceito geofísico, pelo qual significa: “Movimento periódico das águas do mar, pelo qual elas se elevam ou se baixam em relação a uma referência fixa do solo. É produzido pela ação conjunta da Lua e do Sol, e, em muito menor escala, dos planetas: a sua amplitude varia para cada ponto da superfície terrestre, e as horas de máximo (*preamar*) e mínimo (*baixa-mar*) depende fundamentalmente da oposição daqueles dois astros.” FERREIRA, Aurélio

e, deste, recebia a influência direta do movimento oscilante e regular das águas, em suas subidas e descidas, constantemente renovadas. Mas tinha dos rios a cor e as águas calmas, sem a presença perturbadora das ondas e longe das ameaças que representavam os tubarões, que diziam rondar o mar do Recife.

As barcas de banhos salgados ou fluviais, os também chamados banhos flutuantes¹³, foram invenção da progressiva Europa. Na França, fazia-se uso de banhos de rio antes mesmo da segunda metade do século XIX, mas de uma forma extremamente restrita e em casos de tratamento de saúde muito especiais. A partir desse período, generalizou-se a prática do banho frio, havendo alteração no significado do banho de rio. Este passou a ser considerado terapêutico e medicinal, tônico e revigorante, segundo as concepções médicas da época; prática, porém, carregada de significado social, posto que nascia associada à ascendente classe burguesa, em detrimento da prática dos banhos mornos, ligados à decadente aristocracia. Desde então, os barcos de banho parisiense, de instalações bastante rústicas, passaram a ser alvo de uma nova atenção.¹⁴ A partir de 1780, os parisienses ricos começaram a adotar o hábito dos banhos em suas vidas; banhos tomados com o sentido de limpeza e higiene corporal, sendo crescente o número das grandes moradias que passaram a contar com banheiros entre os seus aposentos. Aumentaram, também, as instalações de banheiros públicos, luxuosos no geral, que exploravam o rio Sena por meio de barcos, bombeando a água e distribuindo-a por cabines.¹⁵

Até mesmo o distante Portugal — país cujas contradições da história o puseram à margem do movimento de modernização e transformações sociais e econômicas

Buarque de Holanda. Op. Cit., p. 888. Utilizamos o termo no sentido popular e corriqueiro, querendo designar o trecho de rio onde se faz sentir o fluxo e refluxo da maré. Sentido que talvez fique mais claro quando dito em versos: "Como o mar chega à Jaqueira/e chega mais longe. até./ no dialeto da família/ te chamava de maré." Trecho do poema 'Prosas da maré na Jaqueira', 1975-1980. MELLO NETO, João Cabral de. Op. Cit., p. 442.

¹³ Fúster descreveu as características essenciais dos estabelecimentos de banhos flutuantes, na Europa de finais do século XVIII e primeira metade do XIX: tratava-se de embarcações amarradas no porto, lanchas sobre as quais se edificava uma cobertura de zinco ou de lona (toldos). Geralmente possuíam três lanchas amarradas entre si: uma central ou sala de espera; uma para homens e outra para as mulheres. FÚSTER, Luis Fernández. *Historia general del turismo de massas*. Madrid: Alianza Universidad Texas, 1991, p. 139.

¹⁴ "Os locais chamados banhos são compostos por um barco todo coberto por um toldo, ao lado do qual estão fincadas dentro do rio umas vinte estacas, num cinturão de cerca de 12 toesas de comprimento por 2 toesas de largura, fechadas com tábuas e cobertas também com um toldo. Desce-se até lá por uma escada." O espaço é restrito e limitado. Nenhum luxo, mas uma ação tonificante." VIGARELO, Georges. Op. Cit., p. 131-2. Sobre o banho frio, ver p. 127- 46.

¹⁵ As barcas espalharam-se por várias regiões da França, podendo ser encontradas não apenas no Sena, em Paris, mas também sobre o Ouche em Dijon, sobre o rio Orne em Caen, e sobre o Ródano e o Garona. Id. *Ibid.*, p. 175.

estruturais que atingiram outros países da Europa, a Inglaterra, França e Itália, principalmente — até mesmo o atrasado Portugal, por assim dizer, tinha seus estabelecimentos balneários flutuantes. Tollenare, de passagem por Lisboa antes de embarcar para Pernambuco, em outubro de 1816, avistou três dessas barcas pairando sobre o Tejo. Deveriam ser a Flor do Tejo, a Barca dos Tonéis, a Barca do Iate ou a Barca Grande talvez, que faziam ponto bem em frente à Praça do Comércio, em pleno burburinho da cidade. Esses estabelecimentos balneários eram instalados sobre os cascos de velhos barcos, adaptados para os novos usos a que se destinavam, e pareciam fazer grande sucesso entre a população lisboeta, sendo disputadíssimos pelos amantes dos banhos.¹⁶

Atravessando o Atlântico, nos mares temperados do Rio de Janeiro, apareceu também uma dessas barcas, oferecendo serviços de banhos à população, cerca uns três anos depois da transferência da família real para o Brasil. Flutuante, assim se chamava o estabelecimento balneário, fundeado defronte no largo do Paço, no novo centro administrativo da colônia. O artigo na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 2 de dezembro de 1811, recomendava o uso da barca pela “segurança, decência [...] lugares separados para homens, e senhoras.” O banho de meia hora custava trezentos e vinte réis.¹⁷

No Recife, o ineditismo de instalar um estabelecimento balneário, que prestasse o serviço de oferecer banhos salgados ao público, coube ao súdito inglês, de nome aporuguesado, José da Maya. Pouco se conhece sobre esse homem de espírito empreendedor, que apostara na urbanidade do Recife no final da primeira metade do XIX. Devia ser um daqueles sujeitos industriais, que desembarcavam na América cheio de idéias, disposição para o trabalho e algum capital livre para investir. Além da barca de banhos flutuantes, José da Maya enviou petição à Assembléia Legislativa Provincial, solicitando um empréstimo no valor de 5:000\$000 (cinco contos de réis)

¹⁶ TOLLENARE, L. F. de. *Notes dominicales tome I* (Portugal), p. 235. Os nomes dos balneários flutuantes estão em Léon Bourdon, nota n. 21, p. 250. Este autor transcreve trechos de *As barcas de banhos no Tejo*, de A. Vieira da Silva, em que ele recorda o interior de uma dessas barcas: “Aos lados de uma coxia longitudinal de circulação nos convés, adaptava-se, a cada um dos costados, de proa a proa, uma estrutura de madeira semelhante a uma longa caixa, com tecto ou tejadilho, dividida interiormente por tabiques transversais em celas ou compartimentos com sua porta para o convés na parede anterior. Constituíam essas celas as barracas para os banhistas se vestirem e despirem. Os compartimentos alongavam-se para fora do convés do barco e suas paredes laterais e posterior, que desciam vedadas até ao nível da água prolongavam-se para baixo desse nível com a forma de gaiolas, com três das suas paredes feitas de grade de sarrafos e com o fundo de tábuas de solho[sic] que ficava cerca de um metro abaixo do nível normal da água nos compartimentos.”

¹⁷ GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2 dez. 1811. apud FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos v. 2*, p. 421, nota 57.

para construir uma máquina de descaroçar algodão, em cujo modelo já vinha trabalhando.¹⁸

A novidade se instalara em pleno centro buliçoso da cidade, despertando interesse e curiosidade entre os que transitavam por entre o rio e o mar. Mas, antes de conhecermos a barca propriamente, procuremos saber um pouco mais sobre a cidade em que ela aportava. Em outras palavras, saber quais as condições de recepção do Recife em termos econômicos, sociais, demográficos e culturais, em relação àquele inusitado equipamento urbano.

A expansão urbana do Recife, que vinha ganhando dinamismo desde a segunda metade do século XVIII, intensificou-se na centúria seguinte como decorrência imediata da abertura dos portos às nações amigas. A quebra do monopólio comercial da metrópole proporcionou um alargamento de mercado externo, movimentado através do porto do Recife, e permitiu o ingresso de negociantes, capitais e técnicos estrangeiros na cidade, ingleses sobretudo, mas também franceses, italianos e alemães.¹⁹

A economia urbana do Recife viu-se, assim, dinamizada e fortalecida. A cidade reafirmava sua posição de núcleo de uma região econômica, que abrangia as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, parte do sul do Ceará e do Piauí, e parte do norte baiano. Tal crescimento refletiu-se nas condições político-administrativas do Recife: por Carta Imperial, D. Pedro I elevou-a à categoria de cidade em 5 de dezembro de 1823. Em 15 de fevereiro de 1827, o Recife tornou-se capital de Pernambuco, retirando definitivamente o título que por séculos coube a Olinda, à exceção do período em que Pernambuco esteve sob o domínio holandês.

Os comerciantes de grosso trato, ligados às trocas internacionais — os exportadores de açúcar e algodão, seguidos de perto pelos que se ocupavam da distribuição dos produtos importados de primeira necessidade e dos artigos de luxo —, formavam o núcleo da moderna classe burguesa local. Para defender seus interesses de classe, os grandes comerciantes, portugueses e ingleses em sua maioria, fundaram a Associação Comercial no ano de 1839, com sede no bairro portuário do Recife, local onde discutiam e tomavam decisões à luz do liberalismo econômico, ideologia de que a

¹⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: 165 anos atuando na formação do Brasil. Organizadores Ângela Nascimento, Hildo Leal da Rosa, João Monteiro. Recife: assembléia Legislativa. 2000. p. 158-9. Não há referência a José da Maya no estudo de MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Ingleses em Pernambuco* ...

¹⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Editora Universitária. 1979; Id. *Pernambuco Imortal*. Recife: Jornal do Commercio: Governo do Estado de Pernambuco. encartes n. 6 e 7; O RECIFE: histórias de uma cidade. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Jornal do Commercio. 2000. fascículos 5 ao 7.

maioria era adepta. Nas mãos desta classe, que incluía os mercadores de escravos, e na dos produtores de açúcar, acumulavam-se as maiores fortunas de Pernambuco.²⁰

As indústrias implantaram-se mais tardiamente no Recife, e, até 1850, não constituíram aspecto importante na conformação do espaço urbano. No início do século, Koster considerou a manufatura de bugingangas de ouro e prata, de todas as espécies, e de cordões de ouro, a única de alguma importância. No caminho entre Olinda e Recife, havia a cordoaria de cocos, de propriedade do português Veiga, que chamara atenção de Tollenare. Em 1825, o abastado comerciante Gervásio Pires Ferreira montou uma fábrica de tecidos de algodão, de fabricação grosseira, destinada a vestir a escravaria e a gente pobre. Mais expressiva e de maior impacto na cidade foi a Fundação da rua da Aurora, do súdito inglês Cristóvão Starr, fundada em 1829. Indústria complexa, de grandes dimensões, empregando mão-de-obra livre e escrava, estava tecnologicamente aparelhada para produzir os principais bens de capital utilizados na província, afora máquinas para indústrias de bens de produção: máquinas a vapor, caldeiras para vapor de todas as dimensões, engenhos para cana, tachas, alambiques de ferro, rodas d'água, moinhos de vento, alvarengas e embarcações de ferro, também varandas, portões, grades colunas, enfim todas as obras de ferro e bronze.²¹

A população do Recife cresceu: dos 26.000 habitantes, de 1810, converteram-se em 70.000 em 1850. Até esta última data, o ingresso de novas levas de escravos na província contribuiu com a maior parcela para o aumento populacional. Mas na segunda metade do século, as migrações internas constituíram o principal fator de crescimento demográfico da cidade. Muitos proprietários de engenhos, atraídos pelo desenvolvimento do comércio e pela florescência da vida social e cultural do Recife, deixavam suas terras e vinham morar na cidade. Periodicamente, entravam, também, as famílias pobres, vindas do interior da província e vizinhanças. Traziam a ilusão de conseguir uma vida melhor na cidade, perto do mar, onde sabiam circular mais

²⁰ Sobre a Associação Comercial, PINTO, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1940. Kidder, passeando pelas cercanias do Recife, viu casas de construção dispendiosa e de apurado gosto, erguidas às margens do Capibaribe, provavelmente entre a Madalena e a Ponte d'Uchoa. Uma delas pertencia a um rico comerciante de escravos. Possuía varanda ornada de muitas e brancas estátuas, que haviam sido alvo de protesto há alguns anos antes: alguém havia pintado de negro o rosto de todas elas. KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 96.

²¹ ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit., p. 110-1. As transformações ocorridas na produção açucareira em igual período, porém, equivaleram a uma revolução industrial, no pensar de Paul Singer: "os métodos artesanais são substituídos pela tecnologia industrial tendo em vista a produção em massa." A inovação mais importante, no setor, foi a introdução do vapor, em substituição à tração animal. O primeiro engenho a vapor, em Pernambuco, surgiu em 1819; em 1854, eram cinco; em 1857, passaram a dezoito. SINGER, Paul. Op. Cit., p. 288-9. CARVALHO, Marcus J. M. Op. Cit., p. 60-1.

fartamente a riqueza, embora acumulada nas mãos de tão poucos — mas disto certamente não sabiam, até que chegassem à cidade —, e acabaram por compor o quadro de miséria social e a paisagem urbana que marcaram profundamente o Recife desde então, com seus sobrados opulentos e áreas de miseráveis mocambos fincados sobre os alagados.

Todo o século XIX foi marcado por profundas mudanças na composição social da população do Recife. Se em 1827, 40,7% de seus moradores eram livres e 59,3% eram escravos; no ano de 1842, este quadro alterou-se para 73,6% de homens livres e 26,4% de cativos. Em 1872, a população livre correspondia a 88% do total, sendo 12% a fração de escravos existentes na cidade.²²

A pressão populacional levou a que, num primeiro momento circunscrito entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, se roubasse aos rios, alagados e manguezais, os espaços necessários para implantar as habitações que a terra firme não dava. Areias, lixos e lamas foram lançados, por particulares e pelo Estado, sobre os alagados, areais e, principalmente, sobre os mangues, formando grandes aterros nos três bairros centrais e nos mais afastados do Manguinho e da Madalena. Sobre as áreas aterradas, surgiram novas ruas, becos e travessas, assentaram-se casas térreas, sobrados e armazéns. A partir dos anos finais da década de 1830, os subúrbios marginais ao Capibaribe vieram juntar-se às zonas aterradas, como áreas de expansão física da cidade e lugar de residência permanente, tendência que se acentuaria nas décadas seguintes, com o melhoramento das vias de acesso aos subúrbios por terra, com o uso generalizado de viaturas de tração animal e com a implantação de serviços de transportes coletivos. Entre 1828 e 1883, o aumento do número de edificações nas áreas de subúrbios, incluindo o bairro da Boa Vista e os arrabaldes mais distantes, chegou a espetacular cifra de 432%.²³

Neste período, Santo Antônio firmou-se como principal bairro do comércio varejista. Algumas de suas ruas concentravam as mais finas lojas, voltadas para a comercialização de objetos de luxo e importados: jóias, relojoarias, tecidos e adereços sofisticados, miudezas e quinquilharias, pianos e móveis. Na década de 1840, já era

²² ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit., 138-9. Ver também: FIGUEIRA DE MELLO, Jerônimo Martiniano. Op. Cit.: CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822 – 1850...*, p. 41-71

²³ ANDRADE, Manoel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida ...*, p. 85-94. ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit., p. 83-260; ROCHA, Tadeu. Planos de obras de urbanização do Recife. I ao VI. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 maio a 12 jun. 1983; MENEZES, José Luiz da Mota. A ocupação do Recife numa perspectiva histórica ...

possível ver algumas senhoras e senhoritas, de alto poder aquisitivo e versadas nas modas, gostos e maneiras parisienses, entrando e saindo das lojas das ruas Nova e do Cabugá. Sonhavam com bailes, saraus e moços gamenhos, inteiravam-se sobre a última moda em Paris, compravam pentes de grande altura, cabelos postiços, cosméticos, sedas, fitas, toucados, espartilhos, ouro e prata. Sede das repartições públicas, o bairro de Santo Antônio recebeu boa parte dos investimentos públicos que caracterizou a administração de Francisco do Rego Barros, inclusive o moderno e monumental Teatro de Santa Isabel, marca ainda viva da arquitetura classicista do Recife imperial.²⁴

São José, alçado à condição de freguesia em 1844, após a divisão da freguesia de Santo Antônio, também crescera. Reduto da pequena produção mercantil, era o bairro de morada dos artífices, oficiais mecânicos, gente do pequeno comércio, funcionários públicos ocupantes dos escalões inferiores na hierarquia funcional.

A intensificação da articulação da economia brasileira com a mundial impôs e favoreceu transformações no campo e nas cidades, principalmente nos grandes centros portuários do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís. Após a Independência, a modificação da realidade material do país passou a fazer parte do projeto político das novas elites econômicas brasileiras, sequiosas por torná-la compatível com as atividades econômicas a serem desenvolvidas pela jovem nação. Bem informadas a respeito das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que revolucionaram a Europa desde final do século XVIII — os “milagres da civilização moderna”, conforme expressão de importante cronista da época²⁵ —, as elites adotaram por modelo os padrões estéticos e funcionais de cidade existentes naquele continente.

Ao fazerem seus o olhar do europeu, as classes dominantes passaram a ver as cidades brasileiras como antiquadas e impróprias para desempenhar o novo papel que lhes estava reservado, no interior da economia capitalista internacional. As palavras de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da província de Pernambuco, ditas em 1836, expressam bem o pensamento comum dos governantes brasileiros: “... o estrangeiro que aporta a uma Província de tanto nome, (...), incorrendo o vergonhoso espetáculo de nossas Pontes, forma de nosso povo, ou de seus governantes a mais lastimosa idéia: pobreza, ou incapacidade, prevaricação são as idéias, que lhe podem

²⁴ Sobre a arquitetura classicista no Recife, ver SOUSA, Alberto. *O classicismo arquitetônico no Recife imperial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.

²⁵ Antônio Pedro de Figueiredo, cronista do *Diário de Pernambuco*, autor da secção A Carteira. Publicou também o jornal periódico *O Progresso*, órgão que divulgava idéias socialistas.

ocorrer.”²⁶ Urgia intervir no espaço urbano para modificá-lo, para trazê-lo mais próximo do modelo e, assim, atrair investimentos e capitais estrangeiros e nacionais. Urgia modernizar as infra-estruturas básicas produtivas das cidades: estradas, pontes e cais; implantar os serviços públicos de abastecimento d’água, iluminação, transporte, drenagem e saneamento, calçamento. Era preciso reformular o aspecto físico e estético das cidades, alargar as ruas, redefinir-lhes o alinhamento, padronizar as construções civis, promover a vida social e cultural nos espaços urbanos.

Para o Recife, a intenção modernizadora das elites começou a se fazer realidade nos anos de 1830. Primeiro, com a nomeação do engenheiro alemão João Bloem, para servir de Encarregado da Arquitetura da Cidade, feita pela Câmara Municipal do Recife. Gilberto Freyre, em estudo, percebeu um Bloem completamente tomado pelo espírito reformista da época, no sentido de pretender europeizar a cidade do Recife. Seu desejo e racionalidade estavam voltados para banir do espaço físico local, as marcas mais que visíveis deixadas por séculos de história colonial. Tencionava corrigir os erros, as tortuosidades e irregularidades que compunham o emaranhado urbano da cidade portuária do Recife, e, em seu lugar, fazer surgir uma cidade de ruas largas, prédios alinhados, exibindo uma arquitetura padronizada e monotonamente uniformizados.²⁷

Mas foi entre os anos de 1838 e 1848, quando cessaram temporariamente as lutas políticas na província e a ordem institucional voltou à normalidade, embora as disputas entre conservadores e liberais tenham permanecido bastante acirradas; só então, foi que o clima modernizador e a europeização dos costumes se puderam fazer sentir na vida cultural e social, no feitio, organização e funcionamento da cidade. Só então, o Recife soube, de fato, o que significava ser objeto de melhoramentos materiais, no sentido que foi dado ao termo no século XIX, de modernização da infra-estrutura material urbana e reformulação do padrão estético e funcional da cidade.

Por quase todo esse período, Francisco do Rego Barros, o futuro barão e conde da Boa Vista, esteve à frente da administração provincial. Governou por dois mandados, separados por um pequeno intervalo de tempo: de 2 de dezembro de 1837 a 3 de abril de 1841, e de 7 de dezembro de 1841 a 13 de abril de 1844. Homem nascido na terra, ligado à oligarquia rural e uma das principais lideranças do Partido Conservador, tornou-se um entusiasta das idéias e obras modernizadoras, que teve oportunidade de

²⁶ ANDRADE. Manoel de Carvalho Paes. Fala do Presidente da Província à Assembléia Provincial. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 abr. 1835 apud ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit., p. 177.

²⁷ FREYRE. Gilberto. *Um engenheiro francês na província*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 1º tomo. p. 286.

conhecer quando de seus estudos na França. Francisco do Rego Barros fez sua a tarefa de desenvolver a província e transformar o Recife numa cidade moderna, condizente com a posição de terceiro centro comercial do Império.²⁸ Como benfeitor do progresso, marco divisor entre o passado e o futuro, o moderno e o antigo, passou à memória dos pernambucanos: “O Sr. Barão da Boa Vista é a transição do passado para o futuro da sociedade pernambucana, o precursor de um período em a nossa vida pública.” Eis a forte imagem com que o saldou um admirador de sua obra à frente do governo de Pernambuco.²⁹ Modernização que não agradou a todos, sobretudo a seus rivais na vida política, mas que não podia ser negada.

Para executar as obras de melhoramentos materiais, parte fundamental do seu projeto modernizador, contratou, em 1839, uma equipe de operários alemães, composta por pedreiros, carpinteiros e marceneiros, a chamada Companhia Operária. Poucos anos depois, em 1841, chegou a missão técnica francesa por ele engajada, da qual faziam parte o jovem engenheiro, formado pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Louis Léger Vauthier, e mais os engenheiros Millet, Pouthier, Bolitreau, Morel e Buessard. Francisco do Rego Barroso reestruturou, ainda, a Repartição de Obras Públicas, procurando imprimir-lhe um caráter técnico e científico.³⁰

Durante sua administração, antigos prédios foram reformados e adaptados para abrigar os serviços públicos, como o Liceu Provincial, a Alfândega e o Palácio do Governo. Discutiram-se as obras de melhoramento do porto. Foram construídas estradas

²⁸ DANTAS, Ney Brito. *Entre coquetes e chico-machos: uma leitura de paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 1992; ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit., p. 174-197.

²⁹ FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. A Carteira. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 jun. 1856 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado....* p. 416.

³⁰ L. L. Vauthier já se encontrava trabalhando no Recife, desde 1840. Ver, VAUTHIER, Louis Léger. Op. Cit., FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 1º e 2º tomos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit., p. 187-197. Os relatórios de L. L. Vauthier, Engenheiro em Chefe da Repartição de Obras Públicas, da província de Pernambuco, e outros escritos de sua autoria encontram-se publicados em VAUTHIER, Louis Léger. *Revista do Arquivo Público*. Recife, ano III, n. V, 1º e 2º semestres, p. 141-306. (Relatório de 1843, p. 141-216; Relatório de 1846, p. 217-292; Relatório sobre as cheias do Capibaribe, p. 293-98; Projeto da ponte suspensa de Caxangá – memória, p. 299-306). Sobre a construção civil e a missão operária ver, FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. A Carteira. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 jun. 1856. In: *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)*, v. II. Seleção e organização José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1975. p. 817. Para a recepção desses imigrantes, brancos, europeus e assalariados, numa sociedade escravocrata, ver KIDDER, Daniel P. Op. Cit., p. 106. Sobre a construção civil no Recife, para o século XVII, ver, MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Para o século XIX, ZANCHETTI, Sílvio Mendes. *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. p. 179-202.

modernas, para tornar mais rápidas e eficazes as ligações entre as unidades produtoras agrícolas. Construíram-se, também, estradas interligando o centro do Recife aos seus subúrbios e à cidade de Olinda: a estrada de Santo Amaro das Salinas, iniciada em 1817, ligando Olinda e Recife pelo vau da Tacaruna e concluída em 1844; a estrada de Apipucos e a que levava da Madalena a Caxangá, passando pela ponte pênsil da Caxangá, a primeira do gênero no Brasil. Edificou o cais do Espírito Santo ou do Colégio, arborizado e dotado de bancos voltados para o rio, equipamento que serviu de local de passeio e encontros coletivos para os recifenses; como também reparou a ponte da Boa Vista que, como aquele, estava guarnecida de bancos nas laterais a bem do público.

Em 11 de dezembro de 1838, foi firmado o contrato entre o Governo Provincial e a Companhia do Beberibe, para o serviço de abastecimento de água potável dos bairros centrais do Recife, por meio de encanamento e chafarizes públicos.³¹ Outro melhoramento de grande importância e repercussão na cidade, foi a construção do cemitério público de Santo Amaro das Salinas, cujas obras foram concluídas em 1851.

A iluminação da cidade foi outro aspecto merecedor da atenção do barão da Boa Vista. Em 1839, Francisco do Rego Barros contratou, com um particular, a iluminação da cidade pelo sistema de gás carbônico. A iniciativa, porém, malogrou. Só em 1859, ano da visita do Imperador D. Pedro II à província, o Recife conheceu o brilho dos lampiões a gás.³²

Nenhuma obra, entretanto, foi mais representativa do desejo provincial de romper com o passado colonial que a do Teatro de Santa Isabel. Nenhuma outra realização ou projeto expressou, com tamanha força e visibilidade, a intenção de fazer do Recife uma cidade civilizada e moderna, que a construção dessa casa de espetáculo. De seu projeto e construção, ficou igualmente encarregado o engenheiro Vauthier, que o concebeu nos moldes dos modernos teatros franceses.³³ Os amantes da arte e da música

³¹ GISAFRAN, Nazareno Mota Jucá. *A implantação de serviços urbanos no Recife: o caso da Companhia do Beberibe (1838-1912)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979; MELLO, Virgínia Pernambucano de. *Água vai! História do Saneamento de Pernambuco: 1537-1837*. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991; MENEZES, José Luiz Mota; ARAÚJO, Hamilton Francisco de; CHAMIXAES, José Castelo Branco. *Águas do Prata: a Companhia do Beberibe - História do saneamento de Pernambuco 1838-1912*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco – Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.

³² KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 55; PEREIRA DA COSTA, F.A. *Anais pernambucanos* v. 8. p. 358-61; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 44-56; SETTE, Mário. *Arruar...* p. 279-88.

³³ Sobre o teatro de Santa Isabel, ver VAUTHIER, Louis Leger. Relatório de 1846. *Revista do Arquivo Público*. Recife, ano III, n. V. 244-9, 1º e 2º semestres 1948; FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês*

tiveram que esperar até 18 de maio de 1850 para, finalmente, poderem atravessar às portas do teatro. Transpassá-las com o sentimento de quem ingressa num outro mundo: o mundo civilizado, moderno, progressista, eivado do otimismo burguês.³⁴

Em meio ao surto modernizador, o teatro era um símbolo do porvir, mas também expressão viva do presente, ponto culminante de um processo de transformações que vinha acontecendo continuamente, em ritmo mais ou menos acelerado, conforme o aspecto que se considere, desde a primeira década do século XIX. Aqueles homens e mulheres que ansiavam por uma noite de lirismo no teatro, afastavam-se cada vez mais de suas infâncias; dos modos, comportamentos, valores, hábitos e maneiras de que foram impregnados nos primeiros tempos de suas existências. Distanciavam-se das lembranças de seus pais e avós; assim como também se alargava a distância e aprofundavam-se as diferenças culturais entre a gente da elite e classes médias urbanas e as camadas populares. As primeiras se esforçavam para deixar para trás o drama jocoso do bumba meu boi, os carrosséis e os jogos de argolinhas, o brinquedo de entrudo, prazer ainda há pouco considerado inocente.³⁵ Até as procissões religiosas, sempre alegres e repletas de símbolos e ritos que estimulavam a exteriorização pública da fé, começaram a apresentar mudanças na forma de exibirem-se em público.

Aqueles homens e mulheres desprezavam o minueto que fizeram as delícias dos avós, o fandango e o buliçoso lundum, este por demasiado lascivo e pelo significado social de ser dança apreciada pelos negros, tanto quanto o eram os batuques e o samba. Empenhavam-se em aprender a valsa francesa, o montenelo, o galope inglês, as contradanças inglesas e francesas: as famosas quadrilhas dançadas aos pares. Frequentavam aulas ministradas por professores estrangeiros, de desenho e pintura, de idioma francês, inglês, italiano e espanhol, lições de dança, de música, de canto e de

no Brasil ..., p. 316-20; ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro de Santa Isabel*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000. Sobre a concepção arquitetônica do teatro, SOUSA, Alberto. *Op. cit.*, p. 51-72.

³⁴ Antônio Pedro de Figueiredo, entusiasta da obra modernizadora do Barão, conseguiu traduzir em frases lapidares o sentimento coletivo provocado pelas transformações por que passava a cidade. Expressar a sensação e o sentimento de otimismo dos que se percebiam, realmente, ingressando no mundo moderno e civilizado do capitalismo: "O livro de ouro da nossa história e civilização monumental ainda contém muitas páginas em branco. Neste gênero quase que não temos passado, mas parece que estamos destinados a um futuro magnífico, brilhante, esplêndido." FIGUEIREDO, A. P. de. A Carteira, *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 ago. 1856 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade ...* p. 425.

³⁵ Sobre as transformações nos modos de vida da elite urbana, no Brasil do século XIX, e o relacionamento entre a cultura de elite e a cultura popular, ver FREYRE, Gilberto. *Sobrado e mucambos ...* QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Do rural e do urbano no Brasil*. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (Org.). *Vida rural e mudança social*. 3. ed. São Paulo, 1979, p. 160-76. DINIZ, Padre Jaime. *Op. Cit.*: Breve notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800; SQUEFF, Ênio; WISNIK, José Miguel. *Música*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Op. Cit.*

piano. Educavam os ouvidos para saber apreciar os duetos, árias e óperas italianas, nutrindo especial predileção por Rossini. Interessavam-se por geometria, álgebra e aritmética. Liam novelas francesas, assim com as críticas de costumes e facécias escritas pelo padre Lopes Gama, no seu *O Carapuceiro – periódico sempre moral, e só por acidente político*. Aliás, a imprensa de periódicos, no Recife, demonstrava ser capaz de grande fôlego e vitalidade. Jornais políticos, noticiosos, literários, de orientação religiosa e educativa, recreativos e caricatos; revistas, álbuns, almanaques, anuários, poliantéias livros de sorte, de tudo se publicava na cidade. No período de 1821 a 1830, foram publicados vinte e sete títulos dessa categoria jornalística. Entre 1831 e 1840, já somavam sessenta e sete diferentes publicações e, entre 1841 e 1850, o público leitor já podia escolher entre as cento e vinte e duas publicações disponíveis.³⁶ Havia também os jornais de publicação diária, dentre os quais se destacou o *Diário de Pernambuco*. Em 1856, sua tiragem era de quatro mil exemplares, circulando de Alagoas ao Amazonas.³⁷

Algumas mudanças notáveis aconteciam em relação à percepção dos papéis sociais a serem desempenhados pelas mulheres em sociedade, bem como no padrão de comportamento que lhe era exigido ao se apresentar em público:

“O belo sexo já vai participando dos progressos da civilização entre nós. (...) Ainda nessa época, tão pouco remota, a recepção de uma visita, principalmente do sexo masculino, dependia ordinariamente do chefe da família, por qualquer título que fosse. Graças à administração do Exmo. Barão da Boa Vista, a sociabilidade foi penetrando entre nós e, louvores a Deus, hoje já se vai estendendo a ação do belo sexo da sua influência secular nos negócios domésticos a muito legítima influência nas reuniões públicas, até surgiu agora o primeiro fato da sua ingerência em negócios públicos.”³⁸

³⁶ NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969. 12 v. v. IV: Periódicos do Recife 1821 – 1850. Apresentação. Sobre *O Carapuceiro*, do padre Lopes Gama, publicado em períodos descontínuos entre 1832 - 1834, 1837 - 1843 e 1847; e o *Novo Carapuceiro*, redigido por Gama e Castro, nos anos de 1841 – 1842, escreveu Antônio Cândido: “Ambos se ocupavam da análise política e moral por meio da sátira dos costumes e retratos de tipos característico, dissolvendo a individualidade na categoria ...”. CÂNDIDO, Antônio. A dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 8, 1970, p. 73.

³⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Resumo da notícia histórica que em 1908 publicou o eminente historiador pernambucano Alfredo de Carvalho nos ‘Annaes da imprensa periódica Pernambucana de 1821 – 1908.’ In: FREYRE, Gilberto & outros. *Livro do Nordeste* (Comemorativo do 1º centenário do *Diário de Pernambuco*) Recife: Arquivo Público Estadual, 1979. (Edição fac-similada), p. 7.

³⁸ O cronista se referia à última reunião do Ateneu e à nomeação de inspetoras para os estabelecimentos das órfãs. FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. A Carteira. *Diário de Pernambuco*, 25 ago. 1856 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado* p. 432-3.

Foi nesse Recife — prenhe de mudanças, decorrentes de alguns melhoramentos urbanos implantados e das alterações no modo de vida da elite e da classe média, e varada por sentimentos ambíguos e ambivalentes de perdas e vitórias políticas e culturais — que apareceu a barca de banhos sobre o Capibaribe. Mas o que vinha a ser mesmo a barca? De onde provinha a idéia de montar semelhante estabelecimento balneário?

O balneário foi inaugurado em plena estação chuvosa do inverno, no dia 23 de junho, distanciando-se, assim, do calendário tradicional que reservava os meses quentes do verão para as temporadas de banhos de rio nos arrabaldes. Não se filiando a este costume, a escolha da data de abertura obedecia a uma outra tradição, de fundo religioso e mais ao gosto popular. É possível que o proprietário da barca, José da Maya, haja tido a intenção de estabelecer uma associação direta entre o ato de tomar banhos salgados, na foz do Capibaribe, e o ritual milenar do batismo entre os cristãos. Evocação não tão distante e abstrata, mas assentada sobre fortes raízes culturais e religiosas da população de Pernambuco que tinha por costume, desde os primórdios da colonização, festejar a São João Batista com foguetes, fogueiras, cantos, danças e capelas. Capelas constituídas de ranchos de homens e mulheres que saíam às ruas em alegres cortejos, coroados de flores e folhas, entoando cantos, e assim seguiam, até se lançarem às águas — nesta noite milagrosas — do rio ou mar:

“Meu São João,
Eu vou me lavar,
E as minhas mazelas
Irei lá deixar.”

E ao voltarem das águas, de corpo e alma renovados pelo ritual purificador do banho, novos versos eram entoados em louvor ao santo:

Ó meu São João
Eu já me lavei
E as minhas mazelas
No rio deixei.”³⁹

³⁹ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Folk-lore pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1974. p. 189-92. Uma outra celebração, na qual o ritual do batismo era invocado, passava-se em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Após as festividades de N. S. dos Prazeres, tinha lugar a festa de batismo de Baco. Festa de muitas libações, regada a vinho, o animado cortejo seguia rumo às águas do rio Jordão, tendo ao centro a figura de Baco, montado sobre uma pipa. No rio, o deus pagão recebia o batismo e se convertia ao cristianismo. Id. *Ibid.*, p. 209-11.

No Recife, o ritual dos banhos tomados à noite, invocando São João Batista, tinha seus territórios preferenciais. Informa-nos Pereira da Costa que os devotos do santo do batismo encaminhavam-se “para os banhos na *Cruz do Patrão*, no istmo de Olinda, cujas águas, quer as do mar, de um lado, quer as do rio Beberibe, do outro, gozavam na noite de São João da particular virtude de *dar felicidade e venturas ...*”⁴⁰ A praia de Fora de Portas também era procurada pelos seguidores das capelas sanjoanescas, costume fixado em canto popular:

“Em Fora de Portas
Eu vou me lavar,
Se eu cair no fundo
Mandai-me tirar.”

Os banhos da barca, porém, eram dirigidos a uma outra clientela, socialmente mais restrita e abastada, que podia pagar para os tomar a qualquer dia do ano. O culto ao santo e a memória do batismo nas águas do rio eram, aqui, mais uma alusão que um ato de fé, mais simbólico que real. Tratava-se da sofisticação de um costume religioso e popular, de uma reapropriação, por parte da gente da elite, de parte do ritual sacro-profano com que se costumava festejar o santo na cidade e no campo. A barca, sua situação sobre o rio, os banhos salgados apenas evocavam a crença religiosa popular, convertida que fora em pretexto para o encontro e o exercício da sociabilidade entre as pessoas de bom tom. Pessoas que ansiavam pelo sucesso do empreendimento balneário e pela sofisticação dos recreios e prazeres que tinham curso em seu interior, como anotava certa crônica jornalística:

“Queremos mesmo lisonjear-nos de que as noites de São João que vem, que é o aniversário de abertura da barca; já o Sr. José de Maya terá suficientes recursos para oferecer nessa sala um excelente *confortable* às famílias respeitáveis que aí forem por *tom* passar a noite e renovar sobre o rio as cerimônias do destino a que a nossa poesia nacional se presta, tão fagueira e tão alegre.”⁴¹

⁴⁰ Id. *Ibid.*, p. 188-95. (Grifos do autor.) A Cruz do Patrão é uma coluna de alvenaria, construída, provavelmente em torno de 1814, para servir de baliza aos navios que demandam o porto do Recife. Está situada à margem esquerda do Beberibe, sobre o istmo de Olinda. O lugar tem fama de supersticioso, certamente devido ao uso que lhe foi destinado de servir de cemitérios a negros pagãos, hereges e não-católicos. Id. *Ibid.*, p. 101-106

⁴¹ A BARCA de banhos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de out. 1845. p. 2.

Às vésperas da abertura da barca, o *Diário de Pernambuco* fazia publicar seus estatutos, trazendo ao público uma idéia do que seria e de como funcionaria o novo empreendimento comercial.

Os banhos custariam 160 réis, sendo que os acionistas ou pessoas de suas famílias — que não tivessem renda própria e morassem na casa do titular — pagariam a metade. O estabelecimento ofereceria toalhas “lavadas e engomadas”, tal como nos mais luxuosos balneários europeus, a quem estivesse disposto a pagar o preço de 80 réis por cada uma. Os bilhetes da barca estavam à venda na loja do senhor José Gomes Leal, no bairro de Santo Antônio, e na de Manoel Joaquim Gomes. Aqueles que o desejassem poderiam fazer assinaturas por três meses, mediante a soma de dez mil réis, com a vantagem de poder banhar-se quantas vezes lhes fosse do agrado.⁴²

Um ano depois de inaugurada a barca, o jornal falava das suas divisões e acomodações internas: “Oito banheiros com capacidade para famílias de seis a oito pessoas, metade dos quais destinados exclusivamente para senhoras, e por tal arte construídos todos que não é possível ver-se de um quem n’outro se banha, guarnecem comodamente toda a barca.”⁴³ No interior dos banheiros, a água subia à altura de cinco palmos, estando todos eles circulados de varinhas de ferro, por entre as quais passava a água livremente. Com o fluir da maré que corria imensamente rápida, no ponto em que estava fundeada a barca, a água entrava “sempre batida e límpida” nos banheiros.

Com o balneário flutuante, não mais os banhos de rio a céu aberto nos arrabaldes, nem as águas livres permitindo ao banhista, sobretudo às banhistas, deleitar-se nos mergulhos e no exercício da natação. Os banhos oferecidos pelo estabelecimento tinham lugar em recintos fechados, ainda em família, mas uma primeira divisão já havia sido estabelecida: homens e mulheres se banhavam em aposentos separados. A informação não esclarecia se a separação acontecia entre os membros de uma mesma família ou se apenas entre o público mais geral. Além do cuidado em não permitir que pessoas de sexos diferentes ficassem juntas num mesmo banheiro, os responsáveis pela barca demonstravam o zelo que tinham em manter preservada a privacidade dos banhistas, resguardando-lhes o pudor e a decência. Ordem e decência, asseio e segurança, essas palavras conseguiam expressar, mais que quaisquer outras na época, as exigências das classes sociais dominantes em relação ao que se entendia por um

⁴² Ibid: e DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 27 jun. 1844. Avisos Diversos. p. 4.

⁴³ A BARCA de banhos. *Diário de Pernambuco*. 15 out. 1845. p. 2.

estabelecimento público elegante, que convinha ao convívio da família de elite e onde vigiam as regras da boa moral e da sociabilidade refinada.

Os serviços da barca, porém, não se limitavam aos banhos. Cedo, enveredaram-se por outros prazeres e requintes próprios da classe burguesa. Gozos e bem-estar do corpo, da carne, do paladar e do espírito, tal como se costumava vivenciar na Europa moderna e civilizada. No centro da barca, estava montada uma sala onde as famílias podiam descansar antes ou depois do banho. Um lugar reservado para encontros entre os banhistas ou simples visitantes do flutuante. Em outubro de 1845, ainda eram acanhadas as instalações do café, mas a expectativa era a de que, muito brevemente, viesse a se tornar um café modelar, “ornado e completo a oriental”. Assim prometia o seu proprietário José da Maya, que dizia não medir esforço para transformar o local no mais agradável e asseado possível:

“... desde o dia primeiro de novembro em diante acharão na barca os amadores dos banhos todos os refrescos que apeterem, café, bolinhos, cerveja, vinhos e mais bebidas espirituosas, tudo das melhores qualidades. Também, ao modo da Europa, haverá sempre na barca, queijo, presunto de fiambre; & c., para as pessoas que quiserem tomar alguma cousa no banho.”⁴⁴

Seus planos eram muitos e denunciavam sua ousadia enquanto empresário, bem sobre o quanto estava informado das últimas tendências e novidades aparecidas na Europa, sobretudo na Inglaterra, seu país de origem, no campo da higiene física e mental. Projetava fundar uma escola de natação, construindo para isso um banheiro apropriado. Iniciativa que encontrava apoio integral do influente *Diario de Pernambuco*, por considerá-la um ótimo serviço a ser prestado à mocidade. A escola de natação viria a preencher uma lacuna entre os estabelecimentos de ensino locais, nenhum dos quais estavam equipados com ginásios, tão necessários para desenvolver a prática da ginástica entre os tenros renovos.

A preocupação em fazer vigorar e manter um padrão moral, tido como familiar e digno da gente de bem, era uma constante entre os empresários que respondiam por esse gênero de prestação de serviço. Preocupação redobrada no caso de uma cidade que, só há pouco, começara a se abrir para o mercado de serviços próprios de uma sociedade burguesa. Tal acontecia em relação aos teatros, clubes sociais, hotéis e restaurantes. Assim também, os estabelecimentos balneários. Estes mais ainda, pois lidavam com questões melindrosas e delicadas, que envolviam o corpo, a noção de pudor e de

⁴⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife. 29 out. 1845. Avisos Diversos. p. 3.

higiene, de comportamento coletivo e convívio entre os sexos. Ademais, os estatutos, ao lado de ser um instrumento normatizador dos comportamentos sociais e regulador do funcionamento das instituições, continham sempre um lado pedagógico. Tratava-se de introduzir e instruir um público de neófitos, num código de conduta moral e de convívio social do qual a maioria era absolutamente ignorante. Os estatutos da barca de banhos, no seu primeiro artigo, estabelecia que:

“1. Só poderão entrar na barca pessoas vestidas com trajes decentes; e como ela é também destinada para banhos de senhoras, é absolutamente proibido fazer uso de expressões que possam ofender à moral pública, sob pena de ser mandado sair pelo guarda aquele que não se comportar como cavalheiro.”⁴⁵

A questão da manutenção do decoro público e da integridade física e moral dos freqüentadores, especialmente da mulher, era mais uma vez referida no artigo de número quatro dos estatutos: “4. A nenhum homem é permitido entrar no largo da barca aonde estão os banheiros para as senhoras; bem como os homens só poderão banhar-se nos banheiros para eles destinados.” Insistia-se nesse ponto, como a querer assinalar as distâncias que separavam este estabelecimento de outros lugares de notória má fama, nos quais se costumavam reunir homens e mulheres libertinos, que davam livre vazão aos prazeres sexuais, a exemplo, no Recife, do antigo Teatro de Santo Antônio, vulgo Capoeira, e dos hotéis e hospedarias existentes na cidade. Lugares em que as senhoras e senhoritas, chamadas de sociedade, jamais ousariam freqüentar, sequer se atreveriam a passar em suas frentes, sob pena de serem excomungadas do círculo social a que pertenciam e de caírem em total desonra. Para garantir ao público a honrabilidade do estabelecimento e assegurar-lhe de que se tratava de um empreendimento moderno, digno e sério moralmente, o proprietário anunciava que iria publicar a lista contendo o nome dos acionistas da barca de banhos, no dia de sua inauguração.⁴⁶

Difícilmente saberemos qual a real significação do aparecimento da barca de banhos para o Recife, naquele meado do século XIX, porque muito do nos interessa no presente passava despercebido dos que a tiveram tão próxima de si, a apenas alguns metros diante dos olhos. Os dados são extremamente escassos e evasivos, e dela não temos notícias senão indiretamente. Alguns avisos esparsos nos jornais, uma ou outra matéria mais alongada, e eis tudo.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 jun. 1844. p. 3. Infelizmente, não localizamos a prometida relação dos acionistas.

Antes de tudo, a barca de banhos foi pretexto para o passeio em família, especialmente à noite, quando a temperatura abrandava, cessava o burburinho das ruas e a gorda lua derramava seu brilho sobre a cidade. Sua aparição deu motivo mais que suficiente para que as senhoras, senhoritas e crianças, a gente de bom tom, enfim, pudesse deixar a monotonia do lar para sair às ruas, caminhando alegre e descontraidamente. Passeio que não passou despercebido do vigilante Carapuceiro:

“Quanto não tem rendido ao belo sexo a nova casa de banhos? Qual é a senhora, que não tenha ido ver essa obra, aliás asseada e boa? Em sendo noite, mormente de lua cheia, os maridos, os pais, os irmãos vêm-se perseguidos pelas mulheres, pelas filhas, pelas irmãs, que todos querem ver a casa de banhos, e ranchos e ranchos caminham para a ponte do Recife.”⁴⁷

Dar ensejo a passeios não deixava de ser uma vitória alcançada pelo novo empreendimento, uma expressão de urbanidade, embora longe estivesse de corresponder aos objetivos do balneário e às expectativas de retorno financeiro do seu proprietário. As ocasiões de passeio para as senhoras e senhoritas, da elite e classe média, ainda eram relativamente raras nos anos de 1840, apesar de se haverem ampliado bastante em relação às duas primeiras décadas do século XIX. A memória guardava, fresca ainda, a lembrança do tempo em que as mulheres das famílias patriarcais só muito excepcionalmente saíam às ruas, e, quando o faziam, eram cercadas de reservas e cuidados para não ofender o decoro público. Iam à missa, às novenas, às festas religiosas, e, mesmo assim, acompanhadas da família e respectiva escravaria; ou iam às funções, por ocasião de batizado e casamento. As de maiores posses eram transportadas por negros, em palanquins, cadeirinhas de arruar ou em redes, quando o trajeto era mais longo. Em torno de 1811, segundo o testemunho de Koster, o hábito do passeio, a pé e ordinário pelas ruas da cidade, começou a ser timidamente introduzido na cidade, cabendo a iniciativa a algumas poucas senhoras de famílias lisboetas e inglesas recém-chegadas a Pernambuco.⁴⁸

Os passeios, porém, não eram realizados apenas por julgarem indecorosa a aparição pública da mulher em situações corriqueiras e banais, herança de uma tradição mouro-lusitana; nem pelo fato das ruas das cidades coloniais não haverem sido preparadas para tal, apresentando-se no geral sujas, enlameadas, verdadeiros criatórios de animais. Mas também por serem estas, fundamentalmente, lugar de trabalho. E de

⁴⁷ GAMA, Padre Lopes. O gênio passeante. *O Carapuceiro*. Recife, 22 ago. 1844 In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade ...* p. 390.

⁴⁸ KOSTER, Henri. Op. Cit.. p. 203.

trabalho braçal, considerado vil, degradante, rude, vexatório, executado na maior parte por negras e negros escravos. Tollenare observou inclusive, não sem um certo tom de crítica, que os brasileiros tinham repugnância pelos longos passeios a pé, pretextando sempre que o clima não convidava a tais exercícios. Para o francês, que não largou o hábito das caminhadas, a causa estava na indolência do corpo, que os afastava de todo e qualquer esforço físico, e na indolência do espírito, que lhes não estimulava o gosto pela investigação. Assim, não seria desproposital pensar que, ao lado do aspecto moral, dirigido particularmente às mulheres, e da concepção de um modelo de espaço público urbano destinado para acolher tal prática, havia um conteúdo social no preceito do permanecer em casa e do não passear. Era quase uma insígnia de classe. Ficar dentro de casa significava, ou melhor, poder ficar dentro de casa significava viver no ócio, no sentido de não precisar desenvolver atividade produtiva, posto que havia quem o fizesse para si.

Para mudar esse quadro, não transformando, porém, as relações sociais e as interétnicas, era preciso criar novos espaços públicos de recepção e estabelecer um novo sentido, um novo valor para o ato de sair flanando abertamente pelas ruas. Um sentido que não apenas substituísse o anterior, mas que o desqualificasse, que o tornasse socialmente indesejável e incompatível com os atributos positivos com que a elite tencionava, agora, identificar-se. Dentro dos novos valores de inspiração burguesa européia, passear, exibir trajes e adornos luxuosos pelas ruas, demonstrar desenvoltura no modo de falar, graça e elegância no andar, tudo isto se tornou sinal de distinção social, de gosto elevado na cultura e de demonstrativo de instrução. Um modo elegante da gente da classe ociosa ocupar parte do seu tempo livre.⁴⁹

Pouco mais de um ano após a inauguração do balneário flutuante, um aviso no *Diario* lembrava aos interessados que era chegada a estação calma, tempo de recomeçar os banhos. Chamada que parece indicar uma acomodação do estabelecimento ao calendário sociocultural local. E mais não disse o jornal, pois era sabido de todos os benefícios que os banhos salgados trouxeram aos que deles fizeram uso no ano anterior.⁵⁰

⁴⁹ VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

⁵⁰ "O benefício, que receberam todas as pessoas, que freqüentaram, no ano passado, os banhos na barca, é tão sabido de todos, que dispensa ao proprietário de fazer sobre isso a menor reflexão." DIARIO DE PERNAMBUCO, 18 set. 1845. Avisos Diversos, p. 3.

Um mês depois, o *Diario* — cumprindo a missão civilizadora de que muitos órgãos da imprensa brasileira se julgavam revestidos, ao tempo do Império e Primeira República —, trazia à luz algo mais que simples fragmentos da barca, hoje naufraga do tempo, que estamos perseguindo. Partidário do progresso, incentivador da implantação de melhoramentos materiais no espaço da cidade, e mesmo na lavoura, favorável à renovação dos costumes entre a gente da elite, ao mesmo tempo em que consciente do papel de formador de opinião pública, tão fundamental à consolidação e à vitalidade de uma nação, o *Diario* escrevia sobre a barca:

“Um dos objetos, de que o *Diario de Pernambuco* sempre com vivo interesse, será de qualquer ramo de indústria recente que entre nós apareça, para melhorar a condição de nossos compatriotas e nos fazer sentir todas as vantagens de que a civilização é suscetível. Ora o estabelecimento de que hoje daremos conta, reúne em si o duplicado proveito de tornar a existência muito mais agradável sob o clima ardente em que nos achamos, e de desenvolver poderosamente a ação da medicina e higiene pública.”⁵¹

Possuir um estabelecimento comercial de banhos salgados, se não igualava, tornava o Recife mais próximo do modelo de civilização a ser imitado. A população, porém, parecia não corresponder satisfatoriamente ao projeto. Para os que conseguiam enxergar mais adiante, este era tido como um mau sinal. Eles pressentiam a figura ceifadora da barbárie e do atraso a rondar a cidade mais uma vez. O cronista dizia que a barca fora muito freqüentada logo no início, quando a aura da novidade a envolvia. Passado o primeiro surto de curiosidade, o número de banhista foi decaindo, a ponto do empresário ter seu capital empatado, não havendo alcançado o retorno financeiro esperado. Tudo isso era extremamente lamentável, e, embora não chegasse a formular nesses termos, suas palavras traziam embutidas o significado sociocultural que o insucesso do empreendimento comercial continha; pela capacidade de fazer ver as diferenças e distâncias que separavam as culturas e sociedades européias e norte-americanas e a de onde falava o observador. Após comparar os preços cobrados por um banho de água salgada em diversas partes do mundo — um *schelling* custava um banho no Tâmisia ou qualquer outro rio da Inglaterra; um franco, os banhos dos balneários do Sena ou outro rio da França; outro valor, na América setentrional —, constava que, em Pernambuco, eles custavam muito pouco:

⁵¹ A BARCA de banhos. *Diario de Pernambuco*. 15 out. 1845. p. 2.

“Em qualquer cidade, ou vila populosa da Europa, ou da América Setentrional, semelhante inferioridade de preço atrairia à barca tal afluência de banhos, que dentro em pouco faria a fortuna do proprietário, em Pernambuco vê-se ele por ora desanimado, sem poder dar ao seu plano toda a extensão que ele traçara. Será isto fado das nossas cousas, para as melhores tentativas que entre nós se levantam?”

Supunha que não. Preferia pensar que a população não havia sido devidamente informada sobre as virtudes terapêuticas dos banhos de mar, não estando delas convencida. A classe médica local também não havia incorporado, na sua prática diária e receituário, os sabidos benefícios da hidroterapia nas águas salgadas. Havia, portanto, uma esperança. Tudo se remediaria com o avanço da informação sobre as virtudes terapêuticas das águas do mar, quando o corpo médico da província se aliasse às duas outras forças sociais engajadas no projeto, quais sejam: a iniciativa privada, representada pelo empresário, dono da barca, e a imprensa. Era preciso divulgar o quanto “o asseio, a saúde e a longevidade” tinham a lucrar com a iniciativa.

Acreditando serem essas as causas do relativo insucesso verificado pela barca de banhos, até o momento, a imprensa se punha imediatamente em campanha. Não desejava para o Brasil os banhos aparatosos e requintados do “turco ocioso”. O hábito dos banhos de rio, por sua vez, já estava plenamente consolidado, tanto no litoral como no interior do país, sendo mesmo cômodos e necessários. Julgava, no entanto, ser preciso introduzir, nas cidades brasileiras, o “poderoso tônico dos banhos salgados”. Adotá-los como remédio, como meio de curar graves padecimentos que se davam sob o clima quente. Muitos males, acrescentava, “já [havia sido] curados com os banhos da barca, desde o pouco tempo que ela oferece este meio terapêutico.” Mas os banhos salgados poderiam ser tomados, também, como simples hábito higiênico e, em Pernambuco, estavam sendo oferecidos por preços módicos, aquém dos cobrados no mercado internacional.⁵²

A barca de banhos parece haver sobrevivido pelo menos até 1851, a julgar pela data da publicação da última notícia encontrada sobre o balneário.⁵³

Havia algum fundamento, na análise do cronista do *Diário de Pernambuco*, a propósito das dificuldades enfrentadas pela barca de banhos para se estabelecer no Recife. Para o jornal, o principal motivo estava no desconhecimento da população sobre

⁵² O preço dos banhos baixaria dos iniciais 160 réis, para 120 réis os banhos das senhoras e 100 réis os banhos tomados no lado dos homens, preços válidos em outubro de 1847. A BARCA de banhos. *Diário de Pernambuco*, 19 out. 1847, p. 2.

⁵³ Informação de MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade ...*, p. 390.

as maravilhas das águas do mar para a saúde e no fato dos médicos não haverem ingressado, ainda, nessa cruzada. Mas esta parece ser uma das causas para explicação do fenômeno, a mais imediatamente visível talvez, estando ligada a uma série de outros motivos que, muito provavelmente, contribuíram para o fracasso da barca.

A instalação de um estabelecimento balneário, nos moldes dos congêneres europeus e norte-americanos, fossem os voltados para os banhos termais, ditos salgados ou doces de rio, era algo inteiramente novo para o Recife. Seu proprietário, um empresário capitalista de origem inglesa, trazia uma dupla e significativa novidade para a cidade: a primeira tentativa consistente e institucionalizada de introduzir o costume dos banhos salgados entre a população, particularmente, entre as classes dominantes e a classe média urbanas do Recife; e a implantação de um gênero de serviço pessoal desconhecido da sociedade local.

Com relação à qualidade das águas, os depoimentos coevos informavam que a população preferia as águas doces às salgadas do mar, tendo aquelas mantido o primado pelo menos durante toda a metade do século XIX. Tollenare, em 1816, referiu-se às duas categorias de banhos, o doce e o salgado, mas deixou claro que os prazerosamente gozados e de infinitamente maior penetração e importância social eram os banhos de rio. Depois dele, Gardner confirmou a predileção local pelos banhos no Capibaribe e Beberibe, a preferência estando fundamentada na sensibilidade corporal: os banhos de mar, por demais salgados nessas latitudes tropicais, deixavam uma incômoda sensação na pele. Por fim, o padre Carapuceiro, às vésperas da inauguração dos banhos flutuantes, declarava, sem cerimônia alguma, que não achava a menor graça em se banhar no salgado do mar, ao passo que os banhos de rio lhe pareciam um verdadeiro regalo do corpo.

A essa lista, podemos acrescentar a experiência do engenheiro francês Louis Léger Vauthier quando decidiu tomar um banho nas proximidades do porto do Recife, poucos dias após a sua chegada à cidade:

“Deitei-me tarde depois de um banho em frente à nossa casa. Água deliciosamente tépida. Prazer um pouco perturbado pela idéia de que às vezes entram tubarões no porto. É certamente uma pilhéria, mas enfim, dizem isso e é o bastante para eu temer ter cometido uma imprudência.”⁵⁴

⁵⁴ Não fica clara a exata localização dos banhos tomado por Vauthier. É certo que os tomava próximo ao porto, portanto, junto à foz, mas não sabemos se do lado do rio ou do mar. VAUTHIER, Louis Léger. Op. Cit., p. 44-5.

Imprudência que tornou a repetir no dia seguinte, o que demonstrava que o francês não se havia convencido da presença dos tubarões na área. Certamente, o prazer de banhar-se nas águas quentes dos mares tropicais e retornar a praticar a natação, exercício que havia abandonado desde o verão de 1832, conquistaram-no. À tarde, tomou novo banho de rio. Nadou um pouco, mas “o temor dos tubarões” inquietava-lhe e lhe tirava um tanto do prazer que deveria provir do ato de nadar.

A composição salgada da água era motivo de uma primeira resistência da população do Recife ao uso dos banhos de mar. Mas, além desta e do interdito que representava a ameaça dos vorazes tubarões, havia obstáculos de outras naturezas, que igualmente dificultavam a implantação dos banhos salgados, no Recife, e que estiveram particularmente presentes no caso da barca de banhos do Capibaribe.

O gosto mais que comprovado dos moradores da cidade pelos banhos de rio, especialmente tomados por ocasião da temporada de festas passada nos arrabaldes, constituiu, durante certo período, um desses obstáculos. Nos subúrbios, onde vicejava uma prodigiosa natureza e se vivia em clima de intensa sociabilidade, havia sido montada, ao longo de um século, uma estrutura própria para receber os visitantes temporários, com a construção de segundas residências por parte das famílias mais abastadas, dos aluguéis de casas e sítios e dos banheiros de palha erguidos à beira do rio ou dentro da água. Costume enraizado, os banhos de rios incluíam-se entre as tradições cultivadas e valorizadas pela população urbana de maior poder aquisitivo e grau de instrução, havendo marcado a vida de mais de uma geração de uma mesma família. Tradição cultural elitista, socialmente restrita às camadas dominantes, que estimulou o desejo de ser imitada por outros segmentos sociais, especialmente pela classe média.

Banhos, os de rio, que podiam ser tomados ao ar livre, numa imensidão de água que permitia ao banhista dar folga aos movimentos do corpo, mergulhar, nadar, desenvolver atividades lúdicas se assim o desejassem. Configuração do espaço e vivências de práticas confluíam, aqui, permitindo aos banhistas experimentar uma verdadeira sensação de liberalidade dos costumes, diferente do que lhes exigiam as regras sociais vigentes no sítio urbano.

Além disso, a década em que surgiu a barca de banhos, 1840, correspondeu exatamente àquela em que os meios de acesso aos subúrbios e de sua ocupação tornaram-se mais fáceis e baratos: loteamento dos grandes sítios e o conseqüente barateamento das terras; melhorias das estradas ligando o centro aos campos e abertura

de novos caminhos interligando sítios e loteamentos; difusão dos transportes puxados a tração animal e, no final da década, o surgimento do serviço de transporte coletivo.

Havia, também, restrições estruturais à implantação de determinados serviços na cidade, de que foi vítima a barca de banhos. No Recife, ao final da primeira metade do século XIX, 26,4% de sua população era composta por escravos, sendo grande a proporção de cativos empregados nos serviços domésticos, tanto os de propriedade das famílias como os alugados. Este fato constituía um importante elemento a dificultar o desenvolvimento dos serviços urbanos, sobretudo os voltados à manutenção e asseio pessoais: barbeiros, cabeleireiros, sapateiros, costureiras, alfaiates, cozinheiros, lavadeiras e passadeiras de roupa, dentre outros.⁵⁵ Essa composição social também fazia com que o mercado de consumo interno, inclusive desse gênero de serviço, ficasse reduzido a uma pequena fração da população livre, possuidora de renda própria. No caso do estabelecimento balneário, sofria uma dupla restrição: selecionava-se a clientela entre aqueles que compunham a elite econômica e social, e mais, entre os que possuíam alguma instrução ou espírito aberto para absorver a novidade dos banhos salgados, ainda por cima, tomados em estabelecimento comercial.

Há que se levar em conta ainda o fato de, apesar das elites das grandes cidades brasileiras demonstrarem grandes simpatias em assimilar as modas européias, mormentes as que traziam as marcas de Paris, mantinham como um traço de seu costume, herdado do passado colonial, o não frequentar estabelecimentos voltados para os serviços de alojamentos e comedorias, quais sejam: os cafês, restaurantes e hotéis. Os viajantes estrangeiros, da primeira metade do século XIX, observavam o quanto era difícil, senão inexistente, o serviço de hospedagem na cidade do Recife, apesar de tratar-se de importante centro de trocas internacionais. Koster registrou que, no final de 1809, não havia albergues ou casa de cômodos em Olinda ou Recife. O único jeito era alugar um canto para se acomodar ou hospedar-se na casa de algum conhecido.

Ao tempo de Tollenare, o cenário permanecia praticamente inalterado: “Ainda é difícil encontrar onde se hospedar; daí ser, aqui, o hábito da hospitalidade mais comum do que entre nós. Levei muito tempo até encontrar uma casa pela qual pagava 100 francos por mês.” E continuava: “Há apenas uma hospedaria, mantida por um inglês, e que não pode receber mais de dois ou três viajantes muito mal acomodados e que pagam 10 francos por dia.” Acrescentou ao depoimento preciosa observação sobre os

⁵⁵ ZANCHETTI, Silvio Mendes. Op. Cit., p. 107.

princípios morais da sociedade local: “Aliás os costumes da terra não consideram decente morar-se em hospedaria. Certo a residência ali nada tem de agradável, atento às freqüentes orgias de que é teatro.” O francês, bastante pragmático, aconselhava aos europeus, que tencionassem passar uma temporada no Brasil, a comprar e instruir um negro para seu serviço pessoal, pois, na terra, eram difíceis de serem arranjados. Duas décadas à frente, Gardner comentava sobre o Recife: “quando de minha visita não possuía um só hotel digno de nota”. E outra coisa não queria dizer o alívio sentido por Vauthier, quando desembarcou no porto do Recife, e constatou que havia uma casa pronta para receber a si e seus companheiros de viagens.⁵⁶

No ano de 1858, portanto, alguns anos depois de fechada a barca de banhos do Capibaribe, Antônio Pedro de Figueiredo publicava interessante crônica no *Diario de Pernambuco*, versando sobre cafés, restaurantes e hotéis do Recife. Nela, ficava assinalada, mais uma vez, a sua fina sensibilidade para perceber o social. Após ligeira reconstituição do significado social, cultural e político assumido por esses estabelecimentos na civilizada Europa — que em muito se distinguia da notória resistência apresentada pela elite da capital do Império brasileiro, por freqüentar esses lugares —, dizia de sua situação no Recife: “Muitas poucas pessoas os freqüentam, e é raro o figurão que alguma vez por acaso vai a um hotel visitar um ou outro passageiro que chega do Norte ou do Sul.” Os poucos caixeiros e empregados públicos que iam ao Café do Paiva, para distrair-se no jogo de bilhar e tomar uma xícara de café, saía “imediatamente com medo das críticas.” O Hotel Trovador fechou às portas por falta de concorrência. O Café Blandin era visitado pelos estrangeiros, que iam fazer o *luncheon* nas suas dependências, e por um ou outro indivíduo da terra. Os dois restaurantes dos irmãos franceses eram, igualmente, quase que freqüentado apenas pelos compatriotas dos proprietários; assim como o Café dos Aliados, pertencente a um inglês, recebia seus patricios para o café com petiscos à tarde. Havia, ainda, o pesado e monótono Hotel Francisco e o do Inglês, distinguido pela parcimônia e austeridade nos pratos, recém-adquirido por Mr. Dubois. Por fim, concluía pesaroso: “Em geral, estes estabelecimentos não são lugares de reunião para a gente da terra. Todos os evitam com

⁵⁶ KOSTER, Henri. Op. Cit., p. 29. TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 42; 200-1; GARDNER, George. Op. cit., p. 50; VAUTHIER, Louis Léger. Op. Cit., p. 28.

medo de censuras. Um ou outro corajoso é que aí entra, mas sempre com certa reserva. Se entra pela frente, procura sair por trás, a fim de não ser visto.”⁵⁷

Não vamos recordar o que se passava com os teatros públicos. É bem verdade que as reuniões para conversações, almoços, jantares, copos d'água e ceias políticas se insinuavam nos costumes e aconteciam mais amiúde entre as elites do país, mas ocorriam não nos cafés e hospedarias, e sim, nos salões privados. Enfim, se a economia urbana vinha apresentando um maior desenvolvimento e dinamismo desde 1808, e mudanças também estavam acontecendo em relação às formas, atividades, conteúdos e espaços reservados à vivência da sociabilidade e aos divertimentos, no Recife das décadas de 1840 e 1850 — modificações que se evidenciavam quando comparada a cidade do presente com a de modelo Antigo Regime —; essas mesmas economia, cultura e sociabilidade ainda se mostravam bastantes acanhadas e simplificadas em suas estruturas, em comparação com as realidades das cidades civilizadas da Europa e mesmo da América do Norte.

Todos estes aspectos, em conjunto, merecem ser considerados quando se buscam as causas do naufrágio da barca de banhos do Recife, que, ao sucumbir, levou consigo um projeto de modernização no setor de prestação de serviço pessoal: o fornecimento de banhos salgados ao público e de um novo espaço na cidade para a diversão e o desenvolvimento da sociabilidade urbana. Contudo, ao desaparecer das águas correntes do Capibaribe, a barca não carregou consigo todos os sonhos contidos na sua proposta. Sua aparição na cidade, elemento de grande visibilidade, que rendeu passeios e crônicas, contribuiu para divulgar a prática dos banhos salgados entre a gente do Recife. Tanto assim que, em fevereiro de 1847, ao lado dos anúncios de aluguéis de imóveis nos arrabaldes ribeirinhos para os banhos de rio e passamentos de festa, aparecia uma casa para alugar na rua da Praia de São Francisco, Olinda:

“Ainda se acha para alugar a melhor casa da rua da Praia-de-S. Francisco em Olinda, não só pela proximidade do mar para o uso dos banhos salgados, como pelos seus cômodos, pois tem duas salas de frente, quatro quartos, cozinha fora, cacimba, coqueiros, e bom terreno para plantar; além disso acha-se hoje caiada e pintada interna e externamente, poupando essa despesa a quem quiser alugá-la. a tratar na rua Mathias Ferreira da mesma cidade, sobrado onde morou o capitão Passos.”⁵⁸

⁵⁷ FIGUEIREDO. Antônio Pedro de. Os nossos restaurantes, hotéis e cafés. *Diário de Pernambuco*. 5 jul. 1858. A Carteira. apud MELLO. José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste...*, v. 2, p. 856-61.

⁵⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 20 fev. 1847. p. 3. Citado também por MELLO. Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife...* p. 71.

Passada a barca, os banhos salgados foram entrando, lentamente, na vida dos moradores do Recife e de Olinda, mas por outros veículos e utilizando-se de caminhos mais conhecidos de todos, em que a novidade se acomodava com mais segurança e se tornava mais facilmente assimilável. Esse será o tema dos próximos capítulos.

3.2 BANHOS DE TALASSA

“Muitas vezes tenho atravessado o oceano, mas se quero lembrar-me dele, tenho sempre diante dos olhos, parada instantaneamente, a primeira vaga que se levantou diante de mim, verde e transparente como o biombo de esmeralda, um dia que, atravessando por um extenso coqueiral atrás das palhoças dos jangadeiros, me achei à beira da praia e tive a revelação súbita, fulminante, da terra líquida e movente... Foi essa onda, fixada na placa mais sensível do meu *kodak* infantil, que ficou sendo para mim o eterno *cliché* do mar. Somente por baixo dela poderia eu escrever: *Thalassa! Thalassa!*”⁵⁹

Em 1844, o padre Carapuceiro insinuava haver se estabelecido uma discreta concorrência entre os banhos de rio e os salgados do mar, que disputavam entre si o primado sobre as águas do Recife. Como era de seu feitio, não se limitava o crítico de costumes a fazer o registro, bem humorado e recheado de verve, de um fato concreto que tinha curso na realidade imediatamente vivida. Questionava-o, procurando dar uma conotação moral às suas colocações, como o fez ao abordar diversos outros aspectos do comportamento e gostos artísticos da elite urbana em que eram evidentes as mudanças: a dança, a música, o vestuário e o cuidado com a aparência física, comezainas, bailes e partidas, a medicina e medicamentos, e também em relação ao luxo.⁶⁰ Assim, no que se refere à voga dos banhos de mar ultimamente verificada no Recife, perguntava-se:

⁵⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1964, p. 230.

⁶⁰ Seu modo de pensar ficava bem claro quando discorria sobre o luxo: “Eu, porém, depois de examinar a matéria, entendo, em última análise, que o luxo é relativo, como todas as coisas sociais, isto é, bom ou mau relativamente às pessoas que dele usam. A feitura dos objetos de luxo ocupa muitos braços e, por conseqüência, sustenta muitas famílias e engrossa consideravelmente as riquezas da nação industrializada. A

“Será por moda ou por necessidade? Sendo por esta não há que reprovar: pois a saúde é objeto de suma importância; mas se for por aquela, confesso ingenuamente que lhe não acho graça, pois como regalo entendo que os banhos de água corrente e de água doce são muito mais agradáveis que os de água salgada. Porém, nem desses, nem salgados têm mérito algum em comparação de certos banhos, para moças solteiras, e são estes tão eficazes, que bastam três para as contentar, e até curá-las de várias enfermidades.”⁶¹

O padre Carapuceiro, que foi menino passador de festa no arraial do Poço da Panela, moralizava a introdução do uso dos banhos salgados. Mas ao fazê-lo, identificava precisamente as duas forças sociais e culturais que estiveram na raiz do movimento de introdução dos banhos salgados na sociedade do Recife, de meados do novecentos: a moda e os tratamentos de saúde.

Por moda, no sentido mais vasto do termo, entenda-se “Gosto coletivo, maneiras passageiras de viver, de sentir, que parecem de bom tom em uma sociedade determinada.” Ou ainda, um “Fenômeno social ou cultural, de caráter mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, cuja vitalidade provém da necessidade de conquistar uma determinada posição social.”⁶² A estas definições um tanto quanto abrangentes, convém fazermos algumas restrições. Apegada ao presente e sempre aberta à novidade, a moda nasce da ação de um indivíduo ou grupo de prestígio, podendo, a partir daí, irradiar para outros grupos imitadores. As mudanças de comportamentos, estilos e gostos a que a moda alude, porém, não atingem igualmente a todos os grupos ou classes sociais, posto que o grande público permanece, no geral, vinculado às tradições.⁶³

quem, sobre o necessário, tem acumulado o supérfluo, não pode o luxo prejudicar, uma vez que não exceda os limites da moderação, a qual deve sempre acompanhar a todas as ações humanas. Mas o luxo é uma peste horrível quando se estende às classes e pessoas que o não podem nutrir sem grave prejuízo de sua fortuna e honra.” GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. O luxo. *O Carapuceiro*. Recife, 26 maio 1832. O tema do luxo voltaria a ocupá-lo dez anos depois: “Eu não ignoro que o luxo economicamente considerado nada tem de mau, antes é um forte incentivo da indústria e aumenta a riqueza do país. Sei que o luxo só prejudica a quem é imprudente e louco, mas pelo lado da moral o luxo é ocasionado a mil males.” GAMA, Padre Lopes. Os passatempos do Natal. *O Carapuceiro*. Recife, 24 dez. 1842. O discurso médico, através da higiene, condenava igualmente o luxo e a mulher mundana de elite, por ser esta volúvel, relapsa, descuidada da conduta séria e honrada de dona de casa e mãe de família. COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p. 266-8.

⁶¹ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Os banhos no tempo de festa. *Diário de Pernambuco*, 23 jan. 1844. *O Carapuceiro*. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade...* p. 365.

⁶² A primeira citação está em Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française Le Petit Robert. Paris: Le Robert. 1984. 1211; a segunda. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. Cit., p. 933.

⁶³ SOUZA, Gilda Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 19-21. Ver também. LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989; HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco. 1996.

A moda traduz um desejo de distinção social, tanto maior quanto as sociedades, livres dos interditos legais, das leis suntuárias que determinavam e especificavam os usos das roupas, tecidos e cores, ornamentos do corpo, insígnias, títulos, formas de tratamento pessoais dentre outros, que cabia a cada estamento na sociedade de antigo regime, precisavam criar novos elementos, símbolos e valores de diferenciação social. Sinais que, uma vez reconhecidos por todos, funcionassem como asseguradores do *status* e garantia de prestígio social. Além disso, a moda floresce com mais viço e esplendor no espaço urbano, onde a diversificação social é mais complexa e pessoas e grupos se encontram com mais frequência, incentivando as competições entre eles, dando asas ao jogo de emulações e às múltiplas formas de expressar as rivalidades. De tudo, resultava um maior estímulo por consumir novas mercadorias, serviços e objetos pessoais e de luxo principalmente, alimentando a economia interna da cidade e fazendo com que idéias circulassem mais fluentemente e o comércio exibisse maior vitalidade.

O padre Carapureiro condenava a moda por concebê-la como necessidade artificialmente criada, expressão de frivolidade e fraqueza de espírito, que afastava seus seguidores dos verdadeiros e profundos sentimentos religiosos, dos valores da boa moral e da decência; podendo desviá-los, também, dos papéis ideais que a sociedade estabelecera para cada sujeito ou categoria social. Embora não condenasse toda e qualquer modificação ocorrida em sociedade, e até sugerisse algumas, via nos modismos, no gosto irrefreável pela novidade e na imitação cega e compulsiva da gente da elite brasileira por copiar costumes e maneiras europeus, um sentido negativo, inclusive porque quebrava certos padrões de comportamento coletivo consagrados pelo uso e pelo tempo.

No caso do Brasil do século XIX, havia o agravante de não se tratar de uma chamada nação industriosa, mas nação politicamente jovem e imatura, economicamente dependente — embora seu pensamento não se estruturasse sobre essas bases —, com uma classe dominante não identificada com seu passado, mais que isto, raivosa de seu passado colonial e ávida por novidades que viessem de fora. Por inovações trazidas de além mar, da França, da Inglaterra e da Itália, especialmente nos quesitos estilos de vida, gostos artístico, bens de consumo pessoal e de luxo, tecnologias e melhoramentos materiais urbanos, com alguma incursão no campo das idéias políticas e nos modos de praticar a política.

Se a substituição de certos costumes sociais antigos por outros de gêneros semelhantes, mas que surgiam reluzentes sob a aura da moda e da novidade, merecia a

reprovação desse inveterado moralista católico — caso dos banhos de rio ameaçados de serem preteridos pelos de mar —, o mesmo não se dava quando estavam em pauta questões por ele consideradas realmente importantes e dignas de reformas: a saúde era uma delas. Os princípios morais dos críticos de costumes, geralmente ligados à Igreja Católica, que constituíram as vozes autorizadas para a função, no século XVIII e primeiras décadas do XIX no Brasil, muitas vezes coincidiram e engrossaram a corrente do discurso dos médicos e higienistas, proponentes de uma nova ordem social urbana e de um reordenamento familiar entre as classes dominantes e médias, a partir dos anos de 1830.⁶⁴ Nestes casos então, admitiam-se mais facilmente as mudanças, até porque elas não seguiriam acéfalas e dodivanas, mas seriam guiadas e controladas, ou assim se presumia, por grupos e categorias sociais tidas por competentes e legítimas.

Mas ao mar, ao mar percebido como água domesticada para o banho, para receber o corpo minúsculo, microscópico e insignificante do homem, sem o risco de devorá-lo e levá-lo consigo para as insondáveis profundezas marinhas, a este mar não se chegou facilmente. Foi preciso mais que séculos de navegações oceânicas e leituras das estrelas no céu, de perdas, mortes, naufrágios e conquistas; foi necessário mais que um saber lentamente construído, dominado e fixado em belos desenhos e mapas cartográficos. Necessário se fez a decifração de enigmas, o desmanche de maldições, o sepultamento de monstros e outros seres fantásticos, a superação de mitos e heróis lendários para ter, no mar, um pedaço confiável da natureza, ainda que muitos de seus mistérios permanecessem intocados por muitos e muitos anos.⁶⁵

Foi o saber científico, o lento avanço do conhecimento das propriedades físicas e químicas da água do mar — e de suas variações conforme os climas, os ventos, as latitudes, as topografias, a vizinhança com as águas doces dos rios e lagos etc. —, e de como elas atuavam sobre o corpo humano, através do uso de banhos ou da ingestão do líquido, foi esse saber complexo um dos maiores responsáveis pela aproximação do homem, urbano e moderno, do mar. No seu nascedouro, os banhos de mar, como também os de rio, filiavam-se à lógica dos banhos de água fria. Derivavam das teorias científicas, experiências, resultados alcançados e práticas advindas da aplicação do método hidroterápico nos fracos e doentes. Um saber geograficamente situado, que

⁶⁴ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit.: HERSCHMANN, Micael. KROPF, Simone e NUNES, Clarice. *Missionário do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1930*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1996.

⁶⁵ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 41-52; CORBIN, Alain. Op. Cit., p. 11-29; DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

refletia as condições climáticas e de temperatura das águas dos países nos quais se originou e apresentou seus primeiros resultados e desenvolvimentos: Inglaterra, Alemanha, Áustria e a França, em seguida.

Hidroterapia significa o tratamento das moléstias pela água. O método, tal como figura no *Dicionário de medicina popular* de Luiz Chernoviz, consistia “na administração d’água fria em abundância, quer internamente, quer externamente, combinado com um meio sudorífero enérgico, fricções prolongas, exercício quase incessante, regime simples e um vivo e puro (...)”. Quando aplicada momentaneamente sobre a pele, a água fria atuava sobre o sistema nervoso, e, da reação operada pelos sistemas de vasos capilares, dependiam os bons resultados do tratamento.⁶⁶ Assim,

“Na sua mais legítima acepção, o banho de mar é um banho frio especial, um agente hidroterápico de ordem dinâmica, fortificante vital e reconstituente orgânico, apresentando suas características mais pronunciadas sobre as latitudes norte, quando a água é mais ou menos viva e o clima é realmente marinho.”⁶⁷

As reações do organismo humano, ao ser submetido à imersão no meio líquido marinho, foram meticulosamente observadas, identificadas em sua evolução e catalogadas pelos médicos do século passado, do modo que se segue:

⁶⁶ Havendo passado por modificações desde sua origem — que este autor dá como sendo 1829, mas que outros recuam-na para o século XVIII —, várias eram as práticas que compunham a hidroterapia no ano de 1878: afusão, lençol molhado, cueiro úmido, cueiro seco, emborcação ou duchas, duchas em ondas, ducha vaginal, ducha retal ascendente. Uso interno da água a temperatura de 8 a 10° centígrados, cuja dosagem ficava a critério do médico. Incluía ainda algum tipo de exercício ao ar livre e moderado, como o passeio, apenas para ativar a reação. O regime alimentar “deve variar segundo as circunstâncias, mas em geral uma alimentação substancial sem exageração é necessária ao maior número de doentes. O vinho não será proscrito sistematicamente.” A água do rio, recomendada para o banho, deveria estar entre os 10 e 12° centígrados, caso contrário, não se atingiria o fim desejado. As moléstias ordinariamente tratadas pela hidroterapia compunham uma lista enorme, talvez de maçante leitura, mas cuja informação parecemos importante. Eis a catalogação organizada por Chernoviz: “albimúria, amenorréia, atrofia muscular, bronquite crônica, cárie dos ossos, caimbras, catalepsia, congestões pulmonares (disposições às), constituição delicada, constituição hemorrágica, consupção, diabetes, digestões lentas, dores osteocópicas, dores reumáticas, engurgitamento do baço, do fígado, das glândulas linfáticas, enteralgia, enxaqueca, escorbuto, escrófulas, esfalfamento nervoso, fastio, febres intermitentes, flores brancas, fraqueza da bexiga, do estômago, dos intestinos, gastralgia, gota, hemorróidas, hidartrose, hipocondria, histerismo, impotência, insônia, lumbago, melancolia, menstruação difícil, metrite crônica, nevralgias diversas, nevroses, opilação, palpitações nervosas, papeira, paralisia, poluções, prisões de ventre, raquitismo, reumatismo articular, ou muscular, rjezas articulares, ciática, sífilis constitucional, tísica incipiente, torcicolo, tumores brancos (certos), úlceras inveteradas, vômitos nervosos, etc. em geral as moléstias crônicas em que é preciso restabelecer as forças da economia.” CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario da medicina popular e das ciencias accessorias para uso das familias contendo a descripção das causas, symptomas e tratamento das moléstias; (...)*. 5. ed. Paris. 1878, 2 v., v. 2, p. 160-2.

⁶⁷ DICTIONNAIRE encyclopédique des sciences médicales. Tome huitième. Paris: P. Asselin, Sr. de Labé; Victor Masson et Fils, 1868, p. 233.

“Como o banho frio, ele provoca mais ou menos o mesmo fenômeno que o banho frio ordinário: calafrio, perturbação da respiração, opressão epigástrica, contração cerebral, paralisação ou estupor das forças musculares, redução da circulação, palidez e arrepios; em seguida, relaxamento progressivo, restabelecimento do equilíbrio das funções oprimidas, sensação de bem-estar, calor relativo; com todas as variações bem entendido, que comportam as sensibilidades individual.”⁶⁸

A descoberta das virtudes terapêuticas das águas marinhas, em meados do século XVIII, inaugurou uma nova forma de a sociedade ocidental, moderna, industrial e burguesa, perceber e se relacionar com o mar oceano e, mais tarde, com suas praias. Em 1748, a literatura médica fez o primeiro registro descritivo de uma cura marinha, resultante das experiências do doutor Richard Frewin. O doente submeteu-se ao tratamento de saúde, imergindo seu corpo diariamente, por um período determinado, nas águas frias do mar do norte da Europa, ingerindo também quantidades dosadas dessa água, quimicamente classificada como água clorure sódica forte. Em 1750, o Richard Russel divulga o resultado de suas experiências e reflexões sobre as águas medicinais marinhas, sendo reconhecido como o primeiro que deu um tratamento sistemático e científico à matéria.⁶⁹ Desde então, os esforços médicos caminharam no sentido de aperfeiçoar o discurso normativo sobre as virtudes do mar, reformular algumas prescrições, discutir outras indicações, nunca, porém, foram de encontro à tese sistematizada por Russel.

As virtudes terapêuticas do mar encontraram grande receptividade entre o público europeu, entre a alta nobreza e as classes dominantes, sinal de que atendia a uma demanda social. Os banhos de mar convinham a uma série de doenças que molestavam o homem moderno, que habitava em cidades insalubres, mal cheirosas e de ares corrompidos, alimentava gostos e luxos extravagantes e dirigia uma atenção cada vez maior aos nervos e aos distúrbios da alma. Como disse Corbin, “a elite da sociedade [temia] seus desejos artificiais, seus langores, suas neuroses.” Sentia-se ameaçada de morte social por suas paixões e excitações descontroladas e por se haver distanciado dos

⁶⁸ Id. Ibid. p. 233-4.

⁶⁹ Tema exemplarmente trabalhado por CORBIN, Alain. Op. Cit.: para os primeiros registros médicos acerca dos benefícios terapêuticos do mar, ver especificamente, p. 77 - 9. Ver também a excelente síntese sobre banhos, banhos de águas minerais, banhos públicos, banhos medicamentosos, banhos de mar no Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales, p. 58-80: 101-261. Tratam também sobre o assunto ACTAS Ciba 1. Rio de Janeiro. Ano XV, n. 1, p. 2 - 30, jan. 1948 (Do banho); ACTAS Ciba 4. Ano XV, n. 4, p. 74 - 112, abr. 1948 (A água); CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular, em que se descreve, em linguagem accommodada á intelligencia das pessoas estranhas a arte de curar, // os signaes, as causas e o tratamento de todas as molestias, tanto das que affectão os brancos, como das que só accommetem os pretos (...)*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1842-1843, 2 v. Ver também a 5. ed. “Consideravelmente augmentada, posto a par da sciencia, e acompanhada de mais de 500 figuras intercaladas ao texto”. Paris. 1878, 2 v.

ritmos da natureza. O desejo do mar, nascido a partir da metade do século XVIII, alimentou-se no início de um paradoxo: “o mar se faz refúgio, causa esperança porque causa medo.”⁷⁰

No século XIX, o modelo de banho de mar terapêutico não sofreu grandes alterações em relação ao período anterior. O mar, por suas tantas virtudes tonificantes, recebeu em seu meio líquido os doentes linfáticos, os que sofriam do sistema neurovegetativo, os escrofulosos e enfraquecidos de um modo geral: crianças raquíticas, jovens cloróticas, mulheres estéreis e das que possuíam ciclo menstrual desregulado. Acreditava-se o mar particularmente eficaz no combate às neuroses. Com o passar dos anos, vieram as descobertas das virtudes curativas e higiênicas do ar marinho e dos raios do sol, desde que experimentados até as dez horas da manhã. Por fim, após longo tempo de resistência, instalou-se a moda dos banhos nas praias do Mediterrâneo, acompanhando a literatura médica adepta aos banhos mornos e quentes e a admiração dos viajantes pela transparência das águas dos mares gregos e italianos.⁷¹

No Brasil, e até a primeira metade do século XIX, o uso dos banhos de mar foi extremamente raro, e, conforme apurou Lycurgo Santos Filho, “A exceção dos indígenas, pelo correr dos séculos do Brasil, o povo receou banhar-se no mar e de modo geral só o fazia mediante indicação médica.”⁷² No começo do século XIX, a busca de cura pelos banhos marinhos teve, entre seus mais ilustres pacientes, os reais consortes D. João VI e Dona Carlota Joaquina: “Em 1809, os médicos da Real Câmara prescreveram banhos de mar na Praia Grande (atual praia de Ipanema) ao príncipe Regente D. João e a sua mulher dona Carlota Joaquina.” D. João VI teve sua saúde alterada devido à mordida de um carrapato que, ao inflamar, causou-lhe febre e incômodo nas pernas. Os médicos aconselharam-lhe fazer uso dos banhos salgados.⁷³

O casal real banhava-se também na quinta do Caju, onde D. João mandou construir um palacete em frente à ilha do Bom Jesus. O banho de D. João VI era cercado de cuidados, reflexo não só da importância da sua real figura como também do medo que o mar ainda inspirava nos homens da época. Entrava o regente numa espécie de grande gamela de madeira, que descia até ele mergulhar na água. Depois, tornava a ser erguido. Tal geringonça fora montada para proteger as pernas do monarca de

⁷⁰ CORBIN, Alain. Op. Cit., p. 73-4.

⁷¹ Id. Ibid. p. 96-9: 161-75.

⁷² SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit., v. 2, p. 407.

⁷³ CALMON, Pedro. *O rei do Brasil*. Rio de Janeiro, 1935, p. 227-8 apud AZEVEDO, Thales. *A praia: espaço de sociabilidade*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988, p. 10-11.

possíveis ataques de tubarões. Quanto aos banhos da real consorte, deveriam ser tomados sob a proteção de um experiente profissional, homem conhecedor dos segredos do mar e das ondas, o capitão de fragata Antônio José de Carvalho, “encarregado dos banhos de Sua Alteza e que reclamou de D. João uma gratificação por tal serviço.”⁷⁴

Diante da exigüidade de trabalhos dedicados especificamente ao tema da história das praias e dos banhos salgados no Brasil, ficamos a nos parecer com os mareantes, que todos os dias se encaminham à beira do mar, à espera de que as ondas lancem às praias, os tesouros que o mar oceano engoliu. Aqui e acolá, conseguimos recolher informações soltas, esparsas, fragmentos, verdadeiras preciosidades sobre o uso terapêuticos das águas do mar na primeira metade do século XIX, tanto em forma de banhos como ingeridas. Os naturalistas Spix e Martius, ao tratar das doenças e meios de cura mais comuns no Rio de Janeiro, entre 1817 e 1820, aconselhavam o uso de banhos de mar como ‘excelente sucedâneo’ ao mercúrio doce, especialmente indicado para as obstruções do fígado, pois serviam como estimulantes do sistema nervoso. A sarna, doença muito comum nos climas quentes, resultante da ausência de higiene, fez miséria no tempo da colônia e nas décadas do Império. Como terapêutica mais eficaz contra o mal, conhecida desde os primeiros séculos coloniais, receitavam-se os banhos de mar, e, em 1841, F. F. Silva manteve a defesa de seu uso, em tese de doutoramento em medicina. Também no princípio do século, o comerciante inglês Jonh Luccock referiu a um certo criado de um oficial, portador de bócio, que se havia curado ingerindo diariamente pequena quantidade de água do mar.⁷⁵

No Recife, em princípios do mesmo século, o médico João Lopes Cardoso Machado, pai do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o Carapuceiro, apregoava possuir uma fórmula secreta para prevenir a raiva. Garantia inclusive que haviam sido registrados casos de cura de tão grande mal. O medicamento, segundo Leduar de Assis Rocha, consistia em Teriaga (de composição variável, secreta) – seis oitavas; quinas vermelhas em pó – três oitavas; mercúrio doce (calomelano) – setenta e dois grãos. Da

⁷⁴ SANTOS FILHO. *Lycurgo*. Op. Cit., v. 2, p. 407-8. MONTEIRO, Tobias. *História do Império do Brasil – a elaboração da Independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1927, p. 83. Luís Norton fez ligeira alusão ao assunto: “O banho de mar, banhos terapêuticos, aconselhados no Rio de Janeiro a D. João VI e a D. Carlota Joaquina, representaram um grande progresso na higiene rudimentar que se observava no Paço. Provavelmente constituiu uma inovação praticada na nova sede da corte (...)” NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. ilustrada. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; INL – MEC. 1979, p. 93.

⁷⁵ SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 por Spix e Martius*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. 3 v. tomo 1, p. 54; SANTOS FILHO. *Lycurgo*. Op. Cit., v. 2, p. 260; 268.

mistura dos ingredientes, deveriam resultar vinte e sete pílulas, para serem tomadas uma por dia, bebendo em seguida um cálice de vinho Madeira. Por fim, recomendava o médico o “Uso de banhos salgados, dois por dia, durante o uso das pílulas.”⁷⁶ Sua indicação seguia aquela que foi uma das primeiras tentativas de cura por meio das águas do mar, posta em prática pela gente da elite européia ainda no século XVII. Em 13 de março de 1671, madame Sévigné escrevia a madame de Grignan que três damas de honra da rainha Benserade, havendo sido mordidas por uma cadela raivosa, partiram imediatamente para Dieppe, “afim de se lançarem ao mar três vezes ao dia.”⁷⁷

Uma mais ampla e sistemática difusão dos banhos de mar como tratamento hidroterápico, em cidades brasileiras, só veio a ganhar impulso com a importância crescente adquirida pelo pensamento higienista no país. Tal ocorreu a partir dos anos de 1830, intensificando-se nas décadas seguintes, e possuindo por centro irradiador a capital do Império, o Rio de Janeiro. Tendo suas origens mais remotas no pensamento hipocrático, o higienismo foi retomado modernamente pelo médico inglês Thomas Sydenham (1624 – 1689), que atualizou o conceito de constituição epidêmica, sugerindo haver uma relação entre certas doenças e o meio natural.

A degradação das condições de vida nas grandes cidades industriais européias, nos séculos XVIII e XIX, constantemente assoladas por terríveis epidemias, forneceu a matéria-prima sobre a qual trabalhou o pensamento higienista. As causas dos males estavam em diversos elementos presentes nos meios natural e social. Dentre os fatores naturais, coube aos pântanos receber a maior carga de acusações, apontados como elo de ligação entre as ‘entranhas da terra’ e a atmosfera. Acreditava-se que os pântanos, remotamente conhecidos como ‘bocas do inferno’, pela grande quantidade de substância orgânica em decomposição em suas águas escuras e estagnadas, produziam vapores

⁷⁶ ROCHA, Leduar de Assis. *História da medicina em Pernambuco (século XIX)*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, p. 369; citado também por SANTOS FILHO, Lycurgo. *Op. Cit.*, v. 2, p. 301.

⁷⁷ OS ROMÂNTICOS antepassados do *maillot*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 jan. 1936, p. 1, 2 e 8. Fúster, ao escrever sobre as origens dos banhos de mar, contou que Van Helmont, médico famoso do começo do século XVIII, certo dia estando à costa avistou um navio que trazia um velho atado por uma corda. Foi informado, por um marinheiro, que o velho fora mordido por um cão raivoso e que estava sendo conduzido ao mar para ser curado da raiva. O tratamento consistia em deixar o ‘paciente’ submerso pelo tempo de uma Ave Maria. O médico pensou que o tratamento talvez fosse eficaz contra outros males. Referiu-se também ao episódio que envolveu as três damas da rainha — madame de Ludres, Coëtlogon e *la petit* de Rouvroi, filhas da rainha de Benserade —, que seguiram para Dieppe em 1671, em busca de tratamento contra a raiva. Ali, foram submetidas a três mergulhos por dia. Do tratamento contra a raiva do corpo passou-se ao contra a raiva do espírito ou ao tratamento da loucura. Em 1778, Dieppe contava com um estabelecimento chamado Maison de Santé, que recebia uma clientela variada, confiante nas virtudes terapêuticas das águas do mar, indicadas para os males que afligiam as glândulas e vísceras, contra as doenças de pele, reumatismo, prevenção da hidropisia e obstrução das doenças de fígado e baço. FÚSTER, Luiz Fernández. *Op. Cit.*, p. 129-30.

nefastos à saúde humana. Estes vapores, os chamados miasmas, seriam os verdadeiros causadores das epidemias. Os ventos, sobretudo os que sopravam ao crepúsculo, encarregavam-se de espalhar os maus ares pelas cidades, cujas configurações espaciais e organizacionais findavam por retê-los no espaço urbano. Aglomeração humana excessiva, ventilação e iluminação insuficientes, sujeiras acumuladas nos logradouros públicos, as péssimas condições de trabalho da maioria da população, a alimentação inadequada, enfim, tudo contribuía para a percepção das cidades como insalubres e da qualidade de vida urbana como bastante deteriorada.

Os estudos médicos, produzidos na Europa do século XVIII, que procuravam decifrar as ligações entre o meio físico e o social, repercutiram para além do campo da medicina propriamente dita. Eles forneceram parte substancial da base intelectual e ideológica para implantação de uma gestão urbana e econômica que visava a racionalidade da sociedade.⁷⁸

Difícil estabelecer a data precisa em que o pensamento higienista aportou no Brasil. Abreu sugeriu os anos finais do século XVIII, quando a Câmara do Rio de Janeiro solicitou um relatório sobre as causas da insalubridade na cidade, a uma junta formada por três médicos.⁷⁹ Mas poderíamos recuar este marco há cerca de um século atrás, ao ano de 1685, quando irrompeu a primeira epidemia conhecida de febre amarela na colônia, na vila do Recife e cidade de Olinda. No período em que Dom Antônio Félix Machado da Silva, o marquês de Montebelo, governava Pernambuco, havendo sido acometido pelo mal, foi curado pelo médico português, João Ferreira da Rosa.⁸⁰ O governador solicitou do médico a definição do achaque, a especificação das causas e as

⁷⁸ ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994; VIGARELLO, Georges. Op. Cit., p. 195-210; ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa & CÔRREA, Roberto Lobato. *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 160-1.

⁷⁹ ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit., p. 163-5.

⁸⁰ João Ferreira da Rosa, autor "do segundo livro em português, da medicina brasileira, e o primeiro, ao que tudo indica, da literatura especializada mundial, a versar sobre a febre amarela. é o *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, Lisboa, 1694, (...) um dos poucos profissionais ilustrados da época, que clinicou no Recife e Olinda em fins do século XVII, transferindo-se depois para Lisboa onde foi médico a Real Câmara." SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit., v. 1, p. 41; v. 2, p. 171. MORÃO, ROSA & PIMENTA – notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956. Ver também, A FEBRE amarela no século XVII no Brasil. Extratos do 'Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco', por Joam Ferreyra da Rosa. 1694. e da 'História da febre amarela no Brasil', de Odair Franco. 1969. Rio de Janeiro: Fundação Serviço de Saúde Pública, 1971. ROCHA, Leduar de Assis. *História da medicina em Pernambuco (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1960, p. 147-73. SCHMALZ, Alfredo Carlos. *A febre amarela ao tempo da restauração das ordens religiosas em Pernambuco*. Recife: sociedade Cultural Germano – Brasileira, 1962.

medidas a serem tomadas para prevenir à epidemia. Resultou, daí, em 1691, a “primeira campanha higiênico-sanitária oficialmente posta em prática no Novo Continente.”⁸¹

Questões políticas, envolvendo o governador e o Senado de Olinda, em tempos de intensa rivalidade entre os mascates do Recife e os nobres de Olinda, impediram que a campanha sanitária fosse aprovada pelos senadores.⁸² O marquês, porém, não se fez de rogado. Com algumas modificações, decretou a execução da campanha sob sua inteira responsabilidade, através da instituição dos bandos de saúde, em número de quatro, prescrevendo pesadas multas, prisões e açoites para quem não observasse as regras. Findo o governo de Montebelo, seu sucessor, o governador Caetano de Mello e Castro, abandonou completamente as medidas profiláticas em curso. E, de acordo com Leduar de Assis Rocha, nada mais se fez de realmente notável no campo da higiene sanitária em Pernambuco, até o século XIX.⁸³

Ocupemo-nos do século XIX, após essa viagem por entre pântanos e alagados, por sobre charcos e monturos, para onde fomos levados pelos mesmos ventos que, acreditava-se, espalhavam os ares mefíticos pelas cidades, fazia-os penetrar nas casas, infiltrarem-se pelas frestas das portas, fazendo adoecer os corpos dos que habitavam em alcovas ou dos que viviam em pecado.

A vinda da família real para o Brasil, a instituição do ensino médico — primeiro, instalou-se a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro em 1813; em seguida, a da Bahia em 1815 —, pouco mais tarde, em 1829, foi fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, nos moldes da congênere em Paris; tudo concorreu para maior difusão e fortalecimento do pensamento médico-higienista no país.⁸⁴ Em 1850, organizou-se a Junta Central de Higiene, com a finalidade de coordenar os esforços dos governantes no

⁸¹ ANDRADE, Gilberto Osório de. O tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco. Estudo crítico. In: MOURÃO, ROSA & PIMENTA. Op. Cit., p. 158.

⁸² As questões políticas foram abordadas por ANDRADE, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates. Contribuição para a história de Pernambuco na segunda metade do século XVII*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969; MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates em Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 51-95; ANDRADE, Gilberto Osório de. *O tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco. Estudo crítico*. p. 164-72.

⁸³ ROCHA, Leduar de Assis. *História da medicina em Pernambuco (séculos XVI, XVII e XVIII)*, p. 166.

⁸⁴ A lei de fundação das Faculdades de Medicina, no Brasil, foi assinada pela regência Trina Permanente, em 3 de outubro de 1832. SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit., v. 2, p. 89. Uma distinção teórica básica distinguiu essas duas principais e pioneiras instituições de ensino médico no país: a Escola do Rio de Janeiro dedicou-se mais aos estudos das doenças tropicais, como a febre amarela, o mal de Chagas, e de buscar sanear-las por meio de programas higiênicos; já a da Bahia, centrou o foco na população doente, sendo o cruzamento racial considerado o grande mal e a maior diferença entre os brasileiros e demais povos e raças. LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. *Cidade são, corpo são: urbanização e saber médico no Recife (final do século XIX, início do século XX)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1996, p. 52.

combate às epidemias. Ampliava-se o corpo médico, expandia-se o mercado de serviços desses profissionais especializados, sobretudo nas grandes cidades — no Recife da década de 1840, o número de médicos e cirurgiões exercendo a profissão na cidade girava em torno dos cinquenta —, onde também começava a se instalar um comércio de medicamentos, muitos de procedência estrangeira, inglesa e francesa especialmente, como se pode notar não só pelos receituários da época como também pelos anúncios publicados nos jornais.

Multiplicavam-se os títulos das publicações voltadas para assuntos médicos: livros, jornais e revistas especializados, artigos reproduzidos em jornais diários, as teses defendidas nas duas faculdades, os relatórios do Conselho de Salubridade de Pernambuco e instituições afins. Uma literatura variada e abrangente, atenta às novas experiências médicas e às descobertas terapêuticas, que não se limitava a responder aos interesses restritos e imediatos da categoria profissional diretamente relacionada a este saber. Alimentava uma demanda social mais ampla, atendendo a um público vasto, curioso e interessado em saber sobre os avanços da ciência nesse campo, em conhecer novos medicamentos e práticas, que se diferenciavam bastante da atividade médica que havia predominado no passado colonial, exercida quase sempre por curandeiros, parteiras, boticários e sangradores, fiscalizados, quando muito, pelos fisico-mores. Mudanças no saber e práticas médicos, intimamente relacionadas com alterações na percepção e representação do corpo humano, que valeram do Carapuço o comentário: “O corpo humano de hoje não parece ser o dos séculos passados.”⁸⁵

No Recife, apesar da ausência de cursos superiores em medicina, a corporação médica crescia em número e como força social. Em 4 de abril de 1841, durante o governo de Francisco do Rego Barros, foi instalada a Sociedade de Medicina de Pernambuco, composta por médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Destoando do “turbilhão de associações puramente recreativas” existente na cidade, era a primeira e talvez a única reunião científica de Pernambuco, percebida, pelos fundadores, como “o primeiro e mais poderoso elemento da civilização, e moralização dos povos.” Para dar mais vida e ânimo à instituição, transmitir suas idéias e instruir a massa da população, a

⁸⁵ GAMA, Padre Lopes. O nosso progresso. *Diario de Pernambuco*, 7 dez. 1843. O Carapuço. In MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diario de Pernambuco: economia e sociedade...* p. 353. Outros artigos do Carapuço, envolvendo a temática médica: As constipações e as belas indigestões. *O Carapuço*, 23 dez. 1837; A mesa de nossos avós. *O Carapuço*, 13 abr. 1939. Sobre médicos e drogas na colônia e século XIX. SANTOS FILHO, Lycurgo. *Op. Cit.*, v. 2. p. 362-9.

Sociedade fundou os *Annaes da Medicina Pernambucana*, que circulou em número de seis, de outubro de 1842 a fevereiro de 1844.⁸⁶

Consciente da importância adquirida pela higiene pública na construção da nova ordem política e social do país, bem como nos reordenamentos do espaço urbano e da unidade familiar, o corpo médico da província posicionava-se como poderoso aliado do Estado, em suas diversas instâncias:

“A Higiene Pública constitui um dos principais encargos, de que a Sociedade voluntariamente se encarregou; e para o preencher, quando cumpre, lembra às Autoridades, e em particular à presidência da Província e à Câmara Municipal desta Capital, algumas medidas que devem melhorar a salubridade do país; e, quando requisitada, solicita satisfaz e responde aos ofícios que acerca de qualquer objeto as Autoridades lhe endereçam.”⁸⁷

Discorrendo sobre práticas que podiam contribuir para a melhoria da saúde pública nas cidades em geral e no Recife em particular, em artigo publicado nos *Annaes da Medicina Pernambucana*, em fevereiro de 1843, o doutor Manoel Pereira Teixeira sugeria, dentre elas, o uso dos banhos de mar por sua população:

“Muito proveitoso seria que os habitantes deste país fizessem freqüente uso dos banhos frios, e em particular dos de mar, durante a estação de verão. Aqui na Cidade fácil é tomar esses banhos pela proximidade do mar, e por meio deles talvez se diminuíssem muitas das moléstias horrorosas, que tão freqüentes são aqui. Se esta Sociedade entender que isto será de proveito público, ficaremos na obrigação de aconselhar esses meios.”⁸⁸

A Sociedade de Medicina, reproduzindo algumas teses centrais do pensamento higienista, propunha modificações no modo de funcionamento e na edificação das cidades visando à salubridade pública, assim como aconselhava mudanças nos hábitos, na habitação e modos de vida da população urbana. No discurso pronunciado por ocasião da instalação da mesma, o doutor Antônio Peregrino Maciel Monteiro lembrava a importância da educação física para a saúde da população, “que só submetida às regras da Higiene e da Ginástica pode tornar-se válida, ativa, robusta, corajosa e sofredora.” Sendo estes últimos caracteres de um povo “amante do trabalho, da indústria

⁸⁶ PROÊMIO. *Annaes da Medicina Pernambucana*. Recife. ano I. n. I. 1º out. 1842. p. 1 – 8. In: *Annaes da Medicina Pernambucana (1841 – 1844)*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1977 (edição fac-similar).

⁸⁷ *Ibid.*, p. 5.

⁸⁸ TEIXEIRA, Manuel Pereira. Memória sobre as causas prováveis da freqüência do hidrolece nesta Cidade do Recife ... In *Annaes da Medicina Pernambucana*... Recife. ano I, n. II. fev. 1843 In: *Annaes da Medicina Pernambucana (1841-1844)*... p. 63 - 75.

e da liberdade”.⁸⁹ Difícil não evocarmos Tollenare e outros viajantes estrangeiros do início do século XIX, que tanto estranharam a vida ociosa e sedentária dos habitantes livres do Brasil, infensos aos passeios a pé, aos exercícios físicos, à vida ao sol e ao ar livre. A higiene teria uma longa jornada pela frente, na lida por convencer da população a adquirir novos hábitos de vida e formas alternativas de ocupar seu tempo livre. Tencionava, assim, interferir diretamente na conformação do lazer da coletividade, sobretudo no espaço urbano. O discurso higienista concorria para diminuir as distâncias que separavam, no tempo histórico, a sociedade burguesa européia da sociedade brasileira, constituída, agora, como nação politicamente livre e independente e interessada em alcançar nova forma de inserção no mercado internacional capitalista.

Em 1843, mesmo ano em que o doutor Teixeira recomendava à população do Recife fazer uso dos banhos salgados, o *Diario de Pernambuco* anunciava a comercialização do recém-publicado *Dicionário de medicina popular*, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz.⁹⁰ Eram dois grossos volumes ilustrados, escritos em linguagem “acomodada à inteligência das pessoas estranhas à arte de curar”, deixando claro que viera para mitigar a sede de informação sobre as causas e tratamentos de inúmeras moléstias, não só da clientela médica especializada mas também das mães de famílias aflitas e dos curiosos. Desde a primeira edição escrita em 1842 e 1843, os leitores e comentadores de Chernoviz tiveram conhecimento sobre a composição química da água do mar, suas propriedades higiênicas e terapêuticas, moléstias sobre as quais sua ação era comprovadamente eficaz, regras para o uso do banho de mar e possíveis acidentes resultantes da não observação das mesmas.

Aqueles que já haviam provado o gosto do líquido de Talassa podiam concordar ou discordar da definição de Chernoviz; os que dele não tinham conhecimento ficavam sugestionados, desde então, a sentir “o cheiro nauseativo” da água do mar, a ter na boca seu “sabor desagradável, amargo, mais ou menos salgado”. Mas todos aprendiam que se tratava de uma água mineral, que continha ácido carbônico e muitos sais, tais como cloreto de sódio, de potássio e de magnésio, os ioduretos e bromuretos dos mesmos metais, os sulfatos de soda e de magnésia. Era água purgativa, devendo ser administrada internamente na dose de duas a quatro xícaras. Em meados do século do século XIX,

⁸⁹ MONTEIRO, Antônio Peregrino Maciel. Discurso recitado pelo doutor (...), presidente da Sociedade de Medicina, no ato de instalação da mesma sociedade, no dia 4 de abril de 1841. *Annaes da Medicina Pernambucana*. Recife, ano I, n. I, out. 1842. In: *Annaes da Medicina Pernambucana (1841 – 1844)*... p. 14.

⁹⁰ O *Dicionário* estava à venda na Casa de João Cardos Aires, continha 950 páginas e custava 10\$000. ROCHA, Leduar de Assis. *História da medicina em Pernambuco (século XIX)*... p. 30-1.

porém, muito raramente a empregavam como tal, exatamente por seu “sabor acre, amargo e nauseabundo”, que provocava vômitos freqüentes, e porque cansava muito o estômago, ainda quando ingerida em pequena dose.”⁹¹ Bom mesmo era banhar-se nas águas salgadas de Talassa, quando, então, todos seus “excelentes efeitos tônicos” eram dados a conhecer.

E era na forma de banhos que o mar atravessava páginas e páginas do *Dicionário*, deixando seu rastro benéfico de sal e iodo, soprando seus ventos benfazejos, salubres e restauradores do bem estar físico e mental. Contudo, para obter os resultados positivos sobre a saúde que os ares e águas marinhos prometiam, era preciso mais que deixar o corpo envolto na água, imergi-lo até a cabeça, sentir o movimento contínuo das ondas sobre as peles e carnes. Umas carnes, aliás, quase sempre fracas e amolecidas pelo viver sedentário na cidade, que se esperava corrigir e fortalecer com o esforço muscular exigido do banhista para resistir ao fluxo e refluxo das ondas do mar. Os banhos salgados constituíam a parte central de um complexo terapêutico e higiênico, cuja eficácia dependia do apoio de uma série de outros elementos e atividades considerados saudáveis, que deveriam acompanhar aqueles que tinham por destino, o mar: o clima, a temperatura, a mudança na maneira de viver, os costumes e a moral, a viagens, distrações moderadas e exercícios físicos.

O mar, desde essa data, foi recebendo corpos e mais corpos lânguidos, enfraquecidos e enfastiados. Com o passar dos anos, cresceram as espécies de moléstias que os médicos acreditavam passíveis de cura pelo emprego da talassoterapia: amolecimento da medula espinhal, atrofia muscular progressiva, brotoeja, cachexia, cachexia sífilítica, cancro do testículo, cárie (moléstia dos ossos), cárie vertebral ou mal de Pott, catalepsia, cloroses, corcova, diabete, elefantíase, erisipela, escrófulas, flores brancas, menstruação (regularizar), raquitismo, tinhas e tísica.⁹² Banhos frescos de mar ou de rio, acompanhados de distrações tidas como higiênicas — viagens, navegação, passeio, carreira, esgrima, caça, natação, jogos de bilhar, dança, a quadrilha e a valsa principalmente, música ligeira, pintura e os espetáculos — eram recomendados aos que sofriam de melancolia ou viviam atemorizados por pesadelos, aos hipocondríacos, às histéricas e aos que atravessavam a puberdade inquietos, sombrios, habitando em mundos impenetráveis a outros olhos que não os seus próprios.

⁹¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular* ... 5. ed., p. 54 e 78

⁹² Entre a primeira edição de 1842/1843 e a quinta de 1878, novas doenças sujeitas à cura marinha apareceram, quais sejam: atrofia muscular progressiva, cárie vertebral, catalepsia, clorose, diabete, erisipela.

O doutor Manoel Pereira Teixeira, ao discorrer sobre o hidrocele, sua história na cidade do Recife, causas e modos de redimir ou minorar os males, em artigo já citado, condenava hábitos e costumes que, segundo pensava, contribuíam para aumentar o calor dos corpos no clima tropical, favorecendo o aparecimento de certas enfermidades: roupas de tecidos quentes e apertadas, casas estreitas, mal arejadas e pouco iluminadas, o uso desmedido de chás, cafés, bebidas espirituosas e de especiarias, as danças e reuniões em salões apertados sob o clarão de luzes artificiais, o banhar-se em água muito quente ou com o corpo suado. Para a prevenção ou tratamento do hidrocele, aconselhava banhar o escroto com água do mar tépida misturada com algumas gotas de aguardente. Na ausência da água do mar, a dissolução do sal comum em água substituiria aquela. O doutor recomendava ainda que se fizesse uso de banho frio na estação calmosa, e que os meninos os tomassem de água apenas amornada e não, de água quente, como se costumava dar. Encerrava o artigo propagando as virtudes dos banhos de mar, quer gerais quer nas partes, cujos benefícios já haviam sido comprovados pelos médicos do Rio de Janeiro.

Por volta de 1846, o doutor Joaquim de Aquino Fonseca, examinando os doentes acometidos pela elefantíasis dos gregos ou morfêa, no Hospital de Nossa Senhora da Conceição dos Lázaros, no Recife, ficara horripeladamente surpreendido com o tratamento que recebiam: “nenhum meio se emprega, nenhum medicamento se ensaia; não se podendo tomar como experiências, algumas aplicações de óleo de copaíba ou de Leroy” — e prosseguia — “quando é sabido que na Alemanha a hidroterapia tem deixado entrever melhoras, e será bom tentar esse método no começo da morfêa.” As condições de higiene eram péssimas: comidas arruinadas e em pequena quantidade; os doentes não possuíam ‘vasos de banhos’ individuais, apenas uma tina de madeira de uso coletivo que eles próprios enchiam; medicamentos e roupas, quase nenhuns. Aquino Fonseca experimentou, então, o guano no tratamento da elefantíasis, empregando-o de vários modos, inclusive associado ao uso obrigatório de banhos de mar. Infelizmente, teve de convencer-se que a substância não tinha poder algum para debelar o mal, e, se alguma melhora fora alcançada, devia-se aos banhos e a outros meios higiênicos empregados.⁹³

Se, em 1843, o mercado livreiro do Recife punha ao alcance das famílias, médicos, boticários e letrados, o *Dicionário popular de medicina*, espalhando aos quatro ventos as virtudes medicinais e higiênicas do mar; no alvorecer do ano seguinte, o

⁹³ Citado por ROCHA. Leduar de Assis. *Notas sobre um higienista pernambucano do século XIX*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 37-39.

Diario de Pernambuco reproduzia erudito artigo do político e cirurgião Francisco de Sales Torres Homem, intitulado ‘Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria’. Este artigo fora publicado, originalmente, no *Minerva Brasileira*, do Rio de Janeiro, em 1843.⁹⁴ Nele, o doutor resumida os usos remotos da hidroterapia pelos povos antigos, os egípcios, gregos, romanos e árabes. A origem da hidroterapia moderna, porém, era reputada ao camponês austriaco Priessnitz, que havia fundado um estabelecimento hidrossudofático em Groenfenberg. Em 1829, quarenta e cinco enfermos tinham estado no estabelecimento; em 1832, foram cento e dezoito; em 1836, já eram quatrocentos e sessenta e nove os adeptos do método; e em 1840, nada menos que mil, quinhentos e setenta e seis enfermos foram buscar a cura nas águas frias. Torres Homem instruíra o leitor sobre o universo sofisticado da hidroterapia moderna, mapeando alguns dos inúmeros balneários terapêuticos espalhados naquele continente, todos muito bem instalados, prontos para receber uma clientela muito especial, composta de reis, rainhas, imperadores, nobres e cortesãos “que renunciaram à prática do vinho, e das bebidas excitantes”, para lavar os corpos em água fria a cada manhã. Prática aprovada e reconhecida por príncipes, que doaram castelos para fundação de estabelecimentos hidroterápicos, como o príncipe de Saxonia-Gotha que deu seu castelo de Elgersburgo; o da Saxonia-Meinigen que doou o castelo de Liebenstein para o mesmo fim, criando o príncipe de Reuss um outro estabelecimento balneário.⁹⁵

1844 foi também quando surgiu a barca de banhos salgados no Capibaribe, de que já nos ocupamos. A barca constituiu a tentativa mais concreta, até o momento, de ver materializado e bem sucedido o desejo de introdução e plena divulgação do uso de banhos salgados no Recife. O flutuante, porém, teve que enfrentar não o perigo dos arrecifes, das estacas dos currais de peixe ou dos bancos de areia, como era de se esperar de uma barca comum; mas a força do preconceito e os limites de um mercado de serviços urbanos ainda em formação, apegado às formas tradicionais de servir-se do

⁹⁴ Notícias do artigo se encontra também em SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit., v. 2, p. 405. Este autor cita algumas teses de doutoramento, defendidas na Faculdade de Medicina do Império e da Bahia, que tinham por tema a hidroterapia: *Manual da hidrossudoterapia ou diretório para qualquer pessoa em casa curar-se de uma grande parte das enfermidades que afligem o corpo humano, não empregando outros meios que suar, água fria, regime e exercício*, de Antônio Ildelfonso Gomes. Rio de Janeiro, 1848; *Acerca da hidroterapia*, de Joaquim Esteves da Silveira, Bahia, 1855; *Da medicação hidroterápica*, Joaquim Monteiro Caminhoá. Bahia, 1858; *Hidroterapia*, tese de concurso de José Tomás de Lima à Cadeira Médica da Faculdade da Corte. Rio de Janeiro, 1871; *Das indicações e contra-indicações da hidroterapia no tratamento das moléstias do sistema nervoso*, doutoramento de Carlos Fernandes Eiras. Rio de Janeiro, 1877; *Hidroterapia*, de Francisco Cunegundes Vieira dias, 1883. Id. Ibid., p. 405-6.

⁹⁵ HOMEM, Francisco de Sales Torres. Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria. *Diario de Pernambuco*, 31 jan. 1844, p. 1. Variedade - Medicina.

braço escravo, do agregado ou do esquema de favor. Viu-se, ainda, na contingência de conviver e buscar suplantar as agonias, perdas e inseguranças de uma cidade varada por uma revolução, a Praieira de 1848. Ano, aliás, em que a população do Recife teve a rara oportunidade de apreciar, entre as várias vistas expostas no cosmorama instalado no salão do Colégio, “O interior de uma casa de banho e escola de natação, em Viena.”⁹⁶

Em 1845, a Comissão Central de Saúde Pública, do Rio de Janeiro, tornava público uma série de conselhos sobre os preceitos higiênicos que a população deveria seguir a fim de se resguardar contra a epidemia do *cholera-morbus*. Publicados no *Diario de Pernambuco*, os banhos apareciam dentre os preceitos higiênicos da seguinte forma:

“Os banhos convém muito para conservar a limpeza do corpo, na temperatura a qual cada indivíduo estiver habituado, mas não devem nunca ser de longa duração, nem tomados logo após a comida, para não perturbar a digestão. Cumpre além disto haver cautela em não apanhar frio ao sair dele, quando morno, pelos inconvenientes que podem acarretar, bem como quando frios, será bom esfregar bem a pele, ou fazer algum exercício logo depois ao ar livre.”⁹⁷

Data deste período, entre os anos de 1845 e 1852, o aparecimento de uma literatura médica voltada para a discussão das qualidades terapêuticas e higiênicas dos banhos em geral e dos banhos de mar em particular. Os debates transformaram-se em objeto de teses de doutoramento, apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁹⁸ Verdade que o doutor Manoel Pereira Teixeira já havia soprado as maravilhas higiênicas e terapêuticas das águas do mar, nos *Annaes da Medicina Pernambucana*, em 1843. Mas o fato de o tema haver se convertido em objeto de teses acadêmicas atesta a

⁹⁶ DECLARAÇÃO. Grande cosmorama. Mudança de vista. *Diario de Pernambuco*, Recife, 23 abr. 1998, p. 24, *Diario na história*. Há 150 anos. O termo Praieira, dado ao movimento político de 1848, deveu-se ao fato de a sede da redação do jornal do Partido Liberal, o *Diário Novo*, situar-se na rua da Praia, às margens da então praia de Santa Rita, no bairro de São José, Recife.

⁹⁷ COMISSÃO Central de Saude Publica. *Diario de Pernambuco*, Recife, 25 set. 1855, p. 2.

⁹⁸ Abreu listou quatro teses referentes ao tema, dentre as quais tivemos acesso, por meio de microfilme, às três últimas, cronologicamente falando. Foram elas: DURÃO, José Ferraz de Oliveira. *Breves considerações acerca do emprego hygienico e therapeutico dos banhos de mar*. Rio de Janeiro: Typ. Teixeira & C., 1845; SÁ, José Marques de. *Higiene de pelle no Rio de Janeiro: vestuario e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade; quaes os habitos e costumes da população? Qual a sua influencia sobre a saude publica? Que direcção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850; MOTTA, Manoel Pinto da. *Que influencia tem tido, sobre a saude publica da Capital, os banhos de que usa sua população? Convem por ventura conservar a respeito delles o uso estabelecido, ou modificá-lo?* Rio de Janeiro: Typographia Litteraria, 1851; PAIVA, Carlos Cardoso de. *Estudo dos banhos em relação aos habitantes desta Cidade. Quaes os habitos e costumes da população a seu respeito? Qual a sua influencia sobre a saude publica? Que direcção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852. Desta mesma data, são as primeiras teses elaboradas no Brasil, sobre a hidroterapia, conforme anotações de Lycurgo dos Santos Filho, e que anotamos na nota de número 29, imediatamente acima.

emergência e mais ampla divulgação do uso dos banhos de mar como método terapêutico, por parte da classe médica do país. Ademais, a questão alcançava bem maior repercussão ao ser irradiada a partir do centro político e administrativo do país.

Os estudos respondiam a um esquema prévio, partindo dos princípios gerais da ciência sobre o tema abordado. Em seguida, procuravam particularizar a problemática, situando-a histórica e geograficamente na cidade do Rio de Janeiro. Buscavam identificar os hábitos e costumes da população com respeito aos banhos e estabelecer relações entre esses e a saúde pública. Infelizmente, porém, faziam-no de maneira muito superficial aos olhos do presente, aos olhos de quem carece de informações sobre o passado dos banhos salgados no Brasil.

Como higienistas, interessavam-lhes apenas os banhos de água, não se ocupando da análise de outras modalidades de banhos, como os sólidos, gasosos, vaporosos e mistos. Os banhos, dizia um, a imersão total ou parcial do corpo no meio líquido por um certo intervalo de tempo, atuava sobre o aparelho dermóide, cooperando para a manutenção do seu estado fisiológico, do que dependia a conservação da saúde. E nisto, certamente, residia a principal importância dos banhos. Eles eram incontestavelmente de imensa utilidade para saúde pública, quer em terapêutica, quer em higiene. “O banho, condição essencialmente necessária para a conservação da saúde, não poderia deixar de ser adotado sem graves prejuízos para a saúde — dizia um outro — pois que sem limpeza não há higiene, e sem higiene, não há saúde.”⁹⁹ A medicina concorria, assim, para divulgar a prática dos banhos entre as populações urbanas do Brasil de meados do século retrasado, de modo a intensificar a sua frequência e diversificar as formas e os meios possíveis e mais aconselháveis de o fazerem.

Com relação aos habitantes do Rio de Janeiro, seria muito conveniente que fizessem uso regular e constante dos banhos frios, frescos e tépidos, sobretudo deste último tipo, considerado o mais higiênico dentre todos e o que poderia ser tomado em qualquer estação e pelo dois sexos, inclusive por mulheres nos períodos de menstruação, gravidez ou aleitamento, pelos convalescentes e indivíduos de todas as idades. Os banhos aliviavam os indivíduos do calor excessivo e desvencilhavam a pele da poeira a que estavam expostos mormente no verão, produzindo uma agradável sensação de bem estar e higienizando a pele. Condenavam, porém, o uso dos banhos muito frios, de que muito raramente se usava, e os quentes ou muito quentes, de que costumavam usar as

⁹⁹ Respectivamente. MOTTA. Manoel Pinto da. Op. Cit., p. 3-4; SÁ. José Marques de. Op. Cit., p. 67.

mulheres, principalmente as mais velhas, e aplicar nas crianças. Estes banhos eram tidos como não higiênicos e capazes de causar grandes malefícios à saúde, produzindo enfraquecimento notável aos que deles se utilizavam, podendo gerar irritações gástricas, reumatismos, excitações nervosas, revoluções cutâneas, erupções etc. José Marques de Sá foi categórico: recomendou a proibição severa do banho muito quente. Mas foi igualmente enfático ao aconselhar a prática dos banhos frios, frescos e mornos, que tornava os indivíduos “vigorosos, sadios, inteligentes e aptos para o trabalho”, contribuindo, deste modo, para o bem estar geral da sociedade.¹⁰⁰ Fechava-se, assim, um primeiro ciclo em torno das discussões sobre a conveniência ou não, do uso dos banhos pela população da cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se, afinal, de construir o indivíduo higiênico, apto para o trabalho, para servir ao Estado nacional e contribuir para a riqueza e engrandecimento da nação.¹⁰¹

Havia, contudo, limitações materiais ao uso generalizado dos banhos na capital do Império, especialmente quando se observavam as condições de acesso aos banhos entre as diferentes classes sociais urbanas. O abastecimento d'água ainda era precário, tendo a população pobre que pagar caro pela água e mais ainda pela aquisição de uma banheira. Esperava-se, porém, que a instalação recente de chafarizes em quase todas as ruas do centro viesse a facilitar o acesso à água e, conseqüentemente, franqueasse o uso de banhos a todos. De outra parte, a cidade ressentia-se da falta de estabelecimentos de banhos de água doce e potável, tais como os que havia na Europa, carecendo ainda mais daqueles voltados para atender às camadas mais desfavorecidas da sociedade. Existiam, no Rio de Janeiro, algumas pequenas casas particulares que ofereciam esse gênero de serviço, e, também, a barca de banhos salgados, pertencente a um tal sr. Carvalho. A classe médica inclusive reconhecia os bons préstimos desse estabelecimento, considerando-o de incontestável utilidade pública. Apenas um, dentre os autores consultados, o candidato a doutor Eugênio Carlos de Paiva, posicionava-se contrário à

¹⁰⁰ SÁ, José Marques de. Op. Cit., p. 69. Os banhos quentes, de assento, de que as mulheres costumavam usar até duas vezes ao dia, foram alvos de polêmica entre os doutores que atuavam no Recife. José Martins de Moraes Sarmento e Joaquim d'Aquino Fonseca. O primeiro os criticava duramente, por entender que concorriam para afecções cancerosas do útero e favoreciam o aparecimento de moléstias no órgão sexual feminino. Já o segundo não concordava com essa tese. Ver SARMENTO, José Martins de Moraes. Relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina de Pernambuco no ano de 1842 para 1843, segundo as disposições dos §§ 1º e 2º dos Estatutos ... *Annaes da Medicina Pernambucana*. Ano II, n. V, dez. 1843 In: *Annaes da Medicina Pernambucana (1841 - 1844)*... p. 233-42; FONSECA, Joaquim d'Aquino. Das afecções uterinas, e de sua frequência em Pernambuco: reflexões ao relatório do senhor Dr. José Martins de Moraes Sarmento (...). Advertência. *Ibid.* p. 244-65.

¹⁰¹ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit.

instalação de estabelecimentos balneários, por acreditar ser “mais um elemento às diferentes formas de imoralidade”, e por considerá-los de difícil conservação.¹⁰²

A julgar pelos estudos, até meados do século passado, os banhos de mar não havia entrado no gosto da população carioca, que não se mostrava familiarizada com eles. Tanto que só havia um único estabelecimento de banhos salgados na cidade, não havendo estímulos mercadológicos para a instalação de concorrentes, do que se ressentia o doutorando Manuel Pinto da Motta, pois, nos balneários, pensava, “encontraríamos o que nos falta para bem desempenhar nossa tarefa.”¹⁰³ Situando-os na categoria dos banhos frios, embora com suas muitas especificidades — advindas da temperatura baixa de sua água, de sua densidade, da composição química da mesma, do fluxo das ondas, da pureza do ar atmosférico e das emanações salinas —, os médicos recomendavam os banhos de mar nos casos em que era necessário

“desenvolver a circulação arterial à custa do sistema linfático; dar à pele a sua energia e cor habitual; despertar as forças digestivas; fortificar e regularizar a ação muscular; excitar a absorção intersticial, enfraquecida pela vida sedentária, pelo abuso do leito e pela insuficiência da menstruação; corrigir a predominância dos fluidos brancos; suspender as secreções mórbidas entretidas pela astenia dos órgãos, ativar o desenvolvimento, a nutrição e o crescimento das crianças linfáticas e raquíticas; remediar as diferentes formas de afecção escrofulosa; restituir ao seu tipo normal a inervação céfalo-raquidiana ou a sensibilidade de um órgão; restaurar as forças dos convalescentes enfraquecidos por uma moléstias de longa duração, &c.”¹⁰⁴

Estabeleciam a estação calma de verão, de janeiro a 15 de março, como a época mais propícia para os banhos de mar. Quanto ao horário dos banhos, pensavam ser o intervalo entre as seis e às dez horas da manhã, o mais conveniente para a maioria das pessoas; ou às doze horas para as fracas, as crianças etc. Os banhos deveriam ser tomados sempre antes das refeições ou quatro horas após as mesmas. No caso do indivíduo se banhar duas vezes num mesmo dia, julgavam necessário guardar toda cautela para que os efeitos primitivos do segundo não perturbasse a marcha de reação do primeiro. A duração do banho, considerada higienicamente, variava de acordo com a constituição física de cada indivíduo: sua impressionabilidade, prontidão e energia de reação; podendo ser de um a cinco minutos, de cinco a dez, a quinze, e assim sucessivamente. O receituário médico prescrevia o número de banhos que cabia a cada indivíduo, que oscilava entre vinte e trinta e cinco banhos por tratamento. Ao sair do

¹⁰² PAIVA, Eugênio Carlos de. Op. Cit., p. 26.

¹⁰³ MOTTA, Manoel Pinto da. Op. Cit., p. 5.

¹⁰⁴ SÁ, José Marques de. Op. Cit., p. 63.

banho, recomendava-se friccionar a pele com um lençol seco ou com uma escova fina, sendo muito higiênico fazer exercício a pé, ginástica, etc. Faziam restrições ao uso dos banhos salgados por parte dos indivíduos de idade mais avançada, porque a fonte de calor neles se encontrava enfraquecida; quanto às crianças, mesmo as de um ano podiam banhar-se, contanto que fossem bem agasalhadas após a imersão. E, segundo os ensinamentos de Gaudet, os magros, sangüíneos, nervosos e sujeitos a congestões deveriam abster-se desses banhos.

Segundo acreditava a medicina, as condições topográficas da cidade do Rio de Janeiro predispunham os seus habitantes a contraírem certas moléstias, contra as quais, pensavam os médicos, o banho de mar era “um meio muito poderoso, um meio muito higiênico”. Como tal, aconselhavam à população “que, guardadas as regras que temos estabelecido, façam uso moderado deles na nossa estação ardente, pois que certo estamos que muita vantagem se conseguirão.”¹⁰⁵ Os médicos alertavam para que a população não ousasse penetrar no maciço verde-azul do mar sem cumprir as regras recomendadas. O meio líquido marinho era excepcionalmente poderoso: “mesmo quando tomado de regalo, é por sua natureza medicinal em tão alta escala, que perturbaria o equilíbrio das funções daquele que por divertimento o tomasse; o que consideramos uma imprudência, geralmente falando.”¹⁰⁶ Em meados do século XIX, o banho de mar era concebido, antes de tudo, como um medicamento. Nessa condição, seu uso estava sujeito a regras racionais. A utilização indevida da substância poderia acarretar algum mal para aquele que ousasse desafiar as regras médicas — e, se não mais confiavam em castigos advindos dos deuses enfurecidos, acreditavam em punições bioquímicas e físicas. Alheio às discussões, o mar continuava em seu infinito movimento, a devorar os incautos e a fornecer seus frutos e benefícios para quem os soubessem buscar.

O saber médico sobre o corpo humano e sua reação às diversas qualidades de águas orientava, assim, o nascimento de nova uma prática social, criando também um novo espaço, ou melhor, uma nova forma de apropriar-se do espaço litorâneo, de suas

¹⁰⁵ “A posição topográfica da cidade do Rio de Janeiro não é certamente das melhores: colocada em uma baixa, cercada de montes, os seus terrenos são mui úmidos e paludosos: evaporações aquosas contínuas, devidas ao intenso calor a que é sujeita, tornam o estado higronômetro da sua atmosfera muito sobrecarregado: ora os habitantes vivendo nessas condições, acham-se predispostos a contrair o vício escrofuloso, a predominância dos fluidos brancos e das secreções mórbidas, as alterações da menstruação, as perturbações gastrointestinais, as exaltações nervosas & c.” SÁ, José Marques de. Op. Cit., p. 64-5.

¹⁰⁶ MOTTA, Manoel Pinto da. Op. Cit., p. 4.

águas mais que tudo, posto que os banhos de sol e as areias das praias apenas viriam a ser amplamente descobertos nas primeiras décadas do século XX.

É possível que, com os próximos passos, estejamos dando um salto vertiginoso em relação ao tempo de que vínhamos tratando; mas a força do testemunho, a evocação da vida de Sebastião Antônio de Acioli Lins, o barão de Goicana, impele-nos a assim proceder. Poucos relatos na história brasileira, ainda mais na forma de diário pessoal, possuem a carga dramática e lúgubre do que o que nos deixou este barão do açúcar da Zona da Mata Sul de Pernambuco, que viveu sua fase adulta na segunda metade do século XIX.¹⁰⁷ O barão reunia forças para registrar sistematicamente seu viver miúdo e cotidiano, feito de trabalho e contabilidade, dor e doença, sofrimento e mortes. Raro, tão raro um momento de alegria em sua vida, que o leitor se surpreende ao vê-lo narrar um dia de felicidade durante sua melancólica jornada na terra. Em meio a este viver custoso e sombrio, sem luxo, requintes e prazeres, apesar de se tratar de um homem rico, poderoso e letrado — antes, amargando uma existência cercada de entes queridos enfermos e moribundos —, apareciam os refúgios temporários à beira do mar. Surgiam envoltos numa aura de luminosidade, carregados de esperança de que os ares e banhos marinhos restituíssem ao menos um pouco das saúdes perdidas — já que tê-las inteiramente restauradas parecia-lhe pedir muito — de tantos membros da família. Quiçá, trouxessem a todos momentos de distração e esquecimento dos pesados dias.

O fragmento recuperado do diário do barão de Goicana cobre os anos de janeiro de 1886 a fevereiro de 1890. Ao longo deste curto período, vários foram os registros de incursões de sua família e da de seu irmão Prisciano de Barros Acioli Lins, às propriedades que possuíam ao longo do litoral sul de Pernambuco, aos sítios da barra do Rio Formoso, do Gamela e dos Carneiros, todos no município de Serinhaém. Partiam geralmente dos engenhos, lugar de morada e trabalho, utilizando barcaças e canoas a remo para alcançarem as praias. Migravam em busca de remédio para os tantos males que afligiam a todos os membros da família, e “de outras distrações que não as do labor de um senhor de engenho.” A leitura do seu diário impressiona, entre outros motivos, pelo uso freqüente que as famílias dos irmãos Acioli Lins faziam dos banhos de mar, principalmente por tratamento de saúde. Fato que demonstra a incorporação do método

¹⁰⁷ GOUVÊA, Fernando da Cruz. O barão de Goicana e o seu diário. *Rev. do Inst. Arq. Hist. e Geog. Pern.* Recife, v. L, p. 153-344. 1978. Sebastião Antônio de Acioli Lins era bacharel em Direito e proprietário do engenho Goicana, no município de Serinhaém, Pernambuco. Era filiado ao Partido Liberal, tornou-se fervoroso adepto do movimento emancipacionista. Morreu no seu sítio no arrabalde da Torre, no Recife, em 2 de maio de 1891. Seu irmão, Prisciano de Barros Acioli Lins, major da Guarda Nacional, era proprietário do engenho Tinoco, também em Serinhaém.

da talassoterapia pelos médicos da sociedade local e sua franca difusão entre a população, sobretudo entre as classes dominantes e médias da cidade do Recife, mas também entre as do campo, como fica claro através da leitura do referido documento. Documento precioso e singular por trazer o registro sistemático do viver cotidiano de uma família aristocrata de senhor de engenho de açúcar, no qual se vê a aplicação prática do tratamento de diversas doenças pelos banhos e ares marinhos, dita não pelo discurso autorizado e de certa forma padronizado do médico; mas na fala de um leigo em medicina, acometido de males, ele e sua família, e crente nos poderes medicinais dos elementos marinhos.

No dia 5 de janeiro de 1886, escrevia o barão que seu irmão Prisciano se encontrava há oito dias no sítio da praia de Gamela, “em uso de remédio motivado por dertos secos nas palmas das mãos”. No final do mês, dia 23, ele próprio seguiu para o sítio na barra do Rio Formoso: “fui procurar os banhos de mar, como recurso à minha saúde enfraquecida, não tanto pelos anos, como por aflições ...”. Desta feita, passou um mês na praia com a família, mas voltaram todos no mesmo estado de saúde de quando haviam partido. Em 5 de abril do mesmo ano, seu filho Filinto e a esposa Lídia seguiram para o sítio da barra, “afim de sua mulher fazer uso dos banhos de mar recomendados pelos médicos como úteis aos incômodos de anemia e seus efeitos, que sofre há dias ...” No final de junho, seu irmão retornou à praia à procura de melhoras para a sua debilitada saúde. O barão, demonstrando algum conhecimento dos preceitos higiênicos, julgava conveniente a mudança de ares, mas pensava não ser os ares marinhos os mais recomendados ao caso do irmão, que padecia do fígado. Entre 24 de setembro e 16 de outubro, o irmão e família fizeram uso dos banhos salgados e, segundo o barão, “Voltam todos muito melhores de saúde do que vieram do Recife, e saíram do engenho ...”.

Ainda em outubro de 1886, o barão iniciou uns reparos na casa do sítio dos Carneiros. Seria acrescida de dois quartos externos e um interno, colocação de ladrilho de cimento nas partes interna e externa da casa, mudança e assentamento de portas e janelas. Passaria a contar com novos fogão e forno, mais a caiação e o retelhamento, este último ao custo de 80\$000, incluindo os serventes. A reforma ficou pronta em 30 de novembro, rendendo do barão o comentário: “com carpinas, pedreiros, pintor, material, ferragem etc. despendi a 700\$000, pouco mais, com os reparos da casa de

vivenda do sítio que possuo na praia dos Carneiros. Nada me rende.”¹⁰⁸ A manutenção de uma segunda residência, de uma propriedade economicamente não produtiva, era dispendiosa, e incluía a criadagem, com a qual gastou, em março de 1887, 38\$000, com o serviço da casa, engenho e praia. Mais adiante, o barão se queixaria, ainda com mais veemência, dos gastos com o sítio no arrabalde da Torre, no Recife — terra ociosa que nada lhe rendia, apenas sorvia suas economias.

Os primeiros dias de janeiro de 1887, o barão passou no seu sítio na praia dos Carneiros, para onde fora com a família em busca de distração e fortalecimento da saúde. Em 8 de fevereiro, o filho Filinto encontrava-se adoentado, mas se recusava a ir para o sertão, de clima virtuoso e ares mais convenientes ao mal de que padecia. À aridez do sertão, preferiu a massa líquida movente do mar. O barão seguiu com os seus para a praia em 14 de fevereiro, “tanto por distração, como em procura de melhor saúde”. Ao findar da temporada, em 31 de março, anotava “Gozamos na praia melhor saúde, principalmente na estação seca..” Seu filho Filinto também obteve melhoras de seu brônquico asmático na praia.” Em agosto, apesar dos fortes ventos, resolveu seguir novamente para a praia. Seu irmão e filhos ficaram parte do mês de outubro próximos ao mar, “à procura dos recursos do banho. Vão se dando melhor, lentamente.” Estavam com febres.

Apesar do revezes, a família renovava incansavelmente a crença nas virtudes terapêuticas dos banhos de Talassa. No início do ano de 1888, o barão seguiu para a barra do Rio Formoso com a esposa e os filhos João e Joana, ambos portadores de um tipo de doença mental progressiva. Como ele próprio afirmou, buscava a praia “não tanto por distração, como por recurso à melhora de saúdes alteradas, esperando obtê-la com uso dos banhos salgados.” Em 15 de março, achava-se ainda à borda do mar com os filhos, que sofriam de sezão e anemia. Retornou ao engenho apenas no início de abril.

Seu irmão Prisciano, cada dia mais fragilizado pelos males do fígado, continuava a ter esperanças de melhoras estando à beira do mar. Porém, seu estado de saúde piorou bastante no final de agosto. O barão, demonstrando noções de higiene, pensava que só os ares do sertão ou do alto mar poderiam trazer algum benefício à saúde de Prisciano. Assim, em 17 de setembro, o irmão embarcou para Fernando de Noronha em viagem de tratamento, para respirar os poderosos e salustres ares do alto

¹⁰⁸ Id. Ibid.. p. 230.

mar. Mas nem esses deram os resultados esperados. O médico, doutor Carneiro da Cunha, indicou-lhe fazer uma viagem ao Rio de Janeiro e à estação de águas minerais de Caxambu, em Minas Gerais, costume então em voga entre a elite de todo o país. Retornou o irmão em estado gravíssimo. O barão por sua vez foi atacado de febre palustre, atribuindo o acometimento do mal a um banho que havia tomado no Capibaribe, “no princípio da maré vazante”, à altura da Torre onde ficava seu sítio. No mês de dezembro, foi encontrar-se com seu filho, que estava adoentado, na praia dos Carneiros. O barão passava bem, “conseguindo forças com banhos de mar e cajus.”¹⁰⁹ Entretanto, como o filho não obtinha melhoras, retornaram ao engenho. Seguiram o irmão e seu filho Filinto para Garanhuns, sertão de Pernambuco, por acreditarem os médicos que o clima seco e a inexistência de ares palustres os fariam bem.¹¹⁰ Se o filho conseguiu obter alguma melhora, seu irmão nada alcançou. E retornaram ao engenho.

Por fim, após anos de luta contra tantos e aflitivos males de saúde — luta também de um barão açúcar, proprietário de engenho bangüê, em processo de decadência como todos os de sua classe —, anos de esperanças depositadas nas águas virtuosas do mar, desconfiando porém da medicina e dos médicos, sempre impotentes para curar os seus, o barão cedeu. Mudou-se melancólica e definitivamente com a família para o sítio na Torre, onde inclusive estaria mais próximo dos médicos, de cuja assistência tanto careciam seus filhos João e Joana.

O saber médico sobre o corpo humano e sua reação às diversas qualidades de águas, especialmente às salgadas, orientava, assim, o nascimento de uma nova prática social, criando também um espaço, ou melhor, fornecendo a chave discursiva para uma nova forma de a coletividade se apropriar do espaço litorâneo, de suas águas principalmente. Banhos de mar medicinais, racionalmente dosados, cercados de

¹⁰⁹ As curas de cajus e banhos de mar, associados, eram comuns à região que veio a ser o Nordeste do Brasil. Eduardo Magalhães, em livro publicado em 1908, intitulado *Higiene alimentar*, citado por Josué de Castro, endossava esse hábito antigo: “Indivíduos fracos, magros, eczematosos, reumáticos, enfatiados, diarréticos, sífilíticos, recolhendo-se no verão a uma das belas praias de Sergipe, onde os cajueiros amarelos e vermelhos são uma bela floresta, e atirando-se aos cajus cujo caldo ingerem chupando-os ou em cajuadas, de lá voltam nutridos, nédios, nem parecem os mesmos que para lá foram. Do caju se pode dizer que próprio abuso é proveitoso.” MAGALHÃES, Eduardo. *Higiene alimentar*. 1908 apud CASTRO, Josué. *Geografia da fome (O dilema brasileiro: pão ou aço)*. 11 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992, p. 152 – 3.

¹¹⁰ O clima do sertão é seco e era considerado particularmente saudável, enquanto o da zona da mata é úmido e causava febres renitentes e intermitentes nos estrangeiros e sertanejos. Em 1853, escrevia a respeito o inglês William Hadfield: “Outro aspecto notável do clima do Sertão e que merece especial atenção dos médicos ingleses é o conforto surpreendente experimentado por pacientes que foram ter aos estimulantes ares daquele clima tão peculiar por ordem dos médicos locais. Tive notícias de homens que estavam aparentemente no último estágio da doença e que ficaram tão fortes e robustos que não cabiam mais nas roupas que havia levado.” HADFIELD, William. Pernambuco 1854. In: SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas. *A paisagem pernambucana...*, p. 182.

cuidados e atenções que se materializavam em ritos, gestos, comportamentos coletivos. Que exigiriam cada vez mais um calendário específico, vestes, adereços e outros objetos apropriados à composição da cena, como o lençol em que se protegia o banhista após o banho, enquanto outros, de configuração física mais forte, preferiam o caminhar pela praia ou fazer algum tipo de ginástica.

O mar, lentamente, crescia de importância aos olhos da sociedade do século XIX, ou melhor, à vista de algumas classes e grupos sociais, das elites econômicas e letradas, na vanguarda dos quais estavam os médicos e higienistas, alguns empresários urbanos, editores e redatores dos grandes jornais. Suas águas pareciam irradiar uma luminosidade nova, de outra ordem. Os odores, emanados das praias e arrecifes descobertos pela maré vazante, talvez nem fossem tão ruins assim e, talvez, não provocassem as malditas náuseas, como durante tanto tempo se pensou. Quem sabe até, o sal na pele não provocasse tantos incômodos como diziam sentir os mais antigos? Pouco a pouco, a população, sobretudo os habitantes da cidade ou a fração letrada que tinha acesso a informações oriundas de um saber médico-científico e aos serviços do profissional da medicina, descobria um mundo novo situado ao lado leste. Um mundo ainda desconhecido da maioria, um tanto irascível, que inspirava respeito e exigia cuidados e cautelas ao ser explorado. Ao mar e aos banhos salgados costumava-se chegar de posse de um receituário médico. Longe ainda distava da apropriação do mar e de suas praias como espaço predominantemente do lúdico, do deleite, do divertimento, da vivência larga e solta da sociabilidade; das praias como um bem que a coletividade poderia usufruir espontânea e demoradamente. Ainda demoraria um pouco — hoje o sabemos — para que a cidade se projetasse sobre a branca areia da praia e se visse nela refletida, em gestos, atitudes, comportamentos, convivências.

3.3 AS CASAS DE BANHOS

“Quem vinha por mar, a uns 20 anos, aproximando-se do Recife, distinguia logo no primeiro plano três pontos ostensivos e característicos: a coluna branca do farol, o castelo arredondado do Picão e a Casa de Banhos. Esta dava idéia de um convés de navio, sem mastros e sem casco. A Casa de Banhos trepava-se nos arrecifes como quem não quer se molhar. Contudo

as vagas lavavam-lhe a base, enfeitavam-na de espumas e quando o vento açoitava mais de rijo as águas do mar alcançavam-lhe janelinhas e terraços. Pitoresca, singela, bonita. E convidativa. Varandas para o lado do oceano e para a banda da cidade. Aqui o rio, ali o Atlântico. A rutilância dos amanheceres e a melancolia dos ocasos. Frescura, luminosidade, salsugem, sol, luar. E que luares!”
111

Viajando a Pernambuco em 1816, o naturalista Charles Waterton foi todo encanto quando o espetáculo do Novo Mundo lhe foi revelado em fauna e flora; desfez-se porém em decepção e repulsa quando se viu diante de uma realidade feita de casas desordenadas e de aparência irregular: umas altas demais, outras muito baixas, umas caiadas de novo enquanto outras se ofereciam sujas e enlameadas aos olhos dos que passavam. As janelas não se abriam ao vento e ao sol, mas, tapadas por grades de madeira, davam um aspecto lúgubre e sombrio às casas e às ruas. As sujeiras acumuladas nas vias públicas a céu aberto, misturadas aos excrementos dos animais, agrediam o olhar do viajante, e o odor fétido que exalava dos monturos ofendia seu olfato civilizado. O espetáculo urbano era lastimoso aos olhos do europeu, mas, segundo observou, não parecia incomodar os habitantes da cidade do Recife, que se mostravam indiferentes e impassíveis diante daquele cenário de imundície, sem arte e discernimento. Num esforço por aceitar a diversidade cultural e social em que se achava absorvido, calava-se diante da fatalidade histórica; mas admitia por perspectiva o querer eles, um dia, reparar o que lhe pareciam tão graves defeitos: “Se acaso algum dia se convencerem de que existem inconvenientes, e que os incômodos são demasiado freqüentes, têm o remédio em suas mãos.”¹¹²

Pouco mais de vinte anos foram necessários para que os habitantes do Recife — na verdade, apenas uma fração dentre os mais instruídos e economicamente abastados — viessem a declarar-se insatisfeitos com sua cidade e, mais que isto, a afirmar suas preocupações, e temor até, com os malefícios à saúde que poderiam advir da forma pela qual estava edificada a cidade e do modo como seus moradores se abasteciam dos meios de vida e se desvencilhavam dos restos imprestáveis e entulhos que produziam.

¹¹¹ SETTE, Mário. Casa de Banhos. In: SETTE, Mário. *Barcas a vapor: cenas do passado brasileiro*. São Paulo: Edições Cultura, 1945. p. 51.

¹¹² CARVALHO, Alfredo de. Charles Waterton em Pernambuco – 1816. Op. Cit., p. 726-32. O tema das relações entre as casas e as ruas, nas cidades brasileiras do século XIX, foi abordado no clássico estudo de FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos* ...

Movida por receios racionalmente fundamentados, a Comissão de Higiene Pública, da Sociedade de Medicina de Pernambuco, redigiu uma representação ao governo da Província em maio de 1842, em que ficava demonstrado o temor da classe médica local de que terríveis epidemias viessem a invadir a cidade. O documento indicava também algumas medidas sanitárias que, se executadas, poderiam remover as causas dos males existentes. Nada era mais maligno e pernicioso, segundo a crença médica, que os depósitos de matérias orgânicas animais e vegetais em decomposição ao ar livre. Locais em que os miasmas pestilenciais eram produzidos, de onde emanavam os ares infectos responsáveis pelas epidemias que devastavam as cidades. No Recife, como também em algumas áreas de Olinda, os bolsões de águas estagnadas aumentavam dia a dia. Eram as águas da chuva que não tinham por onde escorrer, represadas pelas ruas desniveladas, pelos aterros e estreitamentos dos rios Capibaribe e Beberibe, feitos conforme as conveniências dos proprietários particulares dos terrenos, sem levar em conta os interesses públicos. Eram os charcos paludosos formados da mistura das águas da chuva, rios e maré, que contornavam e entrecortavam a cidade.

Nestas águas onde morava a malignidade ou bem próximo a elas, fermentavam os montões de imundícies que os moradores de ordinário lançavam às ruas e, principalmente, às praias. A cidade muitas vezes hierarquizava os lugares segundo seus usos coletivos, criava, confirmava ou redefinia destinos históricos traçados pelas gerações antecessoras, assegurava ou não os estigmas: “Tradição popular é que as ruas que correm a bordo dos rios, e da maré, são pouco salubres, que tanto aí, como nas vizinhanças o mais insuportável cheiro sem cessar se exala.” O saber médico confirmava a tradição: de fato, aquelas ruas eram insalubres pois recebiam incessantemente os miasmas pestilenciais que emanavam daquela “muralha de lama podre, de matérias orgânicas em fermentação, de lixo e de imundícies [que] borda o litoral.”¹¹³

Para remover as causas das moléstias reinantes e das ameaças de epidemias, indicavam como medidas prioritárias, a serem tomadas pelo governo, o dar esgotamento sanitário às águas estagnadas e paludosas e o remover os montões de lixo e da lama acumuladas nas ruas e praias. Aconselhavam o dessecamento do pântano de Olinda, a construção de um cemitério público e o controle sobre os matadouros públicos.

¹¹³ REPRESENTAÇÃO que fez a Sociedade de Medicina, em maio de 1842, ao Presidente da Província acerca das moléstias que então reinavam e o Estado da Capital, redigida pela Comissão de Higiene Pública, sendo relator o dr. Mavignier. *Annaes da Medicina Pernambucana*, ano II, n. III, abr. 1843. In: *Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844)*.... p. 124.

Não só os médicos higienistas se mostravam preocupados com a salubridade da cidade. O engenheiro francês Vauthier dedicou muito de seu tempo e conhecimento em observar, estudar e propor soluções aos problemas urbanos do Recife, dentre eles a preocupação com o abastecimento d'água, com as vias e meios de transportes, a remoção do lixo e das águas servidas, os sepultamentos. Sugeriu que os despejos das casas fossem feitos à noite, as tinas particulares devendo ser derramadas em canoas, que partiriam de lugares previamente determinados e seriam lançadas fora da barra, nas horas das marés vazantes. As canoas seriam especiais, abertas no fundo para facilitar o derrame no mar. Considerava uma solução barata, adequada às condições da cidade e aos seus limitados recursos. Seu plano jamais foi posto em prática, e as praias e leitos dos rios que bordejavam o centro continuaram a servir de depósitos de lixo e dejetos da cidade, sendo as pontes os lugares preferidos para os lançar.¹¹⁴

O serviço de despejo dos chamados tigres era feito por negros e negras escravos domésticos das famílias, que conduziam os velhos, imundos e mal cheirosos barris das casas — onde geralmente ficavam depositados ao pé das escadas, acumulando a nauseabunda matéria e exalando seu odor fétido pelo interior da casa, para horror dos senhores higienistas — aos cais, praias e rios. A população aprendia a usar os jornais para criticar as autoridades públicas e denunciar certos costumes individuais ou coletivos com os quais não se identificava: “Que vergonha, que porcaria se apresenta na rua principal desta Cidade; no arco de Santo Antônio todas as noites, e logo muito cedo, centenas de pretos vão ali despejar imundícies, com detrimento da saúde publica, e nojoso incômodo de quantos por ali transitam ...”¹¹⁵

Mas o viver miúdo do dia a dia era mais tortuoso, diversificado e surpreendente, e, não raro, preciosos bens privados e de uso pessoal seguiam misturados aos excrementos dos barris, deixando as famílias em polvorosa. Assim, avisavam no jornal haver sido perdido um especial garfo de prata, marcado com as iniciais MC, “na ocasião do despejo de um barril de água de cozinha na rampa do aterro da Boa Vista.” De outra

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil* p. 354-5.

¹¹⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 18 jan. 1836, p. 2 apud JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 50-1. Mário Sette recolheu importante informação, segundo a qual a Câmara Municipal do Recife, a partir de uma certa data que ele infelizmente não precisou, mas que se situa algo em torno dos anos de 1840, passou a determinar os locais em que era permitido fazer os despejos dos tigres. No bairro do Recife, Santo Antônio e São José, os locais eram: “Detrás do Teatro Velho, travessa do Alecrim, Dita das Cinco Pontas, Dita de São José, Cais do Lessa (fundos do armazém do sal), Beco do Capim, Forte dos Matos (por trás da casa do Borboa), Rua do Arsenal da Marinha (fundos do Beco do Largo) e Porto das Canoas. Para o bairro da Boa Vista: Ponte Velha, no fim da Rua dos Coelhoos, Barreiras e Rua da Aurora.” SETTE, Mário. *Arruar* p. 248. Para o primitivo sistema de saneamento do Recife, ver MELLO, Virginia Pernambucano de. Op. Cit., p. 95-100.

feita, o moleque Clementino, indo “botar uma barrica de lixo na praia” às oito horas do dia, desapareceu “por não saber a casa” nem saber dizer quem eram seus senhores. Intenção clara de fuga demonstrava haver tido a parda Maria, que indo fazer despejo na praia, às sete horas da noite, também desapareceu.¹¹⁶

A cidade continuava a conviver, bem ou mal, com seus porcos entulhos, amontoados e bem visíveis aos olhos de todos, e a respirar os odores desagradáveis tidos, agora, por insuportáveis à sensibilidade de muitos. E já as áreas ribeirinhas do centro da cidade não tinham como se desvencilhar da peja de serem depósitos de lixo, terras insalubres e infectas, fontes de miasmas e moléstias, lugares econômica, social e culturalmente desvalorizados. O médico higienista Joaquim de Aquino Fonseca, primeiro presidente do Conselho Geral de Salubridade Pública da província, acionava sua ‘goela de prata’ para denunciar a historicamente absurda situação sanitária da cidade, que tão graves males causava à saúde da população, principalmente nas proximidades do litoral, que a envolvia como uma serpente venenosa:

“Quase todo o litoral dos três bairros que reunidos por meio de pontes constituem a cidade do Recife, se acha acumulado de lixo, e de toda sorte de imundície, e grande porção de ruas estão cheias de lama infecta, proveniente das águas dos charcos e da terra que é constantemente revolta pelos pés dos animais, tornando-as intransitáveis aos viandantes, como sucede nas cinco Pontas e outras.”¹¹⁷

No primeiro relatório do Conselho Geral de Salubridade Pública enviado ao presidente da província, constavam como medidas a serem imediatamente incluídas no programa de realizações para o Recife, o melhoramento sanitário das praias, a remoção dos entulhos, reformas nos matadouros públicos, regulamentação das farmácias e repressão à falsa medicina, reaparelhamento dos hospitais, extinção dos pântanos etc.¹¹⁸ O higienista manifestava também uma particular preocupação com o problema que representava a inumação dos cadáveres, sepulturas e enterros no interior das igrejas e a

¹¹⁶As citações estão respectivamente em DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12 out. 1855, p. 236; ESCRAVOS fugidos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 maio 1998, O Diário na História - Há 150 anos: DESAPARECEU. *Diário de Pernambuco*, 15 set. 2000, O Diário na História - Há 150 anos, 1º caderno, p. 1.

¹¹⁷Citado por Leduar de Assis Rocha. *Notas sobre um higienista pernambucano do século XIX ...*, p. 86. Joaquim de Aquino Fonseca diplomou-se pela Faculdade de Medicina de Paris. Nesta cidade, submeteu-se a uma traqueotomia cuja cicatriz precisou ser recomposta, na garganta, por uma placa de prata. “O remendo, informa-nos Gilberto Osório de Andrade, enrijou-lhe o pescoço e fê-lo cacofônico: selos que lhe marcaram de maneira indelével a personalidade.” A imprensa chamava-o pelas costas de o ‘goela de prata’. ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana. 1986. p. 33.

¹¹⁸ Ver ROCHA, Leduar de Assis. *Notas sobre um higienista pernambucano do século XIX ...*, p. 24.

necessidade de se construir urgentemente um cemitério público para bem acolher os mortos da cidade.

A brigada sanitária e higiênica ampliava o alcance do seu olhar, lançando-o a aspectos visíveis e invisíveis da cidade, multiplicando os objetos de suas preocupações que deveriam vir a ser alvos de algum tipo de intervenção pública e social. Em 1854, o incansável Joaquim de Aquino Fonseca enviava outras recomendações ao presidente da província, algumas repetidas — sinal de que não eram atendidas —, outras surgiam com aura de novidade. No conjunto, sugeria a necessidade de instituir uma polícia sanitária na cidade; de aterrar os alagados e corrigir os erros das edificações urbanas; de acabar com os infectos tigres, maldita herança colonial, e de adotar o sistema de latrinas móveis para o escoamento dos excrementos, como se usava em algumas cidades da Europa. E, caso fosse absolutamente impossível a implantação de um serviço de saneamento moderno, aconselhava que os excrementos e lixos domésticos fossem conduzidos em vasos fechados e que rampas fossem construídas para que os despejos se fizessem bem distantes das margens dos rios. Aconselhava, como medida higiênica, que os órfãos de Santa Tereza e os do Asilo da rua da Aurora fizessem ginástica e que a carne verde fosse vendida a preço baixo e acessível aos pobres. Dizia mais, era necessário que se instalassem casas de banhos públicos na cidade.¹¹⁹

Os princípios higiênicos, que deveriam nortear o que se concebia como um bom sistema de edificação urbana, ficaram exemplarmente documentados no trabalho intitulado *Bases para um Plano de Edificação da Cidade*. Elaborado pela Comissão de Higiene Pública de Pernambuco, à frente o doutor Joaquim de Aquino Fonseca, o plano foi originalmente endereçado ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, e aos vereadores da Câmara Municipal do Recife, em 31 de março de 1855.¹²⁰ Concebido tendo por base as condições essenciais para a salubridade de toda e qualquer cidade moderna, quais sejam “a ventilação das casas, a ação benéfica dos raios solares e o desaparecimento de tudo o que possa concorrer para o entretenimento da umidade”, o plano pensava a cidade como um todo complexo do qual participava a casa — célula menor do conjunto, apreciada em sua arquitetura e funcionamento interno e cotidiano —, ruas e passeios, pátios e quintais, arborização e jardins, e os serviços de

¹¹⁹ ANDRADE. Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco* ..., p. 24.

¹²⁰ FONSECA. Joaquim de Aquino (Presidente da comissão). *Bases para um Plano de Edificação da Cidade*. Recife. 31 mar. 1851. Fizemos uso da publicação do *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 ago. 1855. In: MELLO. José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste* ..., v. 2. p. 805-16.

abastecimento d'água e de esgotamento das águas pluviais, águas servidas e excrementos. Interessa-nos particularmente conhecer as impressões que se tinha dos últimos itens, que diziam respeito diretamente às águas, aos usos, significados e projetos para os rios e praias, e que falavam da prática dos banhos entre os habitantes do Recife.

A Comissão colocava em dúvida a qualidade da água de que se servia a maior parte da gente do Recife, no uso doméstico diário. As águas dos chafarizes públicos estavam impregnadas das partículas de ferro que se desprendiam dos canos; e as dos poços, por estagnadas, não favoreciam a digestão.¹²¹ No seu entendimento: “Para que a saúde se entretenha é necessário que as famílias possam dispor de água fácil e abundante; mas é precisamente o que se não dá nesta cidade, onde, posta em baldes, é carregada à cabeça de escravos, e não custa pouco.”¹²² A conservação da saúde porém dependia não apenas da qualidade e quantidade da água que se ingeria, mas também do uso freqüente de banhos que, ao limpar a pele, favorecia a comunicação entre os órgãos internos e o meio externo.¹²³

No Brasil de meados do século XIX, já não mais se concebia separar a saúde pública e privada do uso freqüente da água. A preservação daquela dependia do mais farto acesso da população às boas águas, que deveriam ser compreendidas não mais como artigo de luxo, de consumo restrito às classes sociais mais abastadas — ainda que permanecesse de difícil acesso e utilizada em quantidades insuficientes segundo os critérios higiênicos —, porém percebidas como bem de primeira necessidade, conforme se depreende da leitura do citado documento: “e não se suponha ser isso luxo, porquanto saúde pública é tanto mais lisonjeira, quanto maior é a quantidade de água de que pode dispor a população.” Daí a necessidade premente de intervenção dos poderes públicos

¹²¹ Pela Lei Provincial nº 46, de 14 de julho de 1837, foi organizada a Companhia do Beberibe que tinha o privilégio exclusivo de explorar o serviço de abastecimento d'água para o Recife, por trinta e cinco anos. A Companhia foi instalada a 20 de dezembro de 1838. Pelo contrato firmado entre o governo da província e a Companhia, treze chafarizes públicos deveriam ser instalados de imediato nos três bairros centrais da cidade. A Lei previa ainda o fornecimento de água aos particulares, por ligações diretas aos prédios, as chamadas penas d'água, desde que essas não prejudicassem o consumo público nos chafarizes. Sobre a Companhia do Beberibe ver, JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Op. Cit.*, p. 70-139. Sobre a história do abastecimento d'água e saneamento do Recife, ver também MELLO, Virgínia Pernambucano de. *Op. Cit.*; MENEZES, José Luiz da Mota, Araújo, Hamilton Francisco de Araújo e CHAMIXAES, José Castelo Branco. *Op. Cit.* Ambos trabalhos se fazem acompanhar de excelente documentação iconográfica.

¹²² FONSECA, Joaquim de Aquino (Presidente da comissão). *Bases para um Plano de Edificação da Cidade...*, p. 807.

¹²³ Na Europa, a inversão definitiva do papel dos banhos ocorreu depois dos terrores da peste, nas primeiras décadas do século XIX. De prática que fragilizava o corpo, os banhos passaram a preservativos da saúde. VIGARELLO, Georges. *Op. Cit.*, p. 195-210.

no sentido de melhorar o sistema de fornecimento do indispensável líquido, levando-o aos interiores das casas tanto do rico quanto dos pobres, indiscriminadamente. As casas bem edificadas deveriam “ter quartos acomodados a banhos”, sendo necessário ao mesmo tempo “promover a construção de estabelecimentos especiais, em que a população, a baixo preço, possa banhar-se, como sucede nas melhores cidades da Europa.”

Divulgar o uso dos banhos, quer os de água salgada do mar, quer os de água doce e potável, torná-lo um hábito regular, não apenas entre os membros das famílias abastadas, mas também entre a população pobre e remediada, eis a intenção dos higienistas. Projeto de difícil implantação numa cidade em que a água para consumo doméstico se caracterizara, historicamente, como um bem escasso e caro. Se o Recife reedificado não mais dependeria das águas vindas do rio Beberibe, em Olinda, trazidas pelas canoas d’água e comercializadas pelos aguadeiros a bom dinheiro o balde; ou das águas do Capibaribe, coletadas além do Monteiro, distribuídas e vendidas por processo semelhante ao primeiro; ficaria na dependência da Companhia de Beberibe, empresa encarregada do serviço de abastecimento d’água encanada na província, desde contrato firmado em 1837.

Os médicos e higienistas visavam ao banho com o sentido de limpeza e higiene, um banho regular, disciplinado, talvez até diário, em se tratando de banhos de água potável no âmbito do espaço doméstico, ou temporadas de banhos salgados receitadas pelos médicos, cuja dosagem variava segundo cada caso específico de doença. Pensamos assim porque informações provenientes de outras fontes, que não os escritos médicos, referem-se de alguma maneira aos banhos tomados pelas camadas populares n’algumas águas de serventia pública: rios, regatos, fontes e chafarizes. A incidência de artigo incluso nas posturas municipais de diversas cidades e vilas de Pernambuco, entre as décadas de 1830 e 1840, proibindo a população de se banhar em certos trechos de rio, nos regatos e fontes públicas onde se abastecia de água, leva-nos a crer que se tratava de costume bastante disseminado entre as camadas populares citadinas, sobretudo entre os escravos, que eram os que circulavam diuturnamente pelas ruas, praças, fontes e chafarizes. À guisa de exemplo, citemos artigo das posturas municipais da vila do Rio Formoso: “Ninguém poderá banhar-se ou lavar roupa nas fontes públicas e tanques desta Vila e povoações de seu termo, onde for costume tomar água para uso dos

habitantes; pena de 2\$000 réis de multa.”¹²⁴ O que não sabemos ao certo é com que finalidade se banhavam ou qual o significado de tais banhos: limpeza, higiene, mística, terapêutica, refrigério ou diversão?

Vilhena, ao descrever os conflitos e desordens que comumente eclodiam em torno das fontes d’água onde a população se abastecia do precioso líquido, envolvendo negras e negros escravos e soldados, observou: “Já te expus a míngua d’água que nesta cidade há para o uso da população, onde raro o que não toma mais de um banho por dia, e muito principalmente as mulheres.”¹²⁵ Difundida aquarela de Jacob Jansson, retratando chafariz e lavadeiras no Rio de Janeiro, em 1824, revela interessante cena do cotidiano urbano, na qual se vê negras escravas metidas dentro do tanque de um chafariz, lavando roupa com água pouco acima dos joelhos. Em meio ao tanque, aparece inclusive um sujeito banhando-se nu.¹²⁶ Os banhos, que aí se viam, não raro iniciavam como uma brincadeira inocente entre negros aguadeiros ou escravos domésticos, que atiravam água uns aos outros, mas findavam quase sempre em brigas, ferimentos e mortes. Situação extremamente comum na sociedade escravista, tal como a fixada pelo *Diario de Pernambuco* em 1875:

“Ontem, pela manhã, carregadores d’água do largo do Carmo, brincavam entre si com derramamento d’água dos barris de uns sobre os outros. Entusiasmaram-se tanto até que houve luta entre Manoel Antonio da Silva e Victoriano, escravo de Marcolino Pedro de Sousa Braga. O escravo feriu gravemente ao outro, com uma estacada. O criminoso está sendo processado pelo subdelegado de S. Antônio.”¹²⁷

Mas afóra esses banhos espontâneos, praticados entre os segmentos populares e tomados nos logradouros públicos, ou os banhos de rio das camadas de elite por ocasião das temporadas de festa, tudo leva a pensar que o hábito de banhar-se regularmente e de corpo inteiro não fazia parte do viver das camadas livres cidadinas. Anotações do viajante Jonh Luccock reforçam essa idéia. É sua a observação de que muitos poucos brasileiros aprendiam a nadar. Apenas o sabiam aqueles cujos ofícios eram desempenhados sobre as águas ou, então, aqueles que necessitavam usar de banhos por questões de saúde. No mais, percebia que as abluções freqüentes não eram nem um

¹²⁴ PERNAMBUCO – *Posturas da Câmara Municipal da Vila do Rio Formoso*. Paço da Assembléia Provincial de Pernambuco, 27 de abril de 1844. Ver também as *Posturas Municipais da Vila de Serinhaém*, de 1836, e as da Cidade de Goiana, de 1840.

¹²⁵ VILHENA. Luís dos Santos. Op. Cit., v. 1, p. 108.

¹²⁶ A referida ilustração se encontra reproduzida em MELLO, Virgínia Pernambucano de. Op. Cit., entre as páginas 50 – 1.

¹²⁷ FERIMENTOS Grave. *Diario de Pernambuco*, Recife, 8 out. 1875. Revista Diária, p. 2.

pouco apreciadas pelos homens, sendo os pés geralmente a parte mais limpa de suas pessoas. Quanto às demais partes do corpo, dizia: “Os rostos mãos, braços, peitos e pernas que, todos eles andam muitos expostos em ambos os sexos, raramente recebem a bênção de uma lavada e, por isso, mais do que pelo efeito do sol crestante, adquirem um sensível tisonado.”¹²⁸

No início do século XIX, era muito raro encontrar casas de família ou outro tipo de edificação pública ou particular que possuíssem cômodo reservado exclusivamente para os banhos e asseio do corpo. E assim permaneceria até o final da centúria, ao menos para a grande maioria da população que costumava banhar-se, quando muito, em bacias, gamelas ou coxes. Salta aos olhos o depoimento de Tollenare sobre um “um delicioso banheiro coberto, capaz de conter 10 ou 12 pessoas”, existente no convento de Santa Tereza em Olinda. O banheiro era abastecido por um sistema próprio de captação e canalização das águas do rio Beberibe, que servia também ao jardim e ao consumo doméstico. Nessa dependência, os frades podiam banhar-se reservadamente, desfrutando um prazer que a muitos poucos era dado a conhecer — e o viajante francês foi um dentre esses privilegiados convivas dos frades.¹²⁹

Mário Sette refere à rotina a que eram submetidos os alunos internos do colégio de Santo Antônio do Recife, provavelmente entre o final da década de 1830 e começo da seguinte. Os banhos eram apenas dois semanais: às quartas-feiras e aos sábados.¹³⁰

Em meados do século, possuir banheiro na residência continuava a ser um conforto de que muitos poucos podiam ou mesmo pensavam em gozar, uma vez que as concepções higiênicas, que recomendavam o uso de banhos frequentes, ainda não se havia difundido com a força necessária, assim como a água doce e potável permanecia artigo caro e de difícil acesso para a maior parte dos habitantes da cidade. Constituíam um diferencial social e os anunciantes de imóveis para vender ou alugar bem o sabiam. A exemplo daquele que pretendia alugar seu sobrado pelo tempo da festa, na rua do Balde, em Olinda. Sobrado muito fresco e com muitos cômodos, com grande quintal e parreiral, “com excelente banheiro no fundo do quintal d’água doce”.¹³¹ Tratava-se de um banheiro externo ao corpo principal da casa, alimentado pelo secular sistema de água de poço ou cacimba.

¹²⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 87 – 8.

¹²⁹ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., p. 26.

¹³⁰ SETTE, Mário. *Arruar* ... p. 293.

¹³¹ DIÁRIO de Pernambuco. Recife, 16 out. 1844. Avisos Diversos. p. 3.

Banheiros no interior das casas eram ainda mais difíceis de encontrar. Grande exceção constituía aquela luxuosa e confortável residência posta à venda na rua do Hospício, “feita com todo gosto e esmero”. Casa concebida em estilo arquitetônico inteiramente novo para os padrões locais, construída com os melhores materiais nacionais e estrangeiros, sendo a obra executada por oficiais alemães e nacionais. De tecnologia igualmente avançada, o imóvel possuía “uma grande cacimba com bomba de repuxo para o encanamento e um depósito na parte superior da cozinha aonde se conserva água para o consumo da casa”. O encanamento levava água a diversos lugares do edifício, inclusive ao “quarto com banheiro de mármore e azulejo, com válvulas para o despejo das águas em um cano de 250 palmos de comprimento que conduz não só essas como todas as mais do serviço e da chuva à maré.” E mais: “os banhos podem ser quentes ou frios, para o que há no banheiro duas torneiras, de que uma comunica com um depósito d’água quente assente sobre a chapa do fogão da cozinha.”¹³² Sem dúvida, um primor de edificação, concebida com arte e engenho.

Água correndo farta em torneiras dentro de casa, sendo sonho de muitos, continuava a ser realidade para bem poucos. As primeiras penas d’água, que levavam água encanada para o interior das casas, só vieram a aparecer na segunda metade do século XIX. Em 1863, o Recife contava com cento e dezesseis ligações prediais, entre estabelecimentos públicos e casas particulares, estando os casarões dos arrabaldes da Ponte d’Uchoa e da Madalena dentre os primeiros a serem beneficiados por esse sistema. Em 1865, quando aproximadamente 70.000 pessoas viviam no Recife, o abastecimento de água encanada era feito por vinte e dois chafarizes públicos, estando autorizada a construção de mais três, e por cento e noventa penas d’água. Em junho de 1869, trezentas e sessenta e duas ligações particulares tinham sido realizadas pela Companhia; e em julho do ano seguinte, quatrocentos e vinte prédios particulares possuíam água corrente em seus interiores.¹³³

Se a água abundante para os banhos faltava nas casas, não chegou a ser compensada pela oferta de banhos nos estabelecimentos públicos especializados nesse gênero de serviço, como ocorreu com a cidade de Paris, por exemplo.¹³⁴ Ou os banhos de Wiesbaden, na Alemanha, como lembrou um cronista do *Diário de Pernambuco*, em

¹³² DIÁRIO de Pernambuco, Recife, 22 jul. 1857 In: MELLO, José A. Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. 1985. p. 82.

¹³³ MENEZES, José Luiz da Mota. ARAÚJO, Hamilton Francisco de, e CHAMIXAES, José Castelo Branco. Op. Cit., p. 99; 109; 134 e 150.

¹³⁴ VIGARELLO, Georges. Op. Cit., p. 198-221.

meados do século XIX. Banhos esses tão bem recebidos pela população que milhares de pessoas, todos os anos, acorriam à pequena cidade para tomar os banhos termais ou divertir-se no salão de dança, no salão de ajuntamento, na casa de pasto ou no café do estabelecimento balneário. Também no Rio de Janeiro existiam algumas casas oferecendo semelhante serviço ao público.

No Recife, porém, lamentava Antônio Pedro de Figueiredo, nada havia até o momento, “e as pessoas que têm necessidade deste meio higiênico são obrigados, para obtê-lo, a fazer despesas consideráveis, muitas vezes acima das suas forças, alugando uma casa em alguns dos sítios onde há água doce.”¹³⁵ Entretanto, enquanto escrevia, no final de 1857, estava sendo montada a Casa de Banhos do Carmo — a primeira do Recife, descontada a transitória e flutuante barca do Capibaribe —, no modelo das congêneres de Paris, de onde aliás provinham os aparelhos e acessórios necessários. Os proprietários do negócio, Aguiar & Freiss, esbarraram em dificuldades no contrato do fornecimento d’água pela Companhia do Beberibe, o que adiou a inauguração da Casa de Banhos para 24 de março de 1858.¹³⁶ As despesas com a instalação já haviam superado dois orçamentos feitos pelo proprietário, dependendo dos custos finais o preço a ser cobrado nos banhos. A intenção era a de que os preços fossem relativos aos números de banhos: a série de vinte e cinco banhos custaria menos que a de doze, e assim sucessivamente. A partir de novembro de 1859, quando se iniciaram os contratos mensais, a assinatura de banhos frios de uma pessoa custava dez mil réis; e as de banhos mornos, choques ou chuvisco, quinze mil réis.¹³⁷

Bem instalada num sobrado de um andar de construção recente, entre a igreja de N. S. do Carmo e a de Santa Tereza, a parte interna da Casa de Banhos continha dezesseis quartos com banheiros, discriminados entre banhos para homens e ditos para as famílias. Os banheiros eram de cobre galvanizado com torneiras, sendo oito destinados aos banhos de água fria, e oito dispendo de mais uma torneira de água quente para quem preferisse tomá-los mornos. Decorado com discrição e decência, cada quarto

¹³⁵ FIGUEIREDO. Antônio Pedro de. Casa de Banhos no pátio do Carmo. projeto de um passeio público no bairro da Boa Vista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 nov. 1857. A Carteira apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: economia e sociedade ...* p. 504.

¹³⁶ Os nomes dos proprietários da Casa de Banhos estão no ALMANACH Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o Ano de 1860. Recife: Typ. Commercial de Geraldo H. de Mira & C., 1860. p. 268. Outras notícias sobre a Casa de Banhos foram citadas por MELLO, Virginia de Pernambucano de. *Op. Cit.*, p. 90-92. que as extraiu das edições do *Diário de Pernambuco* de 15 e 28 out., 13 e 23 nov. de 1857 e 24 mar. 1858..

¹³⁷ CASA de Banhos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º dez. 1859. Avisos Diversos. p. 5.

contava com um espelho, duas cadeiras, um cabide e uma elegante mesinha com puxadores de vidro, tudo talhado no mogno. Os clientes teriam ainda a seu dispor “um lençol de linho fino, uma toalha própria para banho, uma escova, um pente, uma tesourinha, um canivete e um sabonete.” Pelo delicado conjunto dos acessórios, estes banhos privilegiavam a higiene, a limpeza e o asseio do corpo, proporcionando, ao final, a boa aparência desejada. Objetos e decoração dos quartos sugeriam uma ritualística toda especial, sendo muito provável que, para aqueles que se dirigiam a um desses banhos, o ato se revestisse de alguns outros significados além dos estritamente pensados pelo discurso médico. Mas, aqui, entramos no campo da mais pura especulação subjetiva, pois toda informação nos falta.

Havia também os banhos medicinais, que ficavam nos aposentos situados sob os ornados arcos do quintal. Dois quartos estavam reservados aos banhos sulfurosos, salgados etc.; e dois outros, para os banhos de choque ou de chuvisco. A exemplo do modelo em que se inspiravam, os estabelecimentos europeus voltados para os serviços da hidroterapia ou outras modalidades de banho, a Casa de Banhos criou um espaço próprio para a vivência da mais franca sociabilidade e recreio dos seus clientes e visitantes: um quarto em semicírculo, onde se poderia degustar um bom vinho ou servir-se de cerveja, café, chá, licores e limonada. Nada de luxo excessivo. Tudo indicava sobriedade e decência nos propósitos firmados. Antes de completar dois anos de inaugurada, a Casa de Banhos diversificou o serviço do seu pavilhão, passando a oferecer os apreciados sorvetes: “Todos os dias úteis das 7 às 10 da noite, e nos dias santificados, ou de festas nacionais das 11 do dia até as 10 da noite. Há lugar reservado para as famílias. Também há sorveteiras de vários tamanhos para condução dos sorvetes, que se pedirem para fora.”¹³⁸

Com o serviço de abastecimento d’água encanada regular — embora deficiente na distribuição e operando em condições sanitárias inadequadas — e o crescente engajamento da classe médica na divulgação das virtudes medicinais e higiênicas dos banhos, alguns outros estabelecimentos públicos do gênero foram instalados no Recife, ao longo da segunda metade do século XIX. Em 1864, além da bem equipada Casa de Banhos do Carmo, situada no bairro de Santo Antônio, os interessados podiam dirigir-se ao novo estabelecimento de banhos, montado pelo empresário Catulino Gonçalves

¹³⁸ SORVETE no pavilhão da Casa de Banhos do pátio do Carmo. *Diário de Pernambuco*, Recife. 1º dez. 1859. Avisos Diversos. p. 5.

Lessa. Ficava na rua da Cruz, n. 17, no bairro portuário do Recife.¹³⁹ Quinze anos mais tarde, quem necessitasse dos serviços de banhos doces públicos na cidade, morador ou viajante, deveria encaminhar-se aos conhecidos endereços: ao largo do Carmo ou à casa de banhos na rua do Bom Jesus, outrora rua das Cruzes.

A Casa de Banhos do Carmo teve vida longa e próspera. Em 1881, continha dezoito quartos, sendo dez destinados aos homens, quatro para senhoras, dois para os banhos de chuva e dois outros para os banhos de ducha. O respeito e a boa ordem, em relação aos dois sexos, continuavam a ser uma das prioridades do empreendimento, segundo esclareciam seu proprietários, “para o que tem uma divisão a mais regular nos quartos destinados aos banhos”. Tal cuidado “oferece uma garantia ao receio mais melindroso”. Havendo sido reaparelhada para melhor atender aos clientes que buscavam tratamento hidroterápico, passava a oferecer, pelo menos desde o ano anterior, banhos por meio do sistema de duchas: vertical, móvel, ascendente e circular. O sistema hidroterápico utilizando as duchas era “um meio energético de tratamento, que determina o abalo particular do sistema nervoso, nas moléstias crônicas.” Os proprietários da Casa lembravam, porém, as virtudes dos banhos frios, que vinham conseguindo restabelecer “doentes abandonados e depois de esgotados todos os meios terapêuticos, e com melhoramentos das duchas — já muitos doentes (recomendados pelos Srs. Médicos) tem achado a cura de seus males.”

Naquele ano de 1881, seu proprietário acabara de adquirir uma caldeira a vapor, que iria facilitar os banhos mornos e medicinais. Mais uma vez, e como era próprio dos que se ocupavam em oferecer este tipo de serviço ao público, apelavam aos médicos para visitarem o estabelecimento e o recomendarem aos seus doentes. A Casa de Banhos abria todos os dias úteis das seis às vinte e duas horas, e das seis às quatro horas da tarde nos dias santificados. Quanto às modalidades e preços dos respectivos banhos, expunha a tabela:

“Tabela de preços

1 banho morno, frio ou chuva	500
1 dito em banheiro forrado com lençol	600
1 dito de farelo ou aromático	1\$000
1 dito medicinal, será segundo a receita do médico	\$

¹³⁹ ALMANACK ... da Província de Pernambuco para o ano de 1871. Recife: Typographia do Correio Pernambucano. 1870. p. : MELLO. Virginia Pernambucano de. Op. Cit., p. 92.

1 dito de choque ou ducha móvel	1\$000
1 dito de ducha circular	2\$000

Por assinatura

30 banhos mornos ou frios	12\$000
15 banhos mornos ou frios	6\$000
30 banhos de farelo ou aromático	24\$000
15 banhos de farelo ou aromático	12\$000
30 banhos de choque ou ducha móvel	24\$000
15 banhos de choque ou ducha móvel	12\$000
15 banhos de duchas circular	25\$000 ¹⁴⁰

Na minuciosa leitura que fez dos *Almanaques de Pernambuco*, Zanchetti levantou o número de casas de banho existentes na cidade, incluindo às especializadas em banhos salgados. Classificadas pelo autor como único item no ramo de serviços pessoais, dotadas de estrutura empresarial, o Recife contava com uma casa de banhos em 1860; com dois em 1870, que passaram a quatro em 1881 para, finalmente, reduzir-se a uma unidade no ano de 1894.¹⁴¹

Os números indicam as dificuldades que os estabelecimentos balneários encontraram em se firmar na economia urbana do Recife. Dificuldades que não eram apenas locais, mas decorrentes da própria estrutura econômica da sociedade brasileira e dos valores morais e padrões culturais que vigiam entre as classes dominantes e médias citadinas. Se a barca de banhos topou em seu caminho com preconceitos e um expressivo contingente de escravos domésticos, que se desdobravam para realizar a maior parte dos serviços pessoais de que necessitava uma família de elite ou classe média, na primeira metade do século XIX; as casas de banhos encontraram obstáculos semelhantes que, se não impediam por completo, dificultavam a prosperidade do negócio.

Já então a composição social da população urbana do Recife assumira outra feição. Em 1827, 40,7% da população citadina era formada por homens livres; em 1842, os livres representavam 73,6%, alcançando o índice de 88% em 1872.¹⁴² Uma população livre em que boa parte, porém, permanecia fora do mercado de trabalho assalariado, vivendo de biscates ou ociosa e miseravelmente do muito ou pouco que os

¹⁴⁰ CASA de banhos com duchas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 out. 1881, p. 5 e 19 nov. 1880, p. 3.

¹⁴¹ ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Op. Cit. Anexo I: Os Almanacos como fontes de informação sobre a economia do Recife. Tabela A1 - 2.

¹⁴² Id. *Ibid.*... p 139.

mangues e marés, os sítios e quintais tinham a lhes oferecer: caranguejos, aratus, ostras, sururu, manga, jaca e caju. De todo modo, um povo miúdo por quem os balneários não esperavam. Outra parte ocupava-se dos serviços domésticos e pessoais nas casas de família, assumindo as tarefas que antes cabiam aos escravos realizar: passar, lavar, engomar, cozinhar, olhar as crianças, comprar água nos chafarizes, encher as tinas da casa d'água, pentear as senhoras e as moças, esvaziar os barris de excrementos, limpar as escarradeiras. Ainda assim, segundo Zanchetti, as “únicas empresas dignas de nota durante todos esses quarenta anos analisados, foram as casas de banho, uma das quais, localizava-se sobre a muralha de pedra — o Recife — que protege o porto da cidade.”¹⁴³

Para tentar superar toda sorte de obstáculo e dificuldades encontrados para se estabelecerem numa economia de mercado urbano frágil, ainda em formação, sobretudo no ramo de prestação de serviço pessoal, os empresários do setor procuravam cercar-se de um mínimo de garantia para obter o retorno do capital investido. A mais corrente era o governo conceder o privilégio de exploração, em caráter monopolista, por um período a ser determinado caso a caso, durante o qual nenhum outro concorrente poderia explorar o mesmo ramo de serviço.

Porém, em ritmo lento e contínuo como o trabalho das ondas do mar, médicos, higienistas e simpatizantes dos princípios higiênicos dos banhos, da hidro e da talassoterapia, persistiam em sua jornada, qual seja: divulgar os benefícios que o uso freqüente de banhos trazia à saúde individual e, por extensão, à saúde da coletividade. Mas, se havia sinais evidentes de resistência da população endinheirada em procurar os banhos organizados, pagos e tomados em recintos fechados, tais como os oferecidos pelas casas especializadas, o mesmo não pode ser dito em relação aos banhos em geral. Embora não tenhamos dados estatísticos ou qualquer outro tipo de fonte que explicita o aumento ou não, da freqüência dos banhos entre os moradores do Recife, os dados indicam que eles passaram a ser tomados em águas e locais mais diversificados. Havia as várias modalidades de banhos pagos e cronometrados das casas de banhos públicos; existiam os tomados na própria residência, com água potável: água coletada nas

¹⁴³ Id. *Ibid.*, p. 103. Gregório Bezerra, grande líder comunista em Pernambuco, veio para o Recife quando criança, em 1910, e ocupou-se como empregado doméstico na casa da família Magalhães, gente de engenho. A família morava numa ampla casa, de arquitetura moderna, equipada com banheiro e privada. Gregório Bezerra conta que, ainda assim, apenas um membro da família, o que residia a mais tempo na capital, fazia suas necessidades na privada. Os demais, recém-chegados do campo, continuavam a se servir dos pinicos de porcelanas, que o então menino Gregório tinha de limpar, diariamente. BEZERRA, Gregório. *Memórias. Primeira parte: 1900-1945*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p. 104-5.

cacimbas ou chafarizes, água corrente nas torneiras para uns poucos indivíduos abastados ou estabelecimentos pios e de caridade. No verão, fração considerável dos habitantes da cidade mantinha o tradicional costume de migrar para os arrabaldes mais afastados em busca dos banhos de rio. Banhos esses que se haviam requintado em termos de equipamentos receptivos e serviços urbanos, cujo acesso fora facilitado pela implantação de um sistema de transporte coletivo regular e pelo aparecimento de hotéis campestres, restaurantes e casas de pasto e recreio em vários trechos das margens dos rios Beberibe e do Capibaribe principalmente. Não nos esqueçamos dos banhos dos mais humildes, dos escravos e dos pobres, que procuravam refrescar-se ou divertir-se no rio, em qualquer que fosse o trecho, ou nos chafarizes. E os tomavam quase sempre nus, para horror e indignação de tantos quanto haviam incorporado as regras de pudor da sociedade burguesa em ascensão.

Algumas pegadas na areia das praias indicavam uma outra modalidade de banhos com que certos habitantes do Recife ia, pouco a pouco, estabelecendo contato: os banhos salgados de talassa. As virtudes medicinais das águas do mar, inicialmente propagadas apenas pela classe médica, contando com apoio de empresários e órgãos da imprensa, ganhavam amplitude social. Passavam a ser assimiladas por outras categorias sociais alheias à arte de curar, que, mais que apreendê-las, encarregavam-se de reproduzi-las em diferentes linguagens, por certo de maior empatia com o público e mais fácil penetração social. Os versos do ‘Sineiro da Sé’, de Olinda, pseudônimo de algum poeta de espírito, publicados no *Diario de Pernambuco* em janeiro de 1866, ilustra o dito acima:

“Descobriram mais agora
Remédio muito eficaz,
Dizem que nenhum mal faz,
Quando pronto bem não faça,
Como de Bristol a salsa.

Banhos salgados de Olinda
Hoje é ordem do dia;
Servem para hipocondria,
P’ra dores do coração,
P’ra qualquer forte emoção!

Servem para dar de banda,
Feitiço, olhado, estupor,
E também, é de supor,
P’ra quem padece do baço
Por trazer baleia de aço.

Quem hoje pelo Recife
Tem mazelas e gafieiras,
Ou padece das cadeiras,
Não tem mais que perguntar,
Deve Olinda freqüentar.”¹⁴⁴

O poeta da Sé fixava em versos aquelas que foram as primeiras incursões da sociedade recifense às praias de banho. Fazia rimas com os movimentos iniciais dos grupos de banhistas, ainda diminutos, em direção às águas do mar; sendo as praias preferidas as de Olinda. Mas havia quem procurasse os banhos nos arrecifes, defronte ao porto.

Em 1868, o governo provincial expediu documento que, como os versos do poeta, testemunha o movimento de adesão ao uso dos banhos salgados por parte de determinadas frações da sociedade recifense. Até então ausente do processo de implantação do costume dos banhos de mar, o Estado deu os primeiros passos no sentido de promover a nova prática na cidade. Há referência documental à existência de um regulamento do governo provincial, datado de 22 de fevereiro de 1868, pelo qual ficavam estipuladas as exigências para aquele que desejasse obter a concessão de um terreno necessário à edificação de uma casa de banhos salgados no Recife.¹⁴⁵ Em 23 de junho de 1869, o governo sancionava a lei de n. 880, que autorizava e concedia privilégios à empresa de capital privado que se interessasse por instalar um estabelecimento de banhos salgados na cidade:

Art. 1º - “Fica o presidente da província autorizado a contratar com Adriano Xavier Pereira de Brito, ou com quem melhores vantagens oferecer, o estabelecimento de uma casa de banhos salgados.”

Art. 2º - O contratante não terá em tempo algum, sob nenhum pretexto, direito a qualquer subvenção dos cofres provinciais.

Art. 3º - O contrato durará vinte anos, dentro dos quais o direito do contratante será respeitado.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.”¹⁴⁶

Adriano Xavier Pereira de Brito, cidadão brasileiro, a quem se refere a lei, havia enviado petição à Assembléia Legislativa em 29 de abril de 1869, na qual solicitava “a graça de um privilégio por vinte anos para colocar nesta cidade [do Recife] uma casa de

¹⁴⁴ DIÁRIO de Pernambuco. Recife, 3 jan. 1866 In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste...*, v. 1, p. 386.

¹⁴⁵ PERNAMBUCO – Termo de contrato, para o estabelecimento de uma casa de banhos nos arrecifes d’ esta Cidade, celebrado entre a Presidência da Província e o negociante matriculado d’ esta praça Carlos José de Medeiros. Recife, 23 de maio de 1879.

¹⁴⁶ PERNAMBUCO - Legislação Provincial de Pernambuco. Lei n. 880, de 23 de junho de 1869.

banhos salgados, em lugar que não prejudicando a navegação possa facilitar o público mais essa comodidade e utilidade.” Ciente das dificuldades econômicas que deveria encontrar pela frente, e sabendo ser praxe do governo conceder o que pedia, o peticionário continuava: “Sabem VV. Exas. que qualquer empresa consome tempo, capitais e trabalho pelo que necessita se não auxílio pecuniário,” — o que ele, suplicante, não pedia — “ao menos uma garantia ou privilégio para dentro d’um certo tempo outro não possa prejudicar ou mesmo arruinar aquele que primeiro buscar realizar uma idéia útil e vantajosa”, pelo que considerava justo o que solicitava.¹⁴⁷

Ao justificar o pedido, Adriano Xavier Pereira de Brito dizia ser do conhecimento dos deputados que “presentemente os habitantes desta Capital que buscam os banhos salgados para restabelecimento de sua saúde, já como um meio de comodidade e bem estar são obrigados a irem para outros pontos longínquos e com graves prejuízo de seus interesses”. O privilégio pretendido não iria prejudicar os banhistas, que permaneceriam livres para se banhar em qualquer ponto do litoral, e não poderiam ser coagidos a utilizar os serviços da empresa. Nela, apenas encontrariam mais comodidade e economia. Informava ainda, na petição, que os banhos deveriam custar de trezentos e vinte e seis a mil réis cada.

Apesar do parecer favorável da Comissão de Petição e do que constava na lei n. 880, Adriano Xavier Pereira de Brito não chegou a instalar a casa de banhos. Segredos do mar que a história não nos quis revelar ... Passados dez anos, o governo voltou a insistir no propósito de promover a instalação de uma casa de banhos salgados no Recife. Edital publicado pela Secretaria da Presidência, por ordem do vice-presidente da província, datado de 25 de setembro de 1879, informa que as propostas para o estabelecimento de uma casa de banhos salgados seriam recebidas, na mesma secretaria, até o meio dia de 25 de outubro de 1879, mediante as condições da citada lei n. 880.¹⁴⁸ No dia marcado, Carlos José de Medeiros foi o único proponente que se apresentou para “contratar o estabelecimento de uma casa de banhos nos arrecifes d’esta Capital”.¹⁴⁹ Não lhe foi difícil obter o privilégio de explorar o estabelecimento balneário por vinte

¹⁴⁷ PERNAMBUCO - Petição de Adriano Xavier Pereira de Brito à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 29 de abril de 1869. Acervo histórico da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

¹⁴⁸ SECCÃO 5ª - Secretaria da Presidência da Província, 25 de setembro de 1879. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de set. 1879. Editaes. p. 4.

¹⁴⁹ PERNAMBUCO - Bases do contrato entre o Excelentíssimo Presidente da província e o negociante matriculado Carlos José de Medeiros para construção e exploração de uma casa de banhos salgados nos arrecifes do porto d’esta Capital. Recife, 23 de maio de 1879.

anos, “livre de concorrência de qualquer outro que se destine ao mesmo fim, ou seja nos arrecifes do porto, ou seja dentro dos limites d’esta Capital.”

Os arrecifes possuíam vantagens já conhecidas dos moradores da cidade. Antes mesmo de se pensar em fundar uma casa de banhos sobre as pedras, muitos dos que necessitavam dos benefícios das águas do mar costumavam banhar-se no molhe, defronte ao porto. O trágico destino do catraeiro Manoel Luiz Caetano assim nos ensina. Faleceu trabalhando, num domingo de outubro de 1875, conforme a notícia de seu falecimento publicada no jornal: “Ontem pela manhã quando o catraeiro Manoel Luiz Caetano, voltava dos arrecifes, conduzindo diversas pessoas que tinham ido tomar banho salgado, faleceu repentinamente por se lhe ter rompido uma aneurisma.”¹⁵⁰

Aquela muralha rochosa, que tanto mais crescia quanto mais as vagas do Atlântico contra ela investia, aquele lugar onde “a imaginação não conhece limites”, que tão profunda impressão causou em Daniel Kidder, Darwin e em outros viajantes, foi o escolhido para receber as estacas fincadas de uma casa de banhos salgados. Poderia instalar-se no sítio que confrontava com a praia de Santa Rita ou em outro ponto qualquer que o empresário julgasse mais conveniente, conforme estipulavam as bases do contrato. O contratante tinha dezoito meses para franquear o estabelecimento ao público.

Assim, após conseguir da Marinha o privilégio necessário da posse do sítio selecionado, pelo longo período de noventa e nove anos, e de obter a devida autorização do governo, o Recife assistiu ao comerciante de tecido, Carlos José de Medeiros, arregaçar as mangas e queimar a pele ao sol, no esforço insano do que significou a construção da Casa de Banhos dos Arrecifes. Feito memorável de que os descendentes do patriarca se recordavam orgulhosos.¹⁵¹

Além de estabelecer um serviço de botes para transportar os banhistas de um a outro ponto, o negociante ficava obrigado a manter no estabelecimento “pessoa apta para dar banhos às crianças ou adultos que pelo seu estado de debilidade precisassem ser auxiliados.” Em troca do privilégio obtido, o governo exigia que fossem admitidos no estabelecimento, diariamente e grátis, os doentes dos hospitais da Santa Casa de

¹⁵⁰ FALECIMENTO. *Diário de Pernambuco*. Recife. 11 out. 1875. Revista Diária. p. 3.

¹⁵¹ FONSECA, Edson Nery. Explendor [sic] e decadência da Casa de Banhos: um recanto paradisíaco em pleno porto de Recife. *Jornal Pequeno*. Recife. 22 fev. 1949. p. 1 e 2; 23 fev. 1949. Este documento se encontra no Arquivo Mário Sette. Acervo CEHIBRA - Fundação Joaquim Nabuco. livro 5. Série recortes de jornais.

Misericórdia para os quais fossem recomendados banhos de mar, em número a ser decidido entre o provedor da Santa Casa e o empresário da Casa de Banhos.

Os banhos salgados nos arrecifes, outrora gratuitos, com a instalação do balneário ficaram restritos aos que podiam pagar quinhentos réis pelo avulso, sendo a assinatura mensal calculada em dez mil réis, incluindo a passagem de ida e volta no bote. Mas havia também os costumeiros banhos em família que, concorrendo em mais de cinco membros, a empresa se dispunha a dar um desconto de 20% em cada assinatura. Como os banhos salgados fundamentavam-se numa proposta medicinal e a empresa fora estruturada, em boa medida, tendo por base a prestação de um serviço de utilidade pública, mais de um artigo do contrato fazia referência aos enfermos. Assim, de conformidade com o artigo 15, “o assinante tem direito a ser acompanhado por um criado e ainda por uma pessoa da família, se por sua enfermidade ou condição for isto necessário.”

Após o acerto do contrato, veio a construção do balneário. Os arrecifes foram dinamitados para a construção das piscinas, de modo que oferecessem comodidade e segurança aos banhistas. Em número de três, duas voltadas para o lado do Oceano e a terceira olhando para a cidade, as piscinas eram cimentadas à maré vazante, mas quando o mar raivoso inflava, destruía parte da obra executada, que necessitava ser refeita no dia seguinte.¹⁵² Até que por fim, o Recife avistou aquela casa feita de ferro e madeira, erguida sobre a muralha de pedra em meio ao mar, semelhante a uma embarcação encaçada. A 15 de outubro de 1880, dia da inauguração, o pavilhão do Brasil tremulava na fachada da Casa de Banhos, enquanto um frade da Penha benzia o lugar, cuja proteção ficou entregue a Santa Tereza d’Ávila.

A nova empresa de serviço que se implantava na cidade não motivou, de imediato, grandes alardes na imprensa local. Poucos dias antes da inauguração, o *Jornal do Recife* publicava, por solicitação, que “devido a um crescido número de pessoas que com urgência necessitavam [sic] de usar semelhante medicação; a empresa de banhos salgados nesta cidade os tem admitido a fazer uso deles, desde o 1º do corrente mês”. Quanto à abertura da casa, seria anunciada tão logo o seu regulamento fosse aprovado pelo governo.¹⁵³

O Regulamento da Casa de Banhos Salgados nos Arrecifes, confeccionado pelo empresário Carlos José de Medeiros, foi aprovado pelo presidente da província em 8 de

¹⁵² FONSECA, Edson Nery. Op. Cit.

¹⁵³ BANHOS de mar. *Jornal do Recife*. 4 out. 1880. Publicações a Pedido. p. 3.

outubro daquele ano, passando a vigorar do dia 15 em diante.¹⁵⁴ Obviamente, incorporava muitos dos artigos constantes do contrato, se não na íntegra, ao menos em seus princípios.¹⁵⁵ Assim, confirmamos informação anterior de que a Casa de Banhos foi aberta ao público desde 1º de outubro de 1880, e ficamos sabendo que funcionava todos os dias úteis e santificados — muito provavelmente porque os enfermos não podiam interromper o tratamento, ainda que fosse para homenagear os santos —, desde às quatro horas da manhã às oito da noite no verão, e das cinco da manhã às seis da tarde na estação de inverno. Escaleres com o distintivo da empresa, “uma bandeira azul com a letra B”, ficavam encarregados de transportar os banhistas, partindo do cais 22 de Novembro e da Companhia Pernambucana. Cobravam-se 500 réis pelo banho avulso e 10\$000 pela assinatura mensal, com direito à passagem de ida e volta nos escaleres da empresa. Os assinantes, porém, que desejassem tomar banhos fora do expediente, ou seja entre às nove da manhã e às quatro da tarde, poderiam fazê-lo contanto que arcassem com a despesa extra de 400 réis, correspondente ao valor do transporte. Caso o assinante necessitasse tomar dois banhos por dia, pagaria mais 50% sobre o valor da assinatura.

Ir aos banhos em família trazia vantagens pecuniárias aos assinantes: abatimento certo de 5% no total de assinaturas, ou 20%, se acoressem ao estabelecimento mais de cinco membros assinantes de uma mesma família, que morassem sob o mesmo teto. O regulamento previa a frequência de crianças entre os seus usuários, segundo se depreende da leitura do artigo 8: “O menor de oito anos que for assinante e usar dos banhos juntamente com pessoa de sua família, também assinante, pagará na razão da metade.”

Além de regular sobre o preço dos serviços e de especificá-los, o documento lançava algumas vagas luzes sobre os padrões comportamentais que deveriam vigorar no estabelecimento. Com relação ao vestuário, por exemplo, a Casa de Banhos, enquanto espaço particularmente instituído para desenvolver a prática dos banhos salgados, auxiliou a difundir e a consolidar um novo costume social entre a sociedade local, qual seja: o de fazer uso de uma indumentária especificamente destinada aos banhos de mar; o que constituía um diferencial em relação aos banhos de rio no Capibaribe ou no Beberibe, na primeira metade do século. O artigo 14º do

¹⁵⁴ BANHOS salgados. *Jornal do Recife*. 13 out. 1880. Gazetilha. p. 2.

¹⁵⁵ REGULAMENTO da Casa de Banhos Salgados nos Arrecifes. *Diário de Pernambuco*. Recife. 15 out. 1880. Variedades. p. 3.

Regulamento dizia expressamente: “O banhista não poderá usar de fato e calção que não sejam próprios para banhos do mar ...” . Sendo artefato raro na sociedade local, destinado a uma prática especial, não corriqueira, a empresa dispunha de fato e lençol para alugar, ao custo de 300 réis para o assinante, e de 500 réis para os que não o fossem. No caso do banhista possuir sua própria roupa de banho, a empresa poderia encarregar-se de seu trato e conservação, ao preço de 2\$000 mensais. A roupa de banho era tão exclusiva à ocasião que o banhista apenas a portava quando se encontrava no balneário, havendo compartimentos exclusivos e reservados para a troca de vestuário, destinados separadamente para homens, senhoras e famílias. Anúncio publicado no jornal em 1885, sobre a venda de roupas próprias para os banhos de mar, no Louvre, à rua 1º de Março, n. 20, dá-nos uma idéia do preço desse artigo tão especial. Eram de excelente fazenda e custavam dez contos os costumes para senhoras; oito os de homem e cinco contos os de crianças.¹⁵⁶

Mas como não só a água do mar possuía reconhecidas e cientificamente comprovadas virtudes medicinais, mas também as continham os raios de sol e as brisas marinhas, a empresa estava apta a receber aqueles que necessitavam fazer tratamento helioterápico. Estes podiam “conservar-se no estabelecimento durante todo o dia ou dias consecutivos, sem nele pernoitar, mediante contrato especial com a empresa que, neste caso, poderá incumbir-se de fornecer a alimentação.”

A Casa de Banhos dos arrecifes foi concebida e montada para atender a uma clientela formada pela gente da elite e classe média, e, mais ainda, pensada para ser um lugar em que toda a família pudesse freqüentar, sem riscos de sofrer ofensas morais ou de assistir a cenas indecorosas. Seu regulamento refletia esse viés social, de maneira particularmente visível nos artigos que tratavam das regras de comportamento e princípios morais que deveriam nortear a convivência pública no interior do estabelecimento balneário. Categóricos eram os termos do artigo 19º: “Qualquer pessoa que por palavras ou gestos ofender o decoro ou faltar ao respeito devido às famílias, será imediatamente despedida, e perderá a importância de seu ingresso ou assinatura.” Nada de palavras ou gestos obscenos, nada de pândegas e algazarras em suas dependências: “É expressamente proibido nos escaleres, casa de banho e dependências, vozerias, cantos e toques de qualquer instrumento”, ficando os infratores sujeitos às mesmas penas que no artigo precedente. Manter um ambiente sério, sóbrio e

¹⁵⁶ BANHO de mar. Recife. *Jornal do Recife*, 1º out. 1885, p. 4.

moralmente correto, eis a intenção de seu proprietário devidamente aprovada pelo governo.

Enquanto funcionou, a Casa de Banhos dos Arrecifes viu ajustar seu regulamento em mais de um momento de sua história: o primeiro passou a vigorar a partir de 15 de outubro de 1880; foi substituído por novo regulamento expedido pelo vice-presidente da província Ignácio Joaquim de Souza Leão, em 16 de setembro de 1886. Este por sua vez foi revogado pelo Regulamento balneário, aprovado pelo governo do Estado em 31 de outubro de 1895.¹⁵⁷

O Regulamento de 1886, além das modificações nos preços cobrados pelos banhos de mar em relação à tabela de 1880, expunha com mais clareza o tipo de compromisso que a empresa deveria manter com a Santa Casa de Misericórdia. Assim, as roupas de banhos pertencentes a particulares, mas abandonadas no balneário por mais de trinta dias, seriam doadas à Santa Casa. E o artigo 12º do citado regulamento, determinava que quinze doentes da Santa Casa — e não o máximo de cinco, como havia proposto o proprietário da empresa no termo do contato de 1879 — teriam direito a banhos diários e gratuitos, ficando a hora e o meio mais convenientes para a realização do compromisso, a ser acordado entre o empresário e o provedor daquela influente e poderosa instituição de caridade.

Houve também maior precisão quanto às obrigações do empresário em relação aos que careciam respirar os ares do mar. Dentre elas, estava a de reservar ao público compartimentos e salas especiais e mobiliados para hospedar aqueles que necessitassem fazer uso deste tratamento de saúde. Ainda no tocante aos cuidados com os doentes, o último regulamento acrescentava importante artigo não incluído no documento publicado no dia 15 de outubro de 1880, que reafirmava a crença médica na força curativa dos banhos salgados:

“Art. 13 – As pessoas que sofrerem de úlceras ou qualquer moléstia repugnante ou contagiosa, terão passagem em escaleres especiais, fornecidos gratuitamente pelo empresário.

No caso, porém, em que haja risco ou perigo, pelo estado de debilidade ou excitação nervosa dos banhistas, a condução será feita à custa dos interessados, que farão acompanhar os doentes de médicos ou quaisquer outras pessoas de sua confiança, para isso necessárias.”

¹⁵⁷ REGULAMENTO para o Estabelecimento de Banhos Salgados sobre os Arrecifes. Joaquim Ignácio de Souza Leão Palácio da Presidência de Pernambuco, em 16 de setembro de 1886.

Quanto ao traslado dos banhistas e visitantes da terra firme às pedras dos arrecifes, o empresário avisava que, a partir de 1º de outubro de 1886, seria feito “em bonde marítimo a vapor”. Bondes que partiriam de dez em dez minutos, do cais 22 de Novembro e do estabelecimento de banhos, desde às cinco até às nove da manhã, e das quatro às seis horas da tarde.¹⁵⁸ Regras também para o uso e trato das roupas de banhos: “Roupas e calçados apropriados para uso de banhos do mar, para homens e senhoras, vende-se no estabelecimento e também aluga-se a quem queira usar dos mesmos banhos sobre a condição de avulsos”. Aqueles que levassem suas próprias roupas da terra, deveriam inscrever nelas as iniciais, “sob pena do estabelecimento não se prestar a tomar o encargo de secá-las e guardá-las”. O mesmo acontecendo com os demais acessórios: calçados, toalhas etc.¹⁵⁹

Em meio aos recortes de jornais que o cronista e romancista Mário Sette cuidadosamente reuniu e guardou ao longo da vida, uma matéria sobre a Casa de Banhos chamou-nos a atenção. O recorte, porém, misturado a centenas de documentos, assemelha-se a uma folha caída ao vento, vaga e imprecisa, por não trazer o nome do jornal nem a data em que fora publicado o artigo. Muito provavelmente, a publicação situava-se entre os anos de 1886 e 1895, a julgar pela equivalência nos preços dos banhos de mar cobrados no período. Falava haver o balneário passado recentemente por melhoramentos e acréscimos. Reunia, agora, condições de higiene e conforto para receber, em suas acomodações, hóspedes sãos e doentes, mediante módica pensão. E mais:

“Ar puro e fresco, proximidade dos recursos de qualquer natureza, que oferece a cidade da qual dista cinco minutos em viagem de escaler, uma vista e perspectiva agradável e pitoresca, como é a do oceano, salubridade, comodidade nos preços, eis as condições principais, que torna recomendável esse estabelecimento, sobretudo aos estrangeiros e passageiros ou viajantes que necessitem demorar-se na cidade do Recife.”¹⁶⁰

E continuava a cantar as vantagens do balneário:

“Banhado pelas lípidas águas do oceano, este estabelecimento proporciona fácil e cômodos uso dos banhos de mar em suas banheiras, cavadas nas rochas e cujas posições graduem a força do choque das ondas conforme a suscetibilidade e condições

¹⁵⁸ MEDEIROS, C. Banhos de mar. *Diario de Pernambuco*. Recife, 28 set. 1886. Avisos Diversos. p. 4.

¹⁵⁹ BANHOS do mar. *Diario de Pernambuco*. Recife, 16 set. 1886. Avisos Diversos. p. 7.

¹⁶⁰ GRANDE estabelecimento balneário marítimo em Pernambuco. Recentemente melhorado e aumentado. Recorte de jornal. sn. Arquivo Mário Sette, livro 6. acervo CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco.

de saúde dos banhistas, havendo também um grande tanque especial para o exercício da natação ...”.

Choques das ondas adaptados à suscetibilidade do doente, um dos grandes trunfos da talassoterapia, e um tanque especial para a natação. Tanque sonhado por José da Maya para a sua já distante barca de banhos do Capibaribe, só materializado agora, pelo empresário Carlos José de Medeiros na Casa de Banhos dos Arrecifes. A experiência acumulada por anos permitia ao anunciante falar com firmeza nas curas alcançadas, especialmente no tratamento da beriberi, nas convalescências e doenças de nervos, após dois ou três meses freqüentando o estabelecimento, com ou sem banhos de mar. Advertia, porém, que não seriam admitidos doentes considerados moribundos ou impossibilitados de cura, segundo juízo médico. A beriberi, por sinal, era um dos flagelos a vitimar impiedosamente o Recife: entre 1870 e 1900, foram dez as epidemias desse mal, a atacar a cidade.¹⁶¹

Os melhoramentos e aumentos, de que falava a referida matéria, talvez tenham resultado na composição da Casa de Banhos formada por cinco banheiros fundados sobre a rocha, que permitiam o uso de banhos a trezentas e cinqüenta pessoas ao mesmo tempo. Havia ainda cento e dois compartimentos próprios para a toaletes dos banhistas, assim como daqueles que se hospedassem no estabelecimento. Contava com um grande salão de refeições, onde acontecia um regular serviço de mesa, duas salas e um gabinete de leituras entre outras dependências.¹⁶²

O Regulamento balneário, expedido em 31 de outubro de 1895, tinha no reajuste dos preços dos banhos a principal modificação verificada em relação ao Regulamento de 1886, revogado.¹⁶³ Segundo determinava este último Regulamento, um banho avulso com roupa do banhista custava \$600; e os banhos com roupa, lençol e calçado

¹⁶¹ Nas décadas finais do século XIX, o Recife, além de grande vítima de doenças endêmicas como a tuberculose, era permanentemente assolado por epidemias: “de 1870 a 1900, contam-se mais de 57 epidemias: 16 de varíola, 11 de febre amarela, 10 de beri-beri, 6 de sarampo, 5 de coqueluche, 4 de gripe (influenza), 3 de malária, 1 de desintéria e 1 de crupe. Isto significa que, em 30 anos, houve, em média, quase duas epidemias por ano, algumas delas apresentando um caráter extremamente grave, como as de 1881 e de 1890.” PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. p. 40.

¹⁶² SILVA, Luiz José. Casa de Banhos nos Arrecifes. *Almach de Pernambuco*. Recife: 1902, p.17-21. Na reportagem feita por Edson Nery da Fonseca com a filha e uma neta de Carlos José de Medeiros, a Casa de Banhos fora reconstituída como possuindo 16 quartos para hóspedes: seis no primeiro pavimento e dez, no segundo; e mais cem cabines para mudança de roupa, todas providas de espelhos, cabides e lavatórios. FONSECA, Edson Nery.

¹⁶³ PERNAMBUCO - REGULAMENTO Balneário. Palácio do Governo do Estado de Pernambuco. 31 de outubro de 1895. Ass. Alexandre José Barbosa Lima, governador do Estado, e Júlio de Mello Filho, secretário interino dos Negócios da Indústria.

fornecidos pelo estabelecimento ficava em 1\$000. Pela assinatura mensal de uma pessoa, adulto ou criança, cobrava-se 12\$000; por três pessoas da mesma família, 30\$000; e 36\$000 por quatro pessoas ou mais também da mesma família. No ano de 1895, ficava acordado entre empresa e governo estadual que o banho avulso custaria 1\$000. O banhista pagaria 20\$000 pela assinatura mensal; sendo que dois assinantes, membros de uma mesma família, pagariam 18\$000; preço que caía para 15\$000 em se tratando de três pessoas; chegando a 12\$000, no caso de serem quatro membros ou mais de uma mesma família.

Ao findar do século, a Casa de Banhos Salgados era uma empresa sólida, economicamente estável, destacando-se entre as firmas que compunham o frágil mercado de prestadoras de serviços pessoais na cidade do Recife. Por petição enviada à Assembléia Legislativa do Estado, em 14 de março de 1899, o empresário Carlos José de Medeiros solicitava a prorrogação de sua concessão por mais vinte e cinco anos, nos termos do contrato de 1879, com as modificações feitas pelo Regulamento de 1895. Justificava-se alegando motivos de ordem econômica e higiênica. Em relação ao primeiro, argumentava não haver alcançado soma de benefícios que compensassem seus enormes sacrifícios financeiros. Além do mais, tinha intenção de promover uma série de melhoramentos no estabelecimento e, com a prorrogação, sentir-se-ia mais estimulado para investir. Do ponto de vista higiênico, considerava evidente a importância da empresa e a necessidade que o Estado tinha em conservar semelhante estabelecimento em seu território, com as garantias impetradas. Eram estas as suas palavras de convencimento:

“Está na consciência de todos a soma de benefícios somente representada nas curas miraculosas de enfermos acometidos de beriberi que ali encontram o alívio e o estabelecimento, ou meio de paralisação da marcha do terrível mal até o embarque para qualquer ponto do País ou da Europa.”¹⁶⁴

Considerava o balneário lugar extremamente seguro “contra as febres e outras enfermidades para estrangeiro ou viajante”, excelente pouso para aclimação desses indivíduos em trânsito. Para os moradores da cidade, o balneário fincado sobre os arrecifes só tinha vantagens a oferecer, como os banhos salgados tomados em água pura e livre de perigo. Neste ponto, aproveitava para atacar os balneários que lhe faziam mais

¹⁶⁴ PERNAMBUCO - Petição de Carlos José de Medeiros, à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife. 14 de março de 1899.

concorrência: as praias de Olinda. Os banhos nos arrecifes, escrevia, estavam inteiramente livres de “qualquer perigo e [eram] muitíssimo superior a qualquer outro, mesmo os das praias de Olinda que, de quando em quando sorve uma vida”. Lembrava ainda que os doentes dos estabelecimentos pios a cargo da Santa Casa de Misericórdia, bem com as irmãs de caridade, que necessitassem tomar banhos de mar, tinham ingresso franco e gratuito no estabelecimento.

O Congresso Legislativo mostrou-se sensível às ponderações do peticionário. Em 16 de junho de 1899, o governador do Estado Sigismundo Antônio Gonçalves sancionava a lei n. 379, pela qual ficava “prorrogado por mais quinze anos o contrato que tem Carlos José de Medeiros com o estado para exploração do seu estabelecimento, nos arrecifes desta cidade.” Já o artigo 2º, dizia: “Fica igualmente franqueado ao público o uso de banhos salgados, quer no litoral, quer nos mesmos arrecifes.” O concessionário ficava ainda obrigado, por lei, “a permitir gratuitamente o uso de banhos em seu estabelecimento aos doentes da Santa Casa de Misericórdia que disso precisarem.”¹⁶⁵

Ao franquear ao público o uso dos banhos de mar ao longo de toda a costa, o Estado não só reconhecia oficialmente o alastramento do costume dos banhos de mar entre a população, como reafirmava uma tradição jurídica que se havia implantado no território do que veio a ser o Brasil, desde os tempos da colonização. No Brasil, as praias foram histórica e juridicamente destinadas ao uso público, não se verificando, aqui, o fenômeno de praias privadas como ocorreu em alguns pontos da Europa.

Desde décadas finais do século XIX, ao longo deste litoral de praias livres, no qual as cercas ou muros eram proibidos por lei, avistavam-se, ao longe, minúsculos pontos pretos espalhados sobre alva areia. Eram os banhistas envoltos em suas pesadas roupas de baetas escuras. Cumpriam o ritual de se encaminharem às águas salgadas do mar, sem alarde.

¹⁶⁵ PERNAMBUCO. Lei n. 379, de 16 de junho de 1899. *Leis do Estado de Pernambuco do anno de 1899*. Recife: Typ. de Manuel de Figueirôa de Farias & Filhos, 1899. p. 42. Pela Lei n. 1192, de 5 de junho de 1913, o então governador do Estado de Pernambuco, General Dantas Barreto, prorrogou por mais quinze anos o contrato de exploração da Casa de Banhos dos Arrecifes por Carlos José de Medeiros ou seu herdeiros. Com a ressalva, porém constante no artigo 2º, de que fossem feitos os melhoramentos exigidos pela Repartição de Obras Públicas quanto à parte material e à conservação do estabelecimento. PERNAMBUCO. Lei n. 1192, de 5 de junho de 1913. Pela Lei de n. 1278, de 8 de junho de 1915, ficava o governador Dantas Barreto autorizado a rever o regulamento da Casa de Banhos de 1895. PERNAMBUCO. Lei n. 1278, de 8 de junho de 1915. A Lei n. 1576, de 18 de maio de 1923, autorizava o governador Sérgio Loreto, “a aumentar em 25 % os preços atualmente em vigor para o serviço da Casa de Banhos dos arrecifes aprovados pelo ato n. 721, de 2 de setembro de 1922, aumentando proporcionalmente o número dos banhistas gratuitos, a juízo do governador do Estado.” PERNAMBUCO. Lei n. 1576, de 18 de maio de 1923. *Leis do Estado de Pernambuco de n. 1555 a 1625 e Decretos do Congresso Legislativo do ano de 1923*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1923. p. 43.

A essas praias livres e franqueadas ao uso público dirigiremos nosso olhar no capítulo seguinte.